



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



***BALANÇO DO PLANO
ECONÓMICO E SOCIAL 2006***

MAPUTO, FEVEREIRO DE 2007

ÍNDICE

I. NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
II. CONTEXTO INTERNACIONAL.....	3
II. CONTEXTO SOCIAL E DEMOGRÁFICO NACIONAL.....	7
III.1 OBJECTIVOS E PRIORIDADES CENTRAIS DO GOVERNO.....	7
III.2. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODMs).....	8
III.3. IMPACTO DEMOGRÁFICO DO HIV-SIDA.....	12
IV. CONTEXTO MACROECONÓMICO NACIONAL.....	14
IV.1. PRODUÇÃO GLOBAL E SECTORIAL.....	15
A. AGRICULTURA, PECUÁRIA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL.....	16
B. PESCAS.....	21
C. INDÚSTRIA EXTRACTIVA.....	23
D. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA.....	24
E. ELECTRICIDADE E ÁGUA.....	26
F. CONSTRUÇÃO.....	26
G. COMÉRCIO.....	27
H. RESTAURANTES E HOTÉIS.....	27
I. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.....	28
IV.2. SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL.....	29
IV.3. INFLAÇÃO.....	33
IV.4. BALANÇA DE PAGAMENTOS.....	39
V. PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS POR SECTOR.....	44
V.1. ÁREA SOCIAL.....	44
A. EDUCAÇÃO.....	44
B. CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	52
C. SAÚDE.....	53
D. TRABALHO.....	59
E. MULHER E ACÇÃO SOCIAL.....	62
F LIBERTAÇÃO NACIONAL, DEFESA DA SOBERANIA, E DA DEMOCRACIA E DEFECIENTES DE GUERRA.....	66
G. CULTURA.....	67
H. JUVENTUDE E DESPORTOS.....	69
I. MEIO AMBIENTE.....	71
V.2 ÁREA ECONÓMICA.....	73
A. AGRICULTURA.....	73
B. INFRAESTRUTURAS.....	78
C. PESCAS.....	87
D. RECURSOS MINERAIS.....	90
E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO.....	99
F. TURISMO.....	101
G. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.....	105
H. MEDIDAS DE APOIO AO EMPRESARIADO NACIONAL.....	108
V.3. BOA GOVERNAÇÃO, LEGALIDADE E JUSTIÇA, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO.....	113
V.4. RELAÇÕES EXTERNAS E DEFESA.....	125
VI. POLÍTICA ORÇAMENTAL.....	134
VII. QUESTÕES TRANSVERSAIS.....	142

VII.1 GÉNERO	142
VII.2 HIV-SIDA	144
VII.3 MEIO AMBIENTE	149
VII.4 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO	151
VII.5 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	154
VII.6 DESENVOLVIMENTO RURAL	155
VII.7 REDUÇÃO DO IMPACTO DAS CALAMIDADES	159
VII.8 DESMINAGEM	162
ANEXO - MATRIZ REDUZIDA DE INDICADORES PRINCIPAIS	165

I. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento “Balanço do Plano Económico e Social 2006”, é uma avaliação da implementação do Programa Quinquenal do Governo 2005-2009, no seu segundo ano de execução.

O documento apresenta a estrutura consolidada nos documentos anteriores que consiste em cinco grandes capítulos, nomeadamente: o contexto internacional; o contexto macroeconómico nacional; os principais desenvolvimentos por sector; a política orçamental; e, as questões transversais.

Por forma a adequar o Balanço do Plano Económico e Social como principal instrumento de monitoria e avaliação da acção governativa, o presente balanço orienta-se pela abordagem consolidada no PARPA II.

No contexto internacional apresenta-se a evolução da economia internacional o que permite visualizar em que condições económicas internacionais o País implementou a sua política económica e social; no contexto macroeconómico nacional são apresentados os principais indicadores económicos; no capítulo dos principais desenvolvimentos por sector são apresentadas as principais medidas e acções de política implementadas; no capítulo da política orçamental é apresentado o envelope de recursos e sua aplicação com vista ao cumprimento das acções previstas no Plano Económico e Social para 2006. No último capítulo são avaliadas as medidas de política relacionadas com as questões transversais, em consonância com a abordagem reflectida no PARPA II.

Em anexo, é apresentada a matriz resumida de indicadores principais das actividades do Governo.

II. CONTEXTO INTERNACIONAL

As economias em desenvolvimento, vem mantendo a taxa média de crescimento a níveis de 4,8% ao ano desde 2000, duas vezes mais a taxa de crescimento das economias desenvolvidas, que crescem em média 2.0% ao ano. Este forte crescimento, tem sido impulsionado pelos países do Leste e Sul da Ásia. Estatísticas divulgadas recentemente pelo Banco Mundial mostram que em 2006 a África Subsaariana alcançou uma taxa anual de crescimento de 4,8%, superando a taxa de crescimento global de 2004 de 4,1%.

O forte crescimento económico em África é essencial para reduzir a pobreza. Essa é a razão por que esse impulso do crescimento é promissor. Após muitos anos, o continente está mostrando um crescimento que pode produzir uma redução da pobreza muito maior do que nos últimos anos. Em parte, o forte crescimento em África é impulsionado por preços mais altos de produtos exportados por estes países.

O Leste Asiático e o Pacífico, região que vem crescendo a uma taxa média de 8% ao ano nos últimos 20 anos, continuou a ter o melhor desempenho entre as regiões em 2006, sendo que a China, atingiu uma taxa de crescimento de 10,1%. O Sul da Ásia apresentou uma taxa média de crescimento de 5,8% ao ano durante quatro anos terminados em 2004, quando atingiu 6.7%. Grande parte dessa melhoria coincide com o aumento das exportações de bens e serviços e com um sólido crescimento nos sectores de manufactura e serviços.

O comércio continua a dinamizar o crescimento no Leste Asiático, sendo 81% do PIB da região, que supera de longe a parcela de 55% do PIB no nível global. A rápida expansão do comércio da China não somente sustentou seu crescimento, mas também ajudou seus parceiros comerciais regionais a se integrarem mais rapidamente no sector manufatureiro global. As exportações de bens e serviços aumentaram 10% atingindo 28% na Malásia, Tailândia, Filipinas, Vietname e Camboja e contribuíram para taxas de crescimento económico superiores a 6% em 2006 em todos esses países.

Em contraste, o comércio desempenhou um papel muito menor na América Latina e no Caribe, representando 52% da produção total. As exportações dos países latino-americanos vêm aumentando 4,5% ao ano desde 2000, menos de um terço do aumento das exportações do Leste Asiático e menos da metade do crescimento das exportações do Sul da Ásia, da Europa e da Ásia Central.

Com o forte crescimento que se registou no primeiro semestre de 2006, a inflação começou a dar sinais de alta no segundo semestre, acabando por se concretizar a subida de nível de preços em quase todos os países. Em muitas economias avançadas, a taxa de inflação anual de 2006, fixou-se acima das zonas de conforto dos seus bancos centrais. No Japão, há evidência crescente que a deflação finalmente terminou. Os preços do petróleo e de metais tiveram novas elevações em finais de 2006.

Os principais bancos centrais responderam a pressão inflacionária apertando a política monetária. A reserva federal dos Estados Unidos da América, continuou a elevar as taxas de juro até Julho, e manteve-se em Agosto, e fixou-se em 5,2% no final de 2006; recentemente o banco central europeu elevou ainda mais as taxas de juro para 3,1%; e o banco de Japão terminou sua política zero da taxa de juro em Julho, tendo finalizado o ano com uma taxa de juro de curto prazo de 0,2%.

As preocupações sobre a inflação aumentaram, e a política monetária mais restritiva levaram a um enfraquecimento nos mercados de acções e uma série de movimentos nos preços dos activos em alguns mercados emergentes de Maio a Junho, embora os mercados tenham estado mais estáveis desde Julho. Estes movimentos parecem ser maioritariamente correcções depois de grandes acréscimos nos preços, ao invés de uma alteração dos riscos económicos. Parece improvável que estes movimentos tivessem impacto no crescimento, embora possa ser afectado nalguns países onde os Bancos Centrais tenham aumentado as taxas de juro para acalmar as condições dos mercados financeiros e eliminar as pressões inflacionárias.

Sumario de alguns Indicadores em 2006

	EUA	Japao	Zona Euro	Total OECD	China
	Em Percentagem				
Taxa real de crescimento do Produto	3.3	2.8	2.6	3.2	10.6
Inflacao	2.9	-1.0	1.8	2.2	2.2
Taxa de Desemprego	4.6	4.2	7.9	6.0	
Saldo da Balanca Corrente	-6.6	3.8	-0.3	-2.0	
Taxa de Juro de Curto Prazo	5.2	0.2	3.1		

Fonte: OECD Economic Outlook 80 database

Sumario de alguns Indicadores de África em 2006

	PIB (<i>Preços constantes</i>)	Inflação	Saldo da Balança Corrente
	(Variação anual)		(% do PIB)
Angola	14.3	12.9	12.2
Botswana	4.2	11.3	14.7
Malawi	8.4	10.9	-5.0
Namibia	4.5	5.1	9.0
Nigeria	5.2	9.4	15.7
África do Sul	4.2	4.6	-5.5
Zambia	6.0	9.2	-6.4
Zimbabwe	-5.1	1 216.6	0.5

Fonte: World Economic Outlook Sep2006

Estados Unidos da América

A elevada taxa de crescimento do produto real que se verificou no primeiro semestre de 2006, condicionou o desempenho anual da economia Norte Americana, tendo mantido o crescimento do produto real acima dos 3% ao ano, a semelhanças de 2004 e 2005.

A demanda Interna cresceu menos 1pp face a 2005. Esta desaceleração foi devida ao fraco desempenho dos investimentos fixos brutos, sobretudo no investimento imobiliário, que sofreu um revés de cerca de 4,1% face a 2005; anulando o forte crescimento dos investimentos públicos e não imobiliário. O consumo privado desacelerou 0,3pp, enquanto que os gastos do governo cresceram 1,6%.

O saldo da Balança Comercial, continua a deteriorar face aos anos anteriores, apesar das exportações estarem a crescer a ritmos superiores às importações. Em 2006, os EUA exportou em bens e serviço cerca de 8,5% mais em relação a 2005, contra um crescimento de 6,3% nas importações. Portanto, as exportações líquidas tiveram uma diminuição de 0,1% face ao ano 2005.

Estados Unidos da América: Procura e Oferta

	2004	2005	2006
Variação percentual de volume (preços de 2000)			
Consumo Privado	3.9	3.5	3.2
Consumo Público	2.1	0.9	1.6
Investimento fixo Bruto	6.1	6.4	3.4
Público	0.5	1.1	4.5
Imobiliário	9.9	8.6	-4.1
Não Imobiliário	5.9	6.8	7.6
Procura Domestica Final	4.0	3.6	3.0
Stockbuilding	0.4	-0.3	0.3
Procura Doméstica Total	4.4	3.3	3.2
Exportações de Bens e Serviços	9.2	6.8	8.5
Importações de Bens e Serviços	10.8	6.1	6.3
Exportações Líquidas	-0.6	-0.2	-0.1
PIB a preços de Mercado	3.9	3.2	3.3

Fonte: OECD Economic Outlook 80 database

Zona Euro

Depois de vários alarmes falsos de recuperação económica, a Zona Euro retomou aos níveis normais de desempenho, liderado pelas principais economias Europeias. A actividade económica no primeiro semestre de 2006, cresceu a ritmos superiores aos verificados nos anos anteriores, o que dinamizou o desempenho na segunda metade do ano.

As exportações e o investimento foram os principais dinamizadores da performance económica da Região, mas há sinais de que as famílias também começaram a aumentar os seus gastos. A recuperação económica devia estar baseada no consumo, uma vez que o investimento empresarial e o investimento mobiliário familiar estão a jogar um papel menor do que tem feito em anos anteriores.

Zona Euro: Procura e Oferta

	2004	2005	2006
Variação percentual de volume (preços de 2001)			
Consumo Privado	1.4	1.4	1.8
Consumo Público	1.2	1.3	2.2
Investimento fixo Bruto	1.8	2.7	4.6
Público	-1.3	1.2	1.9
Imobiliário	2.8	2.8	3.7
Não Imobiliário	2.1	3.0	5.5
Procura Domestica Final	1.4	1.7	2.5
Stockbuilding	0.2	0.1	0.0
Procura Doméstica Total	1.6	1.8	2.4
Exportações Líquidas	0.1	-0.3	0.2
PIB a preços de Mercado	1.7	1.5	2.6

Fonte: OECD Economic Outlook 80 database

China

O PIB da China praticamente dobrou em 5 anos, e é mais que provável que a economia deste país passe a ser a terceira economia do Mundo em 2008, posição ocupada pela Alemanha. Recordar que a China superou a Inglaterra em 2005, sendo actualmente a quarta economia do Mundo. No último trimestre de 2006 cresceu 10,4%, comparado com o mesmo período do ano anterior, totalizando uma taxa de 10,1% no ano. Esta taxa é a maior alcançada desde 1995 quando a economia cresceu a 10,9%.

China: Indicadores Macroeconómicos

	2004	2005	2006
Taxa real de crescimento do PIB (%)	10.1	10.2	10.6
Inflação (%)	6.9	3.8	2.2
Balança Fiscal (% do PIB)	0.0	0.2	1.5
Saldo da Balança Corrente (% do PIB)	6.1	7.2	8.3

Fonte: OECD Economic Outlook 80 database

O crescimento de 10,1% elevou o PIB da China a 20,9 trilhões de yuans, o equivalente a 2,69 trilhões de dólares Norte Americanos. Esta dinâmica da economia Chinesa, deveu-se a uma onda sem precedentes de industrialização, urbanização e investimentos internos, também impulsionada pela adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001.

Com uma grande capacidade de oferta interna, a inflação está cada vez mais controlada, tendo em 2006 estado a níveis de 2.2%, contra os 6.9% e 3.8% verificados em 2004 e 2005 respectivamente.

II. CONTEXTO SOCIAL E DEMOGRÁFICO NACIONAL

III.1 OBJECTIVOS E PRIORIDADES CENTRAIS DO GOVERNO

O Governo continuou a concentrar a sua acção na prossecução dos objectivos definidos no Programa do Governo para o período 2005-2009, nomeadamente:

- A redução dos níveis de pobreza absoluta, através da promoção do crescimento económico rápido, sustentável e abrangente, focalizando a atenção na criação dum ambiente favorável ao investimento e desenvolvimento do empresariado nacional e da incidência de acções na educação, saúde e desenvolvimento rural;
- O Desenvolvimento económico e social do país, orientado prioritariamente às zonas rurais, tendo em vista à redução dos desequilíbrios regionais;
- A consolidação da Unidade Nacional, da Paz, da Justiça e da Democracia, bem como do espírito de auto-estima dos cidadãos, como condições indispensáveis para um desenvolvimento harmonioso do país;
- A valorização e promoção da cultura de trabalho, zelo, honestidade e prestação de contas;

- O Combate a corrupção, ao burocratismo e a criminalidade;
- O Reforço da Soberania e da Cooperação Internacional.

Note-se que para a prossecução dos Objectivos do Programa do Governo, constituem áreas chave para a acção a Educação; Saúde; Infra-estruturas; Agricultura; Desenvolvimento Rural; Boa Governação, Legalidade e Justiça; e, Políticas Macroeconómicas, Financeiras e de Comércio Internacional.

III.2. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODMs)

O compromisso assumido na Declaração do Milénio adoptada em Setembro de 2000 na Cimeira do Milénio, contempla 8 Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM's) correlacionadas a 14 metas e 48 indicadores, constituindo um quadro para a monitoria do desenvolvimento humano.

Os oito objectivos a atingir até 2015, são: i) erradicação da pobreza extrema e da fome; ii) atingir o ensino primário universal; iii) promover a igualdade de género e aquisição do poder pela Mulher; iv) reduzir a mortalidade infantil; v) melhorar a saúde materna; vi) lutar contra HIV/SIDA, malária e outras doenças; vii) garantir a sustentabilidade ambiental; viii) e, desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

O presente balanço permite monitorar as acções desenvolvidas para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio a atingir até 2015. Este exercício será feito com base nos indicadores seleccionados e respectivas metas anuais. De notar, que alguns indicadores são colectados anualmente e reportados nos diferentes balanços sectoriais e outros são somente verificáveis a médio e longo prazos.

1. Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome

A principal meta deste objectivo é de reduzir em metade a percentagem de pessoas que vivem em extrema pobreza ou que sofrem de fome.

O índice de pobreza baixou de 69,4% em 1997 para 54,1% em 2003, representando uma redução de mais de 15% em 6 anos, ou 2,6% por ano em média. Com uma continuação do forte crescimento económico, em cerca de 7% por ano durante a maior parte da última década, no período até 2015, esta meta será muito provavelmente atingida. O desafio actual preconizado no PARPA II é reduzir a pobreza até 45% em 2009.

A prevalência do baixo peso em menores de cinco anos e os níveis de mal nutrição no País experimentaram uma redução em média de 1,2% por ano entre 2001 e 2003, principalmente nas zonas rurais. Este desempenho deve ser avaliado tomando em conta que: (i) é difícil estabelecer a verdadeira posição com os dados disponíveis; e (ii) uma redução de 0.6% por ano no período 2004 – 2015 será suficiente para atingir a meta de 17% estabelecida no *Relatório Sobre os ODM* (2005).

2. Atingir o Ensino Primário Universal

A meta é garantir que até 2015, todos os rapazes e raparigas concluam um ciclo completo do ensino primário.

Em termos de indicadores de cobertura educativa, a taxa líquida de escolarização total (EP1+EP2) foi de 87.1. No que se refere, a taxa líquida de escolarização no EP1, esta passou de 83,4% em 2005 para 88,3% (previsão 88.0%) e a taxa bruta de admissão no EP1 passou de 160,6% em 2005 para 162,5% (previsão 161.7%). De notar que neste dois indicadores se registou um cumprimento de 100% de face ao programado. De notar que se o crescimento continuar a este ritmo, isto é, acima da média 2,8% por ano, se poderá atingir a meta dos ODM até 2015.

Neste ano, continuou a ser privilegiada a expansão do acesso (no Ensino Básico, o EP1 funcionou em 8.954 escolas o que representa um crescimento na ordem de 3% e o EP2, a ser leccionado em 1.514 escolas, cresceu em 14,7%. De notar também, um crescimento significativo ao nível do ensino secundário onde o número de escolas leccionando o ES1 e/ou o ES2 aumentou em 38,5% e 40,0% respectivamente em relação a 2005), a melhoria da qualidade do ensino e o reforço da capacidade institucional.

3. Promover a Igualdade do Género e a Autonomia das Mulheres

A meta é reduzir as disparidades de género em todos os níveis do ensino até 2015, priorizando os níveis primário e secundário.

A diferença em termos de género no ensino primário está a ser reduzida gradualmente a nível do ensino primário do primeiro grau (EP1). A taxa líquida de escolarização total (EP1+EP2) das raparigas de 83.8%. A taxa líquida de escolarização das raparigas no EP1 passou de 81,2% em 2005 para 86,3% em 2006 (previsão 86%), com a percentagem de raparigas a frequentar o EP1, aumentando de 46,3% em 2005 para 46,8%. No EP2 a percentagem de raparigas foi em 2006 de 41,9% enquanto que, no ESG1 e ESG2 foi de 42,2% e 38,9%, respectivamente. A taxa líquida de escolarização aos 6 anos de raparigas na 1ª classe atingiu 49.03%.

No contexto deste objectivo foram realizadas acções de sensibilização às raparigas e na redução dos desequilíbrios de género aos diferentes níveis e, de acordo com esta tendência a meta de se atingir a paridade de género no EP1 provavelmente será atingida antes do 2015. Contudo, as metas referentes ao ensino primário do segundo grau (EP2) e ao ensino secundário exigem uma atenção especial para que possam ser atingidas até 2015.

4. Reduzir a Mortalidade Infantil

A meta define a redução em dois terços, até 2015, da taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos.

Em 2003, as taxas de mortalidade de menores de 5 anos rondava os 19%. O desafio para 2006, foi programada uma cobertura de mais de 80% em todas as vacinas administradas a crianças menores de um ano, em 80% dos distritos, através da expansão de Postos Fixos de Vacinação, no âmbito do Programa Alargado de Vacinação (PAV).

No período em análise registou-se uma cobertura vacinal integral em todas as componentes, tendo-se registado um cumprimento em 100% nas taxas de cobertura VAS e DTP/Anti-pólio (previsão 98.0%), na HB 3ª dose (previsão 95%) e na taxa de cobertura do BCG (previsão 98%), respectivamente.

Registou-se também uma melhoria da quebra vacinal de 11.8% (DPT1/DPT3 em 2005) passando para 9.1% em 2006, resultante da melhoria na planificação e organização das actividades do PAV, realçar ainda, a melhoria da rede de cadeia de frio, associada a melhoria do fornecimento de vacinas e material de vacinação e a alocação de meios de transporte, actuaram sinergicamente para o aumento das coberturas vacinais em 2006. Referir que segundo o *Relatório Sobre os ODM, para se atingir a meta estabelecida 95% de cobertura em 2015*, é necessário um aumento anual de 1,5% por ano até 2015, uma tendência linear.

5. Melhorar a Saúde Materna

A meta é reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna.

Em 1995 a mortalidade materna em cada 100,000 nados vivos foi de cerca de 266/100,000.

A meta programada para 2006 é reduzir a mortalidade materna intra-hospitalar para 160/100,000 nados vivos. Para atingir a meta continuaram a ser privilegiadas acções de prevenção, de controle e tratamento das principais doenças endémicas que mais influenciam na morbi-mortalidade da população.

A taxa de mortalidade materna (óbitos maternos/100.000 mulheres grávidas) aumentou de 182 em 2005 para 190 em 2006. As Províncias de Cabo Delgado, Inhambane e Sofala similarmente a 2005, continuam a registar as mais altas taxas de mortalidade materna. As mais baixas taxas de mortalidade foram registadas nas províncias de Maputo Província e Cidade.

No que se refere a cobertura de partos institucionais, esta decresceu de 50.1% em 2005 para 48.4% (previsão 51%) no período em análise, o que significa um cumprimento de 96.6%.

A Província do Niassa apresentou as mais elevadas coberturas de consultas pré-natais e pós-parto tanto em 2005 como em 2006. Maputo Cidade foi a que maior cobertura de partos institucionais registou correspondendo ao dobro da média Nacional.

6. Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças

A meta é travar até 2015 e iniciado a inversão do alastramento do HIV/SIDA.

Segundo as projecções de impacto demográfico, um pouco mais de 1,6 milhões de pessoas poderão estar infectadas pelo vírus em 2006, sobretudo na faixa etária dos 15 aos 49 anos. Estima-se que 500 pessoas contraem novas infecções diárias do HIV. A maioria de novos casos irão ocorrer entre as pessoas actualmente HIV positivas. Referente ao aumento do acesso ao tratamento com ARV e das doenças oportunistas, até o final do ano foram abertos mais 120 sítios perfazendo actualmente 150 locais oferecendo o tratamento ARV dos quais 32 oferecem TARV pediátrico.

Dados apurados indicam que os órfãos maternos devido ao SIDA têm estado a aumentar, enquanto que os órfãos cujas mães morrem por outras causas tendem a reduzir. Perante este cenário, a prevalência do HIV/SIDA entre crianças e os adultos, 15 a 49 anos de idade, aumentou de forma constante nos últimos anos, passando de 8,2% em 1998 para 13,6% em 2002 e Segundo a última ronda de vigilância epidemiológica de 2004, a seroprevalência a nível do país é de 16.2% (sendo a região centro a mais afectada com 20.4%, a região sul

com 18.1% enquanto que a região norte apresenta 9.3%) em 2004, embora varie grandemente entre as três regiões do país.¹ A diferença de género é particularmente acentuada entre os grupos etários dos 15-19 anos e 20-24 anos, onde a prevalência entre as mulheres é três vezes maior do que a dos homens.

Até 2015, ter estancado a incidência da malária e de outras doenças importantes e começando a inverter a tendência actual.

No período em análise os resultados foram satisfatórios, no sentido em que, a pulverização foi realizada em todos os distritos previamente seleccionados de todas as províncias, com 91% de cobertura (casas pulverizadas). Com a expansão para o distrito da Manhiça (primeira ronda) bem como no município da Matola e Maputo, a cobertura da pulverização domiciliária residual atingiu a cobertura de 34% (previsão 25%) da população, significando um aumento em 136% do programado. através duma estratégia integrada de controlo da malária o uso de redes mosquiteiras impregnadas e a Pulverização Intra-domiciliária, o controle larval nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane e o início da profilaxia da malária na gravidez (tratamento intermitente preventivo) a nível nacional.

No que se refere a incidência da malária, registou-se um ligeiro aumento de casos 5.923.857 em 2006 comparativamente a 5.896.411 em 2005. A província de Nampula foi a que mais casos reportou (1.124.116), seguida de Gaza (874.302). A letalidade por esta doença manteve-se praticamente estável, 0.07% para 0.08% em 2006

5. Garantir a Sustentabilidade Ambiental

A meta é integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas sectoriais e inverter a perda dos recursos ambientais

Neste período, foram desenvolvidas acções visando o fortalecimento da coordenação e integração da componente ambiental no PARPA II e nos planos sectoriais e provinciais, através da criação de unidades ambientais nos sectores e reforço das já existentes, desenvolvidas acções no âmbito do ordenamento territorial para garantir o pleno aproveitamento dos recursos naturais e humanos do país. Foi fortalecido o Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (CONDES), através da criação de representações locais, em Sofala, Nampula e Inhambane, estando em processo de elaboração, a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável.

Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável a água potável.

A meta de cobertura na água rural prevista para 2006 é de 45%, onde previa-se a construção e reabilitação de 1350 fontes de abastecimento de água (sendo 610 furos, 115 poços e 625 fontes) beneficiando cerca de 675.000 pessoas adicionais, incluindo a reabilitação de Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água. No período em análise foram construídas e reabilitadas 1532 (dos quais 614 furos, 137 poços e 781 fontes reabilitadas) correspondendo a 113.5% face ao planificado, beneficiando uma população de cerca de 766,000 habitantes. A cobertura de água situou-se nos 42% no total, 43.1% na zona rural e 37.5% na zona urbana.

¹ A taxa de prevalência em 2002 foi estimada em 16,7% na região centro, 14,8% na região sul e 8,4% na região norte.

A meta no âmbito de saneamento urbano é garantir que 39% da população peri-urbana tenha acesso aos serviços de saneamento através da reabilitação dos sistemas de abastecimento e redução das perdas, estando previsto a construção de 10.000 latrinas melhoradas. No período em análise, registou-se melhoria no sistema de saneamento na ordem de 36.5%. Das 10.000 latrinas planificadas (8.000 peri-urbano e 2.000 rural) foram executadas 14.868 (sendo 8913 nas zonas peri-urbanas e 5955 nas zonas rurais), correspondendo 148.7% do programado.

Destacar ainda acções desenvolvidas na componente de saúde ambiental incidiram nos sectores de higiene pública, e está em curso a definição da Estratégia sobre a Água e Saneamento e elaboração da Estratégia sobre o Saneamento para o Sector da Saúde.

8. Criar uma Parceria Mundial em Prol do Desenvolvimento

A meta é desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório incluindo um compromisso em relação à boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza.

No âmbito das actividades de natureza bilateral e multilateral, o primeiro semestre este ano, foi caracterizado por uma intensa actividade político-diplomática, tanto a nível presidencial, ministerial e técnica, incluída a acreditação de novos Embaixadores e/ou Altos Comissários. Neste contexto, é de realçar a participação efectiva do País a nível dos organismos internacionais tais, como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), União Africana (UA), NEPAD, Organização das Nações Unidas (ONU), África, Caraíbas e Pacífico (ACP), e Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros de que o País é membro; destacando as negociações e respectivo acordo assinado com Portugal no âmbito da Reconversão da Barragem de Cabora Bassa para Moçambique.

Foi iniciado o processo de preparação do Fórum Nacional do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF) cujo o lançamento foi a 13 Julho 2006.

No prosseguimento da actividade diplomática visando a mobilização de recursos para apoiar programas de redução da pobreza e desenvolvimento de Moçambique, importa destacar o lançado o processo de Revisão Conjunta 2006 (1 de Março) cujas discussões estiveram centradas na avaliação acordada do desempenho do Governo em 2005, em particular do Balanço do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado 2005, na proposta de uma matriz de indicadores principais para o período 2007-2009, baseada na matriz estratégica do PARPA II, lançamento do Projecto “Vilas do Milénio” pelo Professor Jeffrey Sachs, Conselheiro Especial do Secretário-Geral da ONU para as Questões dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM's), ocasião que serviu para a reafirmação da disponibilidade das Nações Unidas na mobilização de apoios para Moçambique para a implementação dos ODM's.

III.3. IMPACTO DEMOGRÁFICO DO HIV-SIDA

Moçambique é um país cuja população é bastante jovem, (45% da população total do país tem a idade inferior a 15 anos). A população moçambicana é estimada em 19.888.701 habitantes e continua a crescer de forma rápida e desproporcional ao crescimento da economia do País, o que se traduz pela elevada Taxa Média de Crescimento Anual da

população que se situa em 2,4%. O número de filhos por mulher na idade reprodutiva (15-49 anos) ainda se afigura elevado, se tomarmos em conta os padrões dos países desenvolvidos que é em média de 2 filhos por mulher. Portanto, cada mulher em idade reprodutiva possui em média 5 filhos ao nível do país. Nas zonas rurais, uma mulher chega a ter em média 6 filhos, comparada com a das zonas urbanas onde em média uma mulher possui 4 filhos.

A maioria da população moçambicana encontra-se a residir nas zonas rurais. Do total de 19,888,701 habitantes que o país possui actualmente, 14.218.061 encontram-se a residir no campo, contra 5,670,640 que residem nas zonas urbanas, correspondendo a 71% e 29%, respectivamente.

A densidade populacional baixa continua a constituir preocupação do Governo moçambicano no processo de desenvolvimento, no que se refere ao provimento de serviços sociais básicos e de qualidade para a grande maioria de moçambicanos. Este facto é bastante evidente em províncias onde a dispersão populacional afigura-se mais acentuada, como é o caso das Províncias de Niassa (8 hab/Km²), Tete (16 hab/Km²) e Gaza (17 hab/Km²).

Apesar do fraco nível de urbanização, o país ainda continua a registar uma crescente tendência de movimentação populacional do campo para a cidade. Este fenómeno é mais saliente em relação aos grandes centros urbanos do país (Maputo, Beira e Nampula). Como consequência há uma forte pressão sobre as infra-estruturas e solos urbanos que, por sua vez, resultam em problemas de saneamento do meio e doenças contagiosas.

No que toca a Mortalidade Infantil a meta é de reduzir em dois terços, até 2015 a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos. Em 2003 esta taxa se situava em 124 mortes em cada 1.000 nados vivos. Como resultado dos progressos registados, principalmente em cuidados de saúde primários, a mesma registou uma redução para 108 mortes em cada 1.000 nados vivos, no ano de 2005. Portanto, se as condições em termos de cuidados de saúde primários continuarem a melhorar conforme as perspectivas do Governo Moçambicano este indicador poderá reduzir-se cada vez mais e situar-se em 93 mortes em cada 1.000 nados vivos em 2010.

No que diz respeito à imunização infantil, em 2003 a taxa de cobertura vacinal situava-se em 53% ao nível nacional com diferenciação segundo área de residência, sendo de 75% nas zonas urbanas e 44% nas zonas rurais. O desafio traçado para 2006 foi de aumentar a cobertura para 80% em todas as vacinas administradas a crianças menores de um ano e em 80% nos distritos, através da expansão de Postos Fixos de Vacinação, no âmbito do Programa Alargado de Vacinação (PAV). No quadro do programa alargado de vacinação a realização foi de 100% para a vacina BCG e de 100% para as restantes vacinas (VAS, DPT, Anti-pólio e HB (3^a)).

Quanto ao melhoramento da Saúde Materna, a meta fixada foi de reduzir de 182/100.000 em 2005 para 160/100.000 em 2006 os óbitos maternos. Portanto, em 2005 o número de mulheres que morreram por causas relacionadas com complicações da gravidez (antes, durante ou depois do parto) foi de 182 mortes em cada 100,000 mulheres grávidas. A meta prevista para o ano não foi atingida, tendo se registado uma taxa de Mortalidade Materna maior a da registada em 2005. Em 2006 a taxa de mortalidade materna foi de 190/100.000 mulheres grávidas. Esta situação revela que algumas acções de prevenção, de controlo e tratamento das principais doenças endémicas que mais influenciam na morbi-mortalidade da

população não decorreram conforme o previsto. As mais baixas taxas de mortalidade materna foram registadas nas províncias de Maputo Cidade e Maputo Província. As províncias de Inhambane, Cabo Delgado e Sofala foram as que registaram as mais altas taxas de mortalidade materna.

No que se refere a cobertura de partos institucionais, em 2003 era de 47%, destacando-se a cidade de Maputo com a maior taxa de cobertura (88%) e a menor taxa de cobertura na província de cabo Delgado (30%). A meta para 2006 foi de 52%, tendo-se registado uma cobertura de 48.4%, contra 50.1% do período anterior.

No capítulo do combate ao HIV/SIDA, malária e outras doenças a meta é travar até 2015 e iniciar a inversão do alastramento do HIV/SIDA. Espera-se que até 2015 se consiga deter a incidência da malária e de outras doenças importantes e começando a inverter a tendência actual. Segundo as projecções de impacto demográfico, mais de 1,6 milhões de pessoas ficaram infectadas ao longo de 2006, sobretudo indivíduos da faixa etária dos 15 aos 49 anos. As estimativas apontam para 500 novas infecções diárias pelo HIV no país, onde a maior parte dos novos casos ocorreram em indivíduos já seropositivos.

No que se refere expensão do acesso ao tratamento com ARV previa-se 16.000 mulheres grávidas seropositivas recebendo profilaxia. No período em análise foram abrangidas 10.763 mulheres, o que corresponde a 67.3% de cumprimento do plano e 9.284 crianças filhos de mães seropositivas.

O número de órfãos maternos devido ao SIDA têm estado a aumentar, enquanto que os órfãos cujas mães morrem por outras causas tendem a reduzir.

No domínio da Pulverização Domiciliária Residual a meta para 2006 é aumentar a cobertura da população de 20% para 25%. A pulverização foi realizada em todos os distritos previamente seleccionados de todas as províncias, com 91% de cobertura de casas pulverizadas. A pulverização domiciliária residual atingiu a cobertura de 34% da população.

As províncias de Gaza, Inhambane, Tete, Zambézia e Cabo Delgado contam, actualmente, com projectos bem estabelecidos de distribuição de redes mosquiteiras às mulheres grávidas através das consultas pré-natais e às crianças menores de 5 anos. O ano de 2006 foi marcado pelo início da profilaxia da malária na gravidez (tratamento intermitente preventivo) a nível nacional, tendo sido feita a formação do pessoal de saúde sobre a matéria.

IV. CONTEXTO MACROECONÓMICO NACIONAL

O Plano Económico e Social de 2006 definiu como principais objectivos os seguintes:

- Alcançar um crescimento económico que se situe em torno de 8%;
- Conter a taxa de inflação média anual em 7.5%;
- Atingir um nível de 1,802.5 milhões de dólares, em exportações de bens o que representa um crescimento de cerca de 5%;
- Atingir um nível de reservas internacionais líquidas que financiem cerca de 4 meses de importações de bens e serviços;
- Prosseguir com a criação de condições que tornem atractivo o investimento em Moçambique, salvaguardando no entanto uma correcta gestão do meio ambiente; e

- Melhorar a quantidade e qualidade dos serviços públicos de educação, saúde, água, energia, saneamento e estradas.

O Balanço do Plano Económico e Social 2006 indica:

- Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 9,6%;
- Taxa de inflação acumulada (IPC-Maputo) de 9,4%;
- Exportações de bens, reportadas até o III Trimestre, atingiram cerca de 1,745.6 milhões de dólares; e
- Entrada de Investimentos, medida pelo somatório de Empréstimos Privados Desembolsados e Investimento Directo Estrangeiro, atingiu no III Trimestre 457.8 milhões de dólares.

IV.1. PRODUÇÃO GLOBAL E SECTORIAL

A produção global da economia moçambicana registou em 2006, um crescimento de 9.2% em relação aos níveis registados em 2005.

Contribuíram em grande medida para o desempenho global, os sectores da agricultura (11.1%), construção (23,6%) e dos transportes e comunicações (21.2%).

No geral o desempenho agrário foi impulsionado pelo registo de condições climáticas favoráveis para a prática agrícola. O desempenho da construção resulta essencialmente do investimento público em infra-estruturas, no âmbito do combate à pobreza, sendo de destacar, a construção das pontes sobre os rios: Zambeze em Caia, Rio Limpopo entre Guijá e Chòkwe, e sobre o rio Lugela na Zambézia, bem como as obras de ampliação da EN1, reabilitação de baragens e demais edificações públicas (escolas e hospitais). O desempenho dos transportes e comunicações resulta essencialmente do aumento registado na oferta de serviços de comunicações, transporte aéreo e transporte rodoviário de carga.

PRODUÇÃO GLOBAL E SECTORIAL - Taxas de Crescimento (%)

PRODUÇÃO	2005 BL	2006 PL	I.S. 2006	2006 BL
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA	1.8	6.5	10.9	10.4
Agricultura	1.5	6.9	9.7	11.1
Pecuária	0.7	5.8	14.4	8.1
Silvicultura e Exploração Forestal	5.6	2.9	19.6	4.7
PESCA	3.4	3.3	6.6	-3.5
IND. EXTRACÇÃO DE MINERAIS	11.1	14.6	12.4	13.0
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	3.6	4.3	3.7	3.6
ELECTRICIDADE E ÁGUA	12.8	4.3	1.6	9.9
CONSTRUÇÃO	25.8	27.3	17.5	23.6
COMÉRCIO	2.1	8.7	9.1	4.2
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO	1.1	1.0	1.1	4.5
RESTAURANTES E HOTEIS	6.1	6.1	13.6	15.2
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	19.5	9.6	25.5	21.2
SERVIÇOS FINANCEIROS	2.9	2.8	3.2	2.9
ALUGUER DE IMÓVEIS	2.4	2.4	2.4	2.4
SERVIÇOS PRESTADOS A EMPRESAS	5.6	4.5	5.6	4.8
SERVIÇOS DO GOVERNO	21.0	9.6	10.1	4.5
OUTROS SERVIÇOS	1.4	1.0	1.0	4.3
TOTAL PRODUÇÃO	8.4	8.2	10.0	9.2

O desempenho registado em 2006 é positivo, se termos em conta os índices de crescimento registados em quase todos sectores económicos e sociais do País.

A. AGRICULTURA, PECUÁRIA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL

Registou-se um atraso e irregularidade das chuvas durante a campanha, sem contudo afectar as zonas com maior potencial produtivo. As condições climáticas que permitiram a realização de sementeiras iniciaram em finais de Novembro nas zonas Sul e Centro, e entre finais de Dezembro e princípios de Janeiro na zona Norte, tendo contudo resultado em inundações em algumas zonas baixas das províncias de Gaza, Inhambane e Sofala.

Registou-se a ocorrência de pragas (gafanhoto elegante e lagarta invasora), animais bravios, e o ataque generalizado do escaravelho preto no milho, afectando no conjunto, as províncias de Maputo, Gaza, Sofala, Manica, Tete, Cabo Delgado e Niassa.

No que diz respeito à disponibilidade de insumos, em todas as zonas do país, não foi limitante, com a excepção nas províncias de Niassa e Maputo. Foram distribuídas 50,5 ton de sementes de milho, arroz, amendoim, batata reno e hortícolas para a província de Niassa. Na província de Maputo, as necessidades em sementes foram asseguradas através da realização de feiras de sementes. De referir que foram realizadas feiras de sementes nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, e Zambezia beneficiando 71.750 famílias.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - Taxas de Crescimento (%)

	2005 BL	2006 PL	I.S. 2006	2006 BL
TOTAL	1.5	6.9	9.7	11.1
EMPRESARIAL	-10.4	8.4	22.4	21.6
FAMILIAR TOTAL	3.0	6.7	8.6	10.2
FAM. COMERCIALIZADO	8.1	10.7	5.0	13.1
AUTOCONSUMO	0.2	4.4	10.9	8.4

A produção empresarial e comercialização familiar, incluindo o autoconsumo, registou um crescimento de 11,1%. Para estes resultados é de destacar o registo de condições favoráveis para a prática desta actividade, e o papel desempenhado pelo Governo na promoção da actividade agrícola, através de:

- Fomento de culturas tolerantes à seca (batata doce, mandioca, ananás)- já disponíveis nas Províncias;
- Sensibilização dos produtores para o aproveitamento das zonas baixas e aproveitamento dos recursos hídricos existentes para agricultura;
- Reabilitação, manutenção e aquisição de pequenos sistemas de irrigação; e
- Distribuição de insumos agrícolas através da realização de Feiras agro-pecuárias e promoção da utilização de insumos e tecnologias melhoradas.

Para a produção de principais culturas alimentares o sector familiar cultivou cerca de 4.203.716 ha, o que representa uma expansão de 2.0%. No geral registou-se um melhoramento na produtividade agrícola, onde o aumento da produção agrícola foi superior à expansão das áreas de cultivo,conformr ilustra a table seguinte:

Áreas semeadas e produção agrícola das campanhas 04/05 e 05/06

Campanha 2004/05			Campanha 2005/06		Variação	
Culturas	Área	Produção	Área	Produção	Área	Prod
	'000 ha	'000 ton	'000 ha	'000 ton	%	%
Milho	1,440	1,382	1,471	1,534	2.2	11.0
Mapira	530	308	542.3	339	2.3	10.0
Mexoeira	95	36	97	43	2.1	19.0
Arroz (casca)	191	174	194	183	1.7	4.9
Total Cereais	2,256	1,900	2,305	2,098	2.2	10.4
Feijões	451	201	458	219	1.6	9.0
Amendoim	310	132	315	146	1.7	10.3
Total leguminosas	761	333	774	365	1.7	9.5
Mandioca	1,106	6,635	1,126	7,552	1.8	13.8
Total	4,123		4,204		2.0	

Note-se que no sector familiar os aumentos da produção e produtividade agrícola são também traduzidos por um aumento do auto-consumo. Contudo, a magnitude do aumento não revela, categoricamente, que há uma tendência de expansão do auto-consumo das famílias, a ritmos acima do crescimento populacional, e nem quer reflecte, exclusivamente, as dificuldades de escoamento da produção; pois, os níveis de comercialização estão também associados à dificuldade de captação da comercialização do sector familiar através do sistema de mercado. Entre os possíveis canais de comercialização não contabilizada, aponta-se a troca directa de produtos, e a venda da produção pelas famílias nos países vizinhos.

Embora tenha havido um crescimento de 46.3% na comercialização do algodão, a comercialização dos produtos de exportação registou um decréscimo de 1,7%, devido fundamentalmente à redução verificada na cultura de castanha de caju, a qual tem um peso relativamente maior neste grupo.

Em 2006, foram comercializadas 62,821 toneladas de castanha de caju, contra 104,337 toneladas de 2005. Este decréscimo, também previsto no PES 2006, deriva do facto de o caju ser uma cultura com um comportamento cíclico em períodos de 5 anos, onde a produção evolui de forma crescente até atingir um “pico”, após o qual se regista um decréscimo. A campanha da castanha 2004/2005 é reportada como sendo a melhor registada nos últimos 10 anos, e representou o referido “pico”. Adicionalmente, aponta-se a expansão do Oídio em Nampula, província que actualmente produz cerca de 70% da produção total. Em contrapartida, o aumento do preço de combustível no período em que decorreu a actividade de pulverização contra o Oídio (Julho-Agosto), resultou na redução no número de árvores tratadas.

PRODUÇÃO EMPRESARIAL E COMERCIALIZAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR (%)

(Taxas de Crescimento)

DESIGNAÇÃO	2005 BL	2006 PL	I.S. 2006	2006 BL
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	30.1	5.8	-1.0	-1.7
Castanha	142.7	-13.6	-39.8	-39.8
Algodao	-12.6	25.2	40.1	46.3
Copra	0.0	0.0	-10.1	8.3
Cana de açúcar	19.0	11.7	6.9	-8.3
Citrinos	0.0	0.0	0.0	6.7
Cha folha	5.7	0.0	3.8	0.0
PRODUTOS BASICOS ALIMENTARES	-4.2	8.0	9.2	33.3
Milho	1.8	4.8	9.9	16.4
Arroz Casca	-11.7	3.6	29.4	24.8
Mapira	-6.5	2.8	101.2	97.1
Mandioca	3.5	3.8	8.0	11.1
Amendoim descascado	-0.2	3.0	2.6	13.7
Feijao	3.2	5.0	-0.1	90.0
Hortícolas	-26.8	20.9	21.6	28.8
Cebola	-66.5	33.0	-43.0	23.9
PRODUTOS PARA A INDUSTRIA	24.1	18.2	22.3	10.2
Tabaco	33.9	28.5	6.5	-9.2
Tomate	4.3	6.0	93.7	93.7
TOTAL	4.8	10.1	9.6	14.9

No que concerne a cultura do algodão, apesar das chuvas terem começado muito tardiamente houve um aumento da produção em cerca de 46.3% em relação a campanha 2004/05. A razão disso é que a pluviosidade foi suficiente de Janeiro/06 a Março/06, e o excesso de água que se temia em Abril/06 dissipou-se. Por outro lado, o frio que se receava que pudesse impedir a abertura das cápsulas do algodão, felizmente também não foi rigoroso. De referir que ainda está em curso em algumas zonas da província de Nampula, a comercialização do algodão caroço relativa a campanha finda, factor que pode influenciar na determinação da produção total do algodão caroço comercializado, prevendo-se ainda comercializar, cerca de 3.600 toneladas referentes à campanha 2005/06.

A produção da cana de açúcar registou uma redução de 8,3% relativamente a 2005. As principais razões desta redução foram a má distribuição da precipitação, problema associado à deficiência na rega para complementar as chuvas e problemas de acesso à energia eléctrica em algumas açucareiras. Estes problemas afectaram os rendimentos agrícolas, reduziram o conteúdo de sacarose na cana e implicaram uma redução na produção do açúcar.

No entanto, apesar da redução na produção de açúcar em 2006, o volume de açúcar produzido, será suficiente para satisfazer as necessidades do mercado nacional, exportações para os mercados preferenciais incluindo as solicitações adicionais nestes mercados, e para exportar para o mercado internacional livre.

A comercialização dos produtos alimentares básicos apresentou a tendência de crescimento mais alta dos últimos tempos (33,3)%. De referir que os produtos alimentares representam o maior bolo da produção agrícola comercializada, portanto, com importância crucial para o

bem estar das famílias, quer do ponto de vista de garantia da segurança alimentar, quer do ponto de vista de obtenção de rendimentos para a satisfação das necessidades vitais.

Note-se que ao nível nacional, os efeitos conjugados de temperaturas elevadas, ocorrência de pragas e animais bravios resultaram na perda de cerca de 63.500 ha com culturas alimentares diversas, o que corresponde a 1.5% do total da área semeada (4 203 716 ha).

Os produtos para indústria cresceram 10,2%, com os altos níveis de produção registados nas culturas de tomate(93,7%).

A produção de tabaco registou um decréscimo na ordem de 9.2%, tendo-se situado em 59.071 toneladas. Esta redução deve-se fundamentalmente aos níveis de produção registados na província de Manica, onde registou-se uma redução de 80,4% das áreas de cultivo do sector familiar (3.172,5 ha contra 16.211,4 ha), e 81,4% do sector empresarial (495,1 contra 2.667 ha), com a extinção da Stancom e Tabacos de Moçambique, principais operadores da indústria do tabaco nesta província.

COMERCIALIZAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR (%)
(Taxas de Crescimento)

DESIGNAÇÃO	2005 BL	2006 PL	I.S. 2006	2006 BL
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	37.9	4.7	-5.4	-0.3
Castanha	142.7	-13.6	-39.8	-39.8
Algodao	-11.3	25.0	38.8	44.9
Copra			-9.5	35.7
Canha de açúcar	0.9	2.2	0.0	0.0
Citrinos	0.0	0.0	0.0	66.7
Chá folha			0.0	0.0
PRODUTOS BASICOS ALIMENTARES	-2.1	8.3	6.5	33.9
Milho	-3.7	7.1	12.7	20.8
Arroz Casca	-7.0	4.0	42.6	35.8
Mapira	-7.0	2.9	124.2	119.1
Mandioca	3.5	4.0	10.5	14.6
Amendoim descascado	0.0	3.0	2.7	14.1
Feijão	4.1	5.0	-0.1	97.1
Hortícolas	0.0	39.9	-1.3	6.5
Cebola	-78.0	33.3	-36.2	18.5
PRODUTOS PARA A INDUSTRIA	43.6	28.5	11.9	-4.4
Tabaco	39.0	31.4	6.3	-10.6
Tomate	62.1	19.4	281.6	281.6
TOTAL	8.1	10.7	5.0	13.1

A comercialização do sector familiar registou um crescimento de 13,1%.

No concernente à produção pecuária, referir que o ambiente e perspectivas de produção pecuária conheceram um assinalável impulso, destacando-se: i) relançamento da produção de ovos para a produção do pinto de 1 dia pela UGC (sector cooperativo); ii) lançamento do projecto para a produção de frangos e ovos na província de Maputo; iii) dois matadouros

industriais quase concluídos em Manica; iv) investimentos em curso na área avícola em Niassa, v) investimento no sector de leite nas províncias de Sofala e Manica com a introdução de raças melhoradas para potenciar a produção de leite nos pequenos produtores.

O efectivo global de bovinos para o ano 2006 está situado em 1,512,000 cabeças

PRODUÇÃO PECUÁRIA (Taxas de Crescimento em Volume (%))

Descrição	2006 PL		2006 BL	
	SECT. FAM.	SECT. EMP.	SECT. FAM.	SECT. EMP.
Gado Bovino	3.8	3.8	8.0	8.0
Gado Suíno	2.0	2.0	2.0	2.0
Aves vivas	3.1	0.0	61.2	7.5
ovos frescos	16.4	20.9	0.0	2.4

A produção total de carne de vaca, porco e frango atingiu 13.514 toneladas, onde a carne de frango representa 51.3% do total produzido, o que revela uma relativa recuperação deste sector.

Foram ainda produzidos 1 250 440 litros de leite e 1 865 394 dúzias de ovos de consumo o que ditou ritmos de crescimento da produção animadores. De referir contudo, que a informação disponível ainda é preliminar pelo facto de esta reportar, para a maioria das províncias, a produção acumulada até ao III Trimestre.

O subsector de silvicultura e exploração florestal também registou um crescimento nos níveis de produção em comparação com o ano de 2005, onde atingiu um crescimento de 4,7%, mantendo deste modo a evolução positiva que vem se registando desde os anos anteriores. A produção de madeira em toros, do sector empresarial, cresceu 17.5%.

Foram emitidas no país cerca de 3.306 licenças para exploração florestal de espécies nativas, contra as 3.123 licenças emitidas no mesmo período de 2005.

A semelhança de 2005, em 2006, as províncias de Sofala, Zambézia e Cabo Delgado foram as que registaram os maiores volumes licenciados de madeira em toros, com cerca de 30%, 21% e 18% do total licenciado, respectivamente. Os maiores volumes de licenciamento nestas províncias relacionam-se em parte, ao facto destas possuírem grande potencial com espécies florestais de valor madeireiro e a crescente procura destes recursos no mercado nacional e internacional.

B. PESCAS

A produção pesqueira registou um decréscimo de 3,5%, onde a produção da pesca empresarial registou um decréscimo de 8,4%. Incluindo a produção da aquacultura. Na pesca empresarial, foram capturados 28,840 toneladas de diverso pescado, contra 27,315 toneladas de pescado de 2005.

PRODUÇÃO PESQUEIRA -Taxas de Crescimento (%)

	2005 BL	2006 PL	I.S 2006	2006 BL
TOTAL	6.8	3.3	6.6	-3.5
EMPRESARIAL	16.5	5.1	-3.4	-8.4
FAMILIAR TOTAL	-3.0	0.6	21.8	4.5
FAM. COMERCIALIZADO	-8.5	0.0	29.4	7.7
AUTOCONSUMO	2.5	1.2	15.7	2.4

Em 2006, registou-se um início tardio da actividade produtiva por parte de numerosa frota devido a problemas financeiros, sobretudo no que diz respeito á pesca do camarão. Os problemas financeiros do sector empresarial são devidos aos elevados custos dos combustíveis, tendo em conta que estes representam cerca de 51% dos custos de produção.

Associado a este constrangimento, e a pedido dos respectivos armadores, retiraram-se 5 embarcações de pesca do camarão, o que influenciou negativamente no volume global do pescado de camarão, lagostim e carangueijo.

A captura tradicional do camarão do sector empresarial, isto é, excluindo a produção da aquacultura, atingiu cerca de 7,393 toneladas, o que representa 91% da produção prevista no PES 2006 de cerca de 8100 toneladas.

A produção do camarão da aquacultura atingiu 913 toneladas, contra 1,067 toneladas de 2005.

PESCA EMPRESARIAL	2005 BL	2006 PL	2006 IS	2006 BL	Tx de cresc.
	Ton.	Ton.	Ton.	Ton.	em %
Lagosta	1.0	0.0	0.5	8.0	700.0
Caranguejo	158.0	150.0	51.0	107.0	-32.3
Gamba	1774.0	1100.0	660.0	1803.0	1.6
Peixe Fresco e Refrigerado	660.0	450.0	243.0	665.0	0.8
Kapenta	12991.0	20000.0	5396.0	15378.0	18.4
Fauna Acompanhante	1830.0	1000.0	534.0	1724.0	-5.8
Camarão*	9587.0	9300.0	4147.0	8306.0	-13.4
Lagostim	149.0	130.0	26.0	95.0	-36.2
Lulas e polvos	165.0	200.0	63.0	115.0	-30.3
Total	27315.0	32330.0	11120.5	28201.0	

PESCA ARTESANAL	2005 BL		2006 BL	
	T.C.Vol	Quant.	T.C.Vol	Quant.
		Ton	%	Ton
Lagosta	0.0	-	0.0	-
Caranguejo	-34.2	161	8.7	175
Peixe Fresco e Refrigerado	2.5	50,024	12.4	56,210
Camarão	2.5	4,555	-70.3	1,354
Cefalópodes	-55.4	239	50.2	359

Os dados da pesca artesanal foram obtidos por meio do sistema de amostragem o qual continua a cobrir apenas 5 províncias costeiras nomeadamente Maputo, Inhambane, Sofala, Zambézia e Nampula. Neste sector foram registadas 62,501 toneladas.

C. INDÚSTRIA EXTRACTIVA

A produção de minerais² registou um crescimento global de 13.0% comparativamente ao ano 2005. Neste sector o destaque vai para o crescimento registado na produção de Gás natural, Água Marinha Refugo, Turmalinas, Águas Marinhas e Condensado, tendo em conta o valor que estes adicionam na produção mineira global.

RECURSOS MINERAIS - Taxas de Crescimento em Volume (%)

DESIGNAÇÃO	2005 BL	2006 PL	I.S. 2006	2006BL
Carvão	-79.3	200.0	0.0	1098.5
Bauxite	6.0	24.0	291.5	16.3
Bentonite tratada	-5.4	11.1	191.2	26.5
Bentonite triada	4.2	22.4	0.0	-79.7
Mármore em chapas	-11.1	24.0	-29.0	5.5
Mármore em blocos	-17.5	33.3	-12.5	-7.3
Granada facetável	-19.1	104.5	618.4	163.9
Ouro	12.3	7.7	13.3	16.4
Água Marinha Refugo	129.0	120.0	-93.8	186.5
Turmalinas	-84.4	29.6	21.3	10177.4
Tantalite	-60.5	16.1	-72.0	-71.5
Berilo	435.9	20.0	105.3	-88.8
Areia	-41.7	3.6	51.3	-39.1
Calcário	-58.9	15.0	48.8	-76.2
Riolitos	14.4	34.8	-12.9	-99.3
Granitos	322.0	150.0	0.0	0.0
Dumortiorite	-91.2	20.0	0.0	200.0
Gás Natural	78.7	4.1	20.7	14.9
Quartzo				-33.8
Argila				593.2
Brita				477.5
Turmalina Refugo				16.7
Águas Marinhas				34046.7
Condensado				31.1
TOTAL	11.1	14.6	12.4	13.0

A produção do carvão mineral, registou uma evolução significativa tendo atingido 40.000 toneladas contra 3.417 toneladas produzidas em 2005, representando um crescimento de 1.098,5%. Este resultado deve-se fundamentalmente à instalação de novo equipamento em 2005 e a estabilidade laboral que se vive com o novo concessionário da mina Chipanga XI. Com efeito, no I semestre de 2005, não se registou nenhuma produção de carvão.

A produção do ouro tem estado a registar crescimentos ao longo dos últimos anos. Em 2006 a extracção do ouro registou um crescimento de 16,4%, mercê dos esforços desenvolvidos no âmbito do apoio e promoção da actividade mineira de pequena escala, em particular através do Fundo de Fomento Mineiro.

² Para o presente Balanço foi igualmente contabilizada a extracção mineira de novos produtos, nomeadamente, Quartzo, Argila, Brita, Turmalina Refugo, Águas Marinhas e Condensado.

A produção de águas marinhas e turmalinas, registou um crescimento, o qual está aliado ao facto do (i) número de licenças destes minerais estar a crescer, (ii) a descoberta de novas ocorrências contendo estes minerais e (iii) aos novos dispositivos no novo Regulamento da Lei de Minas.

A produção de gás natural registou um crescimento de 14,9%, tendência que se espera que se mantenha nos próximos anos, tendo em conta a proposta de expansão do centro de processamento do gás e gasoduto.

Por seu turno, a produção de tantalite tem estado a registar índices de produção negativos a partir de 2005. Em 2006 houve uma produção de 80 mil toneladas contra as 500 mil toneladas planificadas, o que representa uma realização de 16%.

Estes índices são fundamentados pela paralisação da fábrica que se registou para a instalação de equipamento para o aumento da capacidade da mesma, o que ditou um decréscimo na produção de cerca de 71,5%.

A produção de Riolitos decresceu significativamente, dada a existência de elevadas quantidades em stock.

D. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

A produção industrial empresarial registou um crescimento de 3,2%. Incluindo a produção do sector familiar o crescimento registado foi de 3,6%.

A tabela abaixo mostra em pormenor o comportamento da produção industrial por Divisões de actividade:

Evolução da Produção Industrial por Divisões de Actividade

Unid/Med: 10⁶MT

Descrição de Divisões	IS 2006 % Cresc	- 2005	2006	% Cresc
Outras Indústrias Extractivas	270.5	10.9	14.2	29.6
Indústrias Alimentares e Bebidas	6.9	6,059.9	6,391.0	5.5
Indústria do Tabaco	19.6	1,280.2	1,796.6	40.3
Fabricação de Têxteis	408.6	68.5	91.2	33.2
Indústria de Vestuário	-53.0	89.3	49.6	-44.4
Curtimenta e Fab.de Calçado	41.4	29.5	28.1	-4.8
Fabric. Papel, Cartão e seus Artigos	-25.4	201.8	210.9	4.5
Edição, Impressão e Reprod.	4.2	464.9	415.3	-10.7
Fabricação de Prod. Químicos	-7.2	471.4	412.8	-12.4
Fab. Art. Borracha e Material Plástico	-7.2	291.1	309.4	6.3
Indústrias Metalúrgica de Base	1.7	23,443.8	23,739.7	1.3
Fab.Prod.Metalico/Maquinas e Equipamentos	-26.7	207.6	142.8	-31.2
Fab. Maquinas e Equipamento	32.1	58.1	59.0	1.6
Fab. Máquina e Aparelhos Eléctrico	57.8	165.3	212.4	28.5
Fab. Veículos Auto. e Reboques	32.6	6.4	15.7	145.4
Fab. Outro Material de Transporte	-71.0	39.1	19.9	-49.1
Fab. Mobiliário; Outras Ind. Transformadoras	4.2	123.7	129.5	4.7

Produç. Distrib.Vapor, Agua Quente. Prod. Gelo	17.3	4.7	4.5	-4.3
Outras. Act.e Serv. Prestados às Empresas	171.2	16.4	31.1	90.2
Total	3.3	33,032.5	34,073.7	3.2

Na categoria de Outras Indústrias Extractivas (Extracção e Refinação de Sal) registou-se um crescimento de 29,6%.

As Indústrias Alimentares e das Bebidas registaram um crescimento de 5,5%, como resultado da implementação do Diploma Ministerial nº.99/2003 sobre o regime aduaneiro da Indústria Transformadora e o Decreto nº 55/04 que isenta o pagamento do IVA e de direitos aduaneiros na importação da respectiva matéria prima (óleo cru), facto que estimulou o aumento da produção. É de destacar ainda a contribuição positiva da CDM e da Coca Cola, para além da contribuição das indústrias de águas minerais. Contribuiu igualmente para o crescimento acima assinalado as acções desenvolvidas no âmbito da campanha de promoção da produção e consumo de produtos nacionais "Made in Mozambique".

A Indústria do Tabaco cresceu 40,3%. Este alto crescimento é contributo das empresas MLT-Mozambique Leaf Tobacco, produtora de tabaco com 58,9% e da BAT que registou um crescimento de 5,6%.

A Impressão e Reprodução de Suportes de Informação Gravados tem registado instabilidade nos seus níveis de produção pelo facto do sector laborar com base em encomendas. Contudo, espera-se que com implementação do regulamento de Contratação de Empreitadas de Obras Publicas, fornecimento de bens e serviços ao Estado a situação vai melhorar significativamente. A assinatura do Acordo com os Ministérios da Educação no sentido de uma parte do livro escolar seja produzida em Moçambique, bem como com os outros Ministérios - Defesa e Interior para produção de outros produtos, tais como (passaportes, fichas entre outros), poderá contribuir para melhorar o desempenho deste sector.

As Indústrias Metalúrgicas de Base registaram um crescimento de 1,3%, onde a produção da Mozal cresceu 1,1%.

A Indústria Têxtil registou um crescimento positivo na ordem 33,2% como resultado da contribuição das empresas da Baptista Salomão, Mozambique Sack produtoras de sacos de rafia e a empresa Stripes.

A Indústria de Vestuário registou um decréscimo de 44,4%. Contudo, espera-se que com a assinatura dos memorandos de entendimento no âmbito da campanha "Made in Mozambique" com os Ministérios da Saúde, Educação, Defesa e Interior, a situação venha a mudar tendo em conta a primazia dada às empresas nacionais no fornecimento de artigos de vestuário para estas instituições.

A Indústria de fabricação de produtos Químicos teve um decrescimento de 12,4% que resulta de problemas relacionados com a existência no mercado de produtos similares importados que são comercializados a preços relativamente baixos. E a paralisação da empresa Colgate Palmolive que encerrou a sua actividade industrial a partir do 3º trimestre 2006 passando a exercer actividade de importação e comercialização dos produtos da sua nomenclatura.

A industria de fabricação de outro material de transporte teve um decrescimento de 49,1% que resultou fundamentalmente da paralisação em 2006 da empresa Cometal que é um dos

grandes contribuintes deste sector, prevendo-se o arranque da sua actividade produtiva no I trimestre de 2007

E. ELECTRICIDADE E ÁGUA

A produção de electricidade e água durante o período em análise cresceu 9,9% comparativamente a 2005. A produção total de energia eléctrica cresceu 10,9%. Neste período a energia produzida pela HCB cresceu 10,6%.

A produção hídrica da EDM cresceu 36,5%, comparativamente a 2005 dada a maior disponibilidade das máquinas e do volume da água disponível no caudal, e também uma melhoria da gestão energética das centrais de Chicamba e Mavuzi.

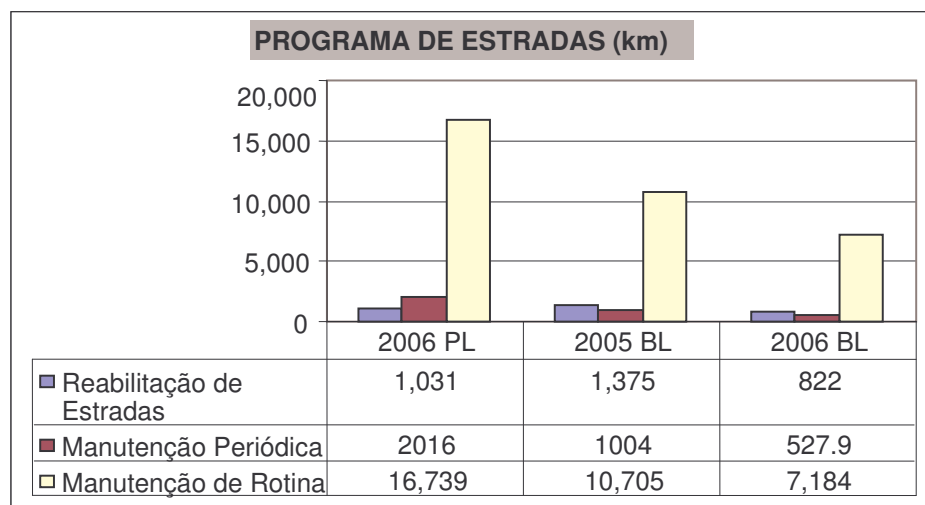
O volume total das exportações de energia em 2006 cresceu 6,6% comparativamente ao de 2005. Neste período a HCB exportou para Zimbabwe 3.022.891 MWh, o que representa um crescimento de 45,4%.

O fornecimento de energia para o mercado interno através da EDM, registou um crescimento de 12,9% reflectindo a maior oferta de energia com a electrificação rural e crescimento económico urbano.

O número de novas ligações ligados à rede eléctrica nacional, durante o ano de 2006, foi de 83.010 consumidores domésticos e industriais, totalizando 412.113 clientes em 2006. Com estes números, a percentagem da população com acesso à rede nacional de energia, estima-se em 9,4%.

F. CONSTRUÇÃO

Em termos globais, os indicadores da construção apontam para um crescimento de 23,6%. Este crescimento espelha o esforço do investimento público no desenvolvimento de infra-estruturas, nomeadamente, a construção das pontes sobre os rios: Zambeze em Caia, Rio Limpopo entre Guijá e Chòkwe, e sobre o rio Lugela na Zambézia, bem como as obras de ampliação da EN1, reabilitação de baragens e demais edificações públicas (escolas e hospitais).



No geral o programa de estradas³ mostra que foram reabilitados 822 km de estradas, e realizados trabalhos de manutenção periódica a 527.9 km e de rotina (7,184 km). No total o programa de estradas incidiu sobre 8,534 km contra 13,084 de 2005.

G. COMÉRCIO

Os resultados apurados indicam um crescimento da actividade comercial em 4,1%. Esta dinâmica resulta do comportamento das actividades do sector real nomeadamente os sectores agrário, indústria transformadora e indústria extractiva, assim como o aumento líquido do fluxo comercial internacional reportado na balança de pagamentos.

H. RESTAURANTES E HOTÉIS

Durante o ano de 2006 a actividade dos restaurantes e hotéis registou um crescimento de 15,2%. Foram analisados 193 projectos e, deste número, foram aprovadas 116 propostas, encontrando-se em tramitação 77 projectos. O nível de aprovação de projectos está na ordem de 60,1%.

O volume de investimentos proposto e aprovado corresponde a 615,8 milhões de dólares americanos. Destes projectos destacam-se os projectos aprovados na Cidade de Maputo com cerca de 325,96 milhões, província de Gaza, orçado em 171,079 milhões de dólares americanos, Inhambane, Sofala e Zambézia na ordem de 47,44 milhões de dólares americanos e Cabo Delgado com um investimento estimado em 32,508 milhões de dólares americanos. Este investimento irá incrementar a capacidade de hospedagem no país em 2,855 quartos, correspondente a 3,896 camas. Em termos de postos de trabalho, o investimento criará 3,890 novos postos de emprego.

³ A realização detalhada do programa de estradas encontra-se descrita no capítulo de infra-estruturas.

I. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

O crescimento global do sector dos transportes e comunicações foi de 21.2% , mercê do desempenho registado nos serviços de comunicações, transporte aéreo transporte rodoviário de carga.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES – Taxas de Crescimento (%)

Designação	2005 BL	2006 PL	I.S. 2006	2006 BL
Transporte Ferroviário	4.9	5.3	13.5	5.6
Transporte Rodoviário	12.1	5.4	26.4	13.8
Transporte por Oleodutos	-16.9	37.0	-55.8	-18.6
Transporte Marítimo e Cabotagem	-4.0	3.8	2.6	30.3
Transporte Aéreo	5.7	5.3	47.9	28.4
Serviços relacionados com os Transportes	8.9	4.3	6.4	5.5
Serviços de Comunicações	100.5	20.5	33.6	29.7
TOTAL	19.5	9.6	25.5	21.2

Em 2006, registou-se um aumento de subscritores da telefonia fixa e móvel, tendo a telefonia fixa passado dos 65,992 subscritores em 2005, para 70,313 subscritores em 2006. Por seu turno, o número de subscritores da telefonia móvel, passou de 1,503,943 subscritores para 1,837,195 subscritores em 2006.

De referir que todas Capitais Provinciais, Municípios e, Corredores de Desenvolvimento estão cobertos com serviço de telefonia móvel, e dos 128 Distritos existentes 88 estão cobertos com serviço móvel. Todas Capitais Provinciais possuem rede fixa de telecomunicações, sendo que 106 Distritos, dos 128 existentes, estão cobertos com telefonia fixa

O desempenho do transporte rodoviário de carga resulta fundamentalmente do surgimento de novos operadores como resultado da aquisição, em Janeiro de 2006, de novos camiões para o Sector Privado, na Província da Zambézia, e com a abolição dos vistos de entrada na Swazilândia e África do Sul, o que resulta no aumento do movimento de pessoas e bens, aliado à expansão e melhoria da rede viária.

Por outro lado, o transporte rodoviário assistiu a um bom desempenho no tráfego de passageiros, sobretudo no transporte interprovincial, com o aumento da tarifa e de veículos com capacidade superior a 15 lugares, e nos serviços públicos, com o aumento da capacidade de transporte, com a aquisição de 45 novos autocarros, dos quais 10 iniciaram a actividade no II semestre de 2005, e 35 iniciaram no II semestre de 2006, o que permitiu a reintrodução de novos autocarros nas cidades de Inhambane, Quelimane, Nampula e Pemba.

O crescimento registado no transporte ferroviário (5,6%) deve-se por um lado, à reabertura de linhas anteriormente não exploradas pelo CFM-Sul (Matola-Gare e Marracuene) e ao aumento da oferta; e por outro lado, ao melhoramento em curso, da Linha do Norte, (Nampula–Cuamba), não obstante as constantes interrupções da linha, causadas pelas chuvas que têm influenciado negativamente a frequência dos comboios.

O transporte aéreo registou um crescimento de 28.4% no volume de serviços. Este crescimento deve-se, em parte, à entrada em operação da Kenya Airways e à maior

aderência do público utente, tirando proveito da redução das tarifas concorrenciais praticadas pelos operadores. Além disso, há tráfego que se faz de Pemba para DAR-ES-SALAAM.

Por outro lado, foram levadas a cabo acções de operacionalização de rotas regionais em coordenação com o Sector do Turismo, podendo-se tomar como exemplo a utilização de mais aeronaves pela abertura do tráfego regional, com destaque à rota Lanseria (Johanesburg)-Inhambane-Lanseria.

O volume global de carga manuseada nos portos de Maputo, Beira, Nacala, Quelimane, Pemba e Mocímboa da Praia, atingiu 10,472.5 mil toneladas métricas contra 9,925.5 mil toneladas métricas alcançadas em 2005.

IV.2. SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL

Programa Monetário e Financeiro

A política monetária delineada para 2006 está em consonância com os objectivos finais da política económica do Governo, que preconizam um crescimento real do PIB de 7.9%, uma taxa de inflação média de 7.5% e um saldo de Reservas Internacionais Líquidas superior a quatro meses de importação de bens e serviços não factoriais, incluindo as dos grandes projectos, ou cinco meses excluindo os grandes projectos.

Os objectivos intermédios da política monetária previam que a Base Monetária se expandisse 15.9%, no contexto de uma posição líquida do Estado junto do sistema bancário de 4,518 milhões de Mt, excluindo a variação dos saldos da conta de depósitos consignados da Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), enquanto o agregado mais amplo de moeda, o M3 (Meios Totais de Pagamento denominados em Moeda Nacional e Moeda Estrangeira) deveria crescer cerca de 14% e o crédito à economia 35%.

A tabela que se segue apresenta as principais metas do programa monetário para Dezembro de 2006, a sua realização até Novembro de 2006 (última informação disponível).

Realização e Programa Monetário - 2006

Descrição	Programado	Realizado
	Dezembro-06	Novembro-06
<i>Performance Criteria</i>	Saldos em 10 ³ Mt	
Reservas Internacionais Líquidas (RIL) - 10 ⁶ USD	1.063	1.125
Base Monetária (BaM)	14.038	14.753
M3	49.164	51.173
Crédito Líquido ao Governo (CLG) - Fluxo	-4.518	-5.006
Crédito à Economia (CE)	28.640	27.136
	Variação Anual de Saldos	
M3	13,2%	17.8%
BaM	15,9%	13,7%
CE	35%	34,3%

Tomando por base a informação reportada a Novembro de 2006, constata-se que todas as metas quantitativas do programa monetário delineado para 2006 foram cumpridas:

- A expansão Base Monetária situou-se em 13.7%, quando o programa previa 15.9%. As intervenções do BM nos mercados interbancários, em especial no MCI, onde as vendas

de divisas atingiram um montante equivalente a 10,647 milhões de Mt até Novembro, revelaram-se importantes para o controlo deste agregado;

- As RIL registaram um incremento de USD 182 milhões, passando o seu saldo para USD 1,125 milhões em finais de Novembro, equivalente a 4.7 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais, incluindo os grandes projectos;
- O Estado constituiu uma poupança líquida de 5,006 milhões de Mt, superando o valor programado.

O Governo prosseguiu no segundo semestre de 2006 com as reformas tendentes modernizar os instrumentos de política monetária, tendo em vista uma maior eficácia. Entre as medidas adoptadas ao longo do segundo semestre de 2006, destacam-se:

- A implementação da Lei 7/2005, sobre a introdução das notas e moedas do Metical da nova família, com curso legal a partir de 1 de Julho de 2006, através do Aviso Nº 3/GGBM/2006, de 16 de Junho de 2006. Até ao dia 31 de Dezembro, data limite para a co-circulação das duas famílias do Metical, as notas e moedas do Metical da nova família representavam 90% do total de notas e moedas nacionais fora do BM, uma marca considerável atendendo às condições actuais do país.
- A aprovação e publicação do novo Regulamento do Mercado Cambial Interbancário (MCI), através do Aviso Nº 5/GGBM//2006 de 16 de Dezembro. As principais alterações introduzidas por via deste aviso são: (i) inclusão de um requisito de adesão ao MCI; (ii) estabelecimento da obrigatoriedade de os operadores cotarem firme para um montante de referência de USD 50.000, até um máximo de 1 chamada por dia, (iii) alargamento do spread entre as cotações *bid e offer*, dos actuais 10 Ctn para 20 CTn e (iv) definição, com maior detalhe, das operações bilaterais com o Banco Central. Adicionalmente, através de uma informação ao mercado foi alargado o limite máximo de variação da cotação diária para 1%, o que se mostra razoável para maior flexibilização dos operadores do MCI em todo este ambiente.
- A abertura de duas agências nas Cidades de Quelimane e Maxixe de um total de cinco a abrir até o final do primeiro semestre de 2007, juntando-se às duas filiais regionais que operam nas cidades da Beira e Nampula, respectivamente. É uma medida que se enquadra nos esforços de colocar notas e moedas a um menor custo e de melhor qualidade e contribuir para a expansão dos serviços financeiros para as zonas menos bancarizadas do país.

Evolução dos Principais Agregados Monetários

Meios Totais de Pagamento

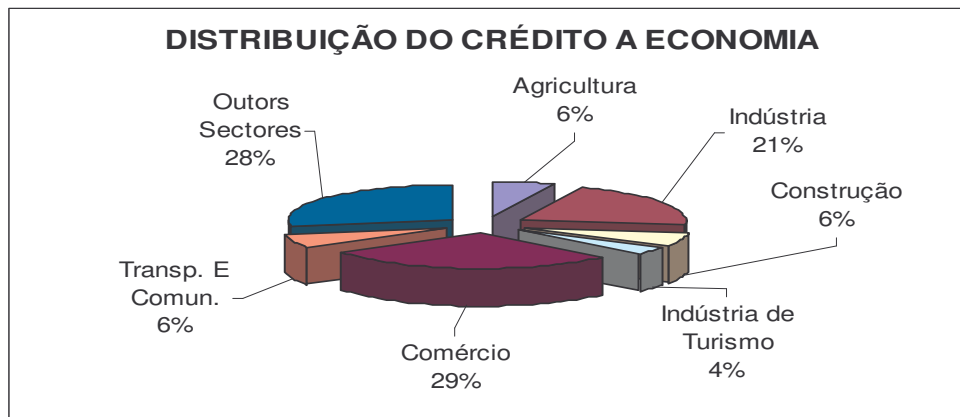
O agregado M3 – notas e moedas em circulação fora do sistema bancário e os depósitos de particulares e pessoas colectivas em moeda nacional e estrangeira no sistema bancário nacional, registou um crescimento anual de 17.9% até Novembro de 2006 (7,761.3 milhões de Mt). Os depósitos a ordem continuam a deter maior peso no total dos depósitos, apesar de terem reduzido de 70% em Dezembro de 2005, para 67.1% em Novembro de 2006, a favor do aumento do peso dos depósitos a prazo em 3.4pp para 32.4% no mesmo período.

Do ponto de vista de composição, nota-se um aumento dos depósitos denominados em Meticais, ao passarem de 57.7% em final de Dezembro de 2005 para 59.5% em Novembro de 2006. Do ponto de vista de titularidade, não houve alterações entre Dezembro de 2005 e Novembro de 2006, com as empresas a deterem 51.2% do total dos depósitos da economia. Na óptica de fluxos as empresas beneficiaram de 50.9% do total de depósitos.

Crédito à Economia

O saldo do Crédito à Economia concedido pelas Instituições de crédito foi de 27,136 milhões de Mt até Novembro, equivalente a uma expansão anual de 34.3% (6,934.3 milhões de Mt, dos quais 8,850 milhões de Mt em moeda nacional, a contrastar com a redução do crédito denominado em moeda estrangeira em USD 61 milhões – equivalentes a 1,916 milhões de Mt).

Do ponto de vista de sectores de actividades, o comércio e indústria são os que detêm a maior percentagem até final de Novembro, com 29% e 21% respectivamente, conforme se pode observar nos gráficos abaixo, o mesmo acontecendo do ponto de vista de fluxos acumulados no ano, onde os dois sectores beneficiaram de 1,713 milhões de Mt e 831 milhões de Mt, respectivamente, seguidos da construção com 545 milhões de Mt, num fluxo total de 5,921 milhões de Mt.



Taxa de Cambio

Após um ano de claras perturbações, em 2006, o Metical mostrou-se bem mais estável face às principais moedas transaccionadas nos vários segmentos do mercado cambial. As medidas excepcionais que o Governo tomou em finais de 2005 revelaram-se importantes para acalmar o mercado e dotá-lo de maior disciplina e profissionalismo. Importa referir aos resultados obtidos com os afinamentos realizados em toda a cadeia do complexo processo de importação de combustíveis, para a estabilidade da taxa de câmbio.

MERCADO DE CAMBIOS - COTAÇÃO DO METICAL FACE AO DOLAR AMERICANO

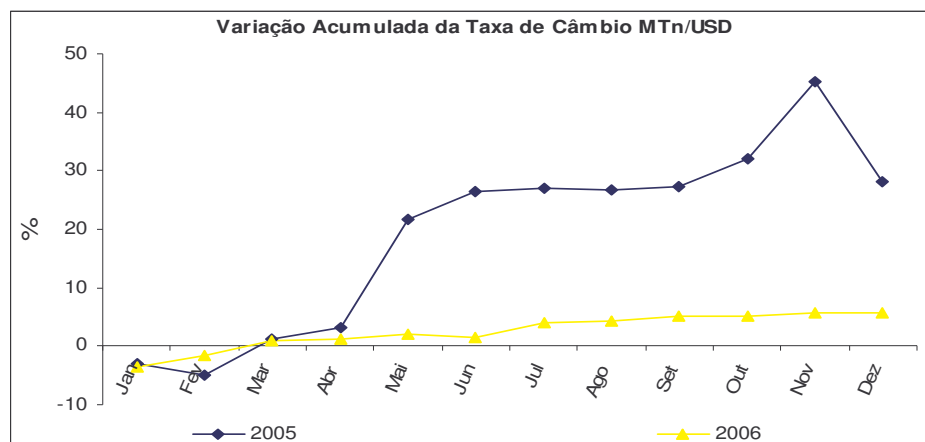
ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
TAXAS MÉDIAS - MT/USD												
2003	23,8	23,8	23,8	23,8	23,8	23,8	23,7	23,7	23,7	23,8	23,8	23,8
2004	23,7	23,8	23,8	23,8	23,7	23,4	23,0	22,7	22,2	21,0	20,3	19,3
2005	18,8	18,4	19,6	20,0	23,5	24,5	24,6	24,5	24,6	25,5	28,1	24,8
2006	23,9	24,4	25,0	25,1	25,3	25,1	25,8	25,8	26,0	26,0	26,2	26,2
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA (%)												
2003	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	-0,1	0,2	0,2	0,4	0,5	0,6
2004	-0,6	0,0	0,0	0,0	-0,4	-1,7	-3,3	-4,9	-6,7	-11,9	-14,9	-18,9
2005	-2,9	-5,0	1,1	3,3	21,6	26,5	26,9	26,7	27,2	32,0	45,2	28,0
2006	-3,4	-1,5	1,1	1,4	2,1	1,5	4,1	4,3	5,0	5,2	5,8	5,7
TAXA DE CRESCIMENTO HOMÓLOGA (%)												
2003	2,1	1,7	1,3	0,9	0,7	0,5	-0,2	-0,3	-0,6	-0,7	-0,1	0,6
2004	-0,5	0,1	0,1	0,1	-0,3	-1,4	-2,6	-4,5	-6,3	-11,6	-14,8	-18,9
2005	-20,7	-22,9	-18,0	-16,2	-0,9	4,4	6,5	8,1	10,6	21,6	38,6	28,0
2006	27,3	32,7	28,0	25,6	7,4	2,8	5,0	5,4	5,7	2,0	-6,8	5,7

Depois de um período de relativa pressão, ocorrido entre Janeiro e Fevereiro de 2006, decorrente de uma maior procura de divisas para pagamento de importações de combustíveis e produtos diversos, o Metical estabilizou-se no mercado entre Março e Abril. Em Dezembro o Metical culminou com uma depreciação acumulada de 5.7% face ao dólar americano.

A par de uma maior volatilidade do USD no mercado internacional, a intervenção nos mercados interbancários favoreceu a estabilidade cambial. Ademais, esta situação esteve no período igualmente associada a medidas especiais tomadas visando financiar as importações de combustíveis, através de um sindicato bancário mais robusto para fazer face a este tipo de operações, a um crescimento da confiança no mercado, traduzido pelo aumento das transacções interbancárias de divisas e ainda no incremento das vendas de divisas pelos exportadores aos bancos comerciais.

De referir que a cotação média do dólar americano no mercado cambial foi de 25,4 MT/USD, equivale a uma Depreciação média de 10,2% em relação à média de 2005.

Ainda em 2006, a cotação MT por USD apresenta indícios de uma variação ligeira ao longo do segundo semestre, ou seja, verificou-se uma estabilidade do MT face ao Dólar americano.

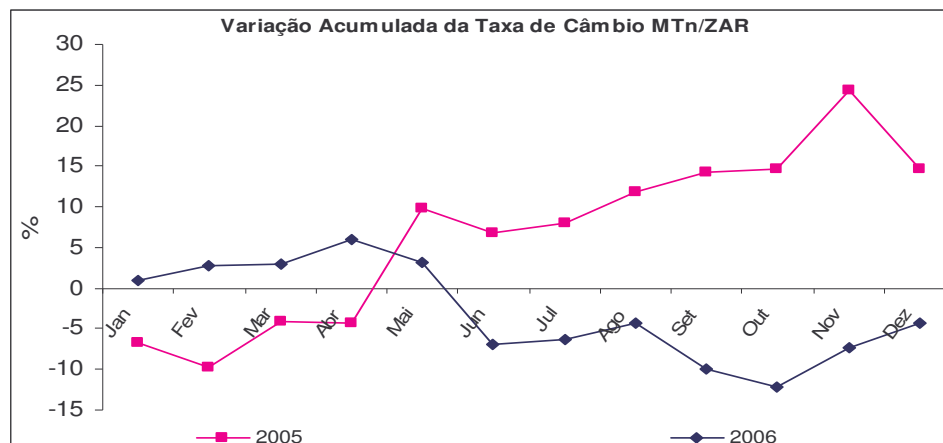


Nos primeiros dois meses do ano o MT registou uma depreciação acumulada de 2.68%, que se prolongou até Abril, atingindo 6.04%. Em Maio, o MT recuperou sua posição em relação ao mês anterior, mas não o suficiente para alterar a tendência registada nos primeiros meses do ano. A nossa moeda inverteu a tendência de depreciação a partir de Junho de 2006, culminando com uma apreciação acumulada de 4.4% em Dezembro.

MERCADO DE CAMBIOS - COTAÇÃO DO METICAL FACE AO RAND

ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
TAXAS MÉDIAS - MT/ZAR												
2003	2,78	2,90	3,01	3,12	3,21	3,03	3,17	3,23	3,24	3,42	3,48	3,66
2004	3,51	3,53	3,61	3,67	3,52	3,61	3,72	3,61	3,45	3,36	3,38	3,39
2005	3,16	3,06	3,25	3,25	3,73	3,62	3,67	3,79	3,87	3,89	4,22	3,89
2006	3,93	3,99	4,00	4,12	4,01	3,62	3,64	3,72	3,51	3,41	3,61	3,72
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA (%)												
2003	3,3	8,1	11,9	16,0	19,5	12,8	18,0	20,1	20,7	27,2	29,7	36,3
2004	-4,2	-3,6	-1,3	0,3	-3,9	-1,5	1,7	-1,4	-5,8	-8,3	-7,6	-7,4
2005	-6,7	-9,8	-4,1	-4,2	9,9	6,8	8,1	11,8	14,2	14,6	24,3	14,6
2006	1,0	2,7	2,9	6,0	3,1	-6,8	-6,4	-4,3	-9,9	-12,3	-7,3	-4,4
TAXA DE CRESCIMENTO HOMÓLOGA (%)												
2003	27,4	32,9	38,2	38,9	32,9	24,1	30,1	34,6	36,1	41,9	37,9	36,3
2004	26,5	21,6	20,2	17,8	9,6	19,0	17,4	11,9	6,4	-1,8	-2,9	-7,4
2005	-9,8	-13,3	-10,0	-11,5	5,9	0,5	-1,5	5,0	12,3	15,8	24,7	14,6
2006	24,1	30,5	23,0	26,9	7,6	0,0	-0,7	-1,9	-9,5	-12,2	-14,5	-4,4

No entanto, a taxa de cambio média anual, foi de 3,77 MT/USD contra 3,62 MT/USD de 2005, resultando numa depreciação do Metical face ao Rand, de 4.3%.



IV.3. INFLAÇÃO

A análise da evolução da inflação basea-se no Índice agregado, denominado MABENA, que agrega os índices de preço das cidades de Maputo, Beira e Nampula, apresentando de uma forma equilibrada o índice de preços do País.

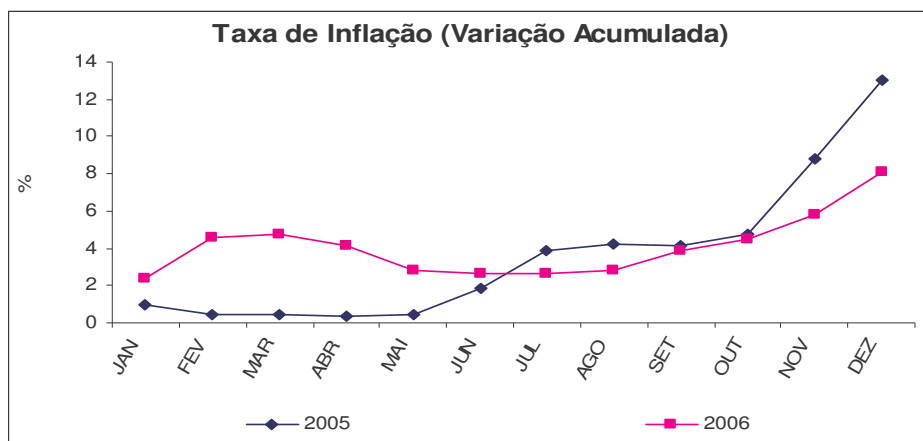
De acordo com os dados recolhidos nas Cidades de Maputo, Beira e Nampula, o País registou em Dezembro de 2006 uma inflação mensal na ordem dos 2.21%. Conforme se pode observar na tabela que se segue, a taxa de inflação acumulada de Janeiro a Dezembro foi de 8.13%. Por cidades, nota-se que a cidade de Maputo teve a inflação acumulada mais

elevada com 9.37%, em relação a Beira e Nampula que alcançaram 8.65% e 5.49% respectivamente.

ÍNDICE DE PREÇOS - MABENA - BASE DEZ 2004 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ÍNDICE:												
2004	94,23	95,06	96,03	96,78	96,99	96,69	97,01	96,95	96,98	97,56	98,09	100,00
2005	100,97	100,41	100,47	100,37	100,46	101,82	103,86	104,20	104,14	104,76	108,82	113,07
2006	115,77	118,25	118,44	117,80	116,27	116,06	115,93	6,25	117,45	118,11	119,61	112,26
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2004	3,04	0,88	1,02	0,78	0,21	-0,30	0,33	-0,06	0,04	0,60	0,55	1,94
2005	0,97	-0,56	0,06	-0,11	0,09	1,35	2,00	0,33	-0,06	0,60	3,87	3,90
2006	2,39	2,14	0,16	-0,53	-1,30	-0,20	-0,11	0,28	1,03	0,56	1,27	2,21
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2004	13,76	12,98	12,12	11,99	11,66	11,56	11,50	11,08	10,69	10,57	10,26	9,35
2005	7,15	5,63	4,62	3,71	3,58	5,30	7,06	7,49	7,38	7,38	10,93	13,07
2006	14,66	17,76	17,88	17,37	15,73	13,98	11,62	11,57	12,78	12,74	9,92	8,13
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2004	3,04	3,94	5,01	5,82	6,05	5,73	6,07	6,01	6,05	6,68	7,26	9,35
2005	0,97	0,41	0,47	0,37	0,46	1,82	3,86	4,20	4,14	4,76	8,82	13,07
2006	2,39	4,58	4,75	4,18	2,83	2,64	2,64	2,82	3,87	4,46	5,79	8,13

Em Dezembro de 2006 houve, face ao mesmo mês de 2005, um agravamento de preços na ordem dos 8.13%. De referir que as divisões da alimentação e bebidas não alcoólicas e da habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis com aumentos de preços em 7.89% e 17.79%, tiveram uma contribuição no total da inflação acumulada de cerca de 4.47 e 1.87 pontos percentuais positivos, respectivamente.



O agravamento de preços em Dezembro, deveu-se em grande medida, ao aumento dos preços do tomate (47.6%), do frango vivo (8.6%), do peixe fresco, refrigerado ou congelado (4.6%), da couve (9.2%), do feijão manteiga (5.2%), do carapau (2.7%) e do Gás de cozinha

(13.2%). A contribuição destes no total da inflação mensal foi de 1.78 pontos percentuais positivos.

Contribuição acumulada por classes

Descrição	Contrib
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	4,465
Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	0,291
Vestuário e calçado	0,131
Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	1,867
Mobiliário, artigos de decoração, equip. Domést. e m	0,244
Saúde	0,316
Transportes	0,219
Comunicações	0,025
Lazer, recreação e cultura	0,139
Educação	0,100
Restaurantes, hotéis, cafés e similares (inclui cater	0,237
Bens e serviços diversos	0,095
Total	8,130

Produtos c/ maior contrib. Positiva

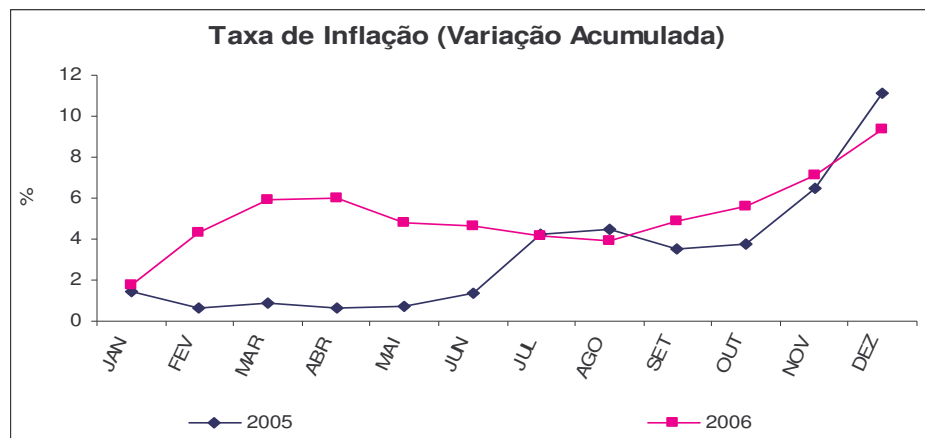
Descrição	Contrib
Carvão vegetal	0,790
Peixe fresco, refrigerado ou conge	0,692
Carapau, frescos, refrigerados ou	0,589
Tomate	0,551
Pão de trigo	0,453
Consumo de água canalizada	0,365
Mandioca fresca	0,324
Medicamentos	0,299
Petróleo para iluminação ou para	0,292
Peixe seco (excepto bacalhau)	0,268
Frango vivo	0,252
Batata-doce	0,250
Outros	4,566
Sub-total	9,690

Os produtos cujo aumento de preços assume maior relevância na inflação acumulada foram o carvão vegetal (24.9%), o peixe fresco, refrigerado ou congelado (29.5%), carapau (19.7%), tomate (18.6%), pão (9.6%), água canalizada (23.7%) e a mandioca fresca (50.0%). Estes, contribuíram no total da inflação acumulada com cerca de 3.76 pontos percentuais positivos.

A cidade de Maputo registou em Novembro de 2006 um agravamento de preços, face ao mês anterior, na ordem de 1.44%. A divisão de alimentação e bebidas não alcoólicas, com uma variação mensal de preços de 2.24%, contribuiu no total da inflação mensal com cerca de 1.15 pontos percentuais positivos.

ÍNDICE DE PREÇOS - MAPUTO - BASE DEZ 2004 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ÍNDICE:												
2004	94,33	94,76	95,71	96,99	97,60	97,53	97,54	97,06	96,91	97,50	98,55	100,00
2005	101,46	100,64	100,90	100,66	100,73	101,40	104,24	104,49	103,48	103,76	106,45	111,15
2006	113,14	115,98	117,71	117,84	116,52	116,30	115,78	115,55	116,57	117,41	119,11	121,57
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2004	2,88	0,46	1,00	1,34	0,63	-0,07	0,01	-0,49	-0,16	0,61	1,07	1,48
2005	1,46	-0,81	0,26	-0,24	0,07	0,67	2,80	0,24	-0,96	0,27	2,59	4,41
2006	1,79	2,51	1,49	0,11	-1,12	-0,19	-0,45	-0,20	0,89	0,72	1,44	2,07
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2004	17,40	15,27	13,49	13,60	12,46	13,26	13,32	12,04	11,06	10,63	10,84	9,07
2005	7,56	6,20	5,43	3,78	3,20	3,96	6,86	7,65	6,79	6,42	8,02	11,15
2006	11,51	15,25	16,66	17,07	15,69	14,70	11,08	10,58	12,65	13,16	11,89	9,37
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2004	2,88	3,36	4,39	5,79	6,45	6,37	6,39	5,86	5,69	6,34	7,48	9,07
2005	1,46	0,64	0,90	0,66	0,73	1,40	4,24	4,49	3,48	3,76	6,45	11,15
2006	1,79	4,35	5,91	6,02	4,84	4,64	4,17	3,96	4,88	5,63	7,16	9,37



Os produtos que mais se evidenciaram no agravamento geral de preços em Maputo foram o tomate (33.9%), o frango vivo (11.6%), o carapau (5.5%) o gás de cozinha (21.1%), o carvão vegetal (2.0%), o açúcar amarelo (4.4%) e o frango morto limpo (9.4%). Estes produtos contribuíram no total da inflação mensal com 1.4 pontos percentuais positivos.

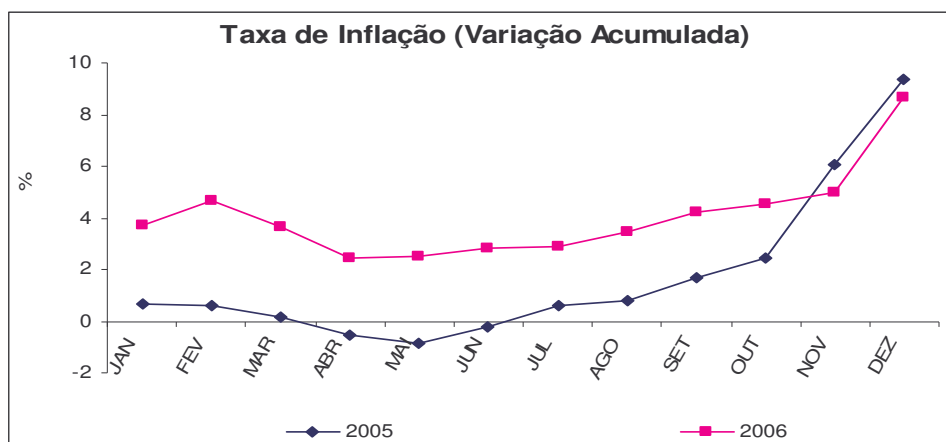
De Janeiro a Novembro, houve um agravamento de preços na ordem dos 7.16%. As divisões da alimentação e bebidas não alcoólicas e da habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis contribuíram no total da inflação acumulada com 3.35 e 2.09 pontos percentuais positivos, respectivamente.

Os preços do mês de Dezembro quando comparados com os do mesmo período de 2005, indicam uma inflação holóloga de 11.89%. As divisões da alimentação e bebidas não alcoólicas e da habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis, lideram a tendência registada com 14.59% e 16.81% de aumento, respectivamente.

A cidade da Beira registou em Novembro findo uma inflação mensal na ordem de 0.43%. A divisão de alimentação e bebidas não alcoólicas com uma variação de preços na ordem dos 0.59%, contribuiu no total da inflação mensal com 0.33 pontos percentuais positivos.

ÍNDICE DE PREÇOS - BEIRA - BASE DEZ 2004 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ÍNDICE:												
2004	94,87	96,62	97,74	97,80	97,46	96,90	97,83	98,23	98,38	98,86	98,75	100,00
2005	100,70	100,62	100,16	99,46	99,11	99,81	100,60	100,82	101,71	102,47	106,08	109,39
2006	113,42	114,49	113,35	112,08	112,15	112,48	112,55	113,21	114,01	114,34	114,84	118,85
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2004	2,90	1,84	1,16	0,06	-0,35	-0,58	0,96	0,41	0,14	0,49	-0,11	1,27
2005	0,70	-0,07	-0,46	-0,70	-0,35	0,70	0,79	0,22	0,88	0,74	3,53	3,12
2006	3,68	0,94	-0,99	-1,13	0,06	0,30	0,06	0,58	0,71	0,29	0,43	3,49
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2004	11,62	13,60	13,20	12,31	11,01	8,95	9,14	9,84	10,13	9,93	8,96	8,46
2005	6,14	4,14	2,47	1,70	1,70	3,00	2,83	2,63	3,39	3,65	7,43	9,39
2006	12,64	13,78	13,18	12,69	13,15	12,69	11,88	12,29	12,10	11,59	8,25	8,65
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2004	2,90	4,80	6,01	6,07	5,70	5,10	6,10	6,54	6,70	7,22	7,10	8,46
2005	0,70	0,62	0,16	-0,54	-0,89	-0,19	0,60	0,82	1,71	2,47	6,08	9,39
2006	3,68	4,66	3,62	2,45	2,52	2,82	2,89	3,49	4,22	4,53	4,98	8,65



O agravamento de preços do frango vivo (12.8%), do gás de cozinha (21.1%), do tomate (5.6%), do amendoim (12.2%), do feijão manteiga (6.0%), da alface (21.5%) e do peixe seco (2.4%) teve um impacto no total da inflação mensal de cerca de 0.95 pontos percentuais positivos.

De Janeiro a Novembro, verificou-se um aumento geral de preços em cerca de 4.98%, dos quais cerca de 2.66 pontos percentuais referem-se à contribuição das divisões de alimentação e bebidas não alcoólicas e da habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis.

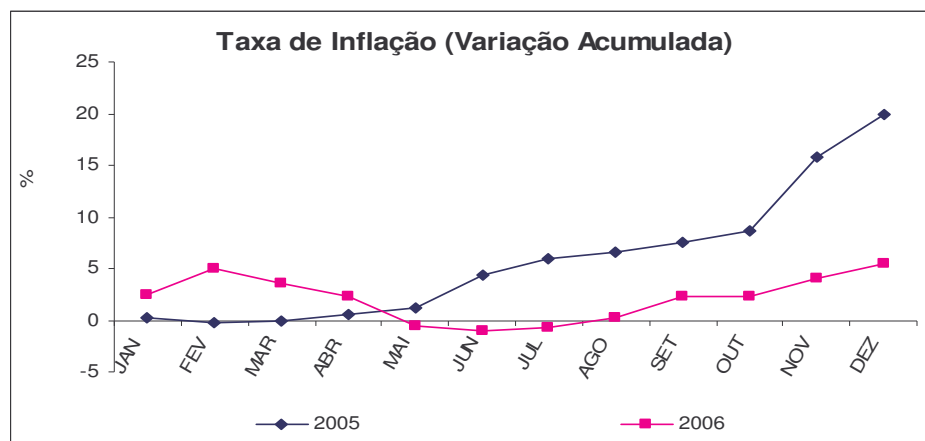
Relativamente a igual período de 2005, os preços de Novembro sofreram um agravamento na ordem dos 8.25%. A divisão dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas viu os seus preços agravados em 6.62%

Em Novembro do ano corrente, a cidade de Nampula registou, face ao mês anterior, um aumento generalizado de preços na ordem de 1.65%. A divisão de alimentação e bebidas não alcoólicas registou um aumento de preços de cerca de 2.45%, o equivalente a uma contribuição no total da inflação mensal de 1.54 pontos percentuais positivos.

INDICE DE PRECOS - NAMPULA - BASE DEZ 2004 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INDICE:												
2004	92,72	93,25	93,98	94,07	93,81	93,32	93,67	94,24	94,93	95,58	95,48	100,00
2005	100,26	99,79	99,92	100,60	101,12	104,40	105,98	106,60	107,53	108,71	115,80	119,98
2006	122,91	125,90	124,28	122,71	119,36	118,69	119,16	120,29	122,74	122,74	124,77	126,57
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2004	3,78	0,57	0,79	0,09	-0,27	-0,53	0,38	0,60	0,74	0,69	-0,11	4,73
2005	0,26	-0,47	0,13	0,68	0,52	3,24	1,51	0,59	0,87	1,10	6,52	3,62
2006	2,44	2,43	-1,29	-1,26	-2,73	-0,56	0,39	0,95	0,49	0,49	1,65	1,44
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2004	4,91	3,34	4,67	5,29	9,63	10,37	9,59	10,19	10,66	11,89	10,99	11,93
2005	8,13	7,01	6,32	6,94	7,79	11,88	13,14	13,12	13,27	13,73	21,27	19,98
2006	22,59	26,17	24,38	21,98	18,03	13,69	12,44	12,84	12,91	12,91	7,75	5,49
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2004	3,78	4,37	5,20	5,29	5,01	4,45	4,85	5,48	6,26	6,99	6,88	11,93
2005	0,26	-0,21	-0,08	0,60	1,12	4,40	5,98	6,60	7,53	8,71	15,80	19,98
2006	2,44	4,93	3,58	2,27	-0,52	-1,08	-0,69	0,25	2,30	2,30	3,99	5,49

O aumento dos preços da mandioca fresca (37.4%), do carapau (9.29%), do feijão manteiga (11.6%), da batata-reno (31.6%), do amendoim (7.2%), da couve (26.2%) e do coco (3.2%), teve um impacto no total da inflação mensal de cerca de 1.71 pontos percentuais positivos, respectivamente.



De Janeiro a Novembro, os dados disponíveis apontam para um agravamento de preços de cerca de 3.99%, com as divisões da alimentação e bebidas não alcoólicas e da habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis a contribuírem no total da inflação acumulada com 1.64 e 1.16 pontos percentuais positivos, respectivamente.

Relativamente a igual período de 2005, os preços de Novembro sofreram um agravamento na ordem dos 7.75%. As divisões de alimentação e bebidas não alcoólicas e de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis registaram aumentos de 7.44% e 13.047%, respectivamente.

IV.4. BALANÇA DE PAGAMENTOS

Os dados da balança de pagamentos reportam-se a Setembro de 2006 (última informação disponível). Observa-se que o défice da conta parcial de bens, acumulado até Setembro de 2006, situou-se em USD 208 milhões, (Vide tabela abaixo), o que representa 38% das estimativas para Dezembro de 2006 contidas no PES 2006 (USD 546,8 milhões).

O défice da balança de transacções correntes em Setembro de 2006 representa 33% do previsto no PES de 2006 até Dezembro. Este resultado deve-se ao facto de (i) o défice da conta parcial de bens até Setembro de 2006 representar apenas 38% do previsto no PES até Dezembro de 2006, como consequência do aumento das exportações líquidas dos grandes projectos em USD 151 milhões; e (ii) as transferências correntes, designadamente, donativos para programas, para importação de medicamentos, para programas especiais e donativos em espécie terem sido realizadas em 95%, até Setembro de 2006.

Evolução da Balança de Pagamentos - 10⁶ USD

Descrição	2003 Real	2004 Real	2005 Real	2006 PES	Set. 2006 Real
1. Saldo da Conta Corrente	-816,5	-607,4	-760,7	-797,7	-259,7
1.1. Saldo de Bens e Serviços	-874,2	-621,7	-803,8	-916,5	-484,4
Bens	-604,2	-345,8	-497,1	-546,8	-207,8
Serviços	-270	-275,8	-306,7	-369,7	-276,6
1.2. Saldo de Rendimentos	-165,5	-299,5	-359,9	-317,7	-191,3
1.3. Saldo das Transf. Correntes	223,1	313,8	402,9	436,5	416
Administração Central	232,4	333,4	373,7	436,5	385,4
Outros Sectores	-9,3	-19,6	29,2	0	30,6
2. Conta Capital	284,1	578,1	193,8	190	198,6
3. Conta Financeira	342,4	-104,9	270,3	303,1	-1436,9
4. Erros e Omissões	190,0	134,1	296,6	0	88,9
5. Saldo Global	17,1	-183,0	-181,7	-304,6	-1409,1
6. Financiamento	-17,1	183,0	181,7	304,6	1409,1
Activos de Reserva	-181,4	-169,1	130,0	0	67
Utilização do crédito do FMI	9,1	-11,9	-40,4	0	-147,4
Financiamento Excepcional	155,3	363,9	92,1	304,6	1489,4

A conta financeira mostra que, contrariamente à entrada líquida de recursos financeiros em USD 303 milhões prevista no PES de 2006, registou-se até Setembro de 2006, uma saída líquida de recursos financeiros de USD 1,437 milhões, que reflecte, essencialmente, o perdão da dívida externa no âmbito da iniciativa MDRI (USD 154 milhões pelo FMI e USD 1,306 milhões pela Agência Internacional de Desenvolvimento).

No que respeita aos bens, o défice da conta parcial de bens, acumulado até Setembro de 2006, situou-se em USD 208 milhões, o que representa 38% das estimativas para Dezembro de 2006 contidas no PES (USD 546,8 milhões).

No PES de 2006 prevê-se que as exportações de bens, até Dezembro, atinjam USD 1,802.5 milhões. Até Setembro, este indicador já registava um valor de USD 1,745.6 milhões, ou seja, 96% do programado para o ano. Contribuíram para este crescimento, as exportações dos grandes projectos que até Setembro já haviam atingido cerca de 98% enquanto que a dos restantes produtos registaram um grau de realização de cerca de 93%.

BALANÇA COMERCIAL - 10^6USD

Balança Comercial	2003	2004	2005	2006 PES	Set. 2006
SALDO	-604,2	-345,8	-497,0	-546,8	-207,7
Exportações (fob)	1043,9	1503,9	1745,3	1802,5	1745,6
<i>Das quais: Grandes Projectos</i>	680,9	1048,5	1262,5	1277,5	1255,4
Taxa de Crescimento (%)	14,3	44,1	16,1	3,3	
Importações (fob)	-1648,1	-1849,7	-2242,3	-2349,3	-1953,3
<i>Das quais: Grandes Projectos</i>	-306,6	-292,9	-384,3	-316,5	-464,2

Até Setembro de 2006, comparativamente ao período homólogo de 2005, as receitas de exportação de bens incrementaram para a generalidade dos produtos, tendo as receitas dos grandes projectos registado uma taxa de crescimento de 35%, devido a subida do preço de alumínio no mercado internacional e ao aumento dos volumes exportados de gás e de energia eléctrica.

A tabela a seguir ilustra a evolução dos principais produtos para exportações de bens até Setembro de 2006.

EXPORTAÇÕES - 10^6 USD

Descrição	2003	2004	2005	2006 (Acum. Até Set.)
Camarao	75,8	91,8	70,9	71,5
Amendôa de Cajú	1,5	8,0	5,5	11,1
Algodão	32,4	35,8	56,3	27,1
Acúcar	18,8	38,2	37,7	62,5
Tabaco	21,5	40,9	43,2	82,0
Madeira	20,4	30,0	32,4	15,0
Castanha de Cajú	7,4	21,2	17,6	20,5
Energia Eléctrica	113,3	102,3	141,8	138,4
Búnker's	8,0	8,0	12,4	16,4
Gás	0,0	31,3	100,2	81,2
Produtos da Mozal	567,6	915,0	1020,5	1035,7
Ouro Não-Monetário	0,6	1,3	0,5	1,7
Outros	176,6	180,1	206,3	182,5
TOTAL	1043,9	1503,9	1745,3	1745,6

Os restantes produtos transaccionados por Moçambique nos mercados internacionais cresceram em cerca de 47%, dos quais se destacam:

- O açúcar, que até Setembro de 2006 gerou USD 62.5 milhões, o dobro do registado em igual período de 2005. Este resultado está associado a exportação deste produto para mercados preferenciais, em especial para países da União Europeia, no âmbito da iniciativa EBA/SPS (15.174 toneladas adicionais) e o incremento das vendas no mercado internacional livre (mais 78.893 toneladas), devido à escassez verificada neste segmento do mercado e consequente aumento do preço.

- A castanha de caju, que cresceu em 17% devido ao aumento da quantidade exportada, em resultado da campanha 2005/2006, que atingiu cerca de 63 mil toneladas, igualmente reforçado pelos stocks acumulados na campanha anterior, que produziu mais de 100 mil toneladas.
- tabaco, que gerou mais de USD 60 milhões em relação à igual período de 2005, como reflexo do início da exportação de tabaco processado, a partir do último trimestre de 2005.
- O camarão, cuja receita cresceu em 40% como resultado da implementação de projectos de expansão das áreas de produção do camarão de aquacultura, nas províncias de Zambézia e Sofala.

As estimativas do PES de 2006 apontavam para um valor de USD 2,349 milhões de importações totais até Dezembro. Dados da BOP reportados a Setembro de 2006, mostram que o valor das importações de bens foi de USD 1,953 milhões, o que representa um grau de realização de 83%. Refira-se que as importações dos grandes projectos, até Setembro ultrapassam o previsto no PES de 2006 em cerca de 47%, enquanto que as dos restantes agentes económicos foram realizadas em cerca de 73%.

IMPORTAÇÕES - 10⁶ USD

Descrição	2003	2004	2005	2006 (Acum. Até Set.)
Derivados de Petrólio	159,7	194,5	237,1	254,9
Energia Eléctrica	44,3	68,6	72,5	56,70
Automóveis	103,2	107,3	136,6	121,30
Cereais	115,2	131,4	156,9	116,00
Açúcar	8,7	17,8	9,0	15,60
Cervejas	1,9	1,3	1,8	0,80
Medicamentos	17,0	27,3	24,3	25,10
Bens de Capital	258,8	277,2	313,2	215,50
Outros Bens	632,8	731,4	906,6	683,20
Total Sem Grandes Projectos	1341,6	1556,8	1858,0	1489,1
Grandes Projectos	306,6	292,9	384,3	464,20
Total Geral	1648,2	1849,7	2242,3	1953,3

No valor total de importações realizadas até Setembro, destacam-se os medicamentos com um crescimento de 26.1%, seguido de automóveis (24.9%), comparativamente ao período homólogo de 2005. Por seu turno, as importações de matérias-primas e bens intermédios cresceram 59%, destacando-se a importação de combustíveis que incrementaram 79%.

No que se refere **balança de serviços**, o défice da conta parcial de serviços até Setembro de 2006 é de 276.6 milhões de USD, determinado pelo comportamento da rubrica de transporte, viagens, construção e serviços empresariais que registaram agravamentos.

BALANÇA DE SERVIÇOS - 10^6USD

Balança de Serviços	2003	2004	2005	2006 (Acum. Até Set.)
SALDO	-270,1	-275,8	-306,7	-276,6
Receitas	303,9	255,6	341,9	276,7
Despesas	-574,0	-531,4	-648,6	-553,3

Contrariamente ao observado no período homólogo de 2005, registou-se em 2006 a constituição de activos externos sob a forma de investimento directo no exterior da ordem de USD 0.4 milhões, basicamente realizados por um investidor do sector ferro-portuário.

Em termos de IDE em Moçambique há a assinalar a entrada líquida de fundos de cerca de USD 74.8 milhões, representando uma viragem na postura da economia face às responsabilidades com o exterior, porque no mesmo período de 2005 a tendência foi de redução líquida dos passivos.

EMPRESTIMOS EXTERNOS PRIVADOS E INVESTIMENTO ESTRANGEIRO - 10^6 USD

	2003	2004	2005	2006 (Acum. Até Set.)	T. Cr. %
Empréstimos privados (desembolsos)	383,5	461,1	463,1	383,0	-17,3
Investimento directo estrangeiro	336,7	244,7	107,9	74,8	-30,7
TOTAL	720,2	705,8	571,0	457,8	-19,8

Durante o período em análise, o fluxo de endividamento externo da economia moçambicana agravou-se, comparativamente ao período homólogo de 2005. Analisando o nível de endividamento externo por sectores institucionais constata-se o seguinte:

- Os desembolsos para Programas tiveram um peso de 54% do total de crédito contraído pela Administração Central. De salientar que o financiamento externo para a prossecução dos Programas socorreu-se do desembolso feito pela Agência Internacional de Desenvolvimento (IDA) num montante equivalente a USD 60 milhões.
- Os desembolsos de empréstimos para projectos tiveram um peso de 35% no total do endividamento externo oficial e foram realizados maioritariamente pelas instituições multilaterais.

Em 2006 foram aprovados 157 projectos com um investimento total de US\$ 275,6 milhões e susceptíveis de criar 19.372 postos de trabalho.

Investimento Aprovado por Sectores

Sectores	Nº de Proj.	Valor em Milhões de USD				Emprego	
		IDE	IDN	Total	%	Nº	%
Agricultura e Agro-Indústria	24	20.79	16.50	37.29	13.53	5,438	28.07
Aquicultura e Pescas	1	8.22		8.22	2.98	100	0.52
Bancos e Seguradoras	2	2.43	0.45	2.88	1.05	62	0.32
Construções e O. Públicas	10	3.36	1.42	4.78	1.74	340	1.76
Indústria	34	17.40	4.72	22.12	8.02	1,776	9.17
Recursos Minerais	3	7.44	0.21	7.65	2.78	434	2.24
Transportes e Comunicações	10	6.71	84.80	91.50	33.20	1,656	8.55
Turismo e Hotelaria	58	76.63	3.46	80.09	29.06	3,120	16.11
Outros	15	19.39	1.69	21.08	7.65	6,446	33.27
TOTAL	157	162.37	113.24	275.61	100.00	19,372	100.00

O sector de turismo e hotelaria é o que apresentou maior número de projectos (58), no entanto, o sector dos transportes e comunicações é que poderá absorver o maior valor de investimento US\$ 91,5 milhões, ou seja 33,2% do total aprovado.

No sector de turismo e hotelaria destaca-se o projecto “Xefina Island Development”, cujo objecto é o desenvolvimento da Ilha da Xefina como um destino turístico de Maputo, com a construção e exploração de um hotel de luxo com casino, salas de conferência e suites com escritórios. O projecto prevê também a realização de obras de engenharia para restituir à ilha o seu formato e parte do tamanho original e a criação de mecanismos de protecção da mesma contra a erosão, bem como a construção de uma ponte de ligação ao continente e ainda a criação de infra-estruturas para o desenvolvimento na área vizinha do continente onde se incluem diversas infra-estruturas turísticas.

No sector de transportes e comunicações o destaque vai para o projecto “Mcel-Moçambique Celular” e tem como objecto a consolidação e optimização da rede de serviço de dados, gestão centralizada da rede e aumento da cobertura nacional.

Na agricultura destaca-se o projecto “Floresta de Niassa” cujo objecto é o exercício de actividades de exploração florestal, reforestamento, estabelecimento de uma serração para o processamento de madeiras e o fabrico de produtos derivados de madeira.

No que concerne à localização territorial do investimento, a região de Maputo (Cidade e Província), como em anos anteriores, lidera o destino do investimento com 59 projectos, com um investimento total de US\$ 193,25 milhões, representando 70,12%.

Investimento Aprovado por Províncias

Sectores	Nº de Proj.	Valor em Milhões de USD				Emprego	
		IDE	IDN	Total	%	Nº	%
Cabo Delgado	6	7.07		7.07	2.56	235	1.21
Niassa	1	10.00	2.00	12.00	4.35	2,500	12.91
Nampula	10	1.24	8.04	9.27	3.36	1,083	5.59
Zambézia	7	3.66	0.05	3.71	1.35	543	2.80
Tete	8	15.74	0.42	16.16	5.86	630	3.25
Manica	10	2.80	0.611	3.41	1.24	502	2.59
Sofala	9	1.27	7.30	8.57	3.11	484	2.50
Inhambane	39	17.53	0.91	18.44	6.69	1,112	5.74
Gaza	8	3.65	0.08	3.73	0.80	180	0.93
Maputo*	59	99.42	93.84	193.25	70.12	12,103	62.48
TOTAL	157	162.37	113.24	275.61	100.00	19,372	100.00

*) Inclui Cidade de Maputo

A Província de Inhambane, com 39 projectos, ocupa o segundo lugar, cujos projectos tem como enfoque, o sector de turismo.

V. PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS POR SECTOR

V.1. ÁREA SOCIAL

A. EDUCAÇÃO

Na área da Educação, ao longo de 2006 continuou a ser privilegiado a expansão do acesso, a redução dos desequilíbrios de género, a melhoria da qualidade do ensino e o reforço da capacidade institucional.

Expansão do Acesso à Educação

Educação Geral

O número de alunos na Educação Geral cresceu em 7.5% comparativamente ao ano de 2005. Por níveis de ensino, registou-se um crescimento de 6.0% no ensino primário do 1º grau (EP1) e 9.5% no EP2 contra a previsão de 13.1% e 19% respectivamente. No ensino secundário, registou-se um crescimento de 22.7% e 37.7% no 1º e 2º ciclos respectivamente.

Evolução do número de alunos. 2002 - 2006								
Nível	2002 Real	2003 Real	2004 Real	2005 Real	2006		% Realiz Plano	% Cresc. R06/R05
					Plano	Real		
EP1	2,643,126	2,825,971	3,071,564	3,393,677	3,838,965	3,597,392	93.7	6.0
EP2	302,912	355,618	409,279	452,888	538,783	496,031	92.1	9.5
ESG1	116,356	141,795	168,798	210,128	232,157	257,729	111.0	22.7
ESG2	14,019	18,291	21,350	25,737	19,975	35,450	177.5	37.7
Total	3,076,413	3,341,675	3,670,991	4,082,430	4,629,880	4,386,602	94.7	7.5

Em termos de indicadores de cobertura educativa, a taxa líquida de escolarização total (EP1+EP2) foi de 87.1% e a das raparigas de 83.8% o que significa que há cada vez mais alunos em idade oficial a frequentar o ensino primário. A taxa bruta de admissão no EP1 passou de 160.6% em 2005 para 162.5%.

A rede escolar registou um crescimento de 5.2%, o que corresponde a 99.8% de realização do planificado. De notar que um crescimento significativo foi registado ao nível do ensino secundário. No Ensino Básico, o EP1 funciona em 8.954 escolas o que representa um crescimento na ordem de 3% e o EP2 a funcionar em 1.514 escolas registou um crescimento de 14.7%.

Evolução da Rede Escolar. 2002 - 2006								
Nível	2002 Real	2003 Real	2004 Real	2005 Real	2006		% Realiz Plano	% Cresc. R06/R05
					Plano	Real		
EP1	7,771	8,071	8,373	8,696	9,002	8,954	99.5	3.0
EP2	823	950	1,116	1,320	1,526	1,514	99.2	14.7
ESG1	116	125	140	156	180	216	120.0	38.5
ESG2	27	29	30	35	46	49	106.5	40.0
Total	8,737	9,175	9,659	10,207	10,754	10,733	99.8	5.2

Por províncias, a distribuição do crescimento da rede escolar em 5.2% (+ 526 novas escolas em funcionamento em 2006) é segundo a tabela a seguir ilustra:

Novas Escolas em Funcionamento em 2006										
	EP1		EP2		ESG1		ESG2		Total	
Província	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real
Cabo Delgado	26	24	21	23	0	0	1	1	48	48
Niassa	25	36	22	14	4	11	0	1	51	62
Nampula	55	23	38	29	3	3	2	2	98	57
Zambézia	63	58	32	39	4	5	0	0	99	102
Tete	37	29	16	21	1	26	0	0	54	76
Manica	51	39	16	14	2	2	1	1	70	56
Sofala	32	29	13	12	3	3	3	3	51	47
Inhambane	7	9	15	14	2	2	1	3	25	28
Gaza	8	8	13	12	2	3	0	0	23	23
Maputo Prov.	2	2	16	13	1	1	1	1	20	17
Maputo Cid.	0	1	4	3	2	4	2	2	8	10
Total	306	258	206	194	24	60	11	14	547	526

Em termos de género, a taxa líquida de escolarização das raparigas no EP1 passou de 81.2% em 2005 para 86.5% em 2006, enquanto que a percentagem de raparigas a frequentar o EP1 passou de 46.3% em 2005 para 46.8%. No EP2 a percentagem de raparigas em 2006 foi de 41.9%, e no ESG1 e ESG2 foi de 42.2% e 38.9% respectivamente.

No que se refere a construção acelerada de infra-estruturas escolares, importa realçar que em finais de 2005 teve início um amplo programa de construção acelerada de infra-estruturas escolares para o ensino básico visando aumentar o acesso e melhorar as condições de ensino. A Fase Piloto deste programa que envolve as comunidades, pequenos empreiteiros e ONGs foi lançado em Novembro de 2005 e previa a construção de 628 salas de aula em todo o país, residências para professores nas escolas, espaços administrativos e latrinas melhoradas. Assim, importa destacar que já foram concluídas 479 salas de aula em todo o país, e estão ainda em fase de construção 151 salas.

A Fase de Extensão do programa foi iniciada em Setembro de 2006 e previa a construção de 1.467 salas de aula. Destas salas, 26 estão concluídas em todo o país e 1.441 encontram-se em construção.

Educação Especial

O processo de inclusão de crianças com necessidades educativas especiais e portadoras de deficiências motoras, cegos e surdos, foi concretizado na maior parte das províncias. Cerca de 30.000 crianças em todo o país beneficiam actualmente deste processo.

Foi reabilitada a Escola Especial nº 1 na cidade de Maputo e tiveram início os trabalhos preparativos para a reabilitação da escola Especial nº 2.

Em relação ao plano de construção de três centros de recursos para a Educação Especial (um centro em Gaza, um centro em Nampula e um centro em Tete), importa referir que tiveram início os trabalhos preparativos para o efeito.

Ensino Primário

Um total de 3.597.392 alunos frequentaram o EP1, o que representa 6% de crescimento comparativamente ao ano de 2005 e 93.7% de cumprimento do planificado. Estes alunos foram enquadrados em 8.954 escolas, o que representa 99.5% de cumprimento do planificado e 3% de crescimento comparativamente a 2005.

O EP2 foi frequentado por 496.031 alunos, o que representa um crescimento de 9.5% em relação ao número observado em 2005 e corresponde a 92.1% de cumprimento do planificado.

Frequentaram a 6ª classe na condição de novos ingressos 263.102 alunos, o que representa um crescimento de 16.3% comparativamente ao ano de 2005 e um cumprimento de mais de 100% do planificado.

Em 2006, mais 194 escolas leccionaram este grau de ensino contra as 206 escolas previstas, elevando-se para 1.514 escolas o número total de escolas onde é leccionado este nível, contra as 1.320 de 2005.

Ensino Secundário

Frequentaram o ESG1, turno diurno, cerca de 257.729 alunos, o que representa um crescimento de 22.7% em relação a 2005 e mais de 100% de cumprimento do planificado. Estes alunos frequentaram um total de 216 escolas contra a previsão de 180 escolas, o que representa um incremento em mais 60 escolas comparativamente a 2005 (156 escolas).

O ESG2 foi frequentado por 35.450 alunos contra a previsão de 19.975 alunos, o que representa um crescimento de 37.7% em relação a 2005. Estes alunos frequentaram um total de 49 escolas contra a previsão de 46 escolas, o que representa um incremento em mais 14 escolas comparativamente a 2005 (35 escolas).

Educação à Distância

Para o curso médio de formação de professores à distância foram inscritos 3.975 professores, o que representa uma realização do plano em 102.6%.

Para o curso básico (7ª+3) foram inscritos 2.327 professores, dos quais 390 em Cabo Delgado, 200 em Nampula, 1.622 na Zambézia, 65 em Manica e 50 em Inhambane segundo a tabela a seguir ilustra.

Inscrições para o curso básico de formação de professores (7ª+3) à distância			
Províncias	2006		% Realiz. Plano
	Plano	Real	
Cabo Delgado	390	390	100.0
Nampula	822	200	24.3
Zambézia	2,659	1,622	61.0
Manica	112	65	58.0
Inhambane	149	50	33.6
Total	4,132	2,327	56.3

Formação do Corpo Docente

Frequentaram os cursos de Formação de Professores Primários de 7^a+3 (CFPPs) um total de 6.148 alunos contra a previsão de 5.691 alunos, o que representa um crescimento de 5.7% comparativamente ao ano de 2005. Estes cursos foram leccionados em 11 instituições em funcionamento em todo o país com excepção da cidade de Maputo.

Nos cursos médios de formação de professores (IMAPs), turno diurno, frequentaram nas 9 instituições em funcionamento um total de 4.306 alunos contra a previsão de 5.433 alunos, representando um crescimento de 0,6% comparativamente ao ano de 2005. No turno nocturno estiveram matriculados 2.075 alunos contra os 1.912 previstos, o que representa um crescimento de 19,1%.

Foi concluída a reabilitação e ampliação do CFPP de Inhamissa, na cidade de Xai-Xai. As obras de construção do IMAP de Chimoio (Manica) estão em curso, prevendo-se que estejam concluídas até Março do corrente ano. Prosseguiu a construção dos dois centros de formação de professores na província da Zambézia, prevendo-se que estejam concluídos ao longo do ano em curso.

Teve início a reabilitação dos Centros de Formação de Professores da Namaacha, de Homoine, de Inhaminga e do IMAP da Munhuana na cidade de Maputo.

Em termos de recrutamentos, dos 9.100 funcionários previstos foram recrutados 9.015 docentes (mais 515 docentes do plano, 8.500).

Educação Técnico Profissional

Está em curso a implementação do Projecto Integrado da Reforma da Educação Profissional (PIREP) através da elaboração e implementação da fase piloto que incidirá na formação e capacitação de professores e directores de escolas e na construção e reabilitação de infra-estruturas escolares. Assim, estão em formação 22 professores de manutenção industrial e estão em curso acções de capacitação dos directores das escolas em matérias sobre Padrões de Competências.

Foi concluída a construção do Lar da Escola Profissional da Moamba e teve início a construção do Instituto Superior Dom Bosco para a Formação de Professores e Gestores para o Ensino Técnico Profissional (ETP) cuja conclusão está prevista para o corrente ano. Foi reabilitado e equipado o laboratório do Instituto Agrário de Boane (IAB).

Está em curso a reabilitação e ampliação da Escola Industrial e Comercial de Xai-Xai. Foi criado e aberto o Instituto de Fauna e Ecoturismo de Marrupa, na província de Niassa.

O nível elementar do ensino técnico profissional funcionou em 16 escolas e foi frequentado por um total de 1.811 alunos, o que representa um crescimento de 6% comparativamente ao ano de 2005.

O nível básico diurno foi frequentado por um total de 25.680 alunos o que representa um crescimento de 30.0% relativamente aos valores observados em 2005 (19.804 alunos), e corresponde a mais de 100% de cumprimento do planificado (22.778 alunos).

O nível médio foi frequentado por 4.449 alunos o que representa um crescimento de 13% em relação ao ano de 2005.

Está em preparação a introdução do curso de turismo na Escola Comercial de Maputo e foram actualizados os curricula da especialidade de Agro Pecuária do nível médio.

Alfabetização e Educação de Adultos

No âmbito da alfabetização e educação de adultos, especial atenção foi dada à expansão dos programas de alfabetização funcional, educação de adultos e educação não formal, com enfoque para a mulher e a rapariga.

Este subsistema de ensino funcionou em 3.237 unidades contra as 3.545 planificadas, o que representa um crescimento de 12.8% em relação a 2005.

Nestas unidades, foram inscritos no 1º e 2º anos um total de 556.030 alfabetizandos contra os 793 mil alfabetizandos previstos, o que representa um decréscimo em 1.7% em relação ao valor observado em 2005. A baixa realização do plano deveu-se ao facto de não se ter efectivado a generalização para todo o país do programa de alfabetização via rádio. Por províncias, os alfabetizandos inscritos estão distribuídos segundo a tabela a seguir ilustra.

Distribuição dos alfabetizandos (1º e 2º anos)			
Província	Plano	Real	% Real
Cabo Delgado	95,300	63,562	66.7
Niassa	24,200	16,901	69.8
Nampula	230,200	214,831	93.3
Zambézia	154,600	76,143	49.3
Tete	64,100	44,834	69.9
Manica	49,100	25,917	52.8
Sofala	50,200	47,186	94.0
Inhambane	43,500	31,693	72.9
Gaza	19,100	11,639	60.9
Maputo Prov.	40,400	13,322	33.0
Maputo Cid.	22,100	10,002	45.3
Total	792,800	556,030	70.1

Ao nível do 3º ano frequentaram um total de 138.838 educandos contra os 195 mil previstos, o que representa um crescimento de 4% em relação ao valor observado em 2005 (133 mil educandos).

Em relação ao programa de alfabetização via rádio (160 mil alfabetizandos), no seguimento da avaliação feita em 2005, foi realizada a revisão e adequação dos programas, materiais e estratégias visando uma melhor implementação e expansão a nível de todas as províncias. Foi também realizada a regravação das aulas radiofónicas. No âmbito da preparação das condições a nível local, nas zonas sul e centro do país, foi iniciada a capacitação das comissões e subcomissões provinciais e distritais de implementação cuja conclusão está prevista para Janeiro do corrente ano.

Para assegurar a alfabetização ao nível do 1º, 2º e 3º anos para a educação de adultos, foram recrutados 32.019 alfabetizadores, o que corresponde a 96.1% do planificado.

Melhoria da Qualidade do Ensino

Foi concluída a implementação do novo currículo do Ensino Básico em todas as classes e teve início a elaboração do relatório de avaliação dos primeiros anos de implementação do novo currículo.

O livro de distribuição gratuita foi disponibilizado para todas as escolas em tempo útil permitindo assim que os livros fossem distribuídos aos alunos logo no início do ano lectivo.

A taxa bruta de conclusão no EP2, para ambos os sexos, foi de 33.7% em 2005. A taxa bruta de conclusão das raparigas no mesmo nível e ano lectivo foi de 27.2%.

No âmbito da introdução dos novos modelos de formação de professores foi produzido o novo Plano Curricular de Formação de Professores para o modelo de 10^a+1 e os respectivos programas de formação. Foram igualmente realizadas actividades de formação de formadores e dos gestores, no âmbito da preparação das instituições de formação de professores para a introdução do novo curso no corrente ano.

Prosseguiu a implementação do ensino bilingue e de múltiplas classes no ensino primário. Assim, foram produzidos os livros de Leitura e Matemática para a 1^a e 2^a classes nas 16 línguas. Foram igualmente produzidos os livros de Leitura, de Matemática e Ciências Naturais da 3^a classe, os de Leitura da 4^a classe nas 16 línguas e foi produzido o proto livro da 5^a classe. Foram produzidos os livros da 1^a a 3^a de Língua Portuguesa (L2) e procedeu-se à capacitação de 131 profissionais (professores, directores de escolas, coordenadores de ZIPs e técnicos dos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT).

No âmbito do trabalho de desenho e implementação de um novo currículo do ensino secundário, foi realizado o 1^o fórum de consulta à Sociedade Civil e teve início a elaboração dos programas intermédios da 9^a e 10^a classes. Em 2006, foi introduzido o currículo intermédio na 8^a classe e em 2007, será introduzido na 9^a classe.

Inserido no âmbito da elaboração do novo currículo para o ensino secundário, está em curso a elaboração dos módulos de Educação Técnico-Profissional direccionados para a preparação dos alunos do Ensino Geral de modo a dotá-los de capacidade de intervenção nos programas de desenvolvimento das suas comunidades. Em 2006 foi avaliada a experiência piloto da disciplina de Educação Empresarial (Cabo Delgado) que será estendida em 2007 as escolas de todas as províncias, na razão de duas escolas por província.

Deu-se continuidade à revitalização das ZIPs enfatizando programas de formação em serviço coordenados, baseando-se na experiência do CRESCER (Cursos de Reforço Escolar: Sistemáticos, Contínuos, Experimentais e Reflexivos). Estes cursos já se realizam em todas as províncias do país. Com a excepção da província de Nampula em que todos os distritos já foram abrangidos, nas restantes províncias já foram abrangidos seis distritos em cada uma delas. Neste processo, 37.232 professores e 4.935 directores do EP1 já foram beneficiados.

O processo de introdução do Currículo de Alfabetização e Pós-alfabetização e testagem dos materiais de ensino e formação produzidos em 2005 registou atrasos. O concurso de produção de materiais para o novo currículo será lançado em Fevereiro do ano corrente, dando-se assim início ao processo de produção pelas editoras. Assim, espera-se que o currículo comece a ser experimentado no 2^o semestre do corrente ano nas províncias de Maputo, Manica e Cabo Delgado, numa fase piloto nos distritos seleccionados.

Em relação aos Programas de Educação Não Formal (ENF), foi feita a preparação da expansão que consistiu na formação de facilitadores em técnicas de horta orgânica, construção de baixo custo e gestão de pequenos negócios nas três províncias onde decorreu o Programa Piloto em 2005, nomeadamente Manica (Báruè, Sussundenga e Chimoio), Sofala (Chibabava e Dondo) e Inhambane (Inhassoro, Mabote e cidade de Maxixe).

A revitalização os Núcleos Pedagógicos de Base (NPBs) com a função específica de capacitação pedagógica dos alfabetizadores e educadores de adultos, visando a melhoria dos serviços de educação básica a oferecer aos adultos está acontecendo em todas as províncias. Porém, ainda não pode atingir todos os distritos, pois disso depende também a existência de educadores profissionais formados em matéria de andragogia e capazes de apoiar com segurança os alfabetizadores.

No âmbito da Produção e Alimentação Escolar, foram realizados seminários de capacitação de gestores do Programa de Alimentação Escolar, chefes de produção escolar, chefes de internatos das instituições da Educação e Cultura em matéria de produção e alimentação escolar. Para a época agrícola 2006/2007, foram elaborados planos de Produção Escolar.

Foi elaborada e aprovada a estratégia da Produção Escolar com o respectivo Plano Operacional.

Está em curso a afectação de técnicos agro-pecuários em todas as escolas do EP2, do ensino secundário e Institutos de Formação de Professores Primários e, ao mesmo tempo, decorre um levantamento das potencialidades agro-pecuárias existentes em cada uma das escolas. Foi reactivada a produção agro-pecuária em todos os subsistemas de ensino, com particular enfoque para as 20 escolas do ensino técnico e 182 centros internatos.

Em relação ao programa de Apoio Directo às Escolas (ADE), em 2006 foram implementada a 5ª e 6ª fases do programa. Neste âmbito, foi prestado apoio financeiro a mais de 9.500 escolas primárias em todo o país assim como para todos os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT).

Ensino Superior

Com vista à criação da Comissão Nacional de Acreditação e Qualidade (CNAQ), foi elaborada a proposta de Diploma Legal que cria o Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior em Moçambique (SNAQES). A publicação de estatísticas e indicadores do sector foi realizada segundo planificado.

Relativamente ao Regulamento do Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos (SNACTCA), foi realizada a fase piloto nas Universidades Mussa Bin Bike, Universidade Católica de Moçambique e Universidade Eduardo Mondlane. Esta fase consistiu na transformação dos currículos convencionais em currículos baseados em créditos académicos.

Com o objectivo de criar o Fundo para Pós-graduação, foi criada uma comissão.

Foram abertos os três Institutos Politécnicos em Tete, Chimoio e Chókwè.

Saúde Escolar

Foi reactivado o Programa de Saúde Escolar, tendo sido capacitados 272 Gestores do Programa de Saúde Escolar. Foram ainda realizados dois seminários de capacitação para 53 técnicos em matéria de saúde escolar.

Foram distribuídos a nível nacional 1.000 exemplares de guias de implementação do programa saúde escolar e igual número de guias de orientação para a implementação do programa.

Foram realizadas palestras nas províncias de Nampula, Tete e Niassa, sobre saneamento do meio e educação nutricional.

Foi realizada a desparasitação de 233.633 alunos do EP1 da província de Gaza e de 241.818 alunos do mesmo nível da província de Inhambane. Foram ainda abrangidas com este processo 128 escolas do distrito da Maganja da Costa na Zambézia.

No âmbito do combate à droga foram realizadas actividades de sensibilização nas instituições de ensino, sobre os riscos de consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Integração do Género

Com o objectivo de aumentar o ingresso da rapariga na escola na idade certa (6/7 anos) e garantir a sua manutenção na escola, particularmente ao nível do ensino primário, foram realizadas acções de sensibilização das comunidades através da rádio, televisão e individualidades de prestígio sobre a idade de ingresso na escola. Foram igualmente realizadas várias acções de sensibilização nos 18 distritos do país com a mais baixa percentagem de meninas (abaixo dos 40%), a frequentar a escola primária.

A percentagem de ingresso da rapariga na 1ª classe foi de 49,03%, superior aos 48,23% observados em 2005. Nos distritos com a mais baixa presença feminina no ensino primária, a proporção de meninas frequentando este nível de ensino aumentou entre 1% a 2% entre 2005 e 2006. Manteve-se assim a tendência de diminuição da disparidade de género ao nível do ensino básico.

Com o objectivo de aumentar a percentagem de mulheres como professoras, foi elaborado o respectivo plano operacional.

Prevenção e Combate ao HIV/SIDA

Foram integrados aspectos relacionados com o HIV/SIDA nos currículos do Ensino Básico. O mesmo está acontecendo no processo da transformação curricular do ESG em curso.

O programa sobre Saúde Sexual e Reprodutiva destinado a adolescentes e jovens foi expandido para a província de Sofala e foram criadas condições para a sua expansão na província de Nampula.

Foram desembolsados recursos para as crianças órfãs e vulneráveis através do Programa de Apoio Directo às Escolas (ADE), para os distritos pilotos (Angónia, Búzi, Chókwè e Mocímboa da Praia), o qual abrange cerca de 135.000 crianças em 500 escolas do EP1.

Desporto Escolar

Nos cinco Institutos do Magistério Primário que ministram o curso de Educação Física e Desporto, estão a ser formados 675 professores para o Ensino Primário.

Foram realizados cursos de capacitação técnica, de curta duração, nas modalidades de Voleibol, Xadrez, Andebol e Atletismo.

Foram realizados cursos de capacitação técnica para professores que trabalham com crianças portadoras de deficiência.

Desenvolvimento Institucional

Foi aprovado o Plano Estratégico da Educação e Cultura (PEEC) 2006-2011. O PEEC é resultado da integração das estratégias da Educação, do Ensino Superior e da Cultura.

O trabalho de Elaboração da Carta Escolar abrangendo as províncias de Nampula, Gaza e cidade de Maputo teve continuidade em 2006. Em todas estas províncias, realizou-se a formação dos técnicos distritais e provinciais em matéria de micro-planificação e Carta Escolar e procedeu-se ao levantamento de coordenadas de todas as escolas.

Foi elaborado o Estatuto da Carreira do Docente no quadro dos esforços em curso visando assegurar um processo contínuo e dinâmico de promoção e progressão nas carreiras profissionais bem como a valorização da carreira.

B. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Nesta área, em 2006 as atenções foram centradas no desenvolvimento de um sistema de investigação científica, promoção de inovação e no desenvolvimento institucional. Neste sentido, no período em análise foram desenvolvidas as seguintes acções.

Investigação Científica

No que respeita a Criação de Conselhos Científicos Temáticos, foram criados os Conselhos Científicos de Etnobotânica, Energia e Água, os quais já iniciaram com as suas actividades. Estão em processo de criação os Conselhos Científicos Temáticos da Saúde e da Agricultura.

Quanto a consolidação e implementação do Fundo Nacional de Investigação, cujo objectivo principal é o financiamento de projectos de investigação que possam beneficiar a sociedade, foi estabelecida a regulamentação do fundo e aprovados para financiamento 22 projectos de investigação.

Em relação aos Centros Regionais de Ciência e Tecnologia (CRCTs), destaque vai para a criação dos CRCT's do Sul, Centro e Norte localizados nas províncias de Gaza, Tete e Nampula respectivamente.

Relativamente as expedições científicas, foram realizadas expedições nas províncias de Gaza, Inhambane, Tete, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado. Estas expedições tinham como principal objectivo fazer o diagnóstico de oportunidades e obstáculos ao desenvolvimento local e comunitário.

Ainda com vista a promover a investigação científica foi lançada a estratégia da propriedade intelectual.

Está em curso o desenvolvimento de um Sistema de Indicadores. Neste contexto, foram elaborados o Manual Metodológico, o Manual de Instrução e o documento Metodológico.

Transferência de Tecnologia, Divulgação, Promoção e Inovação

A organização de Mostras de Ciência e Tecnologia foi efectuada nas províncias de Nampula, Tete, Gaza e Maputo, visando a divulgação, promoção da ciência, tecnologia, inovação e do conhecimento local a nível dessas áreas.

Com o objectivo de inculcar a cultura de inovação e de ciência e tecnologia nas populações jovens em particular e na população em geral, foi inaugurado o Projecto “Ciência em Movimento” na escola de Namaacha e na escola primária da Catembe, onde foram realizadas as primeiras demonstrações.

Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

No âmbito da implementação do observatório de TICs, importa mencionar que o mesmo foi lançado ao longo do período em análise, visando proporcionar ao Governo, Sector privado, parceiros de cooperação e a sociedade em geral, informação actualizada sobre TICs em Moçambique.

Desenvolvimento Institucional

Foi definida a estratégia de disseminação da Política e da Estratégia de Ciência e Tecnologia e Inovação de Moçambique que consistiu na formação dos funcionários da área de C&T, jornalistas, realização de seminários provinciais e encontros sectoriais. No âmbito desta actividade, foram elaboradas brochuras simplificadas da estratégia da C&T com o objectivo de facilitar a simplificação da mesma.

No que se refere ao estabelecimento do Conselho Nacional de Ética em Ciência e Tecnologia, foi criada uma comissão com o propósito de elaborar a Política de Ética de Ciência e Tecnologia.

C. SAÚDE

Na área da Saúde, ao longo de 2006 foi privilegiado a melhoria da saúde da população através de intervenções que contribuam para a redução da morbi-mortalidade e o aumento do acesso da população à rede e serviços de saúde.

Expansão da Rede Sanitária

No âmbito da expansão do acesso aos serviços de saúde, destaque nas acções desenvolvidas vai para o seguinte:

Cabo Delgado - foram construídos 6 Centros de Saúde nomeadamente nos distritos de Konga (Nangade), Nquerete, Muege e Maveze (Chiúre), Muripa (Balama) e Natuco (Mecufi);

Niassa - foram construídos 2 Centros de Saúde, nomeadamente em Mbemba (Sanga) e Mbamba (Mecula), bem como a maternidade do CS de Mecula. Foram construídas também 19 casas para trabalhadores nas sedes distritais e algumas localidades;

Nampula - foram construídos 4 Centros de Saúde, nomeadamente em Quelelene (Angoche), CS de Gueri-Gueri (Nacala Velha), CS Kutua (Erati) e CS Xerete (Muecate) assim como foi feita a promoção de Postos de saúde para o CS Namacuana, (NPL distrito), Nacavala (Meconta) e Mecutamala (Mogovolas);

Zambézia - foram construídos 4 Centros de Saúde, nomeadamente CS de Mecule Phalane, (Inhassunge), CS de Icidua e Micajune (Cidade de Quelimane) e CS de Socone (Ile) e reabilitadas 2 maternidades sendo a maternidade de Varela (Nicoadala) e Micaúni (Chinde) e construído o Posto de Saúde de Jajo (Ile);

Sofala - foram construídos 6 Centros de Saúde, 2 dos quais em substituição do PS de Neusa e Chupanga (Marromeu), nomeadamente CS de Danga e CS de Inhaveninga (Búsi), CS de Goe (Chemba) CS de Ponta Gea (Beira);

Manica - foi concluída a construção do Centro de Saúde tipo II de Garangua (Mussurize) e 1 casa para os trabalhadores;

Gaza - foi construído o Centro de Saúde Urbano de Patrice Lumumba e Centro de Saúde Rural tipo III de Mboi. Foi também reabilitado o PS de Cubo e ampliado o edifício da DPS; e

Maputo Província - foi construído 1 Centro de Saúde tipo II em Mulotana e reabilitados 2 Centros de Saúde tipo II em Boane/ Mulotana e Manhica. Foi concluída a reabilitação do Centro de Saúde de Ressano Garcia e construídas 2 casas de Mãe Espera.

Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Em 2006, foram colocados 553 técnicos recém formados, dos quais 38 médicos de clínica geral e 515 técnicos de saúde (dos quais 102 técnicos médios e 413 técnicos básicos), o que representa 66.9% das colocações previstas para todo ano. Igualmente foram nomeados 786 técnicos que vinham trabalhando em regime de contrato e recrutados 37 médicos estrangeiros de diferentes áreas de especialização.

As novas colocações e nomeações aumentaram o número total de pessoal nacional no Serviço Nacional de Saúde em 6.8%, o qual (SNS) conta actualmente com cerca de 24.042 trabalhadores dos quais 608 médicos nacionais.

Encontram-se em formação em pós-graduação 33 médicos, sendo em Pediatria (4), Medicina interna (4), Cirurgia Geral (2), Oftalmologia (1) , em Ginecologia e Obstetrícia (4), Urologia (1) , Medicina Familiar e Comunitária (4), Ortopedia e Traumatologia (2), Infecçiology (1), Oncologia (1), Otorrinolaringologia (1), Imagiologia (1), Anestesiologia (1), Anatomia Patológica (1), Genética Clínica (1), Dermatologia e Venereologia (2) e Medicina Legal (2).

No mesmo período, completaram a formação em pós-graduação 23 médicos especialistas nas áreas, de: Medicina Física e Reabilitação (2), Imagiologia (1), Ginecologia e Obstetrícia (2) e Medicina Interna (1), Cardiologia (3), Cirurgia Geral (1), Urologia (1), Pediatria (5), Otorrinolaringologia (1), Oftalmologia (1), Pneumologia (1), Neurologia (1), Dermatologia e Venereologia (1) e Anestesiologia (2), o que corresponde a mais de 100% do previsto (16).

Nas outras categorias profissionais foram formados 24 técnicos especializados, 715 técnicos de nível médio e 592 técnicos de nível básico, o que corresponde a 91.5% das formações previstas (1.454).

Prestação de Cuidados de Saúde

O sistema de prestação de serviços medido pelo volume de consultas externas e pelas unidades de atendimento registou um crescimento de 6.2% e 5.4% respectivamente, comparativamente ao ano de 2005 segundo a tabela em baixo ilustra.

Evolução da Actividade Global de Saúde				
Indicadores	2005	2006		Evol. (%) R06/R05
	Real	Plano	Real	
ACTIVIDADE GLOBAL				
Unidades de Atendimento	76,224,157	80,899,000	80,368,955	5.4
CONSULTAS EXTERNAS				
Consultas Externas	19,471,866	18,719,000	20,676,201	6.2
Consultas Externas/Habitante	1	0.94	1	

Quanto aos desequilíbrios relativos ao consumo e utilização de serviços de saúde entre os distritos mais e menos favorecidos, o índice de iniquidade registado foi de 3.4, o que representa uma melhoria em relação ao ano de 2005 cujo índice foi de 3.6.

Quanto a iniquidade no consumo de serviços entre as províncias com maior e menor consumo, o valor registado foi de 2.3.

Os indicadores de disponibilidade de recursos por província (Camas/1.000hab e Hab/pessoal técnico) apresentam uma alteração muito ligeira. O número de camas por 1.000hab passou de 0.87 em 2005 para 0.89 em 2006. Igual tendência se verificou no indicador habitantes por pessoal técnico, que registou uma ligeira melhoria, tendo passado de 1.924 em 2005 para 1.826 em 2006.

Programa de Saúde Materno Infantil e Planeamento Familiar (SMI/PF)

A taxa de mortalidade materna intra hospitalar aumentou de 182 para 190 (óbitos maternos/100.000 NV), enquanto que a taxa de natimortalidade com foco positivo sofreu uma ligeira melhoria ao passar de 256 em 2005, para 255 em 2006.

No âmbito da expansão dos serviços de atenção à saúde da mulher e ao recém-nascido, foram feitas formações em Cuidados Obstétricos de Emergência (COEm) básicos e completos. Estas acções contribuíram para o alcance da cobertura de 5.4US/500.000hab nos COEm Básicos contra a meta de 6.9 US/500.000hab prevista para o ano de 2006. O número de casas de mãe espera cresceu para 110.

Registou-se também um crescimento do número de maternidades que oferecem um pacote de cuidados essenciais ao recém-nascido (mais de 700 US com maternidade e Hospitais Rurais), sendo a cobertura actual de 40%. Para o efeito, foram formados 100 profissionais de saúde em Cuidados Essenciais ao Recém-nascido (CERN). Paralelamente às formações foi distribuído material de formação e manuais de apoio para os cursos sobre Cuidados Essenciais ao Recém-nascido (CERN).

Quanto a componente de Atenção Integrada às Doenças da Infância (AIDI), 90% das Unidades Sanitárias oferecem serviços de atenção integrada às doenças da infância, tendo a meta anual de 80% sido ultrapassada.

Ao longo de 2006, foram realizados cursos de AIDI em todas as províncias e cerca de 400 profissionais de saúde foram treinados neste pacote.

Mais de 40% dos Hospitais Rurais e Gerais cumprem com as normas Nacionais de tratamento às doenças graves na infância. Porém, a meta anual de 80% não foi atingida.

A cobertura dos partos institucionais, contrariamente as previsões fixadas em 52% para o ano, não foi alcançada, como também decresceu de 50.1% em 2005 para 48.4% em 2006.

A cobertura das consultas pós parto passou de 55.6% em 2005 para 63.8% em 2006, valor que ultrapassa a meta prevista.

As coberturas das consultas preventivas de 0-11 meses e dos 0-4 anos mantiveram-se estáveis quando comparadas com o ano passado. As consultas 0-4 anos, mantém-se ainda aquém da meta estipulada para este ano.

Evolução das Taxas de Cobertura de SMI			
Indicadores	2005 Real	2006	
		Plano	Real
Consultas pré-natais	97.5%	98%	100%
Partos institucionais	50.1%	52%	48.4%
Consultas pós-partos	55.6%	62%	63.8%
1 ^{as} Cons. Crianças (0-11 Meses)	100%	98%	100%
1 ^{as} Cons. Crianças (0-4 Anos)	41.8%	72%	41.4%

Programa Alargado de Vacinação (PAV)

Durante o período em análise registou-se uma cobertura integral em todas as componentes do PAV. A melhoria da rede de cadeia de frio, associada a melhoria do fornecimento de vacinas e material de vacinação e a alocação de meios de transporte, contribuíram positivamente para o aumento das coberturas vacinais em 2006.

Decorreu de 11 a 15 de Dezembro de 2006 a primeira volta da Campanha de Vacinação anti-tetânica em 15 distritos considerados de alto risco para tétano materno e neonatal, nomeadamente Cabo Delgado (Balama e Mueda), Nampula (Malema, Mogovolas e Nacala Velha), Zambézia (Alto-Molócue, Chinde, Lugela, Maganja da Costa, Milange, Morrumbala e Pebane), Tete (Changara) e Manica (Manica e Mossurize), tendo como grupo alvo mulheres em idade fértil (15-49 anos). A taxa de cobertura da campanha foi de 94.2%.

Evolução das Taxas de Cobertura do PAV			
Indicadores	2005 Real	2006	
		Plano	Real
BCG [0-11 Meses]	100%	98%	100%
VAS [9-23 Meses]	83.2%	98%	100%
DPT/Anti-pólio e HB (3 ^a Dose)	83.6%	95%	100%

Programa de Saúde Escolar e do Adolescente

No âmbito da implantação do pacote básico de saúde escolar foi realizada a Vacinação Anti-Tetânica abrangendo 98% de escolas do EP1 e implementado o Programa de desparasitação nas escolas.

Foram vacinados 444.702 alunos (1ª dose) da 1ª classe, o que corresponde a 45.4% de taxa de cobertura. Na 2ª classe foram vacinados 274.089 (2ª dose) perfazendo 58.6% de cobertura.

Em todo o país foram formados 299 formadores em matéria de saúde escolar incluindo primeiros socorros. Estes formadores capacitaram 544 professores das províncias de Nampula, Zambézia, Manica e Inhambane.

No que se refere à Estratégia de Saúde Escolar, foi feita a nível nacional uma análise situacional da implementação da componente de Saúde Escolar, base para se proceder a revisão da estratégia.

Foram implantados um total de 46 Serviços Amigos de Adolescentes e Jovens (SAAJ), o que totaliza 179 serviços existentes a nível nacional. No âmbito da expansão dos SAAJ, foram cobertos 87 distritos das províncias de Maputo e Maputo cidade, Gaza, Sofala, Tete, Inhambane, Zambézia, Cabo Delgado e Manica, o que representa 89% de cumprimento do planificado. Em termos de procura e acesso de adolescentes e jovens aos SAAJ, foram atendidos 147.129 (dados até Setembro de 2006), dos quais 70.312 são novos utentes, contra a previsão de se atender 250.000 adolescentes e jovens.

Foi elaborada a Política e Estratégia para a Saúde Sexual e Reprodutiva de Adolescentes e Jovens.

Nutrição

A malnutrição está associada a 45% das mortes infanto-juvenis. Os índices de Baixo Peso à Nascimento e de Crescimento Insuficiente apresentam uma tendência de variação lenta ao longo dos anos segundo a tabela a seguir ilustra.

Evolução do Estado Nutricional da População, 2003-2006				
Indicadores	2003	2004	2005	2006*
Taxa de Mau Crescimento	6.4	6.0	5.7	6.0
Baixo Peso à Nascimento	10.1	9.7	10.5	11.5

* Dados até Setembro de 2006

Está em curso a implementação do pacote nutricional básico em todas as unidades sanitárias do país, com vista a promover o estado nutricional da população. Neste âmbito, foram formados 1.663 técnicos de saúde em 297 unidades sanitárias.

Por outro lado, teve início o processo de aquisição de cápsulas de Iodo para a suplementação de crianças e das mulheres em idade fértil nas províncias de Niassa, Nampula e Zambézia consideradas provinciais com deficiência moderada, e procedeu-se a suplementação com Vitamina A as crianças e mulheres pós-parto. Foram também formados formadores e Agentes Comunitários de Saúde sobre o programa de expansão estratégica de suplementação da vitamina A na comunidade em todas as províncias.

Saúde Mental

Com vista a expansão da cobertura de serviços de psiquiatria e de cuidados de saúde mental, foram colocados 30 técnicos médios de psiquiatria e saúde mental recém formados que irão reforçar as actividades do programa a nível de todas as províncias. Assim, mais 21 novas unidades sanitárias em todo o país oferecem estes serviços (20 distritos e o Hospital Militar de Nampula).

Foi disseminado o Plano Estratégico da Saúde Mental através da realização da Reunião Nacional de Saúde Mental. Neste âmbito, foram elaborados planos de acção para diversas áreas de saúde mental, nomeadamente para a prevenção e controle da epilepsia, esquizofrenia e outras psicoses, para o atendimento à população necessitada, bem como para o controle do consumo de álcool, tabaco e drogas.

Grandes Endemias

Neste âmbito, foi privilegiado a prevenção, o controle e tratamento das principais doenças endémicas que mais influenciam na morbi-mortalidade da população.

Malária

No combate a malária, continuou a ser priorizada a distribuição de redes mosquiteiras impregnadas e a Pulverização Intra-domiciliária. As províncias de Gaza, Inhambane, Tete, Zambézia e Cabo Delgado têm actualmente projectos bem estabelecidos de distribuição de redes mosquiteiras às mulheres grávidas através das consultas pré-natais e às crianças menores de 5 anos. A pulverização foi realizada em todos os distritos previamente seleccionados de todas as províncias, com 91% de cobertura (casas pulverizadas). Com a expansão para o distrito da Manhiça (primeira ronda) bem como para o município da Matola e Maputo, a pulverização domiciliária residual atingiu a cobertura de 34% da população.

Ações de controlo larval tiveram lugar nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane.

O ano de 2006 foi marcado pelo início da profilaxia da malária na gravidez (tratamento intermitente preventivo) a nível nacional, tendo sido feita a formação do pessoal de saúde sobre a matéria.

Tuberculose e Lepra

De Janeiro a Setembro de 2006 a taxa de despiste para todas as formas de tuberculose foi de 29.2%. Em 2005, a taxa de cura situou-se em 78.9%, estando próxima das metas internacionalmente fixadas.

No período em análise foram notificados 26.873 casos de tuberculose em todo o país. Os casos BK+ constituem a forma mais frequente de casos detectados, correspondendo a 50.4% de todos casos notificados. Em ordem decrescente de frequência seguem-se os casos BK- (29.8%) e finalmente os casos de tuberculose extra pulmonar correspondendo a 12.5%. A tendência crescente de casos novos de todas as formas de tuberculose é agravada pela prevalência do HIV/SIDA.

De referir que as regiões Centro e Sul, onde a prevalência do HIV é muito elevada, foram as que maior número de casos notificaram (33% e 48.2% do total de casos respectivamente).

De realçar que as províncias de Maputo cidade e Sofala notificaram cerca de metade dos casos de todo o país.

Com vista a melhorar o diagnóstico e tratamento da tuberculose, foram realizados cursos clínicos sobre a tuberculose, HIV, e lepra nas províncias de Nampula, Sofala e Inhambane. Visitas de supervisão foram também realizadas nas províncias de Maputo, Gaza, Sofala, Tete, Manica e Nampula.

ITS/HIV/SIDA

No concernente ao aumento do acesso ao TARV e das doenças oportunistas, até ao final do ano foram abertos mais 120 sítios perfazendo actualmente 150 locais oferecendo o TARV dos quais 32 oferecem TARV pediátrico. Como resultado, o número de pessoas beneficiando-se do mesmo aumentou para 44.100 dos 40.000 previstos no plano, sendo 58% mulheres e 6% crianças.

Tendo em vista a actualização/capacitação do pessoal, foram organizados cursos de TARV adulto e pediátrico para técnicos de medicina e médicos. Foi aberto um laboratório Biomolecular (CD4) em Sofala (Beira).

Relativamente aos locais de testagem para o HIV, o período em análise foi marcado por uma mudança na abordagem dos utentes. A nova estratégia visa oferecer um atendimento mais integral aos utentes e reduzir o problema de estigmatização dos mesmos. Assim, está em curso o processo de preparação de guiões e manuais para o arranque da implantação de ATS (Atendimento e Testagem em Saúde) com nova abordagem, bem como o início da implantação dos ATS's .

Em relação à Prevenção da Transmissão Vertical do HIV, até ao final do terceiro trimestre de 2006, 150 US ofereciam os serviços de PTV, ultrapassando assim a meta de 110 US planificada. Nestas US foram atendidas 162.276 mulheres grávidas nas primeiras consultas pré-natais. Das 115.256 (71%) mulheres que aceitaram fazer o teste de HIV após aconselhamento, 17.190 (14,9%) tiveram resultado positivo. Em relação à profilaxia antiretroviral, 10.763 mulheres grávidas seropositivas (dados de 3 trimestres) receberam a profilaxia, o que corresponde a 67.2% de cumprimento do planificado, e 9.284 crianças de mães seropositivas receberam também a profilaxia.

D. TRABALHO

Na área do Trabalho, em 2006 foi priorizada a promoção de oportunidades de emprego através do desenvolvimento de acções de formação profissional para os desempregados e oferta de emprego. Atenção especial continuou a ser dada a elaboração e divulgação da legislação laboral e a expansão do sistema de segurança social.

Acção Normativa

No domínio da Acção Normativa foi concluído o projecto de revisão da nova Lei do Trabalho e aprovada pela Assembleia da República a Lei da Protecção Social. Ainda neste âmbito, foi elaborada a Estratégia de Emprego e Formação Profissional.

Emprego e Trabalho

No âmbito da expansão das infra-estruturas de emprego e formação profissional, o destaque vai para a continuação dos trabalhos de construção dos Centros de Formação Profissional de Pemba, Quelimane, Vilanculos e do Centro para o sector terciário de Maputo.

Em relação a formação de candidatos a emprego nas diversas especialidades, destaca-se a formação de 2.395 desempregados inscritos, dos quais 653 em Maputo cidade, 279 em Maputo província, 305 em Inhambane, 520 em Sofala, 401 em Nampula e 237 em Niassa, o que corresponde a 93% de cumprimento do planificado (formar 2.568 candidatos).

No que se refere a formação de mulheres em gestão de negócios, importa referir que foram formadas 161 mulheres na cidade de Maputo (Inhaca-84), província de Maputo (50), Gaza (15) e Inhambane (12). Face ao planificado isto corresponde a 80.5%.

No que concerne a formação de jovens com prioridade para os portadores de deficiência, destaque vai para a formação de 271 pessoas contra as 200 previstas, distribuídas da seguinte forma por província: Niassa (27), Nampula (30), Manica (16), Sofala (40), Gaza (15) e Maputo-cidade (143).

Quanto ao plano de formação de pequenos e médios empresários, referir a formação de 296 pequenos e médios empresários em gestão básica nas diferentes categorias de actividade produtiva em Maputo-cidade (82), Maputo-província (164), Gaza (25) e Inhambane (25).

Em relação ao plano de promoção de estágios profissionais, importa referir que até ao final do ano de 2006 foram beneficiadas 91 pessoas recém formadas, sendo 41 em Inhambane e 50 em Nampula.

A utilização de testes psicotécnicos no processo de orientação nos centros de emprego foi iniciada na província de Maputo para 100 candidatos e em Nampula para 495 candidatos.

O serviço de emprego registou a afluência de 16.118 candidatos à emprego, dos quais 2.083 mulheres, contra 6.477 ofertas de emprego comunicadas, das quais 899 para mulheres. Foram efectuadas 4.867 colocações de desempregados, o que corresponde a mais de 100% do planificado (colocar 4.000 candidatos) e representa cerca de 75% das ofertas comunicadas. Por província a distribuição dos desempregados inscritos, ofertas recebidas e colocações efectuadas está ilustrado na tabela a seguir.

Províncias	Desempregados inscritos	Ofertas recebidas	Colocações efectuadas
Niassa	130	6	2
Cabo Delgado	213	31	79
Nampula	7,186	303	288
Zambézia	384	18	188
Tete	257	49	59
Manica	1,037	330	281
Sofala	4,626	3,083	1325
Inhambane	874	433	423
Gaza	133	109	109
Maputo Prov.	874	2,024	2024
Maputo Cidade	404	91	89
Total	16,118	6,477	4,867

O trabalho nas minas da África do Sul continuou a ser uma das fontes de emprego para cidadãos nacionais, tendo sido recrutados ao longo do período em análise, 47.620 trabalhadores, legalizados e renovados contratos de 6.938 trabalhadores moçambicanos em actividade no sector agrícola.

Relações Profissionais

A divulgação da legislação laboral sobre negociação colectiva foi efectuada através de seminários realizados a nível nacional com excepção da província de Gaza.

Com vista a verificar o cumprimento das normas laborais foram fiscalizados 2.920 estabelecimentos de diversos ramos de actividade, correspondentes a 58% do planificado e abrangendo 68.314 trabalhadores, dos quais 14.410 mulheres, 4.351 contratados nacionais e 2.698 de nacionalidade estrangeira. Por província, os estabelecimentos fiscalizados estão distribuídos da seguinte forma: Maputo-cidade (471); Maputo-prov.(272); Gaza (353); Inhambane (228); Sofala (391); Manica (144); Tete(166); Zambézia (206); Nampula (270); Cabo Delgado (202) e Niassa (217).

Como resultado da fiscalização foram detectadas 2.911 infracções às diversas normas laborais, das quais 986 originaram o levantamento de autos de notícias ou multas e as restantes 1.925 mereceram autos de advertência.

Segurança Social

No domínio da Segurança Social foram inscritos 1.788 contribuintes e 33.995 beneficiários, o que representa uma realização das metas planificadas para o período, na ordem de 119,2% e 170,0%, respectivamente. Comparativamente ao ano anterior regista-se um crescimento no número de contribuintes na ordem de 12,5% e uma redução no número de beneficiários inscritos na ordem de 49,0%. Com efeito, no ano passado foram inscritos no sistema cerca de 1.590 contribuintes e 66.705 beneficiários. Por província os contribuintes e beneficiários inscritos estão distribuídos segundo a tabela a seguir ilustra.

Províncias	Contribuintes inscritos	Beneficiários inscritos
Niassa	71	877
Cabo Delgado	80	1,273
Nampula	119	3,030
Zambézia	200	2,664
Tete	53	1,125
Manica	88	1,783
Sofala	199	3,689
Inhambane	79	1,055
Gaza	95	1,372
Maputo cid.	678	13,789
Maputo Prov.	126	3,338
Total	1,788	33,995

E. MULHER E ACÇÃO SOCIAL

Na área da Mulher e Acção Social, ao longo de 2006 as atenções foram concentradas na elevação do estatuto da mulher e na promoção da igualdade de género, na segurança, assistência e integração social dos grupos alvo em situação de vulnerabilidade, particularmente crianças, mulheres, idosos e pessoas portadoras de deficiência.

Âmbito do Desenvolvimento e Capacitação Institucional

- Graduados na cidade de Maputo 27 técnicos médios de acção social (22 homens e 5 mulheres) , 75 auxiliares de educação de infância (3 homens e 72 mulheres) e capacitados 29 técnicos (7 homens e 22 mulheres) em matérias relacionadas com as tecnologias de informação e comunicação;
- Formados na província de Maputo 33 auxiliares de educação de infância (1 homem e 32 mulheres);
- Capacitados na província de Tete 9 funcionários em matérias de educação de infância; e
- Capacitados na província de Nampula 30 educadores de infância.

Âmbito do Desenvolvimento da Mulher

- Prestado apoio técnico e financeiro na implementação de 138 projectos de geração de rendimentos beneficiando 10.759 mulheres, nas seguintes províncias: Maputo cidade (4 projectos), Maputo Província (5 projectos), Gaza (40 projectos), Inhambane (26 projectos), Sofala (12 projectos), Manica (16 projectos), Tete (7 projectos), Zambézia (15 projectos) e Nampula (13 projectos);
- Capacitados 25 membros das associações femininas em matérias de planificação, monitoria, avaliação e gestão de projectos, na cidade de Chimoio;
- Capacitadas 18 mulheres dos distritos de Inharrime e Vilanculos, província de Inhambane, em matérias de gestão de pequenos negócios;
- Integradas 88 mulheres chefes de agregados familiares em projectos de geração de rendimentos para auto-sustento, sendo 56 na província de Manica e 32 em Inhambane;
- Integradas 68 mulheres nos cursos de formação profissional, nomeadamente corte e costura, bordados, croché, culinária, dactilografia e informática, na província de Inhambane; e
- Integradas 35.058 mulheres em curso de alfabetização e educação de adultos, sendo 4.082 em Nampula, 4.630 em Tete, 10.000 em Sofala, 3.332 em Inhambane e 13.014 em Gaza.

Âmbito da Protecção da Criança

No âmbito do Programa de Localização e Reunificação Familiar de crianças órfãs, perdidas ou abandonadas, foram documentadas 4.053 crianças contra 4.124 em 2005 e reunificadas 1.111 crianças em famílias próprias e substitutas contra 564 em 2005.

Foram efectuadas 100 visitas a crianças adoptadas e integradas em famílias próprias e substitutas, sendo 13 visitas na província de Tete, 8 em Sofala e 79 na cidade de Maputo.

Âmbito do Programa da Educação Pré-Escolar

Neste âmbito foram atendidas 56.696 crianças em idade pré-escolar contra as 47.950 planificadas, das quais 1.823 crianças em centros infantis públicos, 12.722 em centros privados e 42.151 em escolinhas comunitárias. Face a 2005, as crianças atendidas nos estabelecimentos de educação pré-escolar representam um crescimento de 6.53%.

Âmbito da Reabilitação Psico-Social e Integração da Criança em Situação Difícil

Ao longo do período em análise os centros de acolhimento atenderam 20.895 crianças da/na rua contra 15.176 crianças atendidas em 2005. Igualmente, foram atendidas 1.180 crianças nos 25 infantários que funcionaram em todo o país, sendo 446 nos 8 infantários públicos e 734 nos 17 infantários privados.

Ainda neste âmbito, importa destacar que foi elaborado o Plano Nacional de Acção para a Criança e o Plano de Acção para as Crianças Órfãs e Vulneráveis.

Em relação as Crianças Órfãs e Vulneráveis (COV's), foram identificadas 62.918 COV's que beneficiaram de apoio em produtos alimentares, emissão de atestados de pobreza, material escolar e assistência médica e medicamentosa nas seguintes províncias: Tete (10.856), Zambézia (9.409), Manica (17.198), Nampula (209), Sofala (8.918), Inhambane (800), Gaza (583), Maputo (8.197), Maputo/cid. (160) e Niassa (6.588).

Âmbito do Atendimento a Pessoa Idosa

No período em análise foram atendidas 510 pessoas idosas nos 22 Centros de Apoio à Velhice (CAV's) em funcionamento no País, das quais 200 pessoas idosas nos 9 centros públicos e 310 nos 13 centros privados. Face ao planificado, os idosos atendidos correspondem a 83.6%.

Igualmente as pessoas idosas foram atendidas em Centros Comunitários Abertos existentes em todo o país, destacando-se os centros que funcionam nas províncias da Zambézia (2), Niassa (1), Nampula (1), Maputo (3) e cidade de Maputo (3).

Foi prestado apoio a 16.135 pessoas idosas que consistiu em produtos alimentares, assistência médica e medicamentosa e vestuário nas seguintes províncias: Tete (6.154), Cidade de Maputo (2.800), Gaza (6.718) e Niassa (463).

No que se refere a construção de infra-estruturas para os idosos, foram construídas 10 casas e reabilitadas 2 para igual número de idosos na província da Zambézia, construídas 17 casas com material misto nos distritos de Homoine, Panda, Jangamo, Inharrime, cidade de Inhambane e Maxixe.

Ainda no âmbito da assistência a pessoa idosa, foi elaborado e divulgado o Plano Nacional da Pessoa Idosa.

Âmbito do Atendimento da Pessoa Portadora de Deficiência (PPD)

No período em análise, foi elaborado o Plano Nacional de Acção da Área da Deficiência. Este plano tem como principais objectivos promover a plena participação, igualdade e capacitação das pessoas portadoras de deficiência e assegurar o princípio de igualdade de direitos e de oportunidades.

Em termos de atendimento, 12.568 PPDs beneficiaram de assistência, sendo 9.339 nas comunidades, 2.472 nas escolas, 281 nos centros de trânsito, 326 nas escolas especiais e 150 no Instituto de Deficientes Visuais. O total das PPDs atendidas em 2006 corresponde a um crescimento de 97.23% comparativamente ao ano de 2005.

Em termos de meios de compensação para PPD's, foram distribuídas 350 cadeiras de rodas, 229 triciclos, 105 muletas/pares de canadianas, 67 botas ortopédicas, 195 próteses e 30 joalheiras e 30 luvas.

Âmbito do Atendimento aos Toxicodependentes, Doentes Crónicos e Reclusos

Neste âmbito, foi concedido material escolar a 120 reclusos da cadeia distrital de Mueda na província de Cabo-Delgado; realizadas palestras de sensibilização sobre as consequências do consumo do álcool e droga e importância das actividades de terapia ocupacionais aos reclusos das cadeias de Cabo Delgado, Zambézia e Tete; integrados 380 reclusos no projecto de alfabetização e educação de adultos, sendo 145 na cadeia provincial de Pemba, 100 na cadeia distrital de Montepuez e 135 na cadeia distrital de Mueda, província de Cabo Delgado; e reintegrados e acompanhados nas suas famílias 36 reclusos, sendo 7 na cidade de Pemba, 8 no distrito de Ancuabe, 9 em Mocímboa da Praia, 9 em Montepuez e 3 em Chiúre.

Programas e Projectos de Assistência Social

A assistência aos grupos populacionais mais desfavorecidos e em situação de pobreza absoluta continuou a ser priorizada. Assim, através do Programa Subsídio de Alimentos foram assistidos 100.571 beneficiários (35.836 homens e 64.735 mulheres) o que corresponde a mais de 100% de cumprimento do planificado (assistir 85.000 pessoas). Os grupos alvo mais beneficiados por este programa são o das pessoas idosas com 89.819 beneficiários e o das pessoas portadoras de deficiência com 5.606 beneficiários. Os grupos alvo com menos beneficiários são de doentes crónicos com 933 beneficiários, de mulheres chefes de agregado familiar com 222 beneficiárias e de mulheres grávidas mal nutridas com 2 beneficiárias. Comparativamente ao ano de 2005, registou-se um crescimento do número de beneficiários atendidos na ordem de 21.7%.

O Programa Benefício Social pelo Trabalho atendeu 4.716 beneficiários (944 homens e 2.994 mulheres), dos quais cessaram 778 (442 integrados em projectos de geração de rendimentos, 195 absorvidos pelos parceiros, 23 por desistência, 19 por doença e 99 por outros motivos não identificados). O atendimento dos beneficiários cresceu na ordem de 29.8% em relação ao ano de 2005.

O Programa Geração de Rendimentos enquadrou 3.835 beneficiários (1.473 homens e 2.352 mulheres) em diversos microprojectos de geração de rendimento. Este Programa consiste em promover oportunidades de auto-sustento por via de auto-emprego para indivíduos vivendo em situação de pobreza absoluta com capacidade para o trabalho.

O Programa de Apoio Social Directo prestou apoio a 22.767 beneficiários (9.874 homens e 12.893 mulheres), o que corresponde a mais de 200% de realização do planificado. O apoio concedido no âmbito deste programa consistiu em produtos de primeira necessidade, enxoval para bebés, materiais escolares, meios de compensação, habitação, pagamento de bilhetes de passagem e de propinas.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Comunitário, foram implementados 298 projectos de desenvolvimento sócio-económico, beneficiando 60.000 pessoas contra as 50.109 previstas.

Programas de Assistência Social								
Distribuição dos Beneficiários por Província								
Províncias	Programa de Subsídios de Alimentos		Programa Benefício Social pelo Trabalho		Programa de Geração de Rendimentos		Programa de Apoio Social Directo	
	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real
Niassa	5,500	5,853	450	1,262	360	353	4,130	3,026
C.Delgado	5,800	7,313	220	174	900	149	650	493
Nampula	17,000	20,996	470	629	960	677	165	3,011
Zambézia	9,600	9,946	300	432	1,650	520	650	2,352
Tete	5,000	4,494	220	216	900	318	360	1,918
Manica	9,500	11,378	300	345	315	162	300	1,081
Sofala	5,500	7,412	350	429	1,100	784	700	2,406
Inhambane	7,600	9,424	210	224	750	188	600	977
Gaza	11,000	15,250	250	471	1,200	339	1,000	2,110
Maputo P.	4,500	4,706	120	165	315	145	185	888
Maputo C.	4,000	3,799	454	369	440	200	800	4,505
Total	85,000	100,571	3,344	4,716	8,890	3,835	9,540	22,767

Âmbito do Género

- Elaborada a Política de Género e a Estratégia de implementação;
- Implantados os Conselhos Provinciais para o Avanço da Mulher (CPAM) nas províncias de Cabo Delgado, Sofala e Maputo; e
- Capacitadas 215 mulheres em matérias de liderança e género distribuídas da seguinte forma: 12 (Maputo província), 95 (Maputo Cidade), 31 (Gaza), 14 (Inhambane), 52 (Tete) e 11 (Cabo Delgado).

Âmbito do HIV/SIDA

- Divulgado o plano sectorial pelos potenciais parceiros;
- Prestada assistência a 14.541 crianças em produtos alimentares, no âmbito da mitigação dos efeitos do HIV/SIDA, na província de Manica;

- Distribuídos 210 pneus, 420 câmaras de ar, 105 correntes e outros acessórios aos membros (activistas do HIV/SIDA) dos Comités Comunitários, para reparação de bicicletas, na província de Nampula;
- Efectuada a entrega de 6 casas, 12 colchões, 6 casais de gado caprino e uma máquina de costura, para igual número de famílias chefiadas por crianças na província de Sofala, no contexto do HIV/SIDA;
- Distribuídas 87 bicicletas a associações que trabalham com as COVs ao nível da província de Zambézia;
- Capacitadas 150 mulheres pertencentes a organizações femininas em matéria de prevenção e combate ao HIV/SIDA em todos os distritos das províncias de Manica, Sofala e Tete; e
- Lançado o programa de distribuição de suplementos nutricionais a pessoas infectadas e afectadas pelo HIV/SIDA, beneficiando 160 famílias na cidade de Maputo.

F LIBERTAÇÃO NACIONAL, DEFESA DA SOBERANIA, E DA DEMOCRACIA E DEFECIENTES DE GUERRA

Nesta área, ao longo de 2006 continuou-se a privilegiar a valorização e divulgação da história da luta de libertação e o desenvolvimento de acções de assistência social aos combatentes da luta de libertação nacional.

Neste contexto, para a realização dos objectivos definidos foram desenvolvidas as seguintes acções:

História e Património da Luta de Libertação Nacional

- Foram realizadas acções de divulgação da história da luta de libertação nacional através da realização de palestras alusivas as datas comemorativas nas instituições de ensino, unidades militares e paramilitares e sectores laborais acompanhadas por debates televisivos e radiofónicos.
- Procedeu-se a sinalização e demarcação dos locais de importância histórica no âmbito do programa de mapeamento das bases da luta de libertação nacional, tendo-se:
 - Concluído a edificação do monumento de Ntumuíle e continuada a construção do monumento que simbolizará a importância histórica que a base Ngungunhana teve durante o processo da Luta de Libertação Nacional através da Frente de Niassa;
 - Localizadas e identificadas as campas onde repousam os restos mortais dos combatentes falecidos durante as agressões Rhodesianas nos distritos de Chicualacuala e Mabalane em Gaza;
 - Identificados 34 locais de importância histórica e elaborados mapas topográficos da base Beira em Nangade e da base central em Muidumbe, Cabo delgado;

- Realizados trabalhos de preservação dos monumentos existentes nas bases e locais de importância histórica dos distritos de Chemba, Marromeu, Cheringoma, Caia, Muanza e Búzi na província de Sofala; e
- Sinalizadas as bases Chicondamoio no distrito de Changara e Kassuende no Distrito de Marávia e identificado 126 locais histórico na província de Tete.

Assistência Social e Reabilitação Física e Psico-Social

- Emitidos 10.041 cartões de combatentes da luta de libertação nacional, o que corresponde a 100% de realização do planificado;
- Elaborado o projecto arquitectónico para a construção do Centro Escola de Formação de Antigos Combatentes de Manica;
- Tramitados 1.113 novos pedidos de fixação de pensões e fixados 14.153 novas pensões e 1.058 bónus de participação de combatentes da luta de libertação nacional;
- Financiados 32 projectos económicos de combatentes nas províncias de Nampula (3), Niassa (3), Inhambane (2), Zambézia (3), Manica (3), Sofala (4), Gaza (3), Tete (3), Cabo Delgado (2), Maputo (1) e Maputo cidade (5);
- Formados dois brigadistas por cada província para o registo e emissão de Cartões de Identificação de Combatentes; e
- Iniciada a elaboração do anteprojecto da Lei que fixa os direitos previstos nos artigos 15 e 16 da Constituição da República.

Combate ao HIV/SIDA

- Distribuídos preservativos e materiais de Informação, Educação e Comunicação (I.E.C.) nos distritos de Maringue, Nhamatanda e Gorongosa em Sofala;
- Realizadas palestras nos centros de Mafassane, Chinjinguir e Malova em Inhambane, nos distritos de Chókwè, Chicualacuala e Manjacaze em Gaza; e
- Realizadas palestras e capacitadas 106 mulheres, jovens e adolescentes em matéria de prevenção e mitigação do impacto do HIV/SIDA nas cidades de Quelimane e Maputo.

G. CULTURA

Na área da Cultura, durante o ano de 2006 as acções foram concentradas na preservação e divulgação do património cultural e na promoção do conhecimento e divulgação cultural, tendo em vista o reforço da unidade nacional e a afirmação da identidade moçambicana.

Património Cultural

No âmbito da identificação, registo e preservação de obras e valores culturais e naturais, importa realçar que:

- Está em fase de conclusão o processo de criação do Instituto do Património Cultural, órgão de consulta para as questões de conservação e restauro;
- Foi concluída a elaboração do Programa Nacional de Conservação e Restauro de Coleções Museológicas;
- Foi concluída a produção de manuais sobre técnicas de conservação preventiva do património cultural tangível;
- Foram colocadas placas de identificação em vários monumentos e sítios históricos nas províncias de Gaza, Sofala, Manica, Tete e Niassa;
- Foram realizadas acções de divulgação do património cultural tangível e intangível através dos órgãos de comunicação social, manuais, brochuras e outros meios de comunicação, no âmbito dos esforços em curso visando incentivar maior frequência aos monumentos, bibliotecas e museus; e
- Foi inaugurado o Centro Cultural Comunitário de Manica conforme previsto.

No âmbito do programa de reabilitação das infra-estruturas da Ilha de Moçambique, importa referir o seguinte:

- Foi criado o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM); e
- Está em fase de conclusão a reabilitação do edifício Casa Girassol, antigo edifício do comando da polícia.

No âmbito da promoção do conhecimento da realidade cultural, foram realizadas acções de pesquisa e de divulgação de estudos etnológicos, linguísticos, sociológicos e históricos.

Acção Cultural

O II Festival Nacional da Canção e Música Tradicional foi realizado no âmbito da promoção de manifestações culturais nacionais.

Em relação à ampliação da oferta de espaços públicos para a realização de actividades culturais, destaca-se a conclusão da construção do palco a céu aberto em Namaacha, e a construção das casas de cultura de Nampula e de Cheringoma em Sofala.

Foi feita a divulgação do novo regulamento de espectáculos em três eventos regionais: Nampula (Norte), Beira (Centro) e Maputo (Sul), no quadro dos esforços em curso visando a criação de um ambiente jurídico favorável ao desenvolvimento da criatividade artística e da indústria cultural.

No concernente a garantia dos direitos de autor e combate a pirataria, foram realizadas sessões de capacitação dos inspectores de nível provincial.

Relativamente a promoção do livro, gosto pela leitura e da indústria cultural, foram realizadas exposições de livro e disco nas cidades de Inhambane, Beira e Lichinga.

Paralelamente às acções de divulgação da política do livro, foi iniciada a elaboração da Estratégia de Implementação da Política Nacional do Livro.

H. JUVENTUDE E DESPORTOS

Na área da Juventude e Desportos, ao longo de 2006 as atenções foram concentradas no enquadramento dos jovens no processo de desenvolvimento do país, na massificação do desporto e na elevação dos resultados competitivos a nível nacional e internacional.

Domínio da Juventude

Foi prestado apoio técnico à criação e consolidação dos Conselhos Provinciais da Juventude em todo o país.

Para estimular iniciativas geradoras de emprego e auto-emprego para os jovens através da institucionalização do Fundo de Apoio às Iniciativas Juvenís (FAIJ), foram implementados 65 projectos dos 220 previstos, em 40 distritos segundo a tabela em baixo ilustra.

A institucionalização do FAIJ tem como principal objectivo prover recursos financeiros para a materialização de projectos de geração de renda promovidos pelos jovens com fins sociais, culturais, económicos, educativos, artísticos, científicos e desportivos.

Províncias	Projectos Financiados	Distritos abrangidos	Total de Jovens Beneficiários
Niassa	5	5	89
Cabo Delgado	5	3	40
Nampula	2	1	89
Zambézia	6	6	431
Tete	7	5	52
Manica	9	2	91
Sofala	11	7	120
Inhambane	4	4	340
Gaza	10	2	203
Maputo Proví.	3	3	39
Maputo Cid.	3	2	45
Total	65	40	1539

No âmbito da implementação do Programa Nacional Integrado da Acção Social, Emprego e Juventude, foram implementados seis novos projectos nas províncias de Tete, Zambézia e Cabo Delgado beneficiando 28.562 pessoas.

Com o objectivo de elevar a capacidade de intervenção das associações na resolução dos problemas dos jovens e na conceptualização e implementação das suas iniciativas, foi prestado apoio técnico e financeiro na formação e capacitação de 272 gestores associativos contra os 250 previstos.

No âmbito da promoção da realização de festivais juvenis de música, teve lugar a realização de Festivais de *Music Crossroads*, que compreenderam duas fases (Provincial e Nacional) nos quais participaram 441 jovens. A nível internacional, realizou-se na cidade de Maputo o Festival de *Music Crossroads* inter-regional, no qual participaram 10 grupos juvenis de música nacional e 5 grupos estrangeiros provenientes de Zimbabwe, Malawi, Tanzânia e Zâmbia e ainda convidados da Suécia e Bélgica, totalizando 180 jovens envolvidos directamente.

Foi realizada a III Bienal dos jovens criadores da CPLP que contou com a participação de 251 jovens artistas provenientes de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Portugal.

No âmbito da promoção da ocupação dos jovens nos seus tempos livres, foram realizados cinco acampamentos provinciais nas províncias de Niassa, Inhambane, Gaza, Maputo província e cidade envolvendo 1.549 jovens, e quatro acampamentos regionais envolvendo 884 jovens.

No âmbito da promoção de hábitos de vida saudável, teve continuidade a implementação dos Programas Meu Futuro é Minha Escolha e Geração Biz. Assim, através do Programa Meu Futuro é Minha Escolha em implementação nas províncias de Zambézia, Manica e Sofala, foram formados 325 educadores de pares nas províncias de Zambézia (125), Manica (100) e Sofala (100) segundo o planificado.

Por outro lado, através do Programa Geração Biz, foram formados 723 educadores de pares nas províncias de Cabo Delgado (65), Zambézia (90), Tete (31), Inhambane (112), Gaza (297), Maputo província (90) e Maputo cidade (38).

Com o objectivo de prevenir e combater o consumo de drogas, foram constituídos 1.187 núcleos anti-droga em todo o país, com principal enfoque nas escolas primárias, secundárias e técnico-profissionais e em associações juvenis.

Domínio do Desporto

Com o objectivo de promover a massificação da actividade desportiva, prosseguiu a realização de torneios de férias desportivas infanto juvenis e recreativos, os quais movimentaram 99.832 pessoas, e foram realizados torneios de futebol feminino para adolescentes dos 13 a 16 anos, envolvendo 7.200 atletas a nível distrital e provincial.

Tendo em vista a operacionalização do Sistema de Formação de Agentes Desportivos, foram formados 1.095 agentes desportivos, dos quais 118 gestores desportivos, 296 árbitros de futebol, 529 treinadores de nível básico, 85 treinadores de nível I, 20 treinadores de nível II e 47 treinadores de nível III, nas diferentes modalidades desportivas.

Em relação a capacitação de técnicos, um total de cinco técnicos das modalidades de atletismo, andebol, basquetebol e boxe encontram-se a frequentar os respectivos cursos no estrangeiro.

No âmbito de infra-estruturas, foram realizadas obras de melhoramento de infra-estruturas em Namaacha com vista a transformação da academia num Centro de Excelência Desportiva para a Zona Sul.

No que se refere a construção do Complexo Desportivo de Lichinga, importa destacar que o Pavilhão Polivalente de Lichinga foi coberto e apetrechado. Em Vilanculos, foi construído o primeiro Estádio Municipal pelo sector privado.

No âmbito do desporto de alta competição e com o objectivo de elevar os resultados competitivos a nível nacional e internacional, foi elaborada a estratégia de revitalização do desporto e prestado apoio técnico, material e financeiro às federações nacionais com vista a sua preparação e participação nas competições nacionais e internacionais.

I. MEIO AMBIENTE

Na área do Ambiente, em 2006 foi privilegiado a coordenação intersectorial, a gestão e educação ambiental, a avaliação do impacto ambiental, a fiscalização ambiental, o planeamento territorial, a implementação das convenções internacionais e a legislação ambiental, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do país.

Coordenação Intersectorial

A coordenação intersectorial tem sido o meio privilegiado para o tratamento da componente ambiental aos vários níveis de actuação, tanto no relacionamento com outros sectores de governação, da sociedade civil e do sector privado.

Neste contexto, em 2006, foi priorizado o seguinte:

- Em curso a consolidação das Unidades ambientais existentes nos ministérios, através da capacitação destas em matérias ambientais a nível central, e a criação de fóruns idênticos a nível das províncias;
- Realizados seminários de integração da agenda ambiental nos planos e programas a nível das províncias de Sofala, Inhambane, Manica, Nampula, Zambézia; e
- Feita a integração da componente ambiental nos Planos Económicos Distritais para 2007, nas províncias de Sofala e Inhambane.

Gestão Ambiental

Com o objectivo de contribuir para a prevenção da degradação ambiental, mitigação dos efeitos da acção do homem sobre a utilização dos recursos naturais, foram realizadas as seguintes acções:

- Revitalizados 11 núcleos de combate a erosão e queimadas nas províncias de Maputo (5), Gaza (3), e Sofala (3);
- Demarcados mais de 400 talhões para reassentamento da população atingida pela erosão, construída uma fonte de abastecimento de água e colocados mais de 20 unidades de gabiões, no âmbito do projecto de combate a erosão na vila de Changara em Tete;
- Executados microprojectos comunitários de demonstração de boas práticas de gestão do ambiente costeiro em Palma, Mocimboa da Praia, Mossuril, Nacala Porto, Ilha de Moçambique, Nacala-Velha;
- Operacionalizados os Planos Municipais de gestão de resíduos sólidos em Quelimane, Mocuba, Ilha de Moçambique, Pemba e Montepuez através da alocação de 1 tractor em Mocuba, 1 tractor e 1 camião em Montepuez e Ilha de Moçambique. Paralelamente, foi identificada uma área para a construção de uma lixeira em Pemba, reabilitado o viveiro municipal em Montepuez, e capacitados 3 técnicos em cada um dos municípios citados;
- Elaborados perfis e planos de acção ambientais das zonas costeiras de Sofala e Zambézia; e

- Elaborados perfis ambientais dos distritos de Changara, Cahora-Bassa e Moatize, em Tete.

Avaliação do Impacto Ambiental

Com o objectivo de prevenir efeitos nocivos ao ambiente provenientes das actividades de projectos de desenvolvimento, foram realizadas as seguintes actividades:

- Realizadas auditorias na MOZAL, Coca-cola de Chimoio, Companhia Industrial da Matola, IATA, Aterro de Mavoco, Robbialac, Sasol, Aquacultura de Nhangau, cimentos de Dondo, Açucareira de Mafambisse e Açucareira de Maragra;
- Realizada a pré-avaliação de 570 projectos em todo o país; e
- Recolhidos e armazenados 261,5 ton. de pesticidas obsoletos.

Planeamento e Ordenamento Territorial

Com o objectivo de assegurar o pleno aproveitamento dos recursos naturais e humanos do país, através da compatibilização das políticas sectoriais e da coordenação das acções de planeamento assegurando o ordenamento territorial sustentável, foram realizadas as seguintes acções:

- Capacitados 38 técnicos de nível provincial, 41 administradores, 57 secretários permanentes e 119 chefes de postos administrativos;
- Finalizada a 3ª fase de elaboração dos planos distritais de Namacurra, Nicoadala, Chinde, Gilé (Zambézia); Chifunde, Macanga, Mutarara e Changara (Tete); Manica, Macossa (Manica) e Maringue, Machanga, Muanza e Chemba (Sofala);
- Concluída a elaboração da estratégia de intervenção nos assentamentos informais;
- Iniciado o zoneamento ambiental do distrito de Nhamatanda;
- Elaborado o Plano da Ponta de Ouro;
- Finalizados e entregues os Planos de Estrutura das cidades de Chókwè e Nacala Porto;
- Realizada a recolha de dados físico-sócio económico e cartográficos para a criação de uma base de dados territorial sistematizada e informatizada nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Sofala, Manica e Inhambane; e
- Concluída a revisão do currículo do curso médio de planeamento físico e ambiente.

Promoção Ambiental

No âmbito da promoção ambiental as atenções foram concentradas no seguinte:

- Divulgada informação ambiental através da rádio, televisão, jornais e revistas;
- Capacitadas as associações e núcleos ambientais em actividades de geração de rendimento nas províncias de Nampula, Manica, Sofala e Inhambane;

- Divulgadas medidas de prevenção do HIV/SIDA; e
- Prestada assistência alimentar básica a 5 funcionários do MICOA, em tratamento do HIV.

Convenções Internacionais e Legislação Ambiental

No âmbito das convenções, o destaque nas acções desenvolvidas vai para o seguinte:

- Convenção sobre Mudanças Climáticas: Em curso a elaboração do Programa de Acção Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas;
- Convenção de Viena e Protocolo de Montreal: Realizado em Maputo, um curso de capacitação de 20 técnicos de refrigeração e climatização sobre substâncias que destroem a camada de ozono, e desenvolvidas acções de divulgação da convenção nas províncias;
- Convenção de Estocolmo: Realizado um seminário de capacitação de 25 técnicos sobre a preparação do Plano Nacional de Implementação da Convenção, e desenvolvidas acções de divulgação da convenção nas províncias.

No âmbito da Legislação destacam-se as seguintes acções realizadas

- Elaborado o regulamento da Lei de Planeamento e Ordenamento Territorial; e
- Aprovado o regulamento sobre a gestão do ambiente marinho e costeiro.

V.2 ÁREA ECONÓMICA

A. AGRICULTURA

Este sector, em 2006 primou-se com a promoção do aumento da produtividade agrícola através do encorajamento à: adopção de técnicas melhoradas; uso de insumos; protecção das plantas e animais; actividades pós-colheita; e o alargamento da extensão, pela promoção da disponibilidade de gado para tracção animal, pela utilização sustentável dos recursos naturais com as comunidades locais, privados e outros agentes, e melhoria na eficiência dos serviços de gestão de terras. Neste âmbito, foram desenvolvidas as seguintes acções:

Promoção do aumento da produtividade agrícola

No âmbito da implementação do programa do controlo da lagarta do amendoim através de treinamento de produtores e disponibilização de pesticidas aos provedores de serviços:

- Realizada capacitação de provedores em todos os distritos afectados pela lagarta mineira do amendoim (LMA).

Relativamente a capacitação em aspectos de Sanidade Vegetal:

- Realizada capacitação abrangendo 61 extensionistas, sendo, 30 de Nampula, 30 de Maputo e 1 técnico superior da Zambézia.

Quanto a sensibilização dos produtores sobre a doença do amarelecimento letal do coqueiro, destaca-se:

- A distribuição de panfletos e folhetos sobre o amarelecimento letal do coqueiro, exibição de filmes sobre a doença em Nampula e reforçada a quarentena doméstica através de colocação de 7 painéis gigantes e dísticos nos pontos de entrada das províncias de Zambézia e Inhambane.

Quanto a formação de facilitadores e produtores em matéria de controle integrado de pragas nas culturas:

- Foram formados 20 técnicos e 90 produtores nas zonas verdes da cidade de Maputo.

Relativamente à a promoção de participação de 500 escolas em programas de hortas escolares em todo o País:

- Foram abrangidas 529 escolas da EP1, EP2 e centros internatos beneficiando deste modo a 177.042 alunos.

No que diz respeito a assistência de cerca de camponeses, em serviços provinciais de extensão:

- Foram assistidos 191.629 camponeses pela extensão pública incluindo *outsourcing*, e 322.700 e 259.346 pelas ONGs e empresas de fomento respectivamente.

Quanto a construção e reabilitação de casas agrárias, e construção de celeiros e/ou silos melhorados:

- Foram reabilitadas 4 casas agrárias, construída 1 em Manica e 1 encontra-se ainda em construção, em Sofala;
- Foram construídos 328 celeiros melhorados nas províncias de Niassa, Nampula, Zambézia, Sofala e Maputo;
- Quanto as campanhas radiofónicas, em línguas locais, realizaram-se cerca de 350 horas de rádio nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Sofala;

Para o apoio aos produtores na construção de tanques piscícolas e montagem de campos de multiplicação de socas de ananaseiro:

- Foram construídos e povoados 1.304 tanques piscícolas, totalizando 4.183 tanques piscícolas assistidos em todo o país;
- Foram montados 150 campos de multiplicação de socas de ananaseiro em todo país;

De modo a potenciar e promover a produção local de sementes de (amendoim, feijões, arroz e milho) nas províncias de Maputo, Gaza, Sofala (Dondo, Buzi, Nhamatanda, Gorongosa), Inhambane e Tete,

- Foi feita a produção de semente numa área total de 1.768,4 hectares, com uma produção estimada de 3.493,2 Toneladas. A produção foi feita nas culturas de milho, arroz, amendoim, feijão nhemba e vulgar, gergelim e soja.

No que diz respeito a melhoria e organização dos produtores locais de sementes privilegiando o associativismo,

- Foram organizadas 50 feiras de insumos em todo país, beneficiando 71.750 famílias e disponibilizadas 132 ton de cereais, 6 de amendoim, 20 de feijões e 0.14 ton de hortícolas.

Desenvolver e promover a irrigação

Quanto a reabilitação/construção de esquemas de rega de pequena escala com vista a aumentar a produção e produtividade do sector familiar:

- Foram reabilitados 2.546 ha de esquemas de rega em todas as províncias exceptuando as de Cabo Delgado e Tete.

No que diz respeito a instalação de centros de tracção animal:

- Foram distribuídos 782 juntas de bois em C. Delgado, Zambézia, Sofala e Maputo e 178 charruas em Zambézia, Sofala e Maputo; 1.253 bovinos em C. Delgado, Zambézia, Gaza e Maputo, beneficiando 53 associações e 337 famílias; 28 carroças, beneficiando 26 famílias.

Promoção do caju

Quanto a expansão do programa integrado de gestão de pragas e doenças, incluindo o controlo químico de oídio de cajueiros:

- Tratadas 3.234.600 árvores contra oídio beneficiando 98.690 famílias particularmente nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Inhambane, Gaza e Inhambane.
- Foram realizadas actividades de limpeza e podas de cajueiros e formação dos produtores sobre pragas e doenças de cajueiros;

Melhorar e desenvolver a comercialização agrícola

Quanto ao desenvolvimento de políticas adequadas para fomentar a comercialização agrícola, foi aprovada a estratégia de Comercialização Agrícola 2006-2009.

Esta em curso o estabelecimento de um ambiente legislativo e administrativo favorável, de infra-estruturas adequadas ao mercado e de disponibilização da informação sobre comércio;

Esta em curso a facilitação da produção e comercialização agrícola nacional, e promoção do comércio externo.

Promoção da utilização sustentável dos recursos naturais

- Divulgado o Diploma de devolução dos 20% das taxas de exploração florestal às comunidades e prestado apoio na organização das comunidades, tendo sido criados comités de gestão para o acesso das taxas em causa.

- Foram tramitados e aprovados 14 pedidos de concessões florestais das províncias de Nampula, Zambézia e Tete.

Como forma de garantir que 45% de concessões florestais tenham os seus planos de manejo aprovados, foram tramitados e aprovados 21 planos de manejo das províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Manica, Sofala e Inhambane, e

Quanto a operacionalização e monitorização do Programa Nacional de Queimadas;

- Foi criada uma base de dados da frequência de queimadas no país via imagem satélite;
- Produzido e distribuído um guião para a elaboração de programas locais sobre prevenção e controle de queimadas descontroladas, e
- Feito um levantamento sobre o ponto de situação das queimadas descontroladas no país, suas causas e medidas de prevenção.

Quanto a monitoria e avaliação das indústrias de processamento de madeira,

- Realizado o estudo de rendimento da madeira em toros, um estudo piloto da eficiência das indústrias de processamento e aproveitamento da madeira e actualizado o cadastro das indústrias de processamento de madeira da província de Maputo.

Melhoria da eficiência dos serviços de gestão de terras

Quanto ao acompanhamento e monitoramento do processo de consultas às comunidades no âmbito da tramitação dos pedidos do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), Concessões Florestais e Licenciamento para exploração de outros Recursos Naturais em todas as províncias;

- Foram feitas 552 consultas comunitárias no processo de pedido de DUAT e 5 delimitações comunitárias.

Visando promover o sector algodoeiro, foram realizadas as seguintes actividades:

- Coordenada a implementação do plano de acção estratégico para o desenvolvimento do sector do algodão;
- Organizado e secretariado o processo de marcação do preço mínimo do algodão;
- Feita a participação na reestruturação das empresas do ramo algodoeiro nas províncias de Nampula, Niassa e Zambézia.
- Está em processo a formulação do quadro normativo para a separação e controle de qualidade do algodão.

Promover o desenvolvimento pecuário, de forma sustentável através da segurança e melhoria da produção pecuária

- Iniciada a recolha de preços dos produtos pecuários numa fase piloto em Manica e Nampula em coordenação com o SIMA

- Está em processo a elaboração dos regulamentos sobre: Sistema de informação Epidemiológica e Estatística, controle e erradicação da tuberculose e brucelose bovina e sobre o transporte de gado.
- Está em curso o processo de revisão do regulamento sobre a produção de ração para gado e aves, foi elaborada a proposta, e revisto o Regulamento de matadouros de aves e outros animais de capoeira.

No que diz respeito a coordenação do programa de fomento de caprinos e aves nos grupos vulneráveis:

- Foi efectuado fomento de 5.276 caprinos em todas as Províncias (excluindo Tete e Sofala) e 3150 pintos para as Províncias de Niassa e Maputo (beneficiando a 9 Associações).
- Foi elaborado e divulgado o plano de contingência sobre a gripe das aves

Quanto a vacinação de galinhas landim contra doença de Newcastle:

- Foram vacinadas 1,684.508 aves em Todo o País tendo se destacado as Províncias de Gaza com 364.447 vacinações e seguida da Zambézia com 248990.

No que diz respeito a vacinação de bovinos:

- Foram realizadas 496.335 vacinações contra o Carbúnculo Hemático, 193.229 vacinações contra carbúnculo Sintomático e 189.873 vacinações contra febre aftosa em todo o País

Desenvolvimento Institucional

- Foi criado o Fundo de Desenvolvimento Agrário, o Centro de Promoção da Agricultura Comercial;
- Foi dada a continuidade à implementação do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique, e
- Está em curso o processo de adequação do quadro de Pessoal, em consonância com a reforma institucional e promoção da desconcentração do pessoal para os distritos.

Reduzir o nível de infecção do HIV & Sida

- Sensibilizados funcionários para os testes de seroprevalência e treinados 435 produtores sobre prevenção e mitigação de HIV/SIDA
- Iniciada a implementação dos planos estratégicos de mitigação dos efeitos de HIV/SIDA, através de projectos de geração de renda para funcionários infectados e seus familiares.

B. INFRAESTRUTURAS**Estradas e Pontes**

O principal objectivo do PES 2006 na área de Estradas e Pontes consistia na continuação dos trabalhos definidos na 1ª fase do Terceiro Programa de Estradas que teve o seu início em 2002. Durante o ano de 2006, a área de Estradas e Pontes teve as seguintes realizações conforme ilustra a tabela seguinte:

Reabilitação e Manutenção de Estradas (Km)

	2002	2003	2004	2005	2006
Reabilitação de Estradas	714	827	819	1,375	822
Primárias	132	64	172	76	502
Secundárias	206	171	142	498	54.5
Terciárias	376	592	507	801	265.5
Manutenção Periódica	844	396	514	1004	527.9
Manutenção de Rotina	11,613	10,592	9,653	10,705	7183.9
Reabilitação e Montagem de pontes	9	15	7	5	

Fonte: Ministério das Obras públicas e Habitação, BPES 2006

Durante o período em análise foram reabilitados 822Km de estradas, sendo 502km de estradas primárias, 54.5km de estradas secundárias e 265.5km de estradas terciárias.

No que concerne a estradas primárias, foram reabilitadas 502Km dos 289 Km inicialmente planificados, o detalhe do desempenho registado, consta da tabela seguinte:

Reabilitação de Estradas Primárias

Troço a Reabilitar	Extensão em Kms	Real Física em Kms
EN1 Maputo – Marracuene	8.0	17.8
EN1 Maxixe – Massinga	21.0	67.9
EN1 Nhangchengue – Pambarra	12.0	98.0
EN1 Muxungue – Inchope	30.0	152.0
EN7 Vanduzi – Changara	11.0	0.0
EN1 Namacurra – R. Ligonha	120.0	89.5
EN14 Litunde – Fr. Cabo Delgado	5.0	5.0
EN 104 Nametil – Angoche	73.0	72.0
EN 6 Beira – Inchope	9.0	0.0
TOTAL	289.0	502.2

Fonte: Ministério das Obras públicas e Habitação, BPES 2006

Relativamente a reabilitação de Estradas Secundárias, as actividades incidiram na reabilitação de 54.5 Km dos 168 Km previstos no PES 2006.

Igualmente, foram realizados trabalhos de manutenção periódica, na qual se deu a continuidade das obras de manutenção na estrada EN1 nos seguintes troços: Marracuene – Manhiça (substancialmente concluídas, faltando apenas a sinalização horizontal e vertical) e Zandamela – Maxixe (os trabalhos da balsa e da ponte de Inharrim encontram-se concluídos).

Em relação a construção e reabilitação de pontes é de referenciar que existe uma grande parte das actividades realizadas em termos de construção de aquedutos, reabilitação de estradas que dão acesso as pontes, construção de pilares nos seguintes rios: Rovuma,

Lugela, Limpopo, Meluli e Ilha de Moçambique e ainda por iniciar nos seguintes rios: Zambeze em Caia, Incomati, Zambeze em Tete, Lucite e Nhacuarara.

No âmbito da capacitação institucional foi concluída a revisão da estratégia de contratação de assistência técnica, de modo a garantir uma transferência efectiva de tecnologia para os técnicos nacionais que depois foram alocados em todas as obras para a sua capacitação.

Abastecimento de Água e Saneamento

Águas e Saneamento

Na área das águas as actividades estão viradas para a melhoria do nível de cobertura, do nível de prestação de serviços acompanhados por medidas institucionais com vista a auto-sustentabilização do abastecimento de água à população rural, urbana e peri-urbana.

No âmbito da gestão dos recursos hídricos foram realizadas as seguintes actividades:

- O relatório final do estudo foi concluído e aprovado e foi identificada a equipa para o estabelecimento da comissão instaladora da ARA Centro - Norte;
- Foram finalizados os relatórios de início e o de avaliação da situação actual dos recursos hídricos na área sob jurisdição da ARA Norte;
- Assinado protocolo de cooperação entre ARA-Zambeze e HCB para a comparticipação desta na sustentabilidade financeira e acções de cooperação técnica
- Instalação de equipamento para colecta digital e contínuo de níveis hidrométricos nas estações do Púngoe Sul Nhazónia na bacia de Púngoe
- No contexto da rede hidroclimatológica foram reabilitadas 26 estações pluviométricas e 20 hidrométricas
- Finalização da Monografia da bacia do Rio Monapo, assim como da bacia do Púngoe e respectiva Estratégia de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos da Bacia, incluindo garantia de fundos com vista implementação de algumas acções previstas
- Finalizado o projecto executivo preliminar das 20 represas e 20 sistemas de captação de Água de chuva em Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Tete;
- Foram realizadas obras de reabilitação das barragens de Massingir e Macarretane

Recursos Hídricos

- Foram reabilitadas as estações hidrométricas e pluviométricas das bacias dos rios: Limpopo, Matola, Umbeluzi, Maputo, Incomati e Inharrime.

ESTAÇÕES RABILITADAS EM 2006

LOCALIZAÇÃO	ESTAÇÕES	
	HIDROMÉTRICAS	PLUVIOMÉTRICAS
Bacia do Rio Limpopo	6	4
Bacia do Rio Matola	1	1

Bacia do Rio Umbeluzi	1	2
Bacia do Rio Maputo	0	2
Bacia do Rio Incomati	2	0
Bacia do Rio Inharrime	3	4
Total	13	13

Em relação aos acordos de partilha das águas foram realizadas as seguintes actividades:

- Estabelecimento das comissões conjuntas de recursos hídricos da Bacia do rio Rovuma
- Realizadas as reuniões internacionais
- Realizados alguns estudos conjuntos da bacia do rio Limpopo, Maputo Púnguè e Umbeluzi.

Quanto ao abastecimento de Água às zonas rurais, durante o ano de 2006 foram concluída a construção e a reabilitação de 1,532 fontes dispersas dos quais 614 furos, 137 poços e 781 reabilitações beneficiando cerca de 766.000 pessoas em todo o país. Com esta execução permitiu alcançar a cobertura de 43.1%.

Reabilitação e Construção de Fontes

Província	Poços		Furos		Reabilitações		Total		População servida
	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real	
Niassa	25	15	105	105	65	50	195	170	85,000
Cabo Delgado	0	8	15	26	60	96	110	130	65,000
Nampula	65	77	125	131	145	63	280	271	135,500
Zambézia	0	5	130	61	65	41	170	107	53,500
Tete	15	12	25	29	50	73	90	114	57,000
Manica	0	0	20	32	60	132	80	164	82,000
Sofala	0	0	20	69	20	115	40	184	38,000
Inhambane	0	8	100	82	90	47	190	137	102,500
Gaza	0	0	35	72	40	84	65	156	78,000
Maputo	10	12	15	7	30	80	40	99	49,000
Total	115	137	590	614	625	781	1350	1532	766,000

Fonte: Ministério das Obras públicas e Habitação, BPES 2006

Em relação aos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA):

- Foram realizados os trabalhos de reabilitação/expansão nos Sistemas de Abastecimento de Água de Inhambane (3) em Vilanculos, Massinga e Quissico.
- Foram elaborados projectos executivos para a reabilitação/expansão dos sistemas Nhamayabué, Ulongoé e Luenha (Província de Tete), Moma e Monapo (Província de Nampula), Mandimba, Metarica e Nipepe (Província do Niassa). Contudo é de registar a realização de intervenções para a reparação/reposição de sistemas que no total irão servir a 12,720 pessoas adicionais.

No âmbito do abastecimento de água as zonas urbanas, deu se a continuidade as actividades de construção e reabilitação nos projectos de abastecimento de água nas cidades de Cuamba (reabilitação do centro distribuidor e extensão do Sistema de Abastecimento de Água ao Bairro Mutxora), Nacala (construção do pequeno sistema e fontes de captação de água) e Manica (construção de 4 Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água isolados, Município de Manica). A taxa de cobertura para o

abastecimento de água a zona urbana é de 37.5% no qual beneficiou cerca de 1.550.000 pessoas.

A taxa de cobertura total de população com acesso a água potável é de 42%.

No que diz respeito ao saneamento Urbano, Peri-urbano e Rural foram realizadas as seguintes actividades:

Projecto de Abastecimento de água, Saneamento e Capacitação Institucional das 4 Cidades do Sul (Inhambane, Maxixe, Xai-Xai e Chokwé):

- Contratada a Assistência Técnica para as 4 cidades.
- Estabelecida a Assistência técnica tanto nos Municípios como na DNA;
- Elaborados e enviados ao BAD para aprovação os Termos de Referência para a contratação de serviços de consultoria para estudos sobre o estabelecimento de Unidades Autónomas de Saneamento;
- Em elaboração os Termos de Referência para contratação da consultoria sobre Saneamento a Baixo Custo e promoção de educação para higiene
- Ao nível de saneamento peri-urbano foram construídas 8913 latrinas que irão beneficiar cerca de 44.5mil pessoas e sendo assim a cobertura em serviços de saneamento na zona peri-urbana é cerca de 39%. Relativamente ao saneamento nas zonas rurais, foram construídas 5955 latrinas melhoradas das 2 mil planificadas que irá beneficiar cerca de 30 mil pessoas e sendo assim a cobertura em serviços de saneamento para a zona rural é de 35% e a cobertura total de população com acesso ao serviço de saneamento foi de 36.5% contra os 37% planificados.

No Âmbito do Desenvolvimento Institucional

No processo da implementação da Política Nacional de Águas foram introduzidas e implementadas algumas reformas com vista a melhorar o desempenho do sector, assim, há a destacar:

No âmbito da instalação dos núcleos das ARAs Centro–Norte e da consolidação das ARAs referir que:

- No âmbito da instalação dos núcleos das ARAs Centro–Norte e da consolidação das ARAs referir que ARA Centro já possui o seu próprio estabelecimento e foi aprovado o Programa de Apoio Institucional da SIDA para a ARA Centro.
- Foi extinguido o processo de estabelecimento e consolidação do centro de Estudos Estratégicos do sector das Águas;
- Em relação ao acompanhamento do processo de planificação e implementação das actividades no âmbito de Água Rural foram realizadas duas reuniões com Directores provinciais e os respectivos chefes de departamento de Água e Saneamento;
- Esta em curso a implementação do acordo realizado com a cidade de Nacala para o desempenho de algumas empresas de Água que se encontram fora do Quadro de Gestão Delegada;

- Foram criadas Comissões para a reestruturação dos EPAR's bem como foram realizados contactos com o sector privado para a gestão dos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água e foram também formados pequenos artesãos que trabalham na gestão de fontes e fazem obras de construção de poços.
- No quadro do estabelecimento de um sistema de monitoria foi finalizada a consultoria para a revisão da Base de Dados e preparado projecto piloto de operacionalização do sistema de fluxo de informação a ser implementado nas Províncias de Gaza, Manica e Cabo Delgado.
- Realizados Contratos com os operadores para os PSAA's de Massinga, Quissico e Namaacha e foi monitorado o desempenho dos operadores dos PSAA's de Namaacha, de Vilanculos
- Foram realizadas acções nas províncias de Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia no âmbito do processo de testagem das bombas de corda, playpump e painéis solares como tecnologias alternativas para captação de água para o abastecimento de água nas zonas rurais; e
- A Política Nacional de Águas está a ser divulgada ao nível dos Governos distritais, Postos Administrativos e líderes comunitários.

Sector de Energia

Para este sector as acções realizadas em 2006 visaram garantir o aumento do acesso à energia tanto para uso doméstico como para a realização de actividades económicas, foram desenvolvidas acções orientadas para a expansão da rede eléctrica nacional, da rede de distribuição e comercialização de combustíveis líquidos, assim como acções de materialização dos projectos energéticos identificados e de reformas do sector. Assim, foram realizadas as seguintes acções:

No que diz respeito a expansão da rede nacional para a electrificação de:

Cabo Delgado

Quanto a construção da subestação no Posto Administrativo de Metoro, electrificação da vila sede, da Mina de Grafite de Ancuabe e a Localidade de Salawe; electrificação das sedes dos distritos de Chiúre e Montepuez bem como as Localidades de Nanjua e Namanhumbir ainda em Montepuez o destaque vai para:

- conclusão dos trabalhos de topografia de linhas a 33kV para interligar futura Subestação de Metoro à Montepuez, Ancuabe e Chiúre, no âmbito do Projecto de Electrificação Rural de Cabo Delgado Fase II.

Niassa

Quanto a electrificação das sedes dos Distritos de Mecanhelas, Maúa e Marrupa foram concluídos os trabalhos de topografia para o desenho do projecto de execução para electrificação das sedes dos Distritos de Macanhelas, Maúa e Marrupa.

Nampula

Referente a electrificação das sedes dos Distritos de Eráti, Muecate, Murrupula e Mossuril. Electrificação dos Postos Administrativos de Chalaua em Moma, Netia e Itoculo

em Monapo e Geba em Memba bem como as Localidades de Namitatari em Mossuril e Namaíta em Nampula- Rapale há a destacar:

- Conclusão da electrificação da Localidade de Namitatari;
- Concluída a extensão da rede eléctrica de baixa tensão para electrificação da sede do Distrito de Mossuril;
- Conclusão da extensão da rede eléctrica para electrificação da Localidade de Geba no P.A. 7 de Abril, Distrito de Memba;
- Extensão de 15Km de linha de 33kV para electrificação do P.A. de Itoculo em Monapo. Os trabalhos de electrificação do P. A. Itoculo abrangeram o povoado de Muelege.
- Conclusão dos trabalhos de implantação de postes e transporte de materiais e equipamentos para electrificação da sede do Distrito de Erati, Murrupula; P.A. de Namaíta em Nampula-Rapale.
- Conclusão dos trabalhos de topografia para electrificação do Distrito de Muecate; P.A. de Chalaua em Moma.

Zambézia

Quanto a electrificação das sedes dos Distritos de Gilé, Ile, Pebane e Lugela foram destaca-se, a conclusão do projecto de expansão da rede à sede do Distrito do Ile, no âmbito do Projecto Gurúè-Cuamba-Lichinga;

Tete

No referente a electrificação das sedes dos Distritos de Changara e Magoé e as Localidades de Chicoca em Cahora Bassa e Chipanga em Moatize foram concluídos os trabalhos de topografia para electrificação de Chicoca no Distrito de Cahora Bassa.

Sofala

Está em curso o processo para a implementação dos postes da linha de 110kV e em curso a importação de materiais para a electrificação do distrito de Marromeu.

Electrificação com base em grupos geradores

Nampula

- Lançado o concurso público que consiste no fornecimento de equipamentos e empreitada para a construção da central eléctrica, bem como a construção de uma rede de distribuição para electrificação do Posto Administrativo de Namaponda em Angoche;

Manica

- Feito o levantamento das necessidades para a electrificação do Posto Administrativo de Dacata em Mossurize;

Inhambane

- Construída a rede de baixa tensão para electrificação do Posto Administrativo de Vila Franca de Save no Distrito de Govuro;

No âmbito da Electrificação com base em Mini-hídricas do Posto Administrativo de Kazula no Distrito de Chiúta em Tete, Postos Administrativos de Rotanda e Mavonde nos Distritos de Sussundega e Manica respectivamente bem como a Localidade de Honde no Distrito de Bárue na província de Manica,

- Elaborados os documentos de concurso para a electrificação do P.A. de Mavonde e Rotanda, aguardando-se a aprovação do financiador (Banco Mundial).
- Terminada a construção da casa de máquinas e o canal da central mini-hídrica na Localidade de Honde

No que diz respeito a Promoção do uso sustentável de recursos energéticos, através da diversificação de fontes de energia com base na biomassa,

Sofala

- Construídos 45 e 114 fornos melhorados e formados 40 e 120 carvoeiros em Nhamatanda-sede, Nhamatanda-Mocumbezi, Dondo-sede e Dondo-Savana respectivamente
- Construído forno com capacidade de produção de 650 peças cerâmicas e produzidos em fase inicial 435 fogões melhorados na cidade da Beira

Maputo

- Produzidos e comercializados 473 e 527 fogões melhorados portáteis nos Distritos de Marracuene e Magude
- Construídos 4 fogões fixos(familiar) para testagem; distribuídos gratuitamente 50 fogões melhorados portáteis para sensibilização das populações na poupança de energia e renda familiar, e formados 8 oleiros no Distrito de Magude;

Está em curso o processo de construção do Centro de Despacho tendo já encomendados os equipamentos e mobilizado o empreiteiro para o início das obras de construção.

Estão em curso as acções visando a implementação de projectos energéticos no âmbito da iniciativa NMPD (Desenvolvimento de projectos energéticos no Norte de Moçambique).

Está em curso as reformas do sector de energia, incluindo a promoção da participação privada em regime de contratos de concessão.

Referente ao Estabelecimento de 30 mil novas ligações domiciliárias através de todas as fontes de energia;

- Foram ligados à rede eléctrica nacional 83.010 novos consumidores sendo 76.382 domésticos, e 6.628 consumidores nas categorias comercial e industrial;
- Nos sistemas isolados o número de consumidores manteve-se; 5.786 consumidores beneficiaram de energia eléctrica através de grupos geradores; e 813 consumidores beneficiaram de energia eléctrica através de centrais a gás natural.

Combustíveis

No concernente a Consolidação e conclusão do quadro legal para o Sector de Combustíveis:

- Concluída a revisão do Decreto 1/97 de 28 de Janeiro

Quanto ao plano de construção do posto de abastecimento de combustível na Localidade de Muelé em Inhambane, o mesmo foi substituído pela aquisição do posto de Monte Carlo na cidade de Inhambane,

No referente a construção de 3 tanques de armazenamento de combustível na Beira com capacidade de 2500m³ cada, foi concluído o primeiro projecto com capacidade de 95.000m³.

No que diz respeito a Implementação do Projecto de Utilização do Gás Natural em viaturas, priorizando as de transporte público de passageiros e mercadoria, foram realizadas as seguintes acções:

- Efectuada a importação da estação mãe, estando em curso a sua instalação em Beluluane;
- Identificados potenciais clientes para a primeira fase estando a decorrer a celebração de contratos;

No referente ao Projecto de Expansão do uso do Petróleo de Iluminação para as zonas rurais;

- Foram financiados 24 projectos que visam a expansão do uso do petróleo de iluminação nos Distritos de Matutuine (2), Marracuene (1), Boane (1), Matola (1), Sábiè (1), Bairro T3 (1) e Hunguana (1) na província de Maputo, Inharrime (3), Morrumbene (1), Zavala (4) e Zandamela (1) na província de Inhambane, Xai-Xai (1), Chibuto (2) e Magul (1) na província de Gaza, Dondo (1) na província de Sofala e Maputo Cidade (1).

Financiada aquisição de botijas para expansão do uso de GPL.

Outras realizações

Energia Eléctrica

Nampula

No âmbito do Projecto Electricidade III

- concluídos os trabalhos de implantação de postes e transporte de materiais e equipamentos para a electrificação da Localidade de Nacua e a Missão no Distrito de Nampula-Rapale;
- Foram concluídos os trabalhos de topografia para electrificação das sede dos Distritos de Mecuburi e Moma, incluindo, as Localidades de Trasinda e Boror-Farme em Moma e, P.A. de Nacavala no Distrito de Meconta

No âmbito do Projecto de Electrificação Rural de Cabo Delgado Fase II

- Foram concluídos os trabalhos de topografia para construção de linhas de 33kV, para interligar a futura Subestação de Metoro à Namapa (Eráti),

Zambézia

- electrificado o P.A. de Gonhane, Localidade de Matulume, no âmbito do Projecto de Electrificação Rural de Namacurra – Extensão para Pebane e electrificado as

Localidades de Mijalane, Recamba e Marunda, no âmbito do Projecto de Electrificação Rural de Namacurra no Distrito de Inhassunge.

- concluída a electrificação das povoações de Mugogoda e Inhangule, no Distrito de Nicoadala

Tete

- Concluídos os trabalhos de topografia para electrificação do Povoado de Chipalapala na Localidade de Chicoo, P.A. de Chitima Distrito de Cahora Bassa.
- Assinado entre os Governos de Moçambique (GoM) e Português, o Protocolo para a reversão e transferência do controlo da HCB para o GoM;

Em relação ao Projecto Hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa:

- Assinado um Memorando de Entendimento entre a empresa Brasileira Camargo Corrêa, EDM, E.P. e Energia Capital, para estabelecimento de um consórcio visando a implementação do Projecto e

Quanto a central Térmica de Moatize, foi concluído o estudo de viabilidade para a implementação da Central Eléctrica.

Manica

- construída e energizada uma linha de 6 km para alimentar a vila de Rotanda, no Distrito de Sussundenga a partir do Zimbabwe.
- construído um ramal em Média Tensão e rede de Baixa Tensão, para electrificação da aldeia de Muzongo no Distrito de Manica

Gaza

- Electrificados os bairros 2 e 3 da Aldeia Julius Nyerere, no Distrito de Xai-Xai,.
- Electrificado o Bairro Macamwine em Xai-Xai,.
- Realizado estudo de viabilidade para electrificação das sedes dos Distritos de Chigubo, Chicualacuala, Mabalane e Massagena,.

No âmbito do Projecto Hidroeléctrico de Massingir:

- Concluído o estudo de viabilidade para implementação da Hidroeléctrica.

No âmbito do Fornecimento de energia eléctrica ao Projecto de Areias Pesadas do Chibuto, a ser implementado pela Corridor Sands, forma Garantidos ao Projecto, 150MW a ser fornecidos pela EDM-E.P./Eskom.

Maputo

- Extensão de 5 km da rede eléctrica para electrificação do bairro 25 de Junho no Distrito de Boane.
- Extensão de 3.5 km da rede eléctrica para electrificação do bairro da Missão Roque, no Distrito de Matutuine.
- Extensão de 6 km da rede eléctrica para electrificação da Pedreira Chambajou, bem como para a electrificação de uma Farma no Distrito da Moamba.

Electrificação com base em grupos geradores

Nampula

- Concluída a electrificação de lalaua e P.A de Larde no Distrito de Moma

Tete

- Construída a rede de baixa tensão para a electrificação da sede do P.A. de Dôa, no Distrito de Mutarara

Inhambane

- Concluída a electrificação de Mawaela no Distrito de Panda

Combustíveis

- Construída e em funcionamento a cozinha comunitária a gás natural no bairro de Mussumbuluco, no Município da Matola, província de Maputo.
- Aprovada pela Comissão Nacional de Salários e Preços a estrutura de preços de gás natural para viaturas.
- Licenciados na cidade de Maputo 10 postos de abastecimento de combustíveis que operavam sem licenças;
- Construído um novo posto de abastecimento de combustíveis na cidade de Maputo; e
- Concebidos novos modelos de licenças
- Feita a revisão das margens dos operadores faltando apenas a sua implementação.
- Construídos os postos de abastecimento nos seguintes locais: Lado B em Xai-Xai, província de Gaza, Massinga na província de Inhambane, Chingale de Tete na província de Tete e Millenium 2000 na província de Nampula.

Visando implementar o projecto de produção alternativa do combustível com base na matéria vegetal, foram emitidas duas Licenças Provisórias a favor das empresas ECOMOZ, Lda e BIOMOZ, Lda, para a produção de Biodísel nas instalações da PETROMOC na Matola (Maputo).

C. PESCAS

Neste sector, as acções para o ano de 2006 estavam viradas para a promoção contribuição de uma gestão sustentável da exploração dos recursos pesqueiros, monitoria, controle e fiscalização da actividade pesqueira, desenvolvimento da aquacultura comercial e melhoramento das condições de vida das comunidades pesqueiras. Neste sentido, foram desenvolvidas as seguintes acções:

No âmbito da Pesca Artesanal

- Elaborada a proposta da “Estratégia para o desenvolvimento Aquacultura”, que será submetida a apreciação do Conselho de Ministros em Fevereiro de 2007;

- Sensibilização e capacitação que resultaram no surgimento de 51 grupos de poupança e crédito rotativo, sendo 33 em Nampula e 29 associações de pescadores artesanais na província de Sofala;
- Concessão de 81 créditos a comerciantes de pescado, sendo, 55 em Nampula e 26 em Cabo Delgado. No âmbito da concessão de crédito a grupo de mulheres comerciantes foram concedidos crédito a 4 mulheres 2 em cabo Delgado e 2 em Nampula;
- Promoção de 178 grupos de Poupança e Crédito Rotativo sendo 5 em Cabo Delgado, 43 em Nampula, 38 na Zambézia e 92 em Sofala;
- Construção de 6 centros de demonstração em processamento de pescado (5) em Cabo Delgado e (1) em Nampula;
- Divulgação de 2 artes de pesca (emalhe e palangre) junto de 60 pescadores de 6 centros de pesca de Cabo Delgado e Nampula;

No âmbito de Aquacultura

- Elaborado um documento preliminar do código de conduta e concluído o estudo preliminar do ordenamento aquícola;
- Construídos 3.340 tanques nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Gaza e Maputo. No concernente à Piscicultura integrada, foram construídas 9 capoeiras melhoradas e incorporadas dentro dos tanques piscícolas em Manica;
- Realizadas visitas de monitoria e avaliação dos projectos de piscicultura financiados pelo Fundo de Fomento Pesqueiro em Nampula, Zambézia, Manica e Sofala;
- Realizado o levantamento do potencial da piscicultura nas províncias de Tete, Niassa, Sofala, Manica Nampula, Gaza e Maputo;
- Foram capacitados 5 técnicos oriundos das províncias de Maputo, Sofala, Zambézia e Cabo Delgado em cursos de piscicultura e aquacultura de camarão;
- Apoiados piscicultores de Manica em material (redes) e alevinos para a renovação dos *stocks* em cultura com vista a evitar o inter-cruzamento e permitir o melhor crescimento das espécies em cultivo
- Adquirido material para a construção de tanques piscícolas em Tete. Foi também elaborada uma proposta de projecto e submetida a FAO, para a criação de 3 unidades de produção de alevinos de “peixe-gato” também conhecido como “bagre da água doce”;
- Desenvolvida a cultura de micro algas com a introdução de espécies diatomáceas, sendo de destacar a introdução de duas espécies na cultura.
- Realizado um curso sobre a manutenção de *stocks* na actividade de aquacultura, envolvendo técnicos de diferentes instituições, incluindo o sector privado.

No âmbito da Investigação Pesqueira

- Realizada a divulgação dos resultados da monitorização junto às comunidades de pescadores ao nível das províncias de Sofala, Niassa, Zambézia e Nampula.
- Iniciado o estudo aquícola e hidro-biológico da baía de Pemba, estando em processo colheitas mensais de dados feitas pelo IIP, e UEM com assistência técnica da França e Filipinas. Está igualmente em curso o estudo sobre o caranguejo *Scilla serrata* em Sofala, encontrando-se na fase de trabalho de campo.
- Estabelecido o sistema de monitorização da pesca desportiva nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane;
- Introduzidas duas espécies de cultura de micro-algas, feita a manutenção, renovação e limpeza periódica do stock;
- No âmbito do desenvolvimento do sistema informático, foi concluído o desenho do Modelo Conceptual do SIMAR e iniciado o desenho da base de dados para pesca a linha na Baía de Maputo;
- Iniciado o processo de recolha, processamento e análise de dados sobre peixes ornamentais no Lago Niassa;
- Embarque na frota pesqueira para amostragem de capturas de camarão no banco de Sofala assim como a respectiva fauna acompanhante, gamba e pesca a linha;

No âmbito da Inspeção e Garantia de Qualidade

- Desenvolvida uma base de dados para o licenciamento sanitário que já está instalada na sede do INIP e na Zambézia, estando ainda por instalar nas províncias de Sofala e Maputo.
- Revisto o Plano Nacional de Controle de Resíduos (PNCR) em 2006 e aprovado pela União Europeia. Em 2006 foi implementada a primeira fase do PNCR através do envio para laboratórios de Portugal e da África do Sul de amostras para análise da presença e concentração de metais pesados, pesticidas e resíduos veterinários. A segunda fase será implementada em Janeiro de 2007.
- Realizado um Curso de Inspeção do Pescado com o objectivo harmonizar os métodos de trabalho dos técnicos de Inspeção do Pescado nas províncias e discutir as alterações a serem feitas nos procedimentos para o licenciamento e certificação sanitária à luz das alterações ocorridas na legislação da União Europeia, principal mercado dos produtos pesqueiros de Moçambique, e recomendações da auditoria da União Europeia ao Sistema de Inspeção de Pescado de Moçambique.

No Âmbito da Gestão e Administração Pública, Infra-Estruturas e Equipamento Pesqueiro

- No contexto do Fundo de Apoio às Direcções/Serviços Provinciais de Pescas, foi concluído o processo de planificação detalhada das acções prioritárias a financiar, estando em curso a preparação a execução.

- No concernente ao alargamento da rede de internet e supervisão, foi instalada a rede de internet na Direcção Provincial de Pescas de Inhambane e realizada uma supervisão na província de Maputo (DDP- Maputo).
- O Porto de Pesca da Beira encontra-se já na primeira fase de implementação que consiste na elaboração do desenho detalhado de engenharia e preparação do concurso internacional das obras de empreitada.
- Relativamente ao projecto de reabilitação da Escola de Pesca, referir que decorrem acções preparatórias com vista ao lançamento do concurso de empreitada, estando já em curso uma consultoria para a preparação do caderno de encargos.
- Em relação a reabilitação do Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala, foi executada parcialmente abarcando nomeadamente o parque de estacionamento de viaturas, ampliação da sala de conferências e o centro social.

No âmbito da cooperação internacional

- Conclusão das negociações do Novo Acordo de Pesca com a União Europeia que entrará em vigor a 01/01/07 por um período de 5 anos, portanto até 31/12/011;
- Rubricado o Acordo de Pesca do Sul do Oceano Índico, uma iniciativa internacional com vista a promover a exploração e gestão sustentável dos recursos pesqueiros do Alto-Mar.
- Prorrogada a assistência Islandesa ao sistema nacional de inspecção de pescado, a investigação de Kapenta na Albufeira de Cabora Bassa e acções de capacitação técnico-profissional em aquacultura e controle de qualidade. Estas iniciativas serão implementadas no período 2007 a 2010;
- Iniciada a formulação conjunta de um projecto de Apoio a Pesca Artesanal no Lago Niassa que contará com fundos espanhóis da Xunta de Galiza, cerca de 100 mil euros com a previsão de arranque do projecto agendada para Março de 2007.

D. RECURSOS MINERAIS

Neste sector, as acções programadas para 2006, orientaram-se para o aumento da produção mineira e de gás natural de modo sustentável; pesquisa e inventariação dos recursos minerais, incluindo o carvão e hidrocarbonetos; fortalecimento da capacidade negocial do Governo no que se refere as concessões dos recursos minerais tendo em vista a obtenção de benefícios justos para o País; aumento da participação do empresariado nacional no sector; e, prosseguimento com as actividades de inspecção e fiscalização.

Sector Mineiro

Quanto ao prosseguimento dos programas de prospecção e pesquisa de minerais pesados das areias costeiras, nomeadamente; de Xai-Xai, Chongoene até Inhambane; Micaúne, Deia, Pebane e Moebase; na Zambézia;

- Foi dado continuidade aos trabalhos de pesquisa nas áreas de Chongoene e Xai-Xai na província de Gaza, Dongane, Ravene e Jangamo na Província de

Inhambane, tendo sido feito análises laboratoriais das amostras recolhidas no terreno, reduzida a malha de sondagens e realizados estudos preliminares sobre o ambiente social das zonas de pesquisa,

- Está em curso trabalhos de prospecção e pesquisa nas áreas de Micaúne, Muio e Deia, na província da Zambézia que foram licenciadas em 2005, e
- Na sequência do novo acordo de licenciamento assinado em 2006 entre a empresa BHP/Billiton e o Governo para o projecto de Moebasse, esta empresa continua empenhado na procura de recado de titânio, havendo já resultados para assinatura de contratos de venda.

Relativo a realização da prospecção e pesquisa de metais básicos, metais preciosos, ouro e diamantes, nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Zambézia Tete e Manica;

- Iniciaram os trabalhos de pesquisa, os quais consistem em levantamentos aerogeofísicos e geoquímicos. Os resultados preliminares encorajam as companhias a iniciarem os trabalhos de pesquisa no terreno.

No que diz respeito ao acompanhamento da implementação do Projecto das Areias Pesadas de Moma;

- Está em construção as infra-estruturas necessárias para o início da implementação do Projecto das Areias Pesadas de Moma,
- Está em curso o processo de recrutamento e treino de futuros trabalhadores da mina. Em 2006 foram empregues um total de 1582 trabalhadores dos quais 1016 são moçambicanos.
- Iniciou-se a construção de 145 casas para o reassentamento das populações que residem na área da concessão.

Quanto a garantia do início da implementação do Projecto das Areias Pesadas de Chibuto,

- Em 2006, foram construídas e equipadas em Chibuto quatro escolas, duas das quais com material pré-fabricado. No mesmo período iniciou o programa preliminar de reassentamento.
- Está em discussão o fornecimento adicional dos 350 MW posteriormente solicitados para o aumento da capacidade de produção.

No que diz respeito a assistência e treinamento em matéria de educação ambiental aos mineiros artesanais:

- Foram realizadas acções de treinamento aos operadores artesanais em Munhena na província de Manica, em técnicas de processamento do ouro fora dos leitos dos rios e foram construídos localmente equipamentos para a utilização do mercúrio em circuito fechado sem afectar o ambiente,
- Em curso as actividades de assistência técnicas em Manica, Tete, Zambézia e Nampula através da colocação de técnicos nos distritos bem como a monitoria da actividade mineira e gestão ambiental,
- Integrados novos técnicos nos seguintes Distritos: Manica, Sussundenga e Bárue (em Manica), Moma, Lalaua, Murrupula, Nacala Velha e Nacarua (em Nampula),

Lago e Marrupa (em Niassa), Gorongosa e Nhamatamda (em Sofala), Marávia (em Tete) e Gilé, Alto Molócue (na Zambézia),

- Foram reactivadas associações de operadores mineiros de Tsetsera e Bandire (Distrito de Sussundenga) e Mimosa (Distrito de Manica), estando em processo de sua oficialização,
- Entregues na província de Gaza à diversas associações de cerâmica, equipamento de cerâmica e de tracção animal para transporte de materiais em Macupulane, Nguzene e Muhamuza no Distrito de Manjacaze e em Xai-Xai.
- Formalizada em Sofala a Associação de tijolos na localidade de Siluvo, com o nome “Associação de Tijolos Combate a Pobreza Absoluta de Siluvo (ATCAS)”.
- Realizadas reuniões de sensibilização às populações nomeadamente em Tsiquir e na Administração do Distrito Gorongosa no âmbito do combate ao garimpo, e aumentado o número de fiscais de 4 para 9 contando-se com a parceria com a polícia comunitária,
- Identificadas na província da Zambézia 4 (quatro) novas áreas para a exploração mineira e artesanal de pequena escala nomeadamente em Mulela e Naburi, Distrito de Pebane, Mocubela Distrito de Maganja da Costa e Alfazema no Distrito de Morrumbala. Estas áreas registam ocorrências de águas marinhas, tantalite, topázio, cristais de quartzo, ouro aluvionar, Berilo industrial, amazonite e ágata.

Relativamente a atracção de investidores com experiência na exploração de jazigos de minerais industriais tendo em vista a promoção do seu uso no País, foi desenvolvido o seguinte:

- Promoção junto dos parceiros de cooperação e empresas interessadas em projectos de exploração de jazigos de minerais industriais, bem como na instalação de indústria para sua transformação para o seu posterior uso no país.
- Emitidos vários títulos mineiros de (i) guano em Búzi, Chibabava e Cheringoma na Província de Sofala, Inhassouro e Mabote na província de Inhambane, (ii) diatomitos em Manhiça na Província de Maputo (iii) apatite em Monapo na Província de Nampula.
- Está em curso um programa de promoção de uso no país de Minerais Industriais na Agricultura.
- Está a decorrer um projecto piloto para o uso da diatomite na Agricultura, e seleccionados camponeses de Mafuiane, Distrito da Namaacha, os quais estarão envolvidos no projecto piloto do uso da diatomite.

No que diz respeito a realização de estudos geológicos para a avaliação do potencial carbonífero em áreas adjacentes ao jazigo de Moatize e outras localizadas nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete e Manica;

- Foram licenciadas a vários titulares as bacias de Moatize-Minjova e Mucanha – Vuzi em Tete, Maniamba em Niassa e Lugenda em Cabo Delgado,

- Iniciou a elaboração do estudo de viabilidade de uma das áreas adjacentes ao jazigo de Moatize, com base nos resultados das sondagens efectuadas, e iniciados trabalhos de sondagens na área adjacente ao jazigo de Moatize,
- Prosseguem trabalhos de levantamentos geofísicos Na bacia de Lugenda, nas províncias de Cabo Delgado e Niassa,.
- Terminado o estudo de Viabilidade Económica do Projecto de Carvão de Moatize pelo RDMZ (Rio Doce Moçambique).

Sector Geológico

Quanto a reabilitação e apetrechamento das estações sismológicas:

- Está em fase de conclusão a reabilitação do Observatório Magnético de Maputo,
- Foi reabilitada a cave da Estação Sismográfica de Changalane e transferidos os equipamentos para esta Estação. Foi montado o sistema de transmissão contínua de dados, GPRS, da Estação ao Centro de Análise e Processamento de Dados Sísmográficos, sito no edifício da Direcção Nacional de Geologia,
- Foi inaugurado em Junho em Maputo, o Centro de Processamento e Análises de Dados Sísmicos (CPADS), e treinados 9 analistas para o CPADS e operadores para as estações das províncias de Maputo, Tete, Manica Niassa e Nampula.

Ainda na área de sismologia foi feito o seguinte:

- Concluída a Estação Sismográfica de Lichinga e está em curso o processo de instalação de energia eléctrica, para posterior montagem do equipamento,
- Está em reabilitação a estação Sismográfica de Manica,
- Iniciou-se a aquisição de equipamento mais moderno para as estações sismográficas de Manica, Nampula e Lichinga, e foram formados operadores e processadores de dados para as Províncias onde existe Estações Sismográficas,
- Foi montado novo equipamentos no Observatório Magnético de Nampula e treinados os futuros operadores locais,
- Foi produzida a primeira brochura sobre “Sismos e Precauções”, como instrumento para a educação cívica, e realizadas palestras sobre os sismos em algumas escolas da cidade de Maputo, e
- Feitos levantamentos Geomagnéticos nos Aeródromos de Manica e Vilanculos.

Quanto a realização a prospecção e pesquisa geológica em áreas seleccionadas nos Distritos de Mocuba, Alto Molócue e Gilé na província da Zambézia;

- Está na fase conclusiva a elaboração do relatório final dos trabalhos feitos nos anos transactos, havendo como constrangimento a insuficiência de fundos para suportar análises laboratoriais.

No que diz respeito ao acompanhamento do programa de mapeamento geológico na escala 1:250.000 em todo território Nacional;

- Está em fase de conclusão o processo de compilação das cartas geológicas e dos respectivos relatórios, e feitas as últimas avaliações dos mapas e respectivas notícias explicativas;

Quanto ao mapeamento geológico ambiental da zona costeira de Moçambique na escala 1:50.000;

- Feita a inventariação e georeferência de furos efectuados na Província de Maputo e colhidos dados para a elaboração da Carta Geo-ambiental de Maputo,
- Realizado trabalho de campo para a confirmação das Unidades Litológicas quanto à Carta de Catembe.
- Realizados trabalhos para determinação da qualidade das águas subterrâneas nos Bairros de Magoanine, Zimpeto, Benfica, 25 de Junho, Luís Cabral e Vale do Infulene;
- Para o programa de Cartas Geológicas da Beira e de Bilene foi (i) feita a recolha de informação geológica disponível sobre a área, (ii) iniciada a interpretação de fotografias aéreas, (iii) realizados trabalhos de reconhecimento geológico-ambiental com a colheita de algumas amostras para análises de sedimentologia e química.

Referente a realização do mapeamento geológico na escala 1:50.000 da Ilha do Bazaruto;

- Foi feita a digitalização da segunda versão preliminar da carta, integrando dados da campanha de campo realizada em 2005 e está ainda em curso o processo de interpretação dos resultados das análises químicas, sedimentológicas e das lâminas delgadas,
- Iniciou o processo de datação de amostras de areias de dunas colhidas na campanha de campo de 2005 e a elaboração da respectiva notícia explicativa, e
- No período compreendido entre 11 e 22 de Novembro de 2006 foi realizada a última campanha de campo com o objectivo de fazer correcções da segunda versão da carta da ilha e colheita de mais dados a serem incorporados na Notícia Explicativa.

No que diz respeito ao início do estudo, inventariação e conservação do património geológico e desenvolvimento de acções de geoconservação:

- Foi elaborado e submetido à esta instituição, um plano conjunto para a realização de acções de Geoconservação em Estima e Carangaje, na Província de Tete;
- Foi realizada uma visita de campo às cavernas de Chungalane e Goba nos Montes Libombos, na Província de Maputo.

Realizado em Julho em Maputo o XXI Colóquio de Geologia.

Quanto a Carta Geológica da Catembe, na escala 1: 50 000

- Foi realizada a última campanha de campo para confirmação de algumas unidades geológicas que ainda suscitavam dúvidas na interpretação, e está em curso a introdução das correcções das unidades confirmadas no campo e o processo de correcção da Notícia Explicativa.

No que diz respeito a Carta Geológica da Região da Grande Beira, na escala de 1: 50 000

- Foi finalizada a foto-interpretação e produção do respectivo mapa foto-geológico. Está em curso a interpretação dos resultados das análises sedimentológicas e mineralógicas das amostras colhidas na campanha de campo de 2005.
- Foi realizado o segundo trabalho de campo com o principal objectivo de confirmar as unidades foto-geológicas e estruturas foto-interpretadas e em processo o desenho da primeira carta geológica desta região.

Carta de Geologia de Engenharia da Região Metropolitana de Maputo:

- Foi realizado um trabalho de reconhecimento onde foi feita a testagem da qualidade das águas em diversos furos e poços existentes em alguns bairros da Cidade e Província de Maputo, seleccionados para o efeito.
- Foram ministrados cursos de Geo-processamento, Hidrologia e de Hidrogeologia e treinados técnicos no uso dos programas a serem aplicados no projecto, nomeadamente ArcView-3.2a, AutoCad, Idriss, Surfer, Corel Draw entre outros.
- Foram realizadas visitas a várias instituições (IIAM, UEM, MICOA, DNA, Conselho Municipal da Cidade de Maputo, Few's Net Mind) os quais dispõem de dados que serão usados na produção da carta, tais como mapas topográficos, de solos, limites administrativos, entre outros.

Na área de Minerais Industriais foram realizadas as seguintes actividades:

- Foi feito um treinamento de campo em minerais industriais (técnicas de amostragem em areia, argila, diatomite, bentonite), na província de Maputo e de rochas ornamentais e agregados na província de Cabo Delgado e Tete.
- Feito o reconhecimento de rochas ornamentais e agregados na província de Manica e de agregados na província de Inhambane, e
- Foram enviadas amostras de areia, argilas e mármore para Finlândia para ensaios laboratoriais.

Na área de Geoquímica foram realizadas as seguintes actividades:

- Feito o treinamento de técnicos do Departamento Geologia Económica em técnicas de uso do GPS e metodologias de amostragem no campo;
- Feita a Interpretação dos resultados da pesquisa geoquímica de sedimentos de corrente de Gondola-Nhamatanda;
- Elaboração do relatório final de pesquisa geoquímica de sedimentos de corrente de Gondola-Nhamatanda/2005;
- Pesquisa geoquímica em solos na região de Gondola-Nhamatanda;
- Elaboração do relatório preliminar da pesquisa geoquímica de solos de Gondola-Nhamatanda/2006;

Relativamente à Modernização do Centro de Documentação (CD) e Instalação do Sistema de Informação Mineral (SIM) foram realizadas as seguintes actividades:

- Criação de um “template” para legendas e impressão de mapas nas escalas 1/50.000 e 1/250.000;
- Elaboração de brochura da actividade Artesanal e de Mineração de Pequena Escala a nível Nacional, e
- Feita a recolha de relatórios geológicos nas províncias de Tete e Zambézia e respectivo processamento e armazenamento no sistema.

Sector de Hidrocarbonetos

No que diz respeito a continuidade da pesquisa sistemática de hidrocarbonetos nas Bacias de Moçambique e Rovuma, incluindo a aquisição sísmica, a realização de furos nos Blocos de Zambeze onshore/offshore, Blocos 16 e 19:

BACIA DE MOÇAMBIQUE

Onshore Zambeze, M10 e Baía de Sofala:

- Concluídas as negociações com o consórcio British American Natural Gás (BANG) e Clóvis Exploration and Production que culminaram com a assinatura do Contrato de Pesquisa e Produção de hidrocarbonetos nestas áreas.

Offshore Zambeze:

- Foi submetido o relatório final do Estudo de Impacto Ambiental para a abertura dum furo de pesquisa.

Bloco de Inhaminga

- Está em curso o Estudo de Impacto Ambiental para o levantamento de dados sísmicos e geológicos de pesquisa em preparação para a abertura de um furo em 2007.

Bloco 16&19,:

- Aprovado Estudo de Impacto Ambiental para o levantamento de dados sísmicos em águas profundas, e reprocessados 2000 km de dados sísmicos adquiridos pela Western Geophysical em 1981.
- Estão em curso trabalhos de preparação com vista ao levantamento de 2.600 (dois mil e seiscentos) quilómetros de dados sísmicos bidimensionais pelo consórcio SASOL/ENH.

Projecto de Avaliação de Recursos

- Iniciado o Projecto de avaliação de recursos da área Sul do Paralelo 22º da parte sul da Bacia de Moçambique do qual resultará a identificação do potencial em hidrocarbonetos da área.

BACIA DO ROVUMA

Áreas 2 e 5

- Foi assinado em Fevereiro de 2006 o Contrato de Concessão para a Pesquisa e Produção de Petróleo (EPC) nas áreas 2 e 5 com o consórcio Norsk Hydro/ENH.

- Em curso o Estudo do Impacto Ambiental com vista a aquisição de cerca de 3000 Km de dados sísmicos bidimensionais e o reprocessamento de cerca de 1.500 Km de dados sísmicos bidimensionais pelo consórcio Norsk Hydro/ENH.
- Está em curso o processo de levantamento de carotes do fundo do mar.

Áreas Onshore, 1, 4 e 3e6

- Foram assinados contratos para a pesquisa e produção de hidrocarbonetos para as áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma entre o Governo de Moçambique, e a Anadarko/ENH e a ENI/ENH respectivamente no dia 20 de Dezembro de 2006.

No que diz respeito a realização de uma pesquisa adicional no Bloco de Pande-Temane:

- Está em processo a interpretação sísmica dos 1150 km de sísmica adquiridos em 2005 na área do PSA (Production Sharing Agreement) e do PPA (Petroleum Production Agreement), nomeadamente a norte do campo de gás de Pande (norte do rio Save) e sobre do campo de Gás de Temane e de Inhassoro.

Quanto a construção do Armazém Nacional de Carotes:

- Foi assegurado terreno em Malhampsene (província de Maputo) decorrendo no entanto, demarques com vista a localizar melhor alternativa dado o referido terreno, se encontrar relativamente distante do Centro de Dados de Hidrocarbonetos subsector a que estará interligado.

Referente a finalização do estudo das opções de aproveitamento do condensado de Pande-Temane, incluindo a possibilidade do seu processamento no País; e os estudos de avaliação do Jazigo de Inhassoro que possibilitem a sua exploração comercial;

- Apresentado o estudo final sobre o condensado e as respectivas reservas;
- Foram actualizadas as reservas de todos jazigos de gás no Bloco Pande-Temane. i.e., Campos de Gás de Pande, Temane Principal, Temane-Este e Inhassoro totalizando cerca de 5,5Tcf.

Quanto a conclusão de estudos de uso e distribuição de Gás Natural nos cinco pontos de toma, nomeadamente: Temane, Funhalouro/Chigubo, Chokwé/ Macarretane, Magude e Ressano Garcia, tendo em vista a implementação de projectos direccionados ao sector industrial e doméstico;

- Foi construída uma central de energia eléctrica produzida à base do gás natural em Temane e encontra-se em fase avançada a implantação de uma rede de transporte de energia de média tensão para Nova Mambone, Inhassoro e Vilanculos.
- Está em curso estudos de viabilidade de utilização de gás nos pontos de toma, sobretudo para a produção de energia eléctrica, nomeadamente em Chókwe e Ressano Garcia.
- Está em consideração o fornecimento de gás a partir de Ressano Garcia para o projecto da fábrica de cimento tipo *portland* de Salamanga.

Relativo a expansão do centro de dados, de forma a torná-lo centro de referência nacional e internacional que providencie assistência às companhias interessadas em investir no sector de petróleos;

- Preparado o pacote de dados sísmicos da parte central da Bacia de Moçambique e, feito o controle de qualidade da base de dados digital sobre carotes.
- Digitados relatórios contendo informação relativa a pesquisa de hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma e do sul da Bacia de Moçambique, precisamente a sul do paralelo 22º sul.
- Está em processo a cópia de dados de hidrocarbonetos e sua disponibilização às companhias interessadas.

Quanto a fiscalização e monitoração do transporte de venda de gás e condensado para utilizadores domésticos e industriais, a produção de Gás Natural de Temane, sua exportação para a África do Sul, e a medição de gás de Temane e Ressano Garcia e doutros que se mostrem necessário;

- Decorrem acções de formação de técnicos do sector para assegurar uma boa qualidade de verificação e análise dos relatórios mensais recebidos dos operadores, e efectuadas auditorias para a monitoria do processo de produção e transporte.

No âmbito da Inspeção mineira foram Realizadas visitas de trabalho as Províncias de Nampula, Zambézia, Tete, e Maputo, províncias com potencialidades económicas na área geológico-mineira.

No que diz respeito ao Licenciamento de novas áreas para pesquisa e licenciamento de hidrocarbonetos, nas Bacias de Rovuma e de Moçambique;

- Promoção de blocos livres em eventos nacionais e internacionais, blocos a sul e norte da bacia de Moçambique.

Na área de Geologia e Minas:

- Foi aprovado o Diploma que aprova o Regulamento de Segurança Técnica e Saúde para as actividades geológico mineiras e revoga o Diploma Ministerial 96/81, de 16 de Dezembro
- Foi aprovado o Decreto que aprova o Regulamento da Lei de Minas e revoga o Decreto nº 28/03, de 17 de Junho.
- Foi aprovado o Diploma Ministerial nº 116/06 de 7 de Junho que Declara 48 áreas de senhas mineiras em todo o país.
- Foi aprovado o Decreto nº 34/2006, de 25 de Julho que decreta a extinção da Empresa de Carvão de Moçambique, CARBOMOC E.E.

E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Neste sector as acções para 2006 orientaram-se para a divulgação e implementação da Política e Estratégia Industrial; promoção e revitalização da produção dos sectores têxtil, vestuário e metal-mecânico; promoção de pequenas e médias empresas (PME's) ao nível nacional; desenvolvimento de políticas comerciais que estimulem e fomentem o intercâmbio comercial nacional e internacional de modo a promover e dinamizar a comercialização agrícola. Desde modo, foram acções de política em 2006 as seguintes:

Quanto a divulgação e implementação da Política e Estratégia Industrial, está em processo a sua reformulação;

- Foi concluída a harmonização do documento final sobre a Estratégia Industrial com as várias instituições quer públicas quer do sector privado;
- Foi concluído o processo de harmonização da elaboração das Estratégias sectoriais para os sectores Têxtil, Vestuário, Metal-mecânico, e a Estratégia para as PME's.

Com vista assegurar o acompanhamento pós-privatização e identificar as dificuldades existentes nas empresas, foram feitas visitas de trabalho a 50 empresas, sedeadas nas cidades e Províncias de Maputo, Sofala, Gaza, Inhambane, Manica, Tete e Nampula.

Quanto a prossecução das acções de assistência técnica aos salineiros, para garantir o consumo de sal iodado em todo o país:

- Foi realizado em Mossuril, na província de Nampula, um seminário de capacitação a 20 produtores de sal, sobre as componentes de qualidade e procedimentos para a exportação do produto;
- Feito levantamento de dados sobre os produtores de sal nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala e Inhambane, bem como a recolha de amostras do sal iodado nos mercados para avaliar se a quantidade de iodo incorporado é o recomendado,
- Importadas e distribuídas 2 toneladas de iodo aos salineiros de Cabo Delgado, Nampula, Inhambane e Maputo, e importados 10 laboratórios portáteis para serem distribuídos aos salineiros através das suas associações.

No que diz respeito ao asseguramento do desenvolvimento de políticas comerciais que estimulam e fomentam o intercâmbio comercial nacional e internacional,

- Aprovada a Estratégia de Comercialização Agrícola 2006-2009, estando em curso o processo para a sua divulgação e implementação.

Relativamente à Política de Concorrência e implementação da estratégia para o desenvolvimento das exportações de produtos processados de madeira de Moçambique, importa destacar as seguintes acções:

- Formação de empresários em matéria de gestão e manejo florestal;
- Florestamento do campo e preenchimento de zonas devastadas;

- Plantio de viveiros e plantas na Cidade de Maputo e nas províncias de Maputo, Manica, Zambézia e Nampula;
- Está em processo a elaboração de política de concorrência;
- Criação de uma comissão técnica para a elaboração de normas moçambicanas de qualidade de produtos madeireiros, e
- Elaboração da Estratégia de fiscalização multisectorial, com vista a assegurar a gestão, abate e manejo sustentável dos recursos florestais.

Foi assegurada a continuidade do processo de divulgação de informação sobre preços e mercados.

Foi aprovada a Reestruturação do Instituto de Cereais de Moçambique (ICM), e definidas novas atribuições.

Relativamente a consolidação do processo de simplificação e descentralização de competências de decisão para o licenciamento de actividades comerciais,

- Foi feita a monitoria do processo de implementação do Decreto nº 49/2004, sobre o licenciamento de actividade comercial;
- Está em curso o processo da revisão do diploma Ministerial nº 119/94 sobre a reabilitação e vendas de lojas e armazéns rurais com vista a acelerar o processo de vendas das cantinas rurais através da simplificação de procedimentos para a sua alienação.

Quanto a participação do país no processo de integração regional foi feito o seguinte:

- Assegurada a representação em fóruns internacionais e de âmbito bilateral, regional e multilateral, nomeadamente: nos contextos da Organização Mundial do Comércio, dos Acordos de Parceria Económica e da integração regional (SADC), para além de representação do País em organismos sectoriais afins,
- Estabelecidas e fortalecidas as relações comerciais bilaterais com os países vizinhos, destacando-se a assinatura do acordo comercial com Malawi e a divulgação do acordo comercial com o Zimbabué;
- Divulgados dois acordos comerciais junto do sector empresarial e realizada uma visita de trabalho ao Malawi cuja delegação incluiu representantes do sector empresarial para estudar oportunidades de negócio naquele País, e
- Assinado o Acordo Quadro sobre o comércio e investimento entre Moçambique e Estados Unidos da América, visando incrementar a cooperação nestas áreas.

Visando disciplinar o exercício das actividades económicas do sector foram realizadas as seguintes acções:

- Divulgação da legislação da Indústria e Comércio ao nível das Direcções Provinciais;
- Fiscalização das unidades fabris e de comércio pelas inspecções provinciais sob a monitoria da inspecção geral, e

- Participação da inspecção geral em acções coordenadas com outros órgãos do Estado e em parceria com o sector privado no combate à pirataria e contrafacção.

No que diz respeito ao Instituto da Propriedade Industrial (IPI):

- Foi aprovado o Código de Propriedade Industrial no I Trimestre de 2006, estando em curso o processo da sua divulgação e implementação;
- Foi criado e está em funcionamento o banco de dados do IPI, instrumento que permite a facilitação e celeridade dos procedimentos do registo dos direitos da propriedade industrial.

F. TURISMO

Neste sector, as acções para 2006 visaram o desenvolvimento do marketing, com objectivo de estimular o turismo doméstico; divulgar a Estratégia de Desenvolvimento de Recursos Humanos; consolidar o funcionamento do portal do turismo, garantindo a cobertura e maior abrangência do produto turístico comercializável dentro do País. Assim, foram realizações para 2006:

No Dominio Institucional e de Recursos Humanos:

Relativamente ao Monitoramento do processo de descentralização do sistema de planificação, gestão de recursos humanos e execução orçamental dos Parques e Reservas para as direcções provinciais, e continuação do processo de formação de quadros em matérias específicas de planificação, gestão orçamental e de recursos humanos, as acções centraram-se no seguinte:

- Monitoramento e capacitação dos quadros afectos nas reservas e direcções provinciais de Maputo, Inhambane e Manica
- Realização de cursos de curta duração em matéria de fiscalização no centro do Parque Nacional de Gorongosa onde beneficiaram-se destes 15 fiscais
- Realização de cursos de formação profissional de nível básico no qual beneficiaram 216 pessoas, nas especialidades de serviço de mesa, bar, empregados de quarto e recepção e cursos de formação técnico profissional para 180 técnicos do MITUR

Feita a integração efectiva de 89 fiscais que se encontram afectos nas diversas áreas de protecção da fauna, nomeadamente, REM (12), PNBazaruto (33), PNZinave (17) e PNBanhine (27).

Para Promover o estabelecimento dos níveis básico e médio nas áreas de hotelaria, turismo e de conservação, foram criadas condições para o arranque dos programas com inclusão das matérias do turismo em alguns estabelecimentos de ensino.

No que concerne a reactivação dos Centros de Formação em Fauna Bravia, do Parque Nacional de Gorongosa e da Escola Básica da Reserva de Maputo, foram acções de destaque:

- Formalização do centro de formação do Parque Nacional de Gorongosa
- Conclusão do estatuto do centro e o respectivo regulamento interno.

No Domínio do ordenamento e coordenação intersectorial:

- Concluído o processo de Divulgação do Plano Estratégico e de Desenvolvimento do Turismo (PEDT) aos diferentes níveis.

No que diz respeito a estimulação da criação dos Fora de facilitação turística a nível das províncias, com prioridade para as de Maputo, Inhambane, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa com vista a melhorar a coordenação intersectorial e a viabilização da implementação do PEDT aos níveis provincial e local,

- Elaborada a abordagem que contém o conceito e a filosofia dos Fora a criar, e divulgada a todos os governos provinciais. A sua divulgação pública foi realizada em Pemba para a Zona Norte e na Beira para Zona Centro.

Para Consolidar o sistema de estatísticas de turismo de forma a produzir indicadores estatísticos sobre os movimentos de viajantes nos postos fronteiriços, de hóspedes, nos estabelecimentos de alojamento, e das despesas de turistas dentro do país, foi concluído o processamento dos dados estatísticos de movimento de viajantes de 2002 a 2005 e realizado o inquérito piloto das receitas do turismo internacional.

Quanto a elaboração dos projectos de Decreto sobre o exercício do direito de habitação periódica e revisão do regulamento das Coutadas, incluindo o turismo cinegético, no âmbito da regulamentação da Lei do Turismo, houve atraso originado pela mudança da fonte de financiamento e está em curso o processo de contratação do consultor que procederá à elaboração dos respectivos projectos.

Feita a Divulgação dos regulamentos do turismo, através de seminários envolvendo os operadores do sector, sindicatos do ramo e outros actores relevantes, nas províncias de Cabo Delgado, Tete, Zambézia, Sofala, Gaza, Maputo província, Maputo Cidade e um a nível Regional Alargado às províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula.

Para Estabelecer um Sistema de Classificação de estabelecimentos de Alojamento turístico, restauração e bebidas,

- Elaborada a proposta do sistema de classificação para estabelecimentos de alojamento, restauração e bebidas,
- Realizados seminários regionais, seguidos de uma acção de auscultação pública, em Nampula para a zona Norte, na Beira para a Zona Centro e em Maputo para a zona Sul,
- Em curso o trabalho de harmonização das contribuições recebidas para posterior submissão do projecto à apreciação do Conselho de Ministros.

No Domínio das Áreas de Conservação:

Relativamente ao início da IIª Fase do projecto das Áreas de Conservação Transfronteiriça, em coordenação com as diferentes instituições do Estado, as acções incidiram em:

- Lançamento do projecto ACTF a nível central e regional
- Instalação de infra-estruturas básicas de manejo nos parques e reservas nomeadamente, PNQuirimbas, PNGorongosa, REMarromeu e Reserva de Gilé

Quanto ao Melhoramento do sistema de fiscalização das áreas de conservação através do estabelecimento de um sistema de comunicação via rádio, intra e inter parques e reservas, foram acções as seguintes:

- Elaboração do projecto do sistema de comunicação via rádio, intra e inter parques e reservas
- Instalação do sistema de comunicação no Parque Nacional de Gorongosa
- Lançamento de concurso para o estabelecimento de um sistema de comunicação para o complexo Marromeu

Garantir assistência na organização das comunidades residentes junto dos parques nacionais de Gorongosa, Bazaruto, Reserva de Maputo e da coutada nº 9 com vista ao acesso dos 20% das receitas estabelecidas em Diploma legal, foi feito o mapeamento das comunidades e constituídos os comités de gestão distribuídos da seguinte forma: PNGorongosa (15), PNBazaruto (1), REMaputo (12) e Coutada nº 9 (7)

No referente ao processo de reassentamento das populações que vivem no interior do Parque Nacional do Limpopo, as acções centraram-se em:

- Programa de consulta e consciencialização durante o I e II trimestres, incluindo o levantamento sócio-económico, discussão dos pacotes de compensação e o plano de ordenamento territorial de Chinhangane e Banga.
- Realização de um concurso para construção das casas, No III trimestre, que resultou na pré-qualificação de 8 empreiteiros, para avaliação das suas propostas.
- Em curso, o processo de reassentamento e prevê-se o início de reassentamento de cerca de 120 famílias para as zonas de Chinhange e Banga em 2007.

Concluído o Plano Director de Desenvolvimento do Turismo do Distrito de Matutuíne e para o Corredor do Futi e Reserva de Maputo e apresentado a nível do Governo da Província faltando a sua aprovação. Em relação aos restantes planos, o processo foi reprogramado para o ano de 2007 devido a alteração da fonte do financiamento

No referente a adopção de um modelo da Partilha de Receitas entre Zimbabwe, Moçambique e África do Sul em cumprimento do Tratado assinado entre os três Estados sobre a criação do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (PTGL), foi acordado a criação de um fundo comum, que observará certos mecanismos para o seu funcionamento, como, o agravamento das taxas de entrada em 0.1% e os recursos obtidos apartir deste agravamento servirão para dinamizar projectos prioritários nos três países

No Domínio da Promoção do Turismo:

No âmbito da divulgação do Plano Estratégico de Marketing a nível provincial e local com o envolvimento do sector privado e outros actores relevantes e mobilização de fundos para a sua operacionalização, foi aprovada, através da resolução do Conselho de Ministros a Estratégia de Marketing Turístico,

Para consolidar o funcionamento do Portal do Turismo, garantindo a cobertura e maior abrangência do produto turístico comercializável dentro do país, foi concluído o processo de concepção do portal de turismo,

Relativamente a Promoção de investimentos nas três regiões do País definidas no PEDT com enfoque nas Áreas Prioritárias para Investimentos do Turismo (APIT's), Áreas de Conservação Transfronteira (ACTF's) e Rotas Turísticas,

- Feita a divulgação nas feiras internacionais em África, Europa e Ásia, assim como a participação do sector no fórum designado Tourism Africa 2006,

No que diz respeito ao desenvolvimento de campanhas de marketing para estimular o turismo doméstico, o sector contou com a realização da Bolsa de turismo de Maputo e o seminário sobre o tema: Turismo Juvenil e o Papel da Formação para o Desenvolvimento do turismo

Quanto a mobilização de parcerias estratégicas e alianças com países vizinhos e a nível da SADC, iniciando a criação de condições de promoção nas áreas de desenvolvimento transfronteiriço eleitas para captação de turistas para a região, usando como mote a realização do Mundial de Futebol em 2010, na África do Sul, as acções incidiram no seguinte:

- Lançamento da rota do turismo na ACTF dos Libombo, durante a Feira do Indaba.
- Identificação de 6 rotas turísticas,
- Assinatura de um Memorando de Entendimento com a Kwazulu Natal Tourism Authority,
- Produção de material promocional comum, participação em feiras de turismo e criação de um circuito turístico na perspectiva de capitalizar as oportunidades criadas pelo evento de 2010.

No Domínio da Inspecção das Actividades Turísticas

Para reforçar a actividade de inspecção multisectorial para o combate aos desmandos nas zonas costeiras com maior incidência nas províncias de Maputo, Inhambane e Cabo Delgado, realizaram-se as seguintes acções:

- Realização de seminário da zona norte em Nampula, com o objectivo de colmatar as anomalias constatadas pela equipe multisectorial
- Promoção de acções de capacitação e formação das inspecções das províncias de Gaza e Niassa,

Outras Realizações de Destaque

No domínio do Ordenamento e Coordenação inter-sectorial

- Dinamização da Agência de Desenvolvimento da Costa dos Elefantes
- Construção do Balcão de Informação Turística na Ponta do Ouro.

No domínio das Áreas de Conservação

- Lançamento do concurso e pré-qualificação para concessões no Parque Nacional do Limpopo que resultou na pré-qualificação de 19 propostas de manifestação de

interesse das quais 60% são de investidores baseados na África do sul, 35% moçambicanos e 5% de outros países.

- Inauguração do posto fronteiriço de Giryondo pelos Chefes de Estado dos três países signatários do Tratado Internacional do Parque Transfronteriço do Grande Limpopo, nomeadamente Moçambique, República Sul Africana e Zimbabué.
- Capacitação institucional dos Parques e Reservas para conservação e gestão sustentável dos recursos naturais
- Estabelecimento do Comité Intersectorial, para a elaboração da Política de Conservação, criado um Fórum de Consulta constituído por ONG's, instituições académicas, doadores e outras instituições relevantes com a responsabilidade de ajudarem a guiar o processo de elaboração da política e lançados a público os Termos de Referência para a elaboração da Política de Conservação e sua Estratégia de Implementação.

No domínio da Promoção Turística

- Participação nas Feiras Internacionais, resultando em maior divulgação do destinos turísticos do país, maior incremento de turistas no país e mais investidores com interesse de investir na área do turismo no país
- Visita de Médias estrangeiros aos locais com potencialidade turística e Operadores Estrangeiros

No Domínio da Inspeção

- Inspeccionados em todo o país de 365 estabelecimentos da indústria hoteleira e similar dos quais 71 pelo órgão Central e 294 pelas inspecções provinciais.

No Domínio de Investimento e Apoio ao Empresariado Nacional

- Início do processo de zoneamento de alguns terrenos no Lago Niassa e Praia nova em Angoche, Província de Nampula.
- Início do processo de construção de dois sanitários públicos no Município de Metangula, Província do Niassa.
- Assinado o Contrato de Cessão de Exploração do Hotel Escola Andalusia e entrega do hotel à Watershed, Moçambique Limitada.
- Submissão de 193 Projectos Turísticos destes, foram aprovados 116 propostas e 77 estão em tramitação;
- Relativamente à oferta de camas de estabelecimentos hoteleiros foram registadas 913 camas neste ano, contra 730 registados em igual período do ano transacto.

G. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

O sector, em 2006, no decurso das suas actividades deu primazia a continuação da melhoria gradual da fiabilidade, segurança, comodidade e expansão dos serviços de transporte prestados à população nas zonas urbanas e rurais; a participação mais eficiente do

empresariado nacional no controlo, operação e investimento nos subsectores; e, o desenvolvimento rápido do sector, através da actualização da legislação, adaptando-a às mudanças e exigências que ocorrem a nível nacional e internacional. Deste modo, foram desenvolvidas as seguintes acções:

No domínio dos Transportes Marítimo, Fluvial e Lacustre:

Quanto a reabilitação e reparação das infra-estruturas de acostagem nas travessias de Maputo/Catembe e Inhambane/Maxixe;

- Foi elaborado o caderno de encargos para a travessia de Maputo – Catembe, e esta em processo a selecção da empresa adjudicatária para a travessia Inhambane – Maxixe.

No que diz respeito a dragagem de emergência no Porto da Beira, foi lançado o concurso internacional.

No âmbito da Segurança Rodoviária:

- Está em curso o processo para a informatização das cartas de condução e livrete e para a produção da carta de condução da SADC.

No domínio dos Transportes Rodoviários:

- Foram adquiridos 45 autocarros para transportes públicos que já se encontram a operar e está em processo a aquisição de mais 20 autocarros, dos 70 programados, para Maputo, Beira e Nampula.
- Criado o terminal rodoviária de passageiros na Cidade da Beira e em processo de criação a de Maputo;
- Feita a descentralização do licenciamento de operadores de transporte rodoviário de passageiros e de mercadorias, cabendo ao Governo provincial, as licenças de carga e as de exploração da indústria de transportes de passageiros que se circunscrevem à província, e aos Conselhos Municipais as de transporte urbano de passageiros e de carga.

Na área da Aviação civil:

- Está em processo a elaboração do Regulamento sobre licenciamento e certificação de aeroportos.

Na área das Comunicações:

No que diz respeito a implementação da segunda fase do sistema VSAT em Boane, com vista a estender a cobertura para os seguintes distritos: Massangena (Gaza); Mabote e Funhalouro (Inhambane); Guro, Sussundenga e Machaze (Manica); Zumbo, Tsangano, Marávia, Macanga e Chiuta (Tete); Maganja da Costa, Gilé, Chinde, Ile, Pebane e Mopeia (Zambézia); Chemba, Maringue, Chibabava e Machanga (Sofala); Namapa, Memba, Mecuburi e Moma (Nampula); Metuge, Nangade, Namuno, Muidumbe, Ibo,

Balama e Ancuabe (Cabo Delgado); Metangula, Marrupa, Ngauma, Mecula, Maua, Metarica e Mecanhelas (Niassa),

- Foi implementada a segunda fase do sistema VSAT nos distritos de Funhalouro (Inhambane) e Moma (Nampula).

Quanto ao instalamento de equipamento para exploração do sistema de acesso telefónico sem fio em todas as capitais provinciais e nos distritos de Dondo, Guruè, e Município de Cuamba, Maxixe e Vilanculo;

- Foi instalado o equipamento para exploração do sistema de acesso telefónico sem fio na Cidade de Maputo, na província de Maputo, em Xai-xai, Inhambane, Nampula e Pemba bem como nos Municípios da Maxixe e Vilankulo.

Relativa a instalação dos Sistemas de Telecomunicações Rurais na província de Gaza, nomeadamente nos distritos de Massangena, Mabalane, Guijá, Chigubo e Chicualacuala;

- Foi concluído o processo de desminagem das zonas abrangidas pelo projecto de modo a iniciar-se os trabalhos.

Quanto a instalação da fibra óptica nos troços Dondo/Caia; Quelimane/Mocuba, e Nampula/Cuamba, foi concluída a instalação da fibra óptica apenas no troço Dondo/Caia.

Expandidos os serviços de telefonia móvel para os distritos de Angoche (Nampula); Cuamba (Niassa); Goruè (Zambézia) e Malema (Nampula).

No domínio dos Portos e Caminhos de Ferro

Quanto ao prosseguimento com as obras de reconstrução da Linha de Sena;

Continuam os trabalhos de desmatização da via, preparação da plataforma, limpeza e remoção de balastros, em duas frentes:

Dondo/Inhamitanga-via principal (183Kms)

- Limpeza e desmatização - 151.5 km;
- Desmontagem da linha antiga -120 km;
- Remoção de balastros - 42 km;
- Limpeza do balastro - 21 km;
- Preparação da plataforma da via - 24 km;
- Montagem da linha nova - 6 km.

Inhamitanga-Marromeu – Ramal (82Kms)

- Limpeza e desmatização - 82 km;
- Desmontagem da linha antiga - 82 km;
- Remoção de balastros - 56 km;
- Limpeza do balastro - 56 km;
- Preparação da plataforma da via - 17 km;

- Montagem da linha nova - 15 km.

Está em processo a reabilitação do Porto de Quelimane;

Quanto a reactivação das linhas férreas de Ressano-Garcia e de Goba.

- Foi concluída a reabilitação da Fábrica de Travessas de Betão e Estações. Decorrem intervenções em secções da linha de Goba, Ramal de Salamanga e nas linhas de acesso do Porto de Maputo.

No domínio da Meteorologia

Implementado o sistema computadorizado de produção e disseminação de informações meteorológicas;

Introduzido um novo formato de apresentação de previsões meteorológicas, via televisão, utilizando gráficos animados.

H. MEDIDAS DE APOIO AO EMPRESARIADO NACIONAL

Durante o ano 2006 foram desenvolvidas as seguintes acções:

Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PoDE)

- Foram aprovados 224 projectos no valor de 841,7 mil USD, que contribuíram para a formação de 2.392 agentes económicos aos diferentes níveis;

No âmbito da CTA, o Projecto PoDE apoiou a Confederação das Associações Económicas nas seguintes acções:

- Apoio directo às associações empresariais na aquisição de equipamento e em acções de formação;
- Apoio à realização da IX Conferência Anual do Sector Privado;
- Apoio para que líderes associativos e empresariais filiados a várias associações da CTA participassem em missões empresariais internacionais, feiras e fora igualmente internacionais, tendo se destacado o Fórum Económico Mundial.

No âmbito da promoção de “*linkage*” entre as empresas nacionais e os grandes projectos foi assegurada a assinatura de contratos entre as empresas moçambicanas com os mega-projectos no valor de cerca de 6,0 milhões de USD.

Promoção de Programas de Facilidades de Crédito

No que diz respeito as acções de promoção de facilidade de crédito para o empresariado nacional, foi feita a monitoria e acompanhamento do processo da sua implementação.

No âmbito da implementação do **Programa de Relançamento do Sector Privado afectado pelas cheias do ano 2000 e 2001**,

- Foram realizadas desde o início da implementação do Programa (Outubro de 2004) até 30 de Setembro de 2006, 118 operações de crédito, sendo 24 em

Maputo, 58 em Gaza, 9 em Inhambane, 16 em Manica, 7 em Sofala, 2 em Tete e 2 na Zambézia desde Outubro de 2004, no valor global de 136.801.955,00 MT.

- Foi feita a monitoria da implementação do programa de apoio ao sector produtivo através da repassagem de equipamento via *leasing*, onde foram repassados equipamentos diversos no valor global de 110.000 milhões de meticais onde 22.242,7 milhões de MTn beneficiou cerca de 41 agentes económicos (9 em Maputo, 21 Gaza, 2 Manica, 1 sofala, 5 Tete e 3 Nampula).
- Repassados diversos equipamentos destinados a promover à actividade produtiva no valor global de 110.000 milhões de MTn.

Fundo de Fomento à Pequena Indústria (FFPI)

- Aprovado pelo FFPI 67 projectos que proporcionou aos beneficiários 10.781,8 milhões de MT, (equivalente a 419,5 mil USD) tendo criado 189 postos de emprego.

No âmbito do Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia (FARE):

- Está em curso acções com vista a reabilitação da rede comercial rural, através de financiamento directo aos agentes económicos e/ou através de emissão de cartas de garantia.
- Financiado 29 projectos, dentre eles 28 cantinas rurais e 1 carpintaria a Província de Manica, cujo valor aprovado foi de 4.431.362,50 MT para cantinas e 50.000,00MT para a carpintaria.

Valorização da Produção Agrícola Nacional

Quanto as acções de estabelecimento de mecanismos de ligação entre produtores agrícolas e consumidores com vista a promover o estabelecimento de parcerias e de acordos para o fornecimento e consumo de produtos nacionais, bem como contribuir para a criação de oportunidades de negócios, geração de emprego e redução de preços ao consumidor;

- Foi aprovado o regulamento para a contratação de empreitadas de Obras Públicas, fornecimento de bens e serviços ao Estado constituindo assim um instrumento de apoio do sector empresarial nacional;
- Foi institucionalizada a campanha de promoção do consumo de produtos nacionais através da criação da Unidade Técnica de Promoção de Produtos Nacionais (UTPPRON). Neste contexto, foram promovidas acções com vista ao estabelecimento de parcerias e acordos para o fornecimento e consumo de produtos nacionais, destacando-se o lançamento da Campanha **“Made in Mozambique”**; estando em curso acções de promoção de produção, consumo e exportação de produtos nacionais.
- Foram proferidas várias palestras a sociedade civil e demais interessados sobre a génese da campanha em todos os Ministérios e em algumas instituições pública e privadas.
- Assinados Memorandos de Entendimento com alguns parceiros que aderiram imediatamente a campanha, nomeadamente:

- LAM, (Linhas aéreas de Moçambique) CNCD (Companhia Nacional de Canto e Dança) CIM (Companhia Industrial da Matola, Aeroportos de Moçambique, MINED, Ministério da Defesa e do Interior
- Foi elaborado da 1ª versão da Estratégia do “Made in Mozambique”, prevendo-se que seja apresentada nos Conselhos Consultivos de várias instituições para harmonização e enriquecimento.
- A avaliação do impacto desta campanha no aumento da produção é positiva, se olhar para os níveis de aumento da produção de alguns sectores na indústria transformadora.

No que diz respeito a Remoção de Barreiras Administrativas e criação de um ambiente favorável ao negócio, a consolidação do funcionamento dos Balcões Únicos e promoção de diálogo permanente com sector privado

- Consolidado o funcionamento dos Balcões de Atendimento Único (BAÚ's) através da sua informatização, introdução do manual de procedimentos com vista a melhoria da qualidade dos serviços prestados, foi definido um cronograma de acções com vista a integração de todos sectores económicos para que estes passem a constituir ponto único de entrada de pedidos de licenciamento e deslocaram-se brigadas técnicas para avaliar o desempenho e levantar as necessidades dos BAÚ's;
- Consolidado o diálogo com o sector privado com vista a melhoria do ambiente de negócios;
- Foi realizada a IX Conferência do Sector Privado, onde foram passadas em revista as grandes questões que devem merecer atenção do Governo no tocante ao desenvolvimento empresarial no país;
- Foram identificadas cerca de 100 actividades da área de comércio e serviços que passarão a ser sujeitas apenas a registo. As actividades de pequena e média dimensão da área da indústria passarão a estar isentas de aprovação de projectos, e definido um cronograma de acções com vista a integração de todos os sectores económicos para que estes passem a constituir ponto de entrada de pedidos de licenciamento, bem como foram identificadas as actividades a descentralizar para os balcões,
- Foi criado um Centro de Informações de Negócios onde são prestadas, via telefónica, informações diversas relativas a licenciamentos, constituição de empresas, DIRE, etc., bem como a localização de instituições públicas, que se encontra numa fase de consolidação do funcionamento,
- Foram adquiridos e fornecidos equipamentos para informatização dos Balcões Único,
- Foi revitalizado o grupo interministerial que tem a função de identificar os principais obstáculos ao normal desenvolvimento dos negócios e discutir a sua solução,
- Realizou-se, com a participação dos membros do grupo interministerial, um seminário para reflexão conjunta sobre os obstáculos que ainda dificultam a

melhoria do ambiente de negócio no País, e perspectivar acções futuras para sua eliminação,

- Realizados encontros de reflexão sobre actuais mecanismos de licenciamento, donde resultou a redução substancial dos prazos de licenciamento nas áreas da Indústria e Comércio, Justiça, Turismo e outras, bem como prosseguimento do processo de revisão da legislação que regula o licenciamento de exercícios de actividades em vários Ministérios,
- Elaboradas propostas de Decreto sobre o Deferimento Tácito,
- Informatização do Registo Comercial, eliminação da Escritura Pública e a publicação electrónica bem como a eliminação do registo provisório que irá reduzir para 15 dias o tempo de tramitação do expediente ligado ao registo de sociedades outrora efectuado em cerca de 180 dias.

No Domínio de Investimentos

Quanto a definição de linhas orientadoras para o acesso de empresários moçambicanos nas concessões de espaços para implantação de infraestruturas turísticas dentro do Parque Nacional do Limpopo, Reserva Especial de Maputo e nas Coutadas ainda não concessionadas,

- Foram definidos os Princípios para Administração das Áreas Protegidas, instrumento que define parâmetros para o envolvimento do sector empresarial no desenvolvimento das áreas de conservação e em especial do empresariado nacional.
- Desembolsado pelo FUTUR no âmbito do programa de micro créditos cerca de 5.990,0 mil Mt para financiar 19 estabelecimentos hoteleiros, sendo (4) da Província de Maputo, (2) de Inhambane, (2) de Sofala, (1) de Zambézia, (2) de Nampula, (1) Manica, (1) Gaza e (6) de Niassa. Este desembolso de Microcréditos e do Programa de Descentralização correspondem a 40% da meta estabelecida no âmbito de projectos de Microcréditos e Descentralização orçado em 15,000.0 MIL MTn.

Para dar prosseguimento ao Programa de descentralização dos Microcréditos e estendê-lo às Províncias de Cabo Delgado, Sofala e Gaza, as acções incidiram em:

- Desembolso de cerca de 250,000.00 MTn para a Província de Inhambane e 250,000.00 MTn para província de Sofala e 250,000.00 Mtn para província de Cabo Delgado, totalizando 750,000.00 MTn referente ao programa de Descentralização dos Microcréditos para as províncias.

Relativamente a construção de infraestruturas de apoio ao turista:

- Assinado o protocolo de Doação pelo FUTUR e o Município de Inhambane, para construção de sanitários públicos, estando as obras de construção destes na sua fase final.

- Concebido o projecto para instalação de mercados de frutas, solicitado o espaço e lançado o concurso para a construção de bancas de fruta e alpendre no Município da Manhica e Bilene.

Em curso o processo de construção de duas unidades de alojamento; um pequeno Acampamento fixo ou Lodge no Parque Nacional de Limpopo, em Gaza e um Motel no corredor de desenvolvimento de Nacala, na província de Nampula;

No âmbito do programa de normalização, está em curso o processo de elaboração de Normas Moçambicanas:

- Está em curso o processo de divulgação do esquema de certificação de produtos e de identificação dos mesmos, através de seminários promovidos por este Instituto,
- Foi elaborada e aprovada a base normativa da concepção dos regulamentos metrológicos, estando em curso o processo de desenvolvimento dos respectivos regulamentos,
- Foi realizada em parceria com a Associação Portuguesa de Certificação–APCER um curso a Linhas Áreas de Moçambique em Sistemas de Gestão de Qualidade, e ainda efectuada a auditoria interna a mesma companhia aérea;
- Foi realizado um curso na PETROMOC, para a implementação de sistema de qualidade em laboratórios;
- Foram aprovadas três Normas Moçambicanas (NM) metrológicas, desenvolvidas e aprovadas sete Normas Moçambicanas; dos quais três correspondentes a produtos alimentares e quatro gerais.
- Apoiadas as Associações Económicas e os sectores produtivos em matéria de qualidade para melhorar a sua competitividade, nomeadamente através de seminários de sensibilização e acções de formação.
- Criada página do INNOQ na internet, e está em preparação e edição do boletim Qualitema:

No âmbito das actividades de promoção de exportações

Foi organizada a participação de diversas empresas locais nas mais variadas feiras e exposições internacionais, nomeadamente:

- Feira Internacional de Tanzânia Saba-Saba - 29/06 a 09/07/06;
- Feira Internacional de WoodPro Africa (RSA) - 26 a 30/07/06;
- Feira Internacional de Luanda - 26 a 30/07/06;
- Feira Agro-Industrial de Cantanhede - 21 a 30/07/06;
- Feira Internacional de Macau - 18 a 21/09/06;
- Feira Internacional da África do Sul - 11 a 15/10/06;
- Feira Internacional de Maputo-FACIM;
- Feira de Chimoio - 20 a 26/09.

V.3. BOA GOVERNAÇÃO, LEGALIDADE E JUSTIÇA, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

Reforma do Sector Público, Descentralização e Desconcentração

A reforma do Sector Público abrange as componentes da descentralização e racionalização de estruturas e processos de prestação de serviços, melhoria do processo de formulação e monitoria de políticas públicas, profissionalização dos funcionários do Sector Público, melhoria da Gestão Financeira e Prestação de Contas e o combate à Corrupção.

Neste período do ano, foram desenvolvidas actividades viradas para a continuação da revisão e adequação das disposições legais que regem o funcionamento do aparelho do Estado ao nível central e local e a formação e capacitação dos agentes da Função pública para a promoção da mudança de comportamento e melhoria da forma de relacionamento dos funcionários com os cidadãos.

No âmbito da **descentralização e desconcentração**, o PARPA estabelece como objectivo principal a dotação dos Órgãos Locais do Estado ao nível Distrital e ao nível Provincial de maior dinamismo e capacidade. Assim dentre outras acções que foram desenvolvidas para o efeito, durante o ano de 2006 merecem destaque as seguintes:

- Elaborado e aprovado o Estatutos Orgânicos das Secretarias Provinciais e Distritais e do Gabinete do Governador e Administrador;
- Elaborada a proposta do Quadro tipo das Secretarias e Serviços Distritais;
- Criação e operacionalização dos Conselhos Consultivos e os Fóruns Locais em todo o País;
- Em fase de conclusão o processo de nomeação dos Directores dos Serviços Distritais;
- Em curso a realização do estudo de Impacto Orçamental para a nomeação dos chefes de localidade em todo País,
- Em curso o processo de instalação efectiva das secretarias Distritais e provinciais e dos Serviços Distritais;
- No âmbito da implementação do Decreto 15/2006 no ano de 2006 a continuação do processo de actualização das estáticas das autoridades Comunitárias em que foram legitimados 5.010 do 1º escalão, Reconhecidas 101 AC, perfazendo um total de 4.642 autoridades comunitárias do 1º escalão;
- Ao abrigo do Diploma Ministerial nº 40/2006 foram pagos subsídios as Autoridades Comunitárias do 1º escalão reconhecidas e em situação regular; bem como efectuou-se a distribuição de 1000 conjuntos de fardamentos a estas Autoridades nas províncias de Gaza, Zambézia, Nampula;
- Realização do estudo sobre a transferência do Posto Administrativo de Zitundo para a povoação da Ponta de Ouro no distrito de Matutuine, província de Maputo;

- Realização do estudo para elevação de povoação de Ponta de Ouro a categoria de Vila no Distrito de Matutuine, e das povoações de Pontie e Marrule a categoria de Localidade,
- Realização da delimitação técnica dos centros urbanos;
- Transferência da sede da localidade de Chicustso para a povoação de Manjangué, Distrito de Magude, Província de Maputo;
- Delimitação Física dos limites do Município da Vila de Manhiça e da povoação de Ponta de Ouro;
- Em curso a sistematização e análise de um conjunto de propostas de criação, alteração, elevação, transferência e mudança de toponímia de unidades territoriais apresentadas pelo MAE pela Comissão da Agricultura Desenvolvimento Regional, Administração Pública e Poder Local da Assembleia da República e pelos Governos Províncias;
- Monitoria e acompanhamento do processo de governação local e da situação política, económica e social das províncias;
- Institucionalizadas e operacionalizadas as Instituições de Participação e Consulta Comunitárias (IPCCs) nos 128 Distritos do país;
- Iniciada a elaboração da Proposta do quadro tipo de pessoal para os Governos Distritais e a metodologia para a elaboração dos quadros dos serviços distritais;
- Em curso o diagnóstico para a identificação das causas com vista a apresentação de propostas para a redefinição dos fluxogramas e informação aos utentes;
- Está em curso a concepção do Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas que deverá cobrir a totalidade dos 128 distritos rurais do país;
- Produzidos os primeiros três manuais de Planificação e Finanças Descentralizadas (Área de Obras);
- No âmbito da implementação da LOLE foram integrados 96 distritos no processo de planificação distrital participativo;
- Está em curso a integração da componente do HIV/SIDA, no ciclo de planificação distrital ao nível das províncias de Nampula e Cabo Delgado;
- Elaborada e divulgada a estratégia para integração do género no ciclo de planificação distrital e realizado um workshop para discutir o orçamento na óptica do género;
- Estão em processo os cursos regionais de capacitação em matéria de planificação distrital e participação comunitária;
- Elaborados Planos Estratégicos Distritais de Desenvolvimento em Moçambique de 77 distritos estando 39 em fase conclusiva;
- Foram elaborados os Termos de Referência para actualização das orientações dos Planos Distritais de (1998) e o Guião para Consulta Comunitária de (2003).

- Introduzido o Desenvolvimento Económico Local no PPFD Nampula onde foram criadas 10 micro empresas;
- Elaborados os termos de referência para auditoria dos Órgãos Locais do Estado, e efectuada uma auditoria pedagógica em todos os distritos de Sofala em coordenação com o Tribunal Administrativo;
- Conclusão do estudo sobre a representação do Estado nos municípios e nomenclatura da divisão administrativa dos mesmos;

No domínio da elaboração e aprovação de legislação complementar ao pacote Autárquico destacam-se os seguintes dispositivos:

- Aprovação do projecto Lei sobre transferências de funções e competências do Estado para as Autarquias Locais;
- Aprovação da Lei sobre Revisão da Lei da Tutela Administrativa,
- Elaboração e em processo de aprovação Lei sobre o Regime de Providencia Social dos titulares dos Órgãos Municipais;
- Aprovação dos Estatutos Orgânicos das Secretarias Provinciais e Distritais e do Gabinete do Governador e Administrador (Decreto 6/2006, de 12 de Abril);
- Aprovação da lei das Assembleias provinciais e respectiva lei eleitoral;
- Aprovação do Decreto 5/2006 de 12 de Abril, que atribui aos Governadores Provinciais e Administradores Distritais competências no âmbito da gestão dos recursos humanos;
- Em processo a aprovação da Lei do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado (EGFE);
- Aprovação do Decreto nº 35/2006 de 25 de Junho, da regulamentação de criação e funcionamento da Policia Municipal;
- Em processo a aprovação da proposta de revisão da Lei das Finanças Autárquicas e do Código Tributário Autárquico,
- Em processo a aprovação da proposta de revisão da Lei Base das Autarquias Locais, a Lei nº 2/97 de 18 de Fevereiro;
- Em processo a aprovação da proposta de revisão da Lei nº 8/97 de 31 de Maio sobre o Estatuto Especial da Cidade de Maputo;
- Em processo a aprovação da proposta de revisão da Lei nº 9/97 sobre o Estatuto dos Titulares Membros dos Órgãos Autárquicos;
- Aprovação da revisão pontual do artigo nº1 do Decreto nº 65/2003 de 31 de Dezembro sobre a Representação da Administração do Estado nas circunscrições territoriais dos Municípios, sobre a designação da Representação da Administração do Estado nas Cidades Capitais Provinciais;
- Em processo a aprovação da proposta da Estratégia de Desenvolvimento Autárquico Urbano;

- Em processo aprovação da Lei que estabelece os critérios de modificação e extinção das autarquias locais;
- Em processo aprovação da Lei de criação de novas autarquias locais;
- Em processo aprovação do Decreto de fixação de critérios e limites de remuneração dos membros dos órgãos autárquicos;

No âmbito da **Reforma Institucional e Modernização Administrativa** foram realizadas as seguintes actividades:

- Prosseguimento na recolha de contribuições de varias instituições para o aprimoramento da proposta de critérios para avaliação dos Administradores Distritais;
- Realização de curso Internacional de Nomes Geográficos, em que participaram 38 técnicos provenientes de varias províncias do país e quadrantes do mundo;
- Manutenção da rede de rádios de comunicação do MAE, tendo sido realizada assistência técnica aos equipamentos de alguns Distritos da Província de Inhambane e da Secretaria provincial,
- Instalação de rádio de comunicação no Posto Administrativo de Namogelia distrito de Chiure;
- Lançamento oficial dos perfis Distritais na Vila de Manjakaze e sua Publicação na Internet (Portal do Governo);
- Na componente de aperfeiçoamento e capacitação profissional do ensino não formal foram formados 11 Secretários Permanentes Provinciais e 128 Secretários Permanentes Distritais e esta em curso a preparação da formação para os chefes de secretarias provinciais e distritais, chefes de Postos Administrativos e futuros directores de serviços distritais a serem nomeados;
- Esta a decorrer a formação de formadores nas diversas especialidades de ensino modular;
- Realização do curso de capacitação de 11 presidentes dos Conselhos Municipais (PCMs) da região Norte;
- Visitas de assistência técnica aos municípios das províncias de Niassa, Nampula, Zambézia, Manica, Pemba, Nacala, Beira e Dondo;
- Realização de cursos em matéria de recurso humanos finanças e património para técnicos municipais nomeadamente; 66-recursos humanos, 66-finanças,66-patrimonio;
- Realização de cursos em solos urbanos autárquicos (cadastro e agrimensura) para 66 técnicos municipais;
- Graduados 500 formandos nos cursos regulares do ensino médio realizados nos IFAPAS de Maputo, Beira, e 20 no curso modular da província de Tete;

- Esta em curso o processo de capacitação nos cursos modulares no âmbito do SIFAP onde existem 25 turmas que beneficiam um total de 862 formandos em todo o País;
- Em curso o ensino a distância de nível básico onde se formaram 6 turmas envolvendo um total de 210 funcionários nos distritos de Mavago, Majune, Chibabava, Maringue, Matutuine e Magude;

No quadro do funcionamento do Instituto Superior de Administração Pública (ISAP) realizaram-se as seguintes acções:

- Arranque de 3 cursos de Certificado Profissional em Administração Pública no ISAP envolvendo 66 participantes, funcionários públicos de Direcção e Chefia;
- Realizados 3 cursos executivos para directores nacionais, Secretários Permanentes Provinciais, Administradores e Presidentes dos municípios da Província de Manica;
- Manutenção de 20 bolseiros no curso de licenciatura em Administração Pública na África do Sul;
- Realização de um seminário de gestores de recursos humanos provinciais, precedidos de seminários de capacitação em avaliação;
- Aquisição de material bibliográfico para as bibliotecas dos IFAPAS, ISAP, DDRH.

No domínio da Gestão dos Recursos Humanos do Estado, normação, organização, assessoria e coordenação dos órgãos centrais e locais do estado desencadearam-se as seguintes actividades:

- Em processo a implementação da Assistência Médica e Medicamentosa dos Funcionários do Estado;
- Em curso o projecto de criação do Gabinete Central de Informação (GACIG);
- Publicação do 2º número da revista o “Servidor Público” bem como a publicação e edição do “Boletim informativo do MAE”;
- Distribuição do Boletim da República no total de 2100 exemplares da I série e 2000 de II e III séries que constitui atribuição da imprensa Nacional de Moçambique;
- Concluída a instalação de um sistema informático para a edição de Boletins da República (BRs), em CD-Room;
- Realização de visitas de inspecção às províncias de Sofala, Nampula, Zambézia e Cabo delgado.
- Em curso a revisão das normas de Organização e Direcção do Aparelho Estatal Central (Decreto nº4/81 de 10 de Junho);
- Mobilização de esforços das instituições da administração pública, a nível central e provincial visando garantir que os processos de promoção e progressão de carreiras estejam a ser executados;

- Realizações de acções tendentes a melhoria das condições de trabalho e das regalias do funcionário do estado;
- Em curso a II Fase da Reforma do Sector Público (2006-2010);
- Aprovada a Estratégia para a Gestão de Documentos e Arquivos do Estado;
- Aprovado o Estatuto Orgânico, Quadro de Pessoal e o Regulamento Interno da Autoridade Nacional da Função pública.
- Em curso a construção do Centro de Excelência da CPLP;
- Reabilitadas as instalações do IFAPA Lichinga;

Em relação ao *Procurement*, é de destacar a implementação do Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e prestação dos Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto nº 54/2005, de 13 de Dezembro que descentraliza e desconcentra os procedimentos de aquisição para todos Órgãos e Instituições do Estado, ate ao escalão mais baixo que tiver um a tabela orçamental para executar, incluindo as autarquias e Empresas do Estado. Com a entrada em vigor deste regulamento foram realizadas as seguintes actividades:

- Aprovação do Diploma Ministerial Nº 141/2006 de 5 de Setembro, que estabelece na Direcção Nacional do Património do Estado a Unidade Funcional de Supervisão das Autarquias (UFSA), criado ao abrigo do Regulamento, quem compete coordenar e supervisionar todas as actividades relacionadas com a contratações;
- Aprovação de Modelos de Estruturação das Unidades Gestoras Executoras das Aquisições (UGEAs), criado ao abrigo do Regulamento a quem compete fazer a gestão e execução dos processos de aquisições desde a planificação até a execução do contrato;
- Identificadas 776 UGEAs, dos órgãos centrais, provinciais, distritais, bem como autarquias e empresas do Estado,
- Identificados 143 concursos realizados pelas UGEAs
- Formação de 1600 técnicos a nível central, provincial e distrital;
- Elaboração de um Manual de procedimentos para a contratação de Empreitadas de Obras Publicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado;
- Concepção do Portal de Concursos Públicos;
- Divulgação do Regulamento através dos órgãos de comunicação social.

No âmbito da **Justiça** no ano 2006 foram realizadas as seguintes acções:

Acesso a Justiça

- Efectuados 1.667.580 assentos de nascimentos, lavrados 44.773 óbitos, efectuados 5.087; efectuados 34.035 Registos de Automóveis, efectuados 3.902 Registo Predial, efectuados 130.647 Registos Criminais totalizando 1.891.131 documentos processados;

- Em relação ao grau de acesso a justiça, registou-se um total de 12.396 reclusos dos quais 7.215 são condenados e 5.181 são presos em prisão preventiva, significando em termos globais uma redução para 42% a média de reclusos aguardando julgamento;
- A nível dos Tribunais Judiciais foram findos 100.197 processos. Do total dos processos findos 72.387 foi por sentença e 27.810 por outros motivos;
- Em curso o processo de informatização do registo criminal;
- Estabelecimento do sistema de registo electrónico na área de registo comercial;
- Realizado o seminário sobre o Pluralismo em Moçambique;
- Em processo o aperfeiçoamento institucional para a desconcentração do Tribunal Administrativo;
- Criado o mecanismo de articulação entre a justiça formal e informal. Este mecanismo é garantido através da Lei Orgânica dos Tribunais que esta em processo de aprovação;
- Foram estabelecidas parcerias com organizações da sociedade civil na assistência jurídica e patrocínio judiciário bem como assistência na área dos direitos humanos nos estabelecimentos prisionais;
- Elaborado o memorando para assinatura do acordo para assistência jurídica e judiciária aos reclusos nos estabelecimentos prisionais em Maputo e Quelimane e nas respectivas esquadras, bem como com a PIC;

Recursos Humano e Formação

- Formados 27 magistrados judiciais e do ministério público, 49 oficiais de justiça, 16 formadores em técnicas pedagógicas, 30 magistrados em direito penal e processual, 133 autoridades locais administradores, polícias, oficiais de governo, 12 magistrados na gestão de conflitos de terra, ambiente e fauna bravia, 32 técnicos médios dos registos e Notariado e 86 funcionários do Registo e Notariado em matéria de informática;
- Recrutados contadores verificadores para as áreas da Conta Geral do Estado (CGE) e Conta e Auditoria Financeira (CAF) e Visto bem como técnicos informáticos para o Tribunal Administrativo;
- Recrutados e formados 40 técnicos superiores para os sectores prisionais e de registo e Notariado para o Ministério da Justiça;
- Em curso a formação de 25 técnicos para a Direcção Nacional dos Registos e Notariado; Recrutados técnicos superiores para os centros prisionais, nomeadamente, 3 psicólogos, 3 engenheiros agrónomos, 3 juristas estando a decorrer o processo da nomeação de 17 juristas dentre os quais 7 para o sistema prisional.
- Realizados os cursos de capacitação em informática para 20 técnicos registo e notariado e 7 para as prisões;

- Em curso a transformação das escolas secundárias em centros de formação técnico profissional;
- Em curso o processo de instalação do subsistema de informação de pessoal (SIP) em rede ao nível nacional, com vista a melhorar a capacidade de gestão dos recursos humanos.

Reforma Legal

- Elaborada e em processo a proposta de Lei sobre confissões religiosas;
- Em curso a elaboração da Lei sobre Pessoas Portadoras de Deficiência incluindo os deficientes de guerra;
- Em processo de harmonização o Ante-projecto de Lei sobre o Terrorismo;
- Elabora a Lei da Comissão sobre os Direitos Humanos;
- Em curso a elaboração da Lei sobre a Aquisição, Perda e Reaquisição da Nacionalidade;
- Está em curso a reformulação dos diplomas reguladores das actividades do Tribunal Administrativo bem como a respectiva orgânica;
- Em curso a implementação dos diplomas legais que compreendem medidas de prevenção e combate a corrupção
- Elaborada a proposta de Lei sobre Comissão Nacional de Direitos Humanos;
- Aprovado o Decreto nº7/2006 de 17 de Maio que cria o Serviço Nacional da Administração Prisional;
- Em processo o projecto de Regulamento da Inspeção do Ministério Público;
- Em processo o projecto de Lei de base sobre a criança e jurisdição de menores;
- Aprovado e em vigor o Decreto que aprova a reforma pontual da Lei do Inquilino;
- Ratificados protocolos de combate a corrupção da União Africana das Nações Unidas;
- Em curso a aprovação da Lei do Ministério Público.

Infra-estruturas e Equipamentos

- Concluída a reabilitação das cadeias de Moeda e Moncímboa da Praia;
- Concluída a primeira fase de transformação do Centro aberto de Matutuine em Prisão-Escola para reclusos maiores de 16 e menores de 25 anos;
- Concluída a reabilitação da cadeia distrital de Macanja, estando em construção duas casas no mesmo local para os funcionários;
- Em processo a construção da cadeia distrital de Inharrime com capacidade de 80 reclusos;

- Reabilitada da penitenciária agrícola de Mabalane;
- Reabilitada a penitenciária agrícola e industrial de Nampula;
- Reabilitada a penitenciária agrícola de Manica;
- Em curso a construção da cozinha da Cadeia Provincial da Zambézia;
- Construída a ala feminina da cadeia de Marrupala com capacidade para 128 pessoas;
- Em construção a cadeia distrital em Mandimba;
- Construção do muro e do Pavilhão Administrativo do Centro Prisional de Mize;
- Em processo a construção de casa para agentes prisionais (2 em Mocimboa da Praia e 6 em Mize);
- Reabilitados 4 pavilhões na penitenciária agrícola de Mabalane;
- Reabilitada a residência do director da Cadeia Central da Beira;
- Reabilitada a Penitenciária Industrial de Nampula;
- Construídas as cadeias distritais de Inharrime (Província de Inhambane), Repale Província de Nampula), três casas para funcionário (duas em Angonia e uma em Mague na Província de Tete);
- Reabilitadas cadeias distritais de Meconta, Monapo, Caía, bloco administrativo da cadeia Provincial de Gaza, cadeias distritais de Guijá e Chicualacala;
- Reabilitado o Centro de Reclusão Feminino de Ndlavela (Maputo);
- Em curso a construção do muro de vedação da penitenciária Industrial de Nampula;
- Reabilitação das cadeias distritais de Mueda e Mocimboa da Praia;
- Em curso a construção dos edifícios para a Procuradoria Provincial do Niassa e de Manica;
- Reabilitado o edifício do Tribunal Judicial de Nampula;
- Em curso a reabilitação da Procuradoria Provincial de Nampula

Controlo da Legalidade

- Emitido e entregue Assembleia da República o relatório e parecer sobre a Conta Geral do Estado (CGE) de 2005;
- Realização de auditorias programadas pelo Tribunal Administrativo;
- Nomeado um inspector Nacional para os Registos e Notariado; Em curso o processo de nomeação do corpo de inspectores para os serviços prisionais, no âmbito do reforço dos órgãos de inspecção e desenvolvimento sistemático da acção inspectiva sobre actividade dos organismos públicos;

- Em curso a implementação dos diplomas legais que compreendem medidas de prevenção e combate a corrupção;
- Realizadas missões da PGR as Províncias, no âmbito da elaboração de um plano concreto de prevenção e de combate a corrupção, em função da especificidade de cada província. Iniciadas actividades de expansão do Gabinete de Combate a Corrupção as Províncias de Inhambane e Sofala;
- Definidas matrizes internas das instituições da administração da Justiça contendo acções e indicadores específicos de combate a corrupção no quadro da Estratégia Nacional de Combate a Corrupção; Elaborado o Código de conduta dos funcionários do Ministério da Justiça.
- Elaborado o Código de Conduta dos funcionários do Ministério da Justiça, para reforçar atitude laboral, digna, ética e deontológica;
- Realizado seminário sobre Integridade no Judiciário, servindo de base para a definição de um Plano de acção de Combate a Corrupção no Judiciário;
- Ao nível dos tribunais judiciais foram tramitados 77 processos crimes relacionados com a matéria de corrupção dos quais se destacam, 32 casos de corrupção propriamente dita, 40 casos de desvios de fundos, 3 casos de crime de peculato, 1 de o crime de peita, suborno e corrupção, 1 de crime de falsificação de créditos e peculato de crédito.

Documentação Jurídica

- Concluída a compilação em formato electrónico dos acórdãos do Tribunal Supremo respeitantes ao período de 1990-2002, prevendo se a conclusão ao longo do segundo semestre; Em curso actividade de publicação;
- Publicação do Boletim Informativo do Tribunal Supremo, e o Boletim Informativo do Ministério do Interior.

Modernização Informática

- Extensão da rede Gov-net para as direcções do Ministério da Justiça;
- Introduzido o uso de aparelhos electrónicos para a colheita e tratamento de impressão digital para efeitos de registo criminal nas províncias de Quelimane, prevendo se a extensão para as demais Províncias;
- Em curso a criação de uma base de dados sobre as actividades das ONG's que trabalhem nos Direitos Humanos;
- Desenvolvido o sistema de registo Comercial, Civil e Criminal, estando em processo de desenvolvimento as arquitecturas de subsistemas de gestão de processo para o Sector, no âmbito do estímulo do uso de tecnologias de informação e comunicação na implementação do Governo Electrónico;
- Iniciadas actividades de desenvolvimento de aplicação dos sub sistemas de Monitoria e Avaliação nomeadamente; gestão processual e gestão prisional;

Comunicação e Desenvolvimento Inter-institucional

- Projecto da Lei Orgânica dos Tribunais submetido a Assembleia da República. Criadas duas secções no Tribunal Judicial da Cidade de Maputo;
- Em processo a implementação do Sistema de gestão de documentos, registo e arquivo da PGR no âmbito do sistema de monitoria e integração do Sector da Justiça;
- Aprovada a plataforma para a formulação da Visão da Justiça, estando na fase de consulta pública;
- Elaborado o projecto de Regulamento da Inspeção do Ministério Público;
- Desenvolvido o subsistema do Registo Comercial, Civil e Criminal. Em processo de desenvolvimento as arquitecturas de subsistemas de gestão de processos, gestão prisional, no âmbito do estímulo do uso de tecnologias de informação e comunicação na implementação do Governo electrónico;
- Participação nas reuniões da Revisão Conjunta entre o Governo e os Parceiros de Cooperação;
- Concebido o plano director do Sistema de Harmonização de Monitoria e Avaliação. Esta em preparação a criação e instalação de subsistemas de Monitoria e Avaliação identificadas;
- Realizada a harmonização dos instrumentos de Planificação e Monitoria, Plano Estratégico e Integrado (PEI) Plano Operativo do PEI (POPEI), com o PES e Orçamento do estado;
- Iniciadas diligencias com vista a institucionalização dos mecanismos de articulação rotineira entre o departamento de promoção e desenvolvimento dos direitos Humanos e as ONG's que operam na área dos Direitos Humanos;
- Em paralelo com a formulação da Visão decorre o Plano Estratégico Integrado do Sector da Justiça e o respectivo Plano Operacional, incluindo a perspectiva do Género e HIV/SIDA;

No domínio da **Ordem Pública, Identificação Civil, Migração e Bombeiros** constitui um dos objectivos prioritários a elevação da capacidade da Polícia para prevenir e perseguir o crime. No ano de 2006 foram realizadas as seguintes acções:

- Reforçada e garantida a protecção de pessoas e bens tendo registado uma operatividade policial de cerca de 86%, contra os 60% planificados o que representa uma superação da meta planificada em 26%;
- Criados 537 novos Conselhos de Policiamento Comunitário ultrapassando a meta prevista em 274%;
- Emitidos 320.242 bilhetes de identidade, contra os 576.00 planificados o que representa um deficit na ordem de 55.6%;

- Emissão de 131.906 documentos de migração este aumento deveu-se ao facto da superação dos vistos de entrada nos países vizinhos membros da SADC, o que representa uma superação da meta na ordem de 196.1%;
- Não houve extensão da rede policial através do alargamento da respectiva rede, apenas houve a potencialização em recursos humanos as unidades e sub-unidades policiais já existentes, incluindo os destacamentos das Forças especiais e de Reserva o que permitiu o reforço da capacidade operativa da PRM na prevenção e combate ao crime;
- Em curso a reformulação da Lei de Identificação Civil;
- Construção de raiz de 6 esquadras, 2 em Nampula e 2 em Maputo e 2 em Matalane;
- Em processo de aprovação o Regulamento sobre Armas e Munições;
- Em processo de aprovação o regulamento sobre explosivos e substâncias perigosas;
- Criados 53 novas unidades de atendimento a violência doméstica em todo país, pelo menos um número mínimo de 4 unidades e um máximo de 29 por província;
- Em curso a modernização dos sistemas de emissão de documentos migratórios com destaque para o passaporte Biométrico e Dire;
- Em processo a reflexão sobre o posicionamento da PIC;
- Em curso a elaboração da estratégia de segurança Interna, instrumento que irá conduzir a organização e estruturação dos serviços para melhor desempenho;
- Concluído o Relatório de Análise Funcional do MINT no âmbito da reforma do Sector Público e início do processo de reestruturação;
- Foram estendidos os serviços de identificação as zonas rurais através de movimentação de brigadas nas províncias de Inhambane e Nampula;
- Estão em funcionamento em todo território nacional 53 postos de Travessia, estando 4 encerrados nomeadamente: Província de Maputo-Manhoca e Mapulanguene, Província de Gaza-Mavue; Província de Cabo Delgado-Negomano;
- Concebido Plano para a construção da Escola Prática da Polícia na zona Centro do País;

Outras Realizações

- Em curso a construção do edifício do Comando Distrital de Muembe-Niassa;
- Construído o edifício do comando Distrital Meluco-Cabo Delgado;
- No âmbito dos serviços Nacionais dos Bombeiros, foram emitidos 243 pareceres técnicos em balcones únicos; realizadas 253 vistorias em casas de espectáculos e 128 inspecções; realizações de cursos de noções básicas para 165 trabalhadores de empresas;

- Foram reparadas 3 viaturas de apoio ao combate ao incêndio e adquiridos mapas de localização de bocas-de-incêndio;

Comunicação Social

A comunicação social joga um papel de relevo na dinamização do processo de desenvolvimento sócio-económico e cultural, na promoção e consolidação da unidade nacional e no aprofundamento e defesa da democracia e do Estado de direito.

Neste sentido, as acções em curso visam o reforço da capacidade dos órgãos do sector da imprensa e a regulamentação do sector, onde foram implementadas as seguintes acções:

- Foi elaborado o Ante-projecto do Regulamento das Rádios Comunitárias;
- Foi elaborado o Ante-projecto da Lei de imprensa;
- Reabilitados os emissores de Televisão de Moçambique nas províncias de Inhambane, Nampula, Tete e Quelimane;
- Foram montados novos emissores da Televisão de Moçambique em Xai-Xai (Gaza), Tete, e Maganja da Costa (Zambézia);
- Foram importados os emissores da Rádio Moçambique para as delegações de Quelimane, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia;
- Foram produzidos materiais educativos e de mobilização social contra o HIV/SIDA para os distritos de Vilanculos, Massinga e Maxixe na província de Inhambane, Xai-Xai em Gaza e Manhiça e Magude na província de Maputo.

V.4. RELAÇÕES EXTERNAS E DEFESA

Na área das Relações Exteriores, O Governo continuou a incrementar um relacionamento privilegiado com todos os parceiros de desenvolvimento de Moçambique com vista à operacionalização dos seus planos e programas, para a erradicação da pobreza absoluta, reforçando o prestígio e reputação de Moçambique na arena internacional. Assim, com vista à implementação do Plano Económico e Social para 2006. O Governo realizou as seguintes acções:

No âmbito da cooperação bilateral destaca-se:

Realização de 6 Visitas de Nivel Presidencial (Portugal, Belgica, Grão-Ducado do Luxemburgo, França, Tânzania e Grã-Bretanha), durante as quais, Sexa o Presidente da República participou em eventos de indole diversa, nomeadamente a Participação na tomada de posse do Presidente Português;

Recepção de Visitas de nível Presidencial e de Chefes de Governo (Tanzânia, Espanha, África do Sul, Alemanha, Irlanda, Dinamarca e Portugal) durante as quais foram passadas em revista as relações bilaterais existentes e acordados os mecanismos de reforço das relações de cooperação com destaque para a assinatura com Portugal do Acordo de Reconversão da Barragem de Cahora Bassa para Moçambique,

Realização de 11 visitas de nível Ministerial (Cabo Verde, Maurícias, Espanha, França, Índia, Tailândia, China, Nigéria, Congo, Vietnam e Japão) e recebidas 12 visitas de nível Ministerial (Noruega, Botswana, Alemanha, China, Malásia, Cuba, Sudão, Indonésia, Itália, Estado da Baviera-Alemanha, Bélgica, e da Directora Executiva do FNUAP) e ainda, a realização do encontro de diálogo político com os Embaixadores dos países da UE acreditados no País.

No âmbito da cooperação multilateral destaca-se:

- Participação no Fórum Económico Mundial (Davos) e no Fórum Económico sobre África (Cape Town),
- Participação nas Cimeiras da União Africana e nas reuniões do Comité de Implementação da NEPAD e Fora dos Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Revisão de Pares,
- Participação na VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP),
- Participação nas Cimeiras Ordinária e Extraordinária da SADC, na 61ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, na 1ª Cimeira do Fórum China-África, na XIV Sessão do Movimento dos Países Não Alinhados, na X Cimeira da Organização da Francofonia e nas Comemorações do dia da União Africana.

No âmbito do estreitamento das relações politico-diplomáticas e de cooperação, destaca-se:

- Acreditação de 13 embaixadores e/ou Alto comissários da República de Moçambique em 7 países da África, 4 na Europa e 2 nas Américas
- A extensão de representatividade diplomática através de (8) creditações múltiplas nas Américas, sendo na Europa (4) e em organismos regionais, internacionais e religiosos (4)
- Acreditação no País de 25 novos Embaixadores e/ou Alto comissários, sendo de países da África (4), da Europa (6), das Américas (1), da Ásia e Oceânia (10) e do Médio Oriente (4)

No âmbito da Promoção de programas e projectos prioritários de desenvolvimento nacional, sub-regional e regional no contexto da NEPAD, destacam-se:

- O envolvimento do Japão no financiamento do Estudo de Viabilidade da Estrada Cuamba- Nampula (Corredor de Desenvolvimento de Nacala);
- A concessão de uma linha de crédito pela Índia de USD\$ 20 milhões (Fundos no quadro da NEPAD) para a electrificação Rural da Província de Gaza.
- A realização em Maputo, do VI Fórum de Parceria para África (APF), e que debruçou-se sobre o HIV/SIDA, agricultura, segurança alimentar e redução da pobreza e infra-estruturas;
- A abertura Oficial do Posto Fronteiriço do Giryondo, como um projecto concebido no âmbito da NEPAD, envolvendo Moçambique, África do Sul e Zimbabwe;
- A participação, no VII Fórum de Parceria para África, em Moscovo, onde foram discutidas questões relacionadas com o combate à pobreza, o acesso aos

mercados, o combate a doenças infecciosas em África e a disponibilização de recursos para o Desenvolvimento de África

No prosseguimento das acções de negociação para o perdão total da dívida moçambicana com todos os parceiros no contexto do Clube de Paris e a nível bilateral com outros países não membros deste grupo, para além de estarem em curso acções com vista a resolução da questão da dívida de Moçambique com Argélia, há a destacar ainda:

- Os contactos feitos com o Japão e a Índia com vista a solução da questão da dívida estimada em 64 milhões de dólares americanos e no caso específico da Índia o cancelamento da dívida ocorrerá quando for concluída a operação de “buy-back” em fase final de negociação.

Na prossecução da actividade diplomática visando a mobilização de recursos para apoiar programas de redução da pobreza e desenvolvimento de Moçambique, as acções principais incidiram em:

- Participação na XVI Reunião Anual do Fórum Económico Mundial sobre África, cidade do Cabo, com vista a promoção das oportunidades de negócios/investimentos no País,
- Participação na 83ª Sessão do Conselho de Ministros da ACP, e a 31ª Sessão do Conselho de Ministros Conjunto ACP-EU, na Papua Nova Guiné, que no conjunto concorreram para a promoção da imagem do País e da agenda de desenvolvimento,
- Lançamento Oficial do MARP/NEPAD em Moçambique,
- Participação na Conferência de Paris sobre Financiamento ao Desenvolvimento
- Lançamento do Projecto “Vilas do Milénio” por ocasião da visita a Moçambique do Professor Jeffrey Sachs, Conselheiro Especial do Secretário-Geral da ONU para as Questões dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM's),
- Assinatura com o Governo do Japão de vários acordos para a construção da estrada Montepuez-Niassa, da Draga para o porto da Beira, do Magistério Primário em Chimoio, e de assistência técnica nos domínios da educação, pescas, agricultura e desminagem;
- Assinatura com o Governo da Índia de uma linha de crédito para a electrificação rural da província de Gaza;
- Assinatura com a República Popular da China de vários acordos nos domínios da agricultura, saúde, turismo e infra-estruturas.
- Foi concedido um donativo pela República da Coreia para os domínios da saúde e agricultura.
- Aprovação do Programa Bilateral de Cooperação entre Moçambique e Holanda para o período de 2005-2008
- Assinatura do acordo com a Islândia no domínio da Pesca

- Assinatura com a Noruega de acordos relativos à Reforma da Gestão das Finanças Públicas- SISTAFE 2006-2009 e ao Apoio Institucional ao Instituto Nacional de Petróleo
- Assinatura com a Finlândia de vários acordos nos domínios da educação, desenvolvimento rural,
- Assinatura com a Alemanha de acordos sobre a cooperação financeira nas áreas da educação, construção e manutenção de rodovias, sector financeiro e apoio directo ao Orçamento e à Balança de Pagamentos. Ainda neste âmbito, assinado acordo sobre a cooperação técnica nos domínios da educação, desenvolvimento rural, microfinanças e gestão de resíduos sólidos urbanos
- Foi assinado com a França o Documento Quadro de Parceria para apoiar as áreas da Saúde, HIV/SIDA, Meio Ambiente, Boa Governação, Investigação e Ensino Superior e Sector Financeiro,
- Foram assinadas com os Estados Unidos da América (EUA) emendas ao acordo de doação da USAID para financiar os seguintes programas: Rendimentos Rurais, Comércio e Investimentos, Governação, Saúde e HIV/SIDA
- Assinatura com a Espanha de acordos relativos ao Programa Ensino Técnico Profissional e Vocacional
- Assinatura com a Bélgica de acordos relativos ao empréstimo financeiro, apoio directo ao OGE e apoio a II fase do Programa de Reabilitação e Reconstrução Pós-Emergência do sector da Saúde
- Assinatura com a Áustria de acordo para as áreas de Desminagem e rádio comunitária de Buzi
- Assinatura com o Governo Suéco de acordos de financiamento para os domínios da Agricultura (PROAGRI), Sector Público, Estatística, Finanças, HIV-SIDA, Energia, Infraestruturas, Sector Privado e Apoio as Reformas do Governo Local,

Estão em preparação vários instrumentos jurídicos nacionais e internacionais no âmbito do desenvolvimento de actividades nas áreas da negociação, e ratificação de Convenções e Tratados Internacionais e acordos bilaterais.

No âmbito da conclusão dos Acordos de supressão de vistos com os restantes países da região da África Austral foram feitas negociações diplomaticas com a Namíbia e Lesotho para acordos de supressão de vistos.

Foi promovido o ingresso de quadros nacionais nas organizações sub-regionais, regionais e internacionais de que Moçambique faz parte, nomeadamente SADC, Organização das Nações Unidas e Autoridade Internacional de Fundos Marinhos.

Para assegurar a participação do cidadão nas acções de desenvolvimento nacional através do seu envolvimento nos programas e projectos da Comunidade de Desenvolvimento da Africa Austral (SADC), União Africana (UA), Nova Parceria para o Desenvolvimento da Africa (NEPAD), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e outros organismos dos quais Moçambique é membro há a destacar:

- Contactos com a FDC, no âmbito da preparação da 7ª Sessão Conferência da União Africana,
- Participação do Fórum Mulher nas consultas informais interactivas com as ONG's, sociedade civil e sector privado sobre a implementação do Programa de Acção para os países menos avançados para a década 2001 – 2010,
- Realização de reuniões dos Comités Técnicos Especializados (CTEs) da Comissão Nacional da SADC seminários de divulgação, concursos e palestras à nível nacional sobre a SADC e NEPAD.
- Envolvimento das organizações da Sociedade Civil para darem a sua contribuição/sensibilidade sobre a proposta da criação do Governo da União Africana (GUA).
- Realização de seminários de divulgação da SADC e NEPAD e de implantação das estrutura da Comissão Nacional da SADC (CONSADC) nas províncias de Nampula, Tete, Manica, Zambézia, Inhambane, Niassa e Gaza e conduzidas acções de celebrações a nível nacional da “Semana Comemorativa por ocasião do Dia da SADC”.
- Realização de diversas actividades culturais a nível nacional no quadro da celebração do X Aniversário da CPLP,

Realizado um estudo sobre estratégias de cooperação Governo/doadores no contexto da definição da estratégia de assistência ao desenvolvimento, preparados e submetidos documentos analíticos sobre a experiência Moçambicana em missões de paz da ONU e sobre conflitos em africa para apresentação ao conselho Nacional de defesa e segurança (CNDS), elaborados informes ao CNDS sobre a situação politica e de conflitos no continente em geral e em alguns países de áfrica em particular e também a conclusão da elaboração da Política Nacional de Cooperação.

No âmbito do apoio aos refugiados,

- Foi elaborada a proposta de Regulamento da Lei do Refugiado,
- Está em curso o processo de atribuição do documento de identificação à população refugiada no País

Para Proceder a abertura de Representações do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados (INAR) em Tete, Niassa e Cabo-Delgado, foi lançado o concurso para recrutamento de Delegados Provinciais

No âmbito das comunidades moçambicanas no exterior há a destacar as seguintes acções:

- Divulgação nas Comunidades moçambicanas da África do Sul, Swazilândia e Zimbabwe de uma brochura com extractos da nova Constituição da República de interesse para as comunidades moçambicanas no exterior;
- Realização de um estudo sobre a abertura de um centro de atendimento, em Moamba para acompanhamento e monitoria dos moçambicanos repatriados da África do Sul; e

No prosseguimento das negociações sobre a delimitação da fronteira marítima e reafirmação das fronteiras continentais com os países vizinhos, durante o ano de 2006 foram accções de destaque as seguintes:

- Início do trabalho de actualização das linhas de base em alguns pontos ao longo da Costa,
- Acordo com a RAS sobre a vedação num troço da fronteira África do Sul/Moçambique em direcção a Cosy Bay, numa extensão de 43km,
- Reafirmação completa do Troço 1: Pafuri - Rio Save e o reconhecimento do Troço 4: Rios Mazowe e Ruwanga;
- Início de negociações com o Malawi para a reafirmação da fronteira continental
- Criação de Comissões de Peritos da fronteira terrestre, fronteira marítima e Plataforma Continental;

No domínio da **Defesa** foram realizadas as seguintes actividades em 2006:

No âmbito do recenseamento e incorporação nas fileiras das FADM:

- Recenseamento de 164.198 jovens, sendo 107.762 de sexo masculino e 56.436 do sexo feminino. Esta cifra corresponde a cerca de três vezes mais do que o planificado para 2006 (59.000 mancebos)
- Convocação às Provas de Classificação e Selecção (PCS's) de 23.336 mancebos. Do contingente convocado, fizeram-se presentes 5.172 mancebos, para além de 1.837 mancebos voluntários, totalizando 7.009 mancebos submetidos às provas de classificação e selecção. Nota-se que Registou-se uma elevada percentagem de incumprimento nesta actividade (cerca de 78%), representadas pelo elevado número de cidadãos na condição de compelidos;
- Incorporados para as fileiras das Forças Armadas de Defesa de Moçambique 3.259 recrutas;

No âmbito da Reciclagem e Formação:

- Reciclagem de 500 militares na Escola Militar de Nampula, ultrapassando a meta planificada de 224 militares. Encontram-se em formação na Academia Militar 151 Cadetes. Este número representa o prosseguimento da formação dos admitidos em 2005, bem como a inclusão dos 89 cadetes, admitidos em 2006. Note-se que não foi

atingida a meta de admissão de 100 cadetes no ano em análise, por causa dos requisitos de natureza académica e de aptidão para a carreira militar.

- Estão actualmente no exterior 63 bolseiros, bem como foi assegurado o envio de 21 bolseiros ao exterior;
- Frequentam a Universidade Pedagógica 75 Oficiais e Funcionários Cíveis e estão em formação 40 funcionários no instituto de Formação Profissional da Beira;
- Participação em Seminários Internacionais de 8 Oficiais e Funcionários Cíveis do MDN
- Foram reciclados, na Escola Militar de Nampula, 500 militares
- Concebidas as bases para a Conversão do Centro de Boane em Escola de Formação de Sargentos das FADM;
- Criadas as condições para o arranque em Fevereiro de 2007 das aulas no Centro de Formação Técnico Profissional em Chingodzi.
- Formados 64 formadores para o Centro de Formação Técnico Profissional em Chingodzi;

No âmbito de missões de Manutenção de Paz e observação:

- Conclusão da formação da Quarta Companhia de Manutenção de Paz e integrada no Batalhão de Manutenção de Paz com sede em Moamba;
- Formação de dois Pelotões de Engenharia de Sapadores integrados no mesmo Batalhão;
- Participação na Missão de Manutenção de Paz para o Sudão (UNMIS), no Sul do Sudão, através do destacamento de três (03) Observadores Militares;
- Participação na Missão de Manutenção de Paz no Burundi (ONUB), através do destacamento de três (03) Observadores Militares;
- Participação na Missão de Manutenção de Paz na República Democrática do Congo, MONUC, com quatro (04) Observadores Militares;

- Participação na Missão Eleitoral da SADC para as eleições na República Democrática do Congo, com dois (02) Observadores Militares;
- Participação na Missão Africana de Manutenção de Paz no Sudão (AMIS), em Darfour, Sudão, através do destacamento de quinze (15) Observadores Militares; e
- Participação na Missão Africana de Manutenção de Paz nas Ilhas Comores, com três (03) Observadores Militares e um Contingente de sete (07) militares..
- Foi constituído e desdobrado na Moamba o Batalhão Independente de Infantaria para as operações de Apoio à Paz, decorrendo ainda, o seu completamento orgânico. Foram igualmente criadas as condições de aquartelamento e decorre a reabilitação física das infra-estruturas da sede desta unidade.
- Foi elaborado e aprovado pelo Conselho Superior Militar o Projecto da Estrutura Orgânica do Batalhão de Paraquedistas. Foi ainda criado o Núcleo do Estado Maior do respectivo Batalhão.
- No âmbito do preenchimento orgânico, foram promovidos ao posto de Coronel, seis oficiais, faltando ainda e apenas duas vagas de coronel por preencher em 2007.

No âmbito da participação das FADM nas manobras e exercícios militares no quadro da SADC e da CPLP:

- Participação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique no Exercício “Rovuma Azul”, na República Unida da Tanzânia, no passado mês de Outubro 2006. A nossa participação foi a nível de Observadores militares, com dois coroneis na fase de preparação deste exercício e dois coroneis durante a realização do exercício;
- Participação nas actividades concorrentes à criação da Brigada da SADC, no quadro da operacionalização do Conselho de Paz e Segurança da União Africana. A nossa presença neste âmbito consubstancia-se por dois oficiais das

FADM, nomeadamente, um Coronel afecto a tempo inteiro, em Gaberone, na área de planificação e um Major em estado de prontidão para qualquer missão neste âmbito, em Maputo. Entretanto, prosseguiram acções de adestramento da Unidade de desminagem destacada para integrar a referida Brigada Regional;

- Participação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique no Exercício FELINO 2006, realizado em Pernambuco, República Federativa do Brasil, de 06 a 18 de Outubro de 2006, com um contingente de 20 (vinte) militares.

No âmbito da cooperação militar:

- Entrada em funcionamento da Chancelaria Militar na Etiópia;
- Está em curso o processo da criação de condições para a instalação da Chancelaria Militar nos Estados Unidos de América.
- Reabilitação e entrada em funcionamento do Hospital – Dia no Hospital Militar de Nampula.

No âmbito da assistência em situações de emergência:

- Formadas quatro Companhias Especiais constituídas por especialidades dos Ramos do Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra de Moçambique para Socorro e Assistência as Populações em caso de calamidades e catástrofes naturais e humanos em Maputo, Beira, Quelimane e Nampula.
- Em coordenação com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades estão em construção 2 edifícios na Base Aérea de Mavalane para servir de Sala de Operações e Monitorização.

No âmbito da Logística de Produção:

- Reabilitação da caleira de irrigação em Chokwé.
- Realização da produção agro-pecuária em Matola, Chokwé, Angónia, Chitima, Mantepuez, Tsangano, Unango/Lichinga e Mocuba, Mopeia

No âmbito do combate ao HIV/SIDA

- Foi concluída e reabilitado o compartimento para o funcionamento do GATV nas instalações da Brigada de Tete;

VI. POLÍTICA ORÇAMENTAL

A execução da política orçamental em 2006 deu continuidade às reformas iniciadas no orçamento de 2005, tendo como principais objectivos (i) a consolidação do distrito como unidade orçamental e (ii) o aperfeiçoamento do classificador por fonte de recursos.

O nível de execução da componente externa do Orçamento de Estado de 2006 é provisório, porquanto decorre ainda a recolha e incorporação de informação adicional relativa a despesas cujos fundos não transitam pela Conta Única do Tesouro.

Equilíbrio Orçamental

A realização da despesa total em 2006, programada em 52.881⁴ milhões de Mt, situou-se em 46.974 milhões de Mt, o que corresponde a um nível de execução orçamental global de 88,8%, e a execução parcelar de 96,0% nas despesas correntes, 83,6% nas despesas de investimento e de 71,4% nas operações financeiras e com um saldo no valor de 6.277 milhões de Mt.

Em contrapartida, o financiamento total da despesa, programado em 52.881 milhões de Mt, teve uma realização global efectiva de 53.250,7 milhões de Mt, ou seja, uma execução orçamental global de 100,7% do programado e uma execução parcelar de 101,9% na Receita, 104,3% em Donativos e 89,7% em crédito externo.

MAPA DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - 2006

Orçamento do Estado (10 ⁶ MT)	2005	2006		2006	2006	2006
	CGE	Lei (Dot. Ajust)	Realização	Em % do Total	Em % do PIB	Taxa de Realização (%)
FINANCIAMENTO	45,208	52,881	53,251	100%	30.0%	100.7%
Receitas do Estado	21,627	27,017	27,537	52%	15.5%	101.9%
Donativos	11,892	16,757	17,470	33%	9.9%	104.3%
Crédito Externo	8,098	9,107	8,172	15%	4.6%	89.7%
Crédito Interno	3,591		72	0.1%	0.04%	
Despesas Correntes	20,836	26,735	25,657	48%	14.5%	96.0%
Despesas de Investimento	16,057	21,788	18,204	34%	10.3%	83.6%
Operações Financeiras	4,634	4,358	3,113	6%	1.8%	71.4%
TOTAL DAS DESPESAS	41,527	52,881	46,974	88%	26.5%	88.8%
Saldo (Poupança)	3,681	0	6,277	12%	3.5%	
TOTAL DE APLICAÇÕES	45,208	52,881	53,251	100%	30.0%	100.7%

⁴ Este valor (50.880,8), constante do Mapa de Equilíbrio Orçamental, difere do do Artigo 2 da Lei e do do PES 2006, em 350,9 milhões de MT, em virtude de nas previsões do Artigo 2 da Lei e nas do PES 2006 terem sido excluídos 350,9 milhões de MT de poupanças, incluídos naquele Mapa, em operações financeiras.

Receitas do Estado

Para 2006, foram programadas Receitas do Estado no valor global de 27.017 milhões de Mt, repartido em 21.852 milhões de Mt de receitas fiscais, 2.222 milhões de Mt de receitas não fiscais, 2.215 de receitas consignadas e 728 milhões de Mt de receitas de capital.

RECEITAS DO ESTADO - 2006					10^6 Mt			
RECEITAS DO ESTADO	2005	2006		% do PIB	Taxa de Execução		variação	
	CGE	Lei (Dotação Ajustada)	Realização		2005	2006	(nom.)	(real)
RECEITAS DO ESTADO	21.627,11	27.016,70	27.536,63	15,53	97,3%	101,9%	27,3	12,4%
Receitas Fiscais	18.709,53	21.851,62	22.084,12	12,46	94,6%	101,1%	18,0	4,2%
Imposto sobre Rendimento	4.430,8	5.781,5	6.339,7	3,58	94,4%	109,7%	43,1	26,4%
Imposto sobre Bens e Serviços	11.884,4	14.520,1	14.484,8	8,17	96,7%	99,8%	21,9	7,6%
Outros Impostos	2.394,3	1.550,0	1.259,6	0,71	85,6%	81,3%	-47,4	-53,5%
Receitas Não Fiscais (Incl. Rec. Próp.)	1.496,0	2.221,5	2.645,2	1,49	107,8%	119,1%	76,8	56,1%
Receitas Consignadas	297,9	2.215,2	1.766,7	1,00	78,6%	79,8%	493,0	423,7%
Receitas de Capital	1.123,7	728,4	1.040,7	0,59	164,8%	142,9%	-7,4	-18,2%

Da meta programada para 2006, foram cobrados 27.537 milhões de Mt, o que corresponde a um sobrecumprimento de 1,9% e ao rácio Receita/PIB de 15,5%. Este nível de realização da receita resultou da implementação de medidas tendentes ao melhoramento da cobrança e do alargamento da base tributária. Em relação a 2005 o crescimento atingiu 27,3% em termos nominais e 12,4% em termos reais.

Nas Receitas Fiscais, do objectivo fixado em 21.852 milhões de Mt, foram cobrados 22.084 milhões de Mt, o que corresponde a uma realização global de 101,1% e de 12,5% do PIB. Comparativamente a 2005 registou-se um crescimento de 22,5% em termos nominais e 8,2% em termos reais.

Nos Impostos sobre o Rendimento, atingiu-se a realização de 109,7%, com um sobrecumprimento de 45% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e o subcumprimento de 52,8% e 14,5% do programado, respectivamente, no IRPS e no Imposto Especial sobre o Jogo.

Nos Impostos sobre Bens e Serviços, da meta fixada em 14.520 milhões de Mt, atingiu-se uma realização de 99,8%, tendo sido cobrados 14.485 milhões de Mt, isto é, menos 35 milhões de Mt do programado.

O incumprimento nos Impostos sobre Bens e Serviços particularmente no respeitante ao Imposto sobre Consumos Específicos, deveu-se basicamente à redução, em termos de valores facturados, quer da produção quer da importação da cerveja e do tabaco, resultante da verificação da taxa de câmbio média de 24,92 Mt contra a prevista de 25,44 Mt, por um lado, e a não efectivação da meta prevista das importações e da produção.

Nos Outros Impostos foram cobrados 1.259,6 milhões de Mt, contra a meta fixada em 1.550 milhões de Mt, representando uma realização de 81,3%.

As Receitas não Fiscais, face à meta fixada em 2.222 milhões de Mt, atingiram a realização de 119,1%, influenciada significativamente pelos graus de realização das Taxas Diversas de Serviços (119,8%) e Receitas Próprias (129,7%). Face a 2005 as Receitas não Fiscais cresceram em 76,8% em termos nominais e em 56,1% em termos reais.

Nas Receitas Consignadas foram cobrados 1.767 milhões de Mt, ou seja 79,8% da previsão de 2.215 milhões de Mt, significando um desvio negativo de 448 milhões de Mt. Porém, em

relação ao ano anterior, cobrou-se mais 1.469 milhões de Mt, representando um crescimento em termos nominais de 493,1% e de 423,7% em termos reais.

Do programa fixado em 728 milhões de Mt para as Receitas de Capital, foram cobrados 1.041 milhões de Mt, ou seja, com um sobrecumprimento de 42,9%. Comparativamente a 2005 registou-se um decréscimo em 7,4% em 18,2% em termos reais.

Despesas do Estado

Despesas Correntes

A realização das Despesas Correntes, fixadas em 26.736 milhões de Mt, cifrou-se em 25.657 milhões de Mt, correspondendo a uma execução de 96,0%, resultante, fundamentalmente, da execução em 97,6% das Despesas com o Pessoal e em 88,0% dos Encargos da Dívida.

Correspondendo à preocupação do Governo de aumentar e melhorar a provisão de serviços públicos, sobretudo nos sectores da educação, saúde, justiça e legalidade, segurança e ordem pública e na área da Administração Financeira do Estado, o incremento das despesas correntes realizadas, face a 2005, foi de 23,1% em termos nominais e de 8,9% em termos reais.

DESPESAS CORRENTES - 2006					10^6 Mt			
DESPESAS CORRENTES	2005	2006		% do PIB	Taxa de Execução		variação 2005/2006	
	CGE	Lei (Dot. Ajust)	Realizaçã o		2005	2006	Nom.	Real
Despesas com Pessoal	10.732,5	13.325,0	13.003,0	7,3	97,2%	97,6%	21,2	7,0%
Bens e Serviços	4.425,1	5.799,0	5.481,6	3,1	83,4%	94,5%	23,9	9,4%
Encargos da Dívida	1.247,8	1.568,0	1.380,0	0,8	97,2%	88,0%	10,6	-1,4%
Transferências Correntes	3.833,0	4.730,1	4.562,3	2,6	95,7%	96,5%	19,0	5,6%
Subsídios às Empresas	221,7	325,0	312,5	0,2	100,0%	96,1%	40,9	24,5%
Outras Despesas Correntes	309,3	866,6	815,2	0,5	51,3%	94,1%	163,6	132,8%
Exercícios Findos	0,0	10,3	3,7	0,0		36,2%		
Despesas de Capital	66,5	112,0	99,0	0,1	47,6%	88,4%	48,9	31,5%
TOTAL	20.835,9	26.735,9	25.657,3	14,5	92,2%	96,0%	23,1	8,9%

As Despesas com o Pessoal tiveram uma realização de 97,6%, ou seja de 13.003 milhões de Mt, tendo-se destinado 12.051 milhões de Mt ao pagamento de Salários e Remunerações e 952 milhões de Mt para Outras Despesas com o Pessoal. Relativamente a 2005 o crescimento em termos nominais foi de 21,2% e de 7,0% em termos reais.

As despesas com Bens e Serviços registaram uma realização de 94,5%, isto é, de 5.482 milhões de Mt, com um crescimento em 23,9% em termos nominais e de 9,4% em termos reais.

Os Encargos da Dívida tiveram a realização de 1.380 milhões de Mt, ou seja 88,0% da dotação orçamental, representando, em relação ao ano anterior, um crescimento em termos nominais de 10,6% e um decréscimo de 1,4% em termos reais.

As Transferências Correntes alcançaram a realização de 96,5%, isto é, 4.562 milhões de Mt, com um crescimento de 19% em termos nominais e 5,6% em termos reais, face a 2005, e repartindo-se em 931 milhões de Mt para Transferências a Administrações Públicas, 183 milhões de Mt para Transferências a Administrações Privadas, 3.351 milhões de Mt para Transferências a Famílias e 98 milhões de Mt para Transferências ao Exterior.

Os Subsídios a Empresas atingiram 313 milhões de Mt, ou seja, uma realização de 96,1% do programado e um crescimento nominal de 40,9% e real de 24,5% em relação a 2005.

A realização das Outras Despesas Correntes foi de 815 milhões de MT, isto é, 94,1% da dotação orçamental, representando, comparativamente a 2005, um crescimento acentuado, de 132,8% em termos reais e 163,6% em termos nominais, em consequência da aplicação dos procedimentos do e-SISTAFE, em que os adiantamentos de fundos se processam mediante a sua prévia classificação económica, e não globalmente por duodécimos e classificados provisoriamente em Bens e Serviços como era a prática anterior.

As despesas relativas a Exercícios Findos atingiram, no período em análise, o montante de 4 milhões de Mt, ou seja, apenas 36,2% da previsão orçamental.

As Despesas em Bens de Capital tiveram a realização de 88,4% da dotação orçamental, isto é, 99 milhões de MT, representando um crescimento em termos nominais de 48,9% e em termos reais, de 31,5%, em relação a 2005

Despesas de Investimento

A execução das Despesas de Investimento, previstas globalmente em 21.787 milhões de Mt, situa-se, provisoriamente, em 18.204 milhões de Mt, isto é, em 83,6% da respectiva dotação orçamental, correspondendo a um crescimento nominal de 13,4% e de 1,9% em termos reais, em relação ao ano anterior, e repartido em 6.556 milhões de Mt (36%) para a componente interna de financiamento e 11.638 milhões de Mt (64%) para a componente externa.

A componente interna de investimento registou uma realização de 100%, correspondendo a uma taxa de crescimento nominal de 23,5% e real de 9,1% relativamente a 2005. A realização da despesa financiada pela componente externa, de 76,5%, é provisória, porquanto decorre ainda a incorporação de informação adicional relativa a despesas cujos fundos não transitam pela Conta Única do Tesouro. Dos dados já processados, totalizando 11.638 milhões de Mt, 7.530 milhões de Mt foram financiados por donativos e 4.108 milhões de Mt por créditos.

DESPESAS DE INVESTIMENTO - 2006					10^6 Mt			
DESPESAS DE INVESTIMENTO	2005	2006		% do PIB	Taxa de Execução		variação	
	CGE	Lei (Dot. Ajust)	Realização		2005	2006	Nom.	Real
Componente Interna	5.316,7	6.566,0	6.566,0	3,7	92,3%	100,0%	23,5	9,1
Componente Externa	10.739,9	15.221,0	11.638,0	6,6	81,1%	76,5%	8,4	-1,6
Donativos	5.882,0	10.395,0	7.530,0	4,2	77,6%	72,4%	28,0	16,3
Creditos	4.857,9	4.826,0	4.108,0	2,3	85,8%	85,1%	-15,4	-23,2
TOTAL	16.056,6	21.787,0	18.204,0	10,3	84,5%	83,6%	13,4	0,1

Os investimentos efectuados foram direccionados e aplicados na construção e reabilitação de infra-estruturas vitais para a melhoria do bem-estar das populações e promoção do crescimento da economia.

Execução da Despesa nos Sectores Prioritários do PARPA

A despesa realizada nos sectores prioritários do PARPA, em 2006, alcançou o montante de 27.134 milhões de M, isto é, 89,9% da dotação orçamental, com um crescimento em termos nominais de 12,7% e um decréscimo em termos reais de 0,6%, em relação a 2005.

DESPESAS NOS SECTORES PRIORITÁRIOS DO PARPA - 2006

Valores em Milhões de MTn	2005	2006		% do PIB	Taxa de Execução		variação 2005/2006	
	CGE	Lei (Ajustada)	Realização		2005	2006	(nominal)	(real)
Despesa total (excluindo juros de dívida)	35,646.0	46,955.0	42,482.5	24.0%	88.4%	90.5%	19.2	6.1%
Total da despesa nos sectores prioritários	24,081.5	30,170.0	27,133.9	15.3%	87.8%	89.9%	12.7	0.6%
Educação	7,267.18	9,405.0	9,132.2	5.2%	92.4%	97.1%	25.7	11.6%
Saúde	4,683.38	6,586.0	5,968.8	3.4%	88.7%	90.6%	27.4	14.2%
Infra-estruturas	6,941.21	7,878.0	6,544.6	3.7%	81.4%	83.1%	-5.7	-15.4%
Agricultura e Desenvolvimento Rural	1,713.76	1,979.0	1,608.4	0.9%	87.4%	81.3%	-6.1	-15.6%
Governança, segurança e sistema judicial	3,138.26	3,857.0	3,473.1	2.0%	92.0%	90.0%	10.7	-2.0%
Outros sectores prioritários	337.77	465.0	406.9	0.2%	87.3%	87.5%	20.5	6.4%

A repartição percentual definitiva da despesa realizada nos sectores prioritários será a que for apurada após a conclusão da incorporação da informação adicional relativa à componente externa do investimento. Até agora, excluindo os Encargos da Dívida, o montante destinado a estes sectores representa 63,9% da despesa total realizada, tendo os sectores da Educação, Saúde e Infra-estruturas absorvido, em conjunto, 21.646 milhões de MTn, isto é, 51% da despesa orçamental total, sendo a repartição parcelar de 21,5%, 14,1% e 15,4%, respectivamente.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESAS NOS SECTORES PRIORITÁRIOS DO PARPA - 200

Valores em Milhões de MTn	2005	2006		variação 2005/2006
	CGE	Lei (Ajustada)	Realização	(pontos percentuais) pp
Como percentagem da despesa total excluindo juros da dívida				
Total da despesa nos sectores prioritários	67,6%	64,3%	63,9%	-3,7
Educação	20,4%	20,0%	21,5%	1,1
Saúde	13,1%	14,0%	14,1%	1,0
Infra-estruturas	19,5%	16,8%	15,4%	-4,1
Agricultura e Desenvolvimento Rural	4,8%	4,2%	3,8%	-1,0
Governança, segurança e sistema judicial	8,8%	8,2%	8,2%	-0,6
Outros sectores prioritários	0,9%	1,0%	1,0%	0,1

Como se depreende do Quadro acima, é sobretudo nos sectores de Infra-estruturas, de Agricultura e Desenvolvimento Rural e de Governança, segurança e sistema judicial que ainda decorre o trabalho de incorporação da informação adicional relativa à componente externa do investimento.

Medidas de Política Implementadas

No âmbito do Controlo da Realização da Despesa

Com vista à progressiva melhoria do controlo da execução da despesa, foram realizadas as seguintes actividades:

- Elaboração e apresentação ao Tribunal Administrativo e à Assembleia da República, dentro do prazo estabelecido por Lei, da Conta Geral do Estado relativa ao exercício económico de 2005, observando-se os novos classificadores orçamentais constantes do Regulamento do SISTAFE;
- Elaboração e divulgação de regras a observar na introdução do Metical da nova família e na actualização dos sistemas informáticos de processamento de salários e pensões, para permitir a dupla indicação dos valores líquidos e a conversão do Metical em circulação para o Metical da nova família, tanto pelas instituições do Estado como pelas empresas;
- Integração, no Sistema de Processamento de Vencimentos, das folhas manuais de salários, anteriormente processadas a nível dos sectores;
- Implantação do e-SISTAFE em 12 Órgãos e Instituições do Estado e a execução directa do Orçamento de Estado em ambiente e-SISTAFE, bem como da implementação da programação financeira;

Fiscalidade

No domínio da fiscalidade, foram levadas a cabo as seguintes acções:

- Operacionalização da DGI e início da da ATM, a par da realização de acções de formação e capacitação dos funcionários da Administração Tributária em matérias relevantes para o funcionamento da ATM;
- Conclusão do estudo sobre o redimensionamento das áreas fiscais, a criação de novas áreas fiscais e a extensão do Serviço de Informação ao Contribuinte;
- Prosseguimento da implementação dos tribunais fiscais, tendo sido realizadas provas de conhecimento, testes psicotécnicos e entrevistas para os concursos de selecção de juizes e início dos trabalhos preparatórios para a elaboração do Código do Processo Tributário;

Aperfeiçoamento funcional da Administração Tributária, através da:

- informatização de UGC's e DAF's responsáveis pela cobrança de cerca de 95% da receita e continuação do processo de atribuição do Número Único de Identificação Tributária (NUIT). Com efeito, em 2006 foram atribuídos 100.227 novos NUIT's, sendo 96.448 a pessoas singulares e 3.779 a pessoas colectivas;
- Abertura de novos postos de fiscalização, no âmbito do combate ao contrabando, e respectivas acções de capacitação técnica, nas Regiões Sul, Centro e Norte, tendo disso resultado 49 apreensões, destacando-se a apreensão de vários contentores, nomeadamente, com cigarros contrafeitos, óleo alimentar, electrodomésticos e açúcar e tendo sido recuperados

aproximadamente 10 milhões de MTn, e a apreensão de 4 viaturas com matrículas falsas em Nacala e 28 viaturas na Região Centro;

- Consolidação da Rede Nacional das Alfândegas (RENA), em matéria de informática.

Para a implementação do acordo de avaliação de mercadorias, promovido pela Organização Mundial do Comércio, e formação de equipas especializadas, foram formados 106 funcionários em auditoria pós-desembarço; constituídas duas equipas operativas de auditoria pós-desembarço e realizadas auditorias experimentais.

No respeitante à instalação de *scanners*, desencadeou-se: (i) a instalação do primeiro *scanner* no Porto de Maputo; (ii) a formação de mais de 60 funcionários operadores do *scanner*; (iii) a instalação de dois *scanners* no Aeroporto de Maputo em Outubro de 2006, sendo um na sala VIP e outro no balcão de *check-in* de partidas internacionais.

No âmbito da implementação da segunda fase do Porto Seco em Ressano Garcia, realizaram-se encontros de coordenação das partes interessadas a nível nacional, incluindo o Governo da Província de Maputo, de que resultou o entendimento e a adopção de uma plataforma comum de acção. O processo de concessão de terra, reservada para o efeito, encontra-se em estado avançado, tendo-se ainda verificado uma clara manifestação de interesse para o financiamento do projecto por parte de potenciais doadores, nomeadamente, o Banco Mundial, JICA (Agência Japonesa de Desenvolvimento Internacional), DFID (Agência Britânica para o Desenvolvimento Internacional) e USAID (Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional).

Infra-estruturas

Na esfera das infra-estruturas, registaram-se os seguintes desenvolvimentos:

- Concluíram-se as obras de reabilitação do Posto Fronteiriço de Zómbue, em Junho de 2006, e lançou-se, no mesmo mês, o concurso público para a construção do Terminal Rodoviário de Tete, tendo, porém, sido cancelado em Novembro por as propostas apresentadas terem superado a disponibilidade financeira prevista, prevendo-se o lançamento de novo concurso em 2007;
- Início das obras de reabilitação das futuras instalações da Direcção da Área Fiscal de Tete;
- Estão em curso as obras de reabilitação do edifício da delegação Aduaneira de Milange.

Cadastro e Registo do Património do Estado

Procedeu-se ao acompanhamento das diversas instituições do Estado com vista à melhoria do processo de organização do cadastro e inventário do património do Estado, incluindo o preenchimento de fichas e o levantamento e avaliação dos bens,

o que permitiu significativa melhoria na obtenção de dados fiáveis e credíveis para a valoração do património.

No âmbito da gestão patrimonial e com vista à melhoria do processo de cadastro e inventário ao nível provincial, procedeu-se à recolha de informações necessárias à elaboração de inventário do Património do Estado e para avaliação e monitoramento das actividades realizadas ao nível das províncias.

Foram objecto de registo a favor do Estado 202 fogos, o que corresponde a uma média mensal de 16,8 registos, de entre *flats* em propriedade horizontal e vertical e moradias, dos quais 99 localizados na Cidade de Maputo e 103 na Província de Maputo, contra 231 fogos registados no ano transacto. Foram ainda emitidos 3.650 títulos de imóveis.

Das 12 hastas públicas para venda de bens abatidos previstas, foram realizadas 11, ou seja, 91,7% do programado, estando em curso o processo de identificação de espaço(s) para armazenamento de bens abatidos, criação do banco de dados sobre viaturas alienadas e a criação de arquivo moderno para processos de viaturas alienadas.

Coordenação da Reestruturação Empresarial

Deu-se continuidade ao processo de alinhamento da legislação nacional, com as Convenções Internacionais de Kyoto, para a simplificação de procedimentos, tendo sido aprovados, no II Semestre de 2006, os Regulamentos de: (a) Auditoria Pós-Desembaraço; (b) Regime Aduaneiro de Cabotagem Marítima; (c) Selagem de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manipulado; e (d) Lojas Francas.

No âmbito do desarmamento pautal, ocorreu, em Janeiro de 2006, a redução da taxa de 25% para 20% no comércio com os países da SADC. Foi ainda aprovada a redução da taxa de 25% para 20% no comércio com outros países bem como a lei de redução da taxa de direitos aduaneiros por desdobramento pautal a determinados produtos cruciais para a sociedade e economia moçambicana.

Para a implementação dos acordos sobre o comércio preferencial de que Moçambique é signatário, foram emitidos Certificados de Origem para os países da SADC, China, EUA e países da União Europeia. A nível bilateral, foram assinados acordos preferenciais de comércio com Zimbabwe e Malawi. A implementação do acordo com Zimbabwe teve início em 2005 e com Malawi em Julho de 2006, tendo-se efectuado a sua divulgação aos funcionários aduaneiros e aos agentes de comércio nas Regiões Norte, Centro e Sul do País.

Foram ainda acolhidas a missão de diagnóstico da Organização Mundial das Alfândegas sobre a Implementação de Padrões de Segurança e Facilitação do Comércio Global e a missão de diagnóstico da Organização Mundial das Alfândegas para a realização do estudo do tempo de desembaraço aduaneiro.

No respeitante à consolidação dos mecanismos de cooperação e consulta com os países da região sobre informação susceptível de sustentar a evasão fiscal no comércio regional, procedeu-se a: (i) assinatura, pelas Direcções Gerais das Alfândegas de Moçambique e do Malawi, a 4 de Agosto de 2006, dos procedimentos comuns para implementação do acordo comercial preferencial rubricado entre os Governos dos dois países em Dezembro de 2005.; e (ii) discussão da 1ª versão do acordo sobre a matéria com a República de Angola e estabelecimento de contactos com as Alfândegas da China e do Brasil.

Devido ao nível elevado do comércio entre Moçambique e a África do Sul, Malawi e Suazilândia, a troca de informação e assistência recíproca com estes países tem sido frequente.

VII. QUESTÕES TRANSVERSAIS

VII.1 GÉNERO

Durante o ano de 2006 foram desenvolvidas várias acções visando garantir a promoção de igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres, dentre as quais se destacaram as seguintes:

No âmbito da Legislação, Políticas e Planos

- Aprovada a Política de Género e Estratégia de Implementação (PGEI) ao nível do Conselho de Ministros, aguardando-se aprovação pelo Parlamento para posterior regulamentação e divulgação;
- Criadas e consolidadas Unidades de Género em 9 Ministérios: Educação e Cultura, Saúde, Agricultura, Ambiente, Interior, Obras Públicas e Habitação, Defesa, Energia e Recursos Minerais;
- Criadas Unidades de Género em todos os distritos com vista ao aumento de sensibilidade às questões de género no sector da Educação aliada a acções de consciencialização das comunidades para oferecer oportunidades iguais às crianças de ambos os sexos no acesso à educação;
- Implantados Conselhos Técnicos para o Avanço da Mulher em todas as províncias. A título piloto, a província de Tete implantou Conselhos técnicos distritais para o Avanço da Mulher em 3 distritos – Angónia, Moatize e Cabora Bassa;
- Criada a Comissão Preparatória para o estabelecimento da Rede e organizada a 1ª reunião onde foram apresentadas as propostas de Regulamento e Estatutos da Rede e a proposta do calendário de actividades até a realização da Assembleia Constituinte da Rede em 2007; e
- Elaborada a brochura sobre “Orçamento de Estado na Óptica de Género” e distribuída às instituições do Governo, Sociedade Civil e Parceiros de Cooperação.

No âmbito da Divulgação dos Instrumentos Nacionais e Internacionais de defesa dos Direitos Humanos da Mulher

- Produzidas 1.500 brochuras e CD's sobre o Inquérito da Violência contra a Mulher em Moçambique e distribuídas a instituições do Governo, Sociedade Civil e Parceiros de Cooperação;
- Produzidos 500 cartazes sobre a Lei da Família, Violência Doméstica e HIV-SIDA para todas as Direcções Provinciais;
- Realizadas, nas Cidades de Maputo, Chimoio e Tete, debates radiofónicos e televisivos sobre a violência doméstica;
- Criadas 53 novas unidades de atendimento à violência doméstica em todo o País;
- Realizadas 4.023 novas sessões de atendimento, uma redução em 25% face as 5.374 sessões realizadas em 2005;
- Produzidos os materiais didácticos sobre género e saúde destinados aos trabalhadores de saúde ao nível de prestação de serviços; e
- Reiniciado o programa prático de inclusão da abordagem de género nos cuidados de saúde primários nos distritos de Mocuba e Morrumbala.

No âmbito da Capacitação e Sensibilização

Nesta componente foram:

- Capacitadas 150 mulheres das organizações femininas dos distritos da região Centro do país em matéria de Género e Violência
- Realizadas 35 palestras sobre a violência doméstica e papel da mulher nas várias áreas política, económica e social. As palestras tiveram lugar na Província e Cidade de Maputo abrangendo um total de 1958 pessoas de ambos sexos;
- Realizadas, nas províncias de Manica e Zambézia, acções de sensibilização e mobilização de mulheres para aderirem ao associativismo feminino que permita uma melhor organização para o desenvolvimento de micro-projectos de geração de rendimentos.
- Realizados 3 seminários nacionais de sobre abordagem do género nos áreas de Educação e Cultura, Energia e Negócios Estrangeiros e Cooperação

No âmbito da promoção de igualdade de oportunidades entre mulheres e homens

Neste âmbito foi:

- Assegurada a frequência de 566.030 pessoas no primeiro e segundo anos de cursos de alfabetização, das quais 339.473 são mulheres;
- Fixada uma quota de admissão de 50% de mulheres nos centros de formação de professores e Magistérios Primários, tendo sido alcançados cerca de 54%;

- Alcançada a taxa líquida de escolarização das raparigas de 86.3% no Ep1 contra 81,2% observados em 2005; e
- Elevada a participação da rapariga no ensino para:
 - 46,8% a percentagem de raparigas a frequentar o Ep1, contra 46,3% em 2005;
 - 41,9% a percentagem de raparigas a frequentar o EP2, contra 40,8% em 2005;
 - 42,2% a percentagem de raparigas a frequentar o ESG1, contra 41,2% em 2005;
 - 38,9% a percentagem de raparigas a frequentar o ESG2, contra 37,8% em 2005.

VII.2 HIV-SIDA

No âmbito dos esforços visando conter a propagação da pandemia do HIV/SIDA e mitigar os seus efeitos, foram prosseguidas de implementação do Plano Nacional de Combate ao HIV/SIDA (PEN II), tendo as intervenções sido nos seguintes domínios: Prevenção, Advocacia, Estigma e Discriminação, Tratamento, Mitigação do Impacto, Investigação e Coordenação da Resposta.

Em termos de prioridade, as suas acções de Coordenação da Resposta Nacional foram orientadas tendo como referencia as taxas de prevalência, os grupos mais vulnerais, a comunicação, as questões sociais e o impacto criado pelo SIDA nos vários grupos populacionais em todo o País, tendo desenvolvido as seguintes acções:

Prevenção

A prevenção continua a ser uma das apostas do Governo para reduzir o número de novas infecções pelo HIV sendo maior preocupação a protecção dos adolescentes e jovens, e sobretudo aqueles dentro da “Janela de Esperança” através do reforço e expansão, para todo o país, dos programas educativos e de aconselhamento dos jovens e adolescentes, tendo sido:

- Implantados 36 novos SAAJ's elevando para 172 o total de gabinetes existentes em todo o país, o que representa 86% da meta 200 fixada até 2008;
- Expandido o Programa Geração Biz para Sofala e Inhambane, cobrindo actualmente 60 Distritos de 9 Províncias do país, tendo construído 45 cantos de aconselhamento, formado 783 educadores de pares e sensibilizado 456.946 jovens e 368 líderes comunitários;
- Implementado, nas províncias da Sofala, Manica e Zambézia o programa “Meu Futuro é Minha Escola”, tendo formado 325 educadores de pares e graduado 13.739 jovens;
- Expandido, na área de Educação, o programa sobre Saúde Sexual e Reprodutiva para Adolescentes e Jovens para a província de Sofala e foram criadas condições para a sua expansão na província de Nampula e Difundido o programa da rádio “*Mundo Sem Segredos*” e do “*Pacote Básico*” nas províncias da Zambézia, Tete e Cabo Delgado; e

- Integrados, de forma transversal nas respectivas disciplinas, os aspectos relacionados com o HIV/SIDA nos currículos do Ensino Básico.

Advocacia

No âmbito da advocacia visando sensibilizar toda a sociedade moçambicana a mudança de comportamento foram lançadas acções de mobilização das lideranças em todo o país focalizando os níveis provincial, distrital e local, com a finalidade de garantir que os projectos a serem implementados alcancem directamente os beneficiários, e contam com uma maior mobilização comunitária.

Como resultado das acções de advocacia, HIV/SIDA, género e direitos humanos foram:

- Mobilizados cerca de 14.000 líderes comunitários contra a meta inicial de 3000 líderes comunitários, 143 líderes políticos, 500 líderes religiosos e 61 líderes do sector privado;
- Mobilizados, ao mais alto nível, cerca de 125 lideranças e personalidades influentes ao nível provincial; e
- Lançada a Iniciativa Presidencial no combate ao HIV e SIDA por Sua Excelência o Presidente da Republica e sua replica a nível provincial pelos Governadores e a nível distrital pelos Administradores. Nos encontros participaram lideres comunitários, associações de mulheres, associações juvenis, líderes religiosos, líderes do sector privado, membros dos governos e parceiros governamentais a todos os níveis. As principais questões levantadas e discutidas inserem-se nos seguintes pontos:
 - A contribuição dos valores tradicionais e sócio-culturais no combate ao alastramento do HIV e SIDA;
 - O papel dos líderes tradicionais e comunitários na luta contra o HIV e SIDA;
 - A ineficiência das mensagens que muitas vezes não levam em conta a realidade (práticas locais) e a língua locais.

Cuidados e Tratamento

Durante o ano em referência, foram reforçados os serviços de saúde orientados também para as áreas de Prevenção, Cuidados e Tratamento, sobretudo na disponibilização contínua de informação sobre os perigos do HIV/SIDA e infecções oportunistas, complementada pelo aumento da disponibilidade e melhoramento do sistema de distribuição e de utilização do preservativo.

A distribuição de preservativos continuou a ser uma das acções preventivas contra a transmissão de HIV e ITS mais adoptada no país para a população sexualmente activa. Como resultado, foram:

- Distribuídos cerca de 2.700.000 preservativos por projectos suportados pelo CNCS-SE e 21.9 milhões de preservativos vendidos a preços subsidiados pela PSI-Jeito, superando a meta de 23 milhões de preservativos programados;

- Notificados 328.860 casos de infecções de transmissão sexual (ITS) em todo o país dos quais 57.3% dos casos foram registados em mulheres.
- Abertos mais 120 locais perfazendo actualmente 150 locais oferecendo o tratamento ARV e das doenças oportunistas, dos quais 32 oferecem TARV pediátrico, ultrapassando a meta global de 110 locais previstos para 2006;
- Aumentado para 44.100 o número de doentes em TARV dos quais 58% mulheres e 6.11% crianças, contra 27.000 doentes tratados em 2005;
- 10.763 mulheres grávidas seropositivas e 9.284 crianças filhas de mães seropositivas receberam profilaxia ARV;
- Formados 50 pontos focais das Direcções Provinciais e Distritais de Saúde do país e 11 Assistentes da Sociedade Civil dos Núcleos Provinciais de Combate ao HIV e SIDA, pessoal da Sede do CNCS e alguns membros da ANEMO sobre Cuidados Domiciliários.

Mitigação

Nesta área, foram alocados recursos e incentivados os diferentes parceiros a orientarem cada vez mais as suas intervenções no reforço da capacidade de geração de rendimentos, de segurança alimentar, através de sistemas de produção agro-pecuários com culturas de alto valor nutritivo, para garantir adequado e sustentável apoio nutricional as pessoas em situação de maior vulnerabilidade, particularmente as PVHS, órfãos vulneráveis, famílias e comunidades afectadas.

Assim, no âmbito da promoção de acções conducentes ao alívio à pobreza, enquadrada nas medidas de mitigação das consequências do HIV/SIDA, foram:

- Financiados 1.750 subprojectos distribuídos por todas as províncias;
- Apoiadas 62.918 COV's das quais 6.000 crianças em 4.000 famílias substitutas e biológicas beneficiaram dos 3 serviços básicos de saúde, educação e apoio nutricional, incluindo fornecimento de kits de material escolar a cada uma dessas crianças, bem como a promoção de actividades desportivas e recreativas e apoio habitacional;
- Apoiadas 10.000 seropositivos, com vista ao fortalecimento das suas capacidades para a integração social, formação vocacional em diversas matérias para o auto-emprego e apoio habitacional;
- Apoiadas 8.000 famílias em cerca de 200 projectos com esquemas de geração de rendimentos, suportando especificamente PVHS e COV's;
- Prestados cuidados e apoios domiciliários aos infectados e afectados do HIV/SIDA por 1.200 voluntários em todo o país.

Investigação

Nesta área foi realizada a análise dos dados provenientes dos postos sentinela, Ronda de Vigilância Epidemiológica do HIV/SIDA-2004, com vista a melhorar a recolha e tratamento de informação relativa as taxas de prevalência na população moçambicana.

Coordenação da Resposta

Para aumentar a capacidade de coordenação da resposta nacional, foram descentralizados os procedimentos e competências criando mecanismos mais flexíveis de acesso aos recursos disponíveis a todas as províncias, com especial realce aos núcleos provinciais e 80 Distritos considerados estratégicos, mediante reforço de 33 técnicos para os NPCS, sendo três por província, dos quais 2 para a área financeira e 1 para a área programática.

Suporte em gestão programática e financeira às organizações da sociedade civil

- Capacitadas 346 organizações da sociedade civil, o correspondente a 69% das 500 organizações programadas para 2006, em matéria de planificação e monitoria de actividades, incluindo procedimentos gerais de gestão de fundos e procurement, em todo o país, com o apoio dos Núcleos Provinciais de Combate ao HIV-SIDA (NPCS);
- Capacitados 20 técnicos de planificação, monitoria, avaliação e estatísticas sectoriais do Governo Central (MISAU, MIMAS, MJD, INE e Faculdade de Medicina) e multilaterais (UNICEF, UNAIDS, OMS, USAID e PNUD), com maior enfoque na gestão de indicadores, monitoria de projectos e de acções pesquisas na área do HIV/SIDA;
- Capacitados todos os NPCS e da CAP (Comissão de Avaliação Provincial) em questões de monitoria e avaliação, análise e enquadramento dos subprojectos tendo em conta a realidade local, prioridade e cobertura geográfica; e
- Formados 159 gestores financeiros, dos quais 118 credenciados para acompanhar a elaboração e orçamentação de projectos, bem como para fornecer uma assistência técnica às organizações baseadas na comunidade (níveis abaixo dos postos administrativos), o que contribui para (i) a melhoria da qualidade dos orçamentos apresentados aos NPCS, e por consequência, no (ii) maior número de aprovações e (iii) a melhoria do processo de justificação de contas

Suporte programático e financeiro ao sector público e privado

Neste âmbito, foram Mobilizadas todas as instituições do sector público central, e provincial, incluindo instituições subordinadas, grandes empresas públicas de maior cobertura geográfica e populacional e instituições de ensino superior a produzirem os seus planos operacionais de combate ao HIV-SIDA no sector. Estas instituições foram capacitadas em matérias ligadas ao HIV e SIDA e sua integração nos planos sectoriais. Como resultado:

- Em implementação, ao nível central 30 planos de combate ao HIV-SIDA, dos quais 21 em Ministérios, 5 em universidades públicas (UEM e UP) e privadas (ISPU e ISCTEM).

Para além das acções de sensibilização na maioria dos sectores, sobretudo nos sectores incluindo, no caso da Agricultura, a sensibilização dos funcionários para os testes de seroprevalência e treinamento de 435 produtores sobre prevenção e mitigação de HIV/SIDA, há particular destaque para:

- Apoio nutricional aos funcionários infectados e suas famílias no sector dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e Ambiente;
- Apoio directo às viúvas e órfãos de funcionários, incluindo a assistência médica e medicamentosa, no sector da Ordem Pública;
- Em implementação nas Províncias de Maputo Província, Sofala e Cidade de Maputo, na área do Trabalho, o Projecto sobre Mobilização de Cooperativas, Organizações de Base Comunitária e Pequenas e Médias Empresas na luta contra o HIV/SIDA no local de trabalho com enfoque para o sector informal;
- Entrada em funcionamento, na área da Defesa, do Hospital de Dia de Nampula e do GATV de Tete e formação do respectivo pessoal clínico (04 enfermeiros e 04 médicos) para Tratamento com Anti-Retrovirais (TARV) nos estabelecimentos de saúde militar, 06 Conselheiros Militares os GATV's de Chimoio e Metangula, 22 formadores de educadores de pares e cinquenta e cinco (55) educadores de pares;
- Em implementação, ao nível provincial de 70 planos de combate ao HIV e SIDA nas direcções provinciais e instituições tuteladas na sua maioria em Maputo Província (32), Niassa (13) e Cabo Delgado (12), incluindo 2 Administrações Distritais em Manica;
- Aprovados ao nível provincial 544 projectos, na sua maioria em Gaza (119), Tete (108) e Sofala (88);
- Financiados 677 projectos ao nível provincial, na sua maioria na Zambézia (148), Sofala (122), Maputo Prov (121), conforme mostra o quadro;
- Financiados 49 subprojectos do sector privado em matéria de HIV e SIDA visando a integração das questões de HIV e SIDA nos planos das empresas.

Tabela: Estágio de integração do HIV/SIDA nos planos sectoriais e territoriais (2006)

	Planos iniciado s	Planos Concluído s	Planos em implementaçã o	Projectos aprovados	Projectos financiado s
Total Instituições Centrais	25	24	30		
Ministérios	25	21	21	na	na
Instituições Tuteladas		3	3	na	na
Universidades Publicas			3	na	na
Universidade Privadas			2	na	na
Assembleia da Republica			1	na	na
Total Instituições Provinciais	64	127	70	544	677
Niassa	0	13	13	65	13
Cabo Delgado	23	na	12	72	79

Nampula	si	si	si	si	si
Zambézia	8	13	0	na	148
Tete	0	0	0	108	42
Manica	na	na	3	na	72
Sofala	0	27	na	88	122
Inhambane	12	12	2	0	30
Gaza	0	40	8	119	na
Maputo Província	21	9	32	0	121
Cidade de Maputo	0	13	0	92	50

VII.3 MEIO AMBIENTE

De modo a garantir a integração do ambiente nos diversos sectores e áreas de actividade foram realizadas as seguintes actividades:

- Finalizado o 1º Compendio de Estatística Ambiental em Mocambique;
- Iniciada a elaboração do 2º Relatório Nacional sobre a Integração da Agenda Ambiental nos Governos Central, Provincial, Distrital, Municipal, Sector Privado e Sociedade Civil
- Estão em curso Projectos demonstrativos, que asseguram a ligação entre ambiente e pobreza na Maganja da Costa, Nicoadala, Gurue, Madal e Marromeu;
- Realizadas 62 inspeções, sendo 28 em Maputo, 6 em Gaza, 7 em Manica, 8 em Tete, 1 na Zambézia, 4 em Cabo-Delgado entre outros locais.

Gestão dos recursos naturais

Nesta componente destacam-se as seguintes acções:

- Emitidas no país cerca de 3.306 licenças para exploração florestal de espécies nativas, contra as 3.123 licenças emitidas no mesmo período de 2005, na sua maioria para corte de carvão (1.424) licenças para exploração de madeira em toros (1.250), e as restantes para lenha (349), estacas (145 para) e licenças para exploração de bambú (109);
- A semelhança de 2005, em 2006, as províncias de Sofala (30%), Zambézia (21%) e Cabo Delgado (18%) foram as que registaram os maiores volumes licenciados de madeira em toros; as licenças de carvão estiveram concentradas em Sofala (34%), Gaza (31%), e Maputo (13%) enquanto as de lenha foram maioritariamente concentradas em Maputo (24%), Gaza (16%) e Tete (16%). A exploração de lenha e carvão destina-se ao consumo dos grandes centros, com destaque para a Cidade de Maputo;
- Registados no País 3.017 processos de DUAT, na sua maioria em Maputo (55.7%), Gaza (8.4%) e Inhambane (7.3%) correspondente a uma área total de 1.083.017.10 ha tendo sido diferidos 2.151 processos correspondentes a uma área de cerca de 407.297.77 ha. Contudo há muitos sujeitos da DUAT que não usam e nem aproveitam

a terra segundo o seu plano de exploração apresentado aquando da autorização do seu pedido;

- Feitas 552 consultas comunitárias no processo de pedido de DUAT e 5 delimitações comunitárias no processo de consultas às comunidades;
- Tramitados 17 planos de manejo dos quais 5 foram aprovados e 12 devolvidos por não reunirem as condições técnicas;
- Entregues os 20% das receitas definidos por Lei para 12 comunidades locais da Reserva Especial de Maputo, distrito de Matutuine e do Parque Nacional de Bazaruto, como benefício para as comunidades locais residentes em áreas de conservação e turismo e aberta conta comunitária para os 7 comités identificados na Coutada Oficial Nº 9; e
- Introduzidas duas espécies de cultura de micro-algas, feita a manutenção, renovação e limpeza periódica do stock

Redução do impacto ambiental das actividades sócio-económicas

Neesta área destacam-se as seguintes:

- Recolhidos e armazenados para posterior exportação 261,5 Toneladas de pesticidas obsoletos recolhidos em todo o país.
- Revisto, na área das Pescas, o Plano Nacional de Controle de Resíduos (PNCR) e enviados amostras para laboratórios de Portugal e da África do Sul para análise da presença e concentração de metais pesados, pesticidas e resíduos veterinários;
- Realizada análise da relação das condições ambientais e a pescaria de camarão no Banco de Sofala;
- Prosseguida a expansão do abastecimento de água às zonas rurais, com a construção/reabilitação de furos e poços protegidos e pequenos sistemas de abastecimento de água para as vilas e sedes dos distritos e saneamento rural, incluindo nas escolas da Província da Zambézia com a construção de latrina melhoradas, visando reduzir a ocorrência de doenças causadas pelo deficiente saneamento e consumo de água não potável pelas populações;
- Expandido o fornecimento de energia eléctrica para 61.872 novos consumidores domésticos, 5.786 consumidores beneficiaram de energia eléctrica através de grupos geradores; e 813 consumidores beneficiaram de energia eléctrica através de centrais a gás natural;
- Treinados operadores artesanais em Munhena na província de Manica, em técnicas de processamento do ouro fora dos leitos dos rios e tendo sido construídos localmente equipamentos para a utilização do mercúrio em circuito fechado sem afectar o ambiente;
- Realizada a assistência técnicas em Manica, Tete, Zambézia e Nampula através da colocação de técnicos nos distritos bem como a monitoria da actividade mineira e gestão ambiental;

- Em curso o Estudo do Impacto Ambiental na Bacia do Rovuma com vista a aquisição de cerca de 3000 Km de dados sísmicos bidimensionais e o reprocessamento de cerca de 1.500 Km de dados sísmicos bidimensionais pelo consórcio Norsk Hydro/ENH;
- Recrutados administradores para as Reservas Nacionais de Maputo e Chimanimane e Parque Nacional de Banhine, e aberto concurso para recrutamento para aqueles de 48 fiscais, um ecologista, um oficial de ligação comunitária, e um oficial de fiscalização para cada área, no âmbito do reforço das medidas de controlo das actividades turísticas nas áreas de conservação, nomeadamente, Parques Nacionais e Reservas;
- Elaborada no âmbito da Saúde ambiental a Estratégia sobre a Água e Saneamento; o Plano Nacional de Contingência para a gripe das aves, os documentos normativos para as fronteiras, incluindo a formação do pessoal em todas as Províncias;
- Realizadas no âmbito da saúde pública, inspecções a empresas do ramo alimentar incluindo as de engarrafamento de águas, tendo sido interrompidas as actividades de algumas empresas que não observam as condições higiénicas e sanitárias mínimas;
- Realizado, em conjunto com o sector do Ambiente, a remoção de insecticidas obsoletos armazenados no Centro de Abastecimento do Ministério da Saúde;
- Foram atendidas 8 denúncias, sendo 3 na Cidade de Maputo e 5 na Província de Maputo. Destas, uma culminou com a paralização da linha de destilação de aguardentes por estar a degradar o meio ambiente e constituir um atentado à saúde pública.

VII.4 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO

As acções realizadas foram orientadas com vista a garantir segurança alimentar e melhorar o estado nutricional da população, tendo as acções sido focalizadas nas 3 principais dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), nomeadamente, disponibilidade, acesso e utilização dos alimentos.

Disponibilidade de Alimentos

Devido à seca e à estiagem que assolaram o país em 2005, em Outubro do mesmo ano, cerca de 800 mil pessoas estavam em situação de extrema insegurança alimentar e nutricional, e, necessitando de assistência humanitária imediata e programas de mitigação mais prolongados.

Já em Fevereiro de 2006 a situação tendia a melhorar, embora ainda com casos de atenção especial e urgente nas zonas costeiras das províncias de Cabo Delgado, Nampula, sul de Tete e interior de Gaza, onde se observou ocorrência tardia das precipitações mas com distribuição regular e acesso limitado a alimentos agravado essencialmente pelo deficiente funcionamento dos mercados nacionais.

Em Maio, foram confirmadas as melhorias da segurança alimentar e nutricional dos agregados familiares, embora com possibilidade de eclosão de algumas bolsas a partir de Setembro de 2006, devido ao esgotamento das reservas de alimentos. Assim, em Outubro

de 2006, a situação de Segurança Alimentar e Nutricional no país era estável, contudo, cerca de 240.000 pessoas se encontravam em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Crónica prevendo-se que este cenário prevaleça até Março de 2007.

Para a redução do número de pessoas em estado de vulnerabilidade, contribuiu em grande parte a disponibilidade de alimentos assegurada pelos elevados níveis de produção agrícola e pecuária observados na campanha 2005/06 e a contribuição dos produtos pesqueiros. Com efeito foram:

- Produzidos 2.1 milhões de toneladas, de cereais na campanha agrícola 2005/06, um crescimento de 10% face aos 1,9 milhões de toneladas produzidos em 2004/05. A produção de mandioca atingiu 7,6 milhões de toneladas, e das leguminosas cerca de 365.000 toneladas, o que representa um aumento de 14% e 9.6%, respectivamente, face a 2004/05.
- Alcançada na Pecuária, a cifra global de 1,512,000 cabeças de gado bovino, ultrapassando os níveis alcançados pelo país na década de 80.
- Produzidas 13. 514,4 toneladas de carnes bovina, suína e de frango, representando um incremento de 17,5% face as 11.514,8 toneladas produzidas em 2005. Foram ainda produzidos 1 250 440 litros de leite e 1 865 394 dúzias de ovos de consumo, o que representa uma redução de 11.4% no leite e aumento de 5% no volume de ovos produzidos em 2005.
- Produzidas nas Pescas, 91,713 toneladas de pescado, das quais 62,501 toneladas (68%) de Pesca Artesanal e 27,916 toneladas (32%) da Pesca Industrial e semi-industrial contra 84,845 toneladas produzidas em 2005, representando um aumento da disponibilidade de alimentos pesqueiros de cerca de 6 mil toneladas, onde o sector artesanal contribuiu com um adicional de 4,700 toneladas em relação aos níveis de 2005.

Acesso

Até Outubro de 2006, a maioria dos agregados familiares continuam a ter acesso adequado aos alimentos uma vez que os principais mercados se encontravam bem abastecidos o que demonstra uma relativa estabilidade em termos de oferta. Por outro lado, os preços, de um modo geral se mantiveram estáveis. Entretanto, as reservas alimentares tendem a reduzir ao nível dos agregados familiares.

Quanto ao milho a campanha agrícola 2005/06 foi melhor que a anterior o que proporcionou disponibilidade até Dezembro e ligeiras variações de preços, com excepção do 1º quadrimestre em que geralmente os preços são mais elevados, devido a sazonalidade da produção.

A partir de Agosto de 2006, os preços do milho eram mais baixos que a média dos preços praticados o ano passado, o que indica que prevalece uma boa dinâmica entre a procura e a oferta dos produtos agrícolas, contribuindo para este equilíbrio a redução do escoamento dos produtos nacionais para os países vizinhos, pois estes também produziram excedentes.

Contudo, há ainda a necessidade de melhorar o funcionamento dos mercados de modo a assegurar a integração entre as zonas deficitárias (Regiões Sul e partes do Centro) e

excedentárias (Região Norte e partes do Centro), para estimular o funcionamento da rede comercial formal.

Em relação aos outros produtos de consumo, os preços registaram ligeiras variações com tendências crescente ao longo do ano. Contudo, é de referir que ao contrário dos anos anteriores a maior parte dos produtos não registou subidas no mês de Dezembro com excepção de açúcar, farinha de trigo na Zona Sul, açúcar e milho na Zona Centro e açúcar, farinha de trigo, milho e óleo alimentar na Zona Norte do país que registaram ligeiras subidas.

Utilização de alimentos

Segundo os dados de análise de vulnerabilidade à Insegurança Alimentar e Nutricional, entre Outubro de 2005 e Outubro de 2006, a situação nutricional registou melhorias tendo atingido desde Maio de 2006 níveis aceitáveis devido essencialmente à maior disponibilidades e acesso aos alimentos ao nível dos agregados familiares, possibilitando a existência de uma dieta alimentar equilibrada.

Como corolário das melhorias assinaladas, nas regiões Sul e Centro houve aumento do número médio de refeições consumidas pelos agregados familiares passando-se de uma refeição em Outubro de 2005 para 2 a 3 em Outubro de 2006. No entanto, a região norte registou uma redução do número médio de refeições diárias de duas para uma.

Os indicadores de vigilância nutricional, confirmam esses progressos, tendo os níveis de desnutrição aguda melhorado na maioria dos distritos, em Outubro de 2006, tendo o Índice de Crescimento Insuficiente nas crianças menores de 5 anos atingido níveis considerados normal (5.6%), longe do limite de alarme (16-30%), comparativamente a Dezembro de 2005, onde foram esta atingiu valores relativamente superiores nas províncias da Zambézia (17%), Sofala (9%) e Nampula (8%).

A desnutrição crónica também melhorou significativamente, pois, o Baixo Peso a Nascimento (BPN), registou uma redução para níveis inferiores a 7%, o limite considerado de gravidade, contrariamente as taxas registadas em Dezembro em todo país excepto Gaza e Manica (6%), com picos em Cabo Delgado (16%) e Sofala (12%). Assim, em Agosto de 2006 apenas alguns distritos das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia e Gaza e Inhambane apresentavam níveis ainda preocupantes.

Contribui, em parte, para as melhorias no estado nutricional da população, o aumento do consumo de água potável, fruto do aumento da cobertura no abastecimento de água para a população, sobretudo rural, com reabilitação/construção de fontes de água.

A situação poderia ter sido melhor não fosse a ocorrência de doenças endémicas, concretamente o registo de 5.923.857 casos de malária com maior incidência em Nampula (112.4116) e Gaza (874.302) contra os 5.896.411 registados em 2005; 654.115 casos de diarreias contra 622.147 em 2005; de 5.559 casos de cólera nas províncias de Sofala (2.761), Nampula (1.984) Zambézia (751) e Manica (63) contrariamente aos 2079 notificados em 2005; de 26.873 novos casos de tuberculose contra apenas 3.378 registados em 2005 e; 10.860 casos de SIDA terá afectado o estado nutricional da população.

Assistência alimentar, nutricional e protecção social

Com vista a minimizar as carências alimentares e deficiências nutricionais, foram:

- Assistidos cerca de 156.883 pessoas beneficiárias do subsídio de alimentos, apoio social directo, geração de rendimentos, desenvolvimento comunitário e benefício social pelo trabalho;
- Abrangidas cerca de 80% das pessoas vulneráveis em apoio alimentar canalizado através dos programas como “Comida pelo Trabalho”, Assistência Geral aos Vulneráveis e Rede de Segurança Comunitária;
- Realizados todo o país, programas de reabilitação nutricional para as crianças malnutridas e mulheres grávidas desnutridas;
- Formados 1.663 formadores em 297 Unidades Sanitárias, sobre o Pacote Nutricional Básico tanto a nível central como provincial;
- Formados formadores e Agentes Comunitários de Saúde sobre o programa de expansão estratégia de suplementação da vitamina A na comunidade em todas as províncias.

VII.5 CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Durante o período em análise, foram prosseguidas acções visando a promoção da investigação, inovação e uso das TICs e sua utilização, por todos os sectores da sociedade como instrumento dinamizador do desenvolvimento sócio-económico e de combate à pobreza, sobretudo nas comunidades rurais.

Nestes termos, durante o período em análise, foram realizadas ao nível sectorial as seguintes actividades:

- Desenvolvidas aplicações do Sistema de Registo Electrónico de Terras e sua emigração do Stand-Alone (LAHS) para Web (LIMS/Terras), beneficiando diferentes instituições/áreas, nomeadamente, Minas, Registo Predial, Identificação Civil, Impostos e Auditorias;
- Iniciados contactos para o desenvolvimento e implementação de aplicações específicas para as entidades que superintendem nas áreas de solos, florestas e fauna bravia, águas, minas, turismo, registo predial, para utilização do sistema de registo electrónico de terras no exercício das suas actividades quotidianas;
- Concluído o processo de concepção do Portal do Turismo que irá garantir a cobertura e maior abrangência do produto turístico comercializável dentro do país;
- Concluído o desenho do Modelo Conceptual do SIMAR e iniciado o desenho da base de dados para pesca a linha na Baía de Maputo, no âmbito do desenvolvimento do sistema informático;
- Produzidos e comercializados 1.435 fogões melhorados sendo 1.000 na Província de maputo (Marracuene e Magude) e 435 na Cidade da Beira;
- Distribuídos gratuitamente em Magude, 50 fogões melhorados portáteis para sensibilização das populações na poupança de energia e renda familiar;

- Construídos 160 fornos melhorados, incluindo um forno com capacidade de produção de 650 peças cerâmicas na Cidade da Beira e formados 160 carvoeiros em Nhamatanda-sede, Nhamatanda-Mocumbezi, Dondo-sede e Dondo-Savana;
- Electrificados, com painéis solares, 100 escolas e 100 centros de saúde rurais, repartidos equitativamente (50%), entre as Províncias de Nampula e Zambézia no âmbito da utilização de Energias Renováveis;
- Identificados os potenciais criadores de gado e seleccionados 4 a beneficiarem dos 4 bio-digestores experimentais no Distrito de Magude, no âmbito da introdução de Tecnologia de Biogás;
- Adquirido, no domínio da Meteorologia, um sistema automático de produção e disseminação de previsões meteorológicas para os utilizadores, incluindo a utilização da Internet e Tecnologia via satélite em Govuro e Pebane no âmbito do projecto 'RANET';
- Instalado o equipamento para exploração do sistema de acesso telefónico sem fio na Cidade de Maputo, na província de Maputo, em Xai-xai, Inhambane, Nampula e Pemba bem como nos Municípios da Maxixe e Vilankulo e implementada a segunda fase do sistema VSAT apenas nos distritos de Funhalouro (Inhambane) e Moma (Nampula);
- Realizado o estudo sobre mecanismos eficazes de divulgação dos resultados da pesquisa na área da saúde, incluindo a utilização da página WEB do sector;
- Em curso, no âmbito da valorização das Plantas Medicinais e Medicina Tradicional, o estudo fitoquímico para a determinação quantitativa de artemisinina presente nas folhas de *Artemisia annua* híbrida cultivada no País;
- Instalado o Laboratório de Microbiologia no âmbito do ensaio clínico do produto cubano candidato à vacina da cólera; e
- Iniciado o estudo aquícola e hidro-biológico da Baía de Pemba e divulgados dos resultados da monitorização junto às comunidades de pescadores ao nível das províncias de Sofala, Niassa, Zambézia e Nampula.

VII.6 DESENVOLVIMENTO RURAL

Desenvolvimento Rural

De modo a assegurar que as políticas e programas nacionais assumam uma natureza explicitamente pró-rural, com vista a gerar mudanças no actual padrão de acumulação de capital na economia nacional, em 2007 será iniciada a implementação da Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), orientada para: (i) aumento da competitividade na economia rural; (ii) gestão sustentável dos recursos naturais e ambiente; (iii) diversificação e coesão do capital social; (iv) capital humano e tecnologia; (v) eficácia institucional e governação.

Competitividade e a acumulação da economia rural

Com vista ao aumento da competitividade e da acumulação da economia rural, como passo fundamental para a redução da pobreza rural, bem como para o aumento da sua contribuição no crescimento da economia nacional foi:

- Lançada a Agência de Desenvolvimento Local (ADEL) de Gaza, elevando para 6 o número de ADELs existentes no país.
- Apoiado, em parceria com os respectivos Governos provinciais, o funcionamento das Agências de Desenvolvimento Económico Local (ADELs) já constituídas (Maputo, Sofala, Manica, Zambézia e Nampula) e preparação das condições para a criação das ADELs em Inhambane, Tete e Cabo Delgado
- Implementado o Programa de Apoio aos Mercados Agrícolas (PAMA) em Montepuez, Balama, Namuno, Chiure e Ancuabe (Cabo Delgado); Cuamba, Maua (Niassa); e Boane, Moamba e Magude (Maputo), e como resultado foram:
 - Treinados 6.116 produtores agrícolas, dos quais 1.464 mulheres nas províncias de Niassa (1.865), Cabo Delgado (3.418) e Maputo (833) e 62 comerciantes rurais das províncias de Niassa (35) e Cabo Delgado (27);
 - Alfabetizados 3.765 produtores agrícolas, dos quais 1.615 mulheres nas províncias de Niassa (1.327) e Cabo Delgado (2.438);
 - Disseminados 178 programas de informação sobre mercados em Niassa (48) e Cabo Delgado (130) e lançado de um concurso para construção de 114 km de estrada em Niassa;
- Iniciada a disseminação em todo o país da Lei das Associações Agro-Pecuárias (Lei nº 2/2006) através do programa radiofónico difundido nas línguas Portuguesa, Changana/Tsonga, Ndau, Sena, Makwa e Ajaua;
- Relançada a iniciativa de comunicação em prol do desenvolvimento rural inserida no Programa de Rede Rural de Rádio e Televisão (RRRTV), incidindo em 20 vilas e cidades rurais distribuídas pelas nove províncias exceptuando a Cidade e província de Maputo, numa altura em que já foram instaladas 10 estações nos distritos de Vilanculos, Marromeu, Chimoio, Chiúre, Angónia, Namialo, Mueda, Mandimba, Marrupa e Ribaué.

Actividade financeira rural

Nos esforços visando aumentar o acesso ao crédito pelos produtores rurais, elemento essencial para dinamização e fortalecimento das diversas actividades produtivas rurais, foi:

- Criada formalmente e instalada a Unidade de Apoio a Políticas de Finanças Rurais no âmbito do Programa de Apoio a Finanças Rurais (PAFR);
- Realizados três seminários regionais de divulgação do PAFR na Zambézia (Zona Centro); Nampula (Zona Norte) e Inhambane (Zona Sul);
- Iniciada a implementação do Projecto de Desenvolvimento de Pequenos Produtores Orientado para o Mercado nas Províncias da Zambézia e Tete, tendo sido contratado o pessoal técnico, incluindo o apoio dos governos locais em dois dois extensionistas para cada um dos postos administrativos dos distritos abrangidos pelo projecto;
- Apoiados 41 intervenientes da comercialização agrícola sendo 30 da Província de Tete financiados pela GAPI e os restantes 11 intervenientes operam na Província de Niassa e foram financiados pelo Projecto Malonda;

- Financiados 29 projectos com os fundos do FARE, dentre eles 28 cantinas rurais e 1 carpintaria a Província de Manica;
- Aprovada uma linha de crédito no valor no valor de 2,0 Milhões de Dólares Americanos financiar o relançamento da produção do arroz no Chókwé na campanha agrícola 2006/2007;
- Consolidado o sistema de crédito aos agricultores e desenvolvimento agrícola no regadio de Xai-Xai; e
- Realizadas desde Outubro de 2004 118 operações de crédito, sendo 24 em Maputo, 58 em Gaza, 9 em Inhambane, 16 em Manica, 7 em Sofala, 2 em Tete e 2 na Zambézia, no âmbito do Programa de Relançamento do Sector Privado afectado pelas cheias do ano 2000 e 2001

Produção, infra-estruturas sociais e produtivas

No âmbito da produção foram:

- Distribuídas 782 Juntas de bois em C. Delgado, Zambézia, Sofala e Maputo e 178 Charruas em Zambézia, Sofala e Maputo; 1.253 bovinos em C. Delgado, Zambézia, Gaza e Maputo, beneficiando 53 associações e 337 famílias; 28 carroças, beneficiando 26 Associações;
- Iniciada a formulação em articulação com as Administrações Distritais de Magude, Xai-Xai, Zavala, Inharrime e Homoine, dos projectos de Desenvolvimento Integrado da Mulher Rural tendo já sido realizados diagnósticos em Magude, Xai-Xai, Chókwé e Zavala;
- Realizado o seminário de avaliação final do Projecto de Desenvolvimento Agrário do Niassa (PDAN) com a participação dos governos distritais de Lichinga e Sanga, incluindo a criação do respectivo banco de dados e documentação sobre as realizações e boas práticas do projecto tendo em vista que outros programas futuros; e
- Lançado o Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Rural da Zambézia, confinado ao distrito de Mocuba e outros distritos adjacentes, no âmbito do apoio finlandês à agricultura e desenvolvimento rural na Zambézia

Na componente de Infra-estruturas sociais e produtivas foram:

- Construídos e/ou reabilitados cerca de 2.546 ha de regadio, correspondendo a um crescimento de 2% em relação aos 2.500 hectares do ano anterior;
- Concluída a reabilitação da infra-estrutura civil da barragem incluindo a montagem de comportas, incrementando a capacidade de armazenamento da barragem em cerca de 30% adicionais, estando em curso a fase do teste do primeiro enchimento;
- Assinado o memorando de intenções para financiamento da barragem de Moamba Major no Rio Incomáti, e estabelecido o respectivo grupo de trabalho;
- Construídas 81 fontes de água em Nampula (50) e Sofala (31);

- Reabilitados 228 Km de estradas sendo 36 km em Nampula, 50 km na Zambézia em 77 km em Sofala e manutenção de 65 km de estrada em Nampula;
- Concluída a construção de 5 escolas em Nampula, 2 na Zambézia e 1 em Sofala;
- Construídas oito (8) centros de demonstração em procedimentos de pescado nas províncias de Nampula e Cabo Delgado;
- Iniciada a formulação em articulação com a Administração Distrital de Macia, do projecto de Promoção de Infra-estruturas e Empresariado Rurais tendo sido realizadas visitas de diagnóstico ao distrito da Macia, Província de Gaza;
- Construídas 328 celeiros melhorados nas províncias de Niassa, Nampula, Zambézia, Sofala e Maputo; 9 silos e construído 1 mercado em Nhamatanda e em construção 1 em Gorongosa;
- Construídos 3.340 tanques piscícolas nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Gaza e Maputo e 9 capoeiras melhoradas e incorporadas dentro dos tanques piscícolas em Manica;
- Lançado concurso para construção de bancas de fruta com capacidade para 40 vendedores e um sanitário público no Município da Manhiça e outras com a mesma capacidade e um sanitário público para a Praia de Bilene; e
- Lançado o concurso público para construção de um Motel no Distrito de Caia, com capacidade para 40 camas simples, um restaurante e serviços administrativos completos.

Acesso a Inovação e Tecnologia

Para garantir a transferência de tecnologias e inovação para o desenvolvimento das zonas rurais, destacam-se as seguintes acções:

- Expandidos os serviços de telefonia móvel para os distritos de Angoche (Nampula), Cuamba (Niassa), Guruè (Zambézia) e Malema (Nampula) e ao longo dos troços Inhassoro–Save; Inchope–Muxúngue; Dondo–Caia; Caia–Namacurra; e Namacurra–Mocuba;
- Lançado o concurso para a reabilitação das instalações incubadora de Chokwé, a localizar se em Nwaxincoloane, no posto administrativo de Lionde;
- Implementado o Projecto de construção baixo custo em Boane, tendo sido testados blocos e matérias de construção de baixo custo; e Criados 3 Centros Regionais de Ciência e Tecnologia (CRCT's) nas regiões Sul (Gaza), Centro (Tete) e Norte (Nampula)

Coordenação, supervisão e apoio institucional

Devido a sua dimensão multi-sectorial, o processo de desenvolvimento rural privilegia a harmonização das políticas e programas sectoriais, a coordenação e apoio inter-sectorial e inter-institucional com vista à implementação com sucesso da Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), tendo sido:

- Concluída a elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) e da Estratégia Nacional de Micro-Finanças e dos respectivos pareceres técnicos;
- Realizada capacitação piloto da Equipa Técnica Distrital de Planificação, realizada na província de Inhambane (distrito da Massinga); e
- Iniciada a formulação da Política Nacional de Descentralização e do Programa Nacional Único de Planificação e Finanças Descentralizadas);

VII.7 REDUÇÃO DO IMPACTO DAS CALAMIDADES

Gestão de Calamidades

O Governo prosseguiu com os esforços visando reduzir o impacto negativo das calamidades naturais sobre a economia nacional e nível de vida da população, tendo apostado na Prevenção, Redução da vulnerabilidade e envolvimento dos vários níveis do Governo, das comunidades e da sociedade civil no combate as calamidades naturais.

No âmbito de prevenção e aviso prévio

O ano de 2006 iniciou com uma previsão da época chuvosa, indicando, para o período de Janeiro-Março, chuvas acima do normal para a Região Norte; chuvas variando do normal a acima do normal na Região Centro e chuvas normais com tendência para abaixo do normal na Região Sul.

Na Agricultura, estas previsões indicavam que a campanha agrícola 2005/6, poderia ser relativamente boa em comparação com 2004/5 atendendo à melhoria da distribuição da precipitação no período Janeiro a Março de 2006, durante o qual previa-se altas probabilidades de satisfação das necessidades hídricas das culturas, principalmente na zonas Centro e Norte do país.

Embora as estimativas da produção agrícola em 2005/6, indicam um crescimento de 6% de cereais, 4% de leguminosas e 5% da mandioca, devido a seca e estiagem de 2005, estimava-se 801.000 pessoas necessitando da ajuda alimentar em todo o País até Março, correspondendo a necessidades alimentares avaliadas em cerca de 83.000 toneladas de produtos alimentares. De uma forma geral, até Março de 2007, o país teria um stocks médio de cereais de cerca de 237.000 toneladas que se mostra superior em 31.000 toneladas comparativamente ao período passado, embora com défice na zona Sul e excentes na zona Norte do país.

De referir que em Fevereiro foi registado um abalo sísmico que teve o epicentro na província central de Manica e atingiu a magnitude 7,5 graus, trazendo os sismos e tsunamis para a agenda nacional de gestão de calamidades.

Ao terminar o ano, para o período de Outubro-Dezembro de 2006, as previsões indicavam para a Região Norte, a ocorrência de chuvas variando do normal a abaixo do normal; chuvas variando do normal a acima do normal para as províncias da Zambézia e norte de Tete e para as restantes partes das regiões Centro e Sul, a ocorrência de chuvas normais com tendências para abaixo do normal. Nesta altura, número de necessitados havia reduzido para 240 mil pessoas na condição de Insegurança Alimentar e Nutricional crónica, devido essencialmente ao esgotamento precoce das reservas alimentares nos agregados familiares.

Resposta

Com esta previsão e o cenário descrito, dentre várias acções foram:

- Recomendados Governos provinciais das zonas Norte e Centro, condiredas de maior risco de cheias e inundações a activar atempadamente os mecanismos de alerta e avisos do risco de inundações e cheias;
- Instadas as Administrações Regionais de Águas a operar as barragens com a devida prudência visando assegurar que exista capacidade para encaixar as ondas de cheias minimizando-se desta forma os impactos a jusante das barragens;
- Implementada a fase piloto de comunicação via telefone celular para transmissão de dados em cerca de nove estações hidrométricas;
- Estabelecida a ARA-Norte em Pemba, adquiridos escritórios próprios para ARA Centro e em curso a construção dos escritórios da ARA Zambeze;
- Reabilitadas 20 postos pluviométricos dos quais 12 na Zona Sul, 5 no Centro, e 3 na bacia do Zambeze;
- Reabilitadas 20 estações pluviométricas sendo 14 na região Sul e as restantes na Região Centro, 1 estação hidrométrica e manutenção de 4 estações hidrométricas na Bacia do Zambeze;
- Alcançados volumes de armazenamento satisfatórios para a maior parte das barragens (HCB, Corrumana, Massingir e Pequenos Libombos), com excepção de Massingir que devido sobretudo as obras de reabilitação, ainda que tenha ultrapassado os volumes armazenados nos anos passados;
- Concluída a reabilitação da Estação Sismográfica de Lichinga cave da Estação Sismográfica de Changelane e parcialmente concluída a reabilitação do Observatório Magnético de Maputo e iniciada a aquisição do equipamento mais moderno para as estações de Manica, Nampula e Lichinga;
- Inaugurado em Maputo, o Centro de Processamento e Análises de Dados Sísmicos (CPADS), para processamento centralizado dos dados sísmicos de todo o país e treinados 9 analistas para o CPADS e operadores para as estações das províncias de Maputo, Tete, Manica Niassa e Nampula;
- Produzida a primeira brochura sobre “Sismos e Precauções”, como instrumento para a educação cívica, tendo sido distribuída em todas as províncias;
- Aprovado pelo Conselho de Ministros do documento sobre o Estabelecimento do Centro Nacional Operativo (CENOE); tendo sido estabelecidos 3 CENOE em na cidade de Maputo, em Caia e Vilanculos;
- Realizada simulação de ocorrência de ciclones e cheias para ensaiar a operacionalidade do Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE), em termos de fluxo de informação dos distritos de Búzi e Caia passando pela província e região até a sede nacional do CENOE;

- Divulgado o do funcionamento do CENOE nas províncias de Nampula, Cabo Delgado, Tete, Sofala, Zambézia e Gaza;
- Realizadas visitas de troca de experiência com outros países, sendo de salientar, Portugal, Brasil, Países da América Central (Guatemala, Honduras, Nicarágua), para recolha de experiências sobre tecnologias para a reabilitação das zonas árida e semi-áridas. Como resultado, o Brasil disponibilizou tecnologias ligadas às dessalinização de águas, de retenção de água a baixo custo, de processamento da mandioca e processamento e conservação de frutas tropicais;
- Assinado um Memorando de Entendimento entre o Governo (INGC) e Guatemala (CONRED), que permite a troca de experiência, assistência técnica para criação do Centro Nacional de Operações de Emergência de Moçambique (CENOE) no âmbito da gestão do risco de calamidades naturais;
- Formadas quatro Companhias Especiais, distribuídas pelas cidades de Maputo, Beira, Quelimane e Nampula para Socorro e Assistência às populações em caso de calamidades e catástrofes naturais e humanos, incluindo o início da construção de 2 edifícios na Base Aérea de Mavalane para servir de Sala de Operações e Monitorização.

Mitigação dos efeitos das calamidades

Para reduzir os efeitos das calamidades foram:

- Organizadas 50 feiras de insumos em todo país, beneficiando 71.750 famílias e disponibilizando 132 ton de cereais, 6 de amendoim 20 de feijões e 0.14 de hortícolas.
- Distribuídas 43 mil toneladas de alimentos a cerca de 587 mil pessoas, o que representa uma coberto cerca de 73% dos necessitados;
- Iniciadas em 4 distritos localizados em zonas áridas, nomeadamente, Chigubo, Massangena (Gaza) e Mabote e Funhalouro (Inhambane) acções visando a redução da vulnerabilidade a seca, nomeadamente:
- Feito levantamento, nos 4 distritos, de frutos silvestres (poderão ser utilizados para produção de sumos, geleias, compotas, frutos secos e derivados e processamento de alimentos), matéria-prima local, algumas sementes ornamentais e algumas raízes medicinais;
- Iniciada a construção dos Centros de Recursos e de Uso Múltiplo (CERUM), envolvendo as comunidades locais a formação de associações no fabrico local de tijolos e associações de empreiteiros locais para futuras construções no respectivo distrito;
- Criados 16 comités de gestão de risco nas comunidades na província de Gaza e 6 na província de Inhambane com o envolvimento das comunidades na gestão do risco local;
- Lavrados, no distrito de Chigubo 23 ha para a produção de cereais (principalmente milho) nas localidades de Ndindiza, Saúte e Zinhane e uma horta com 3ha equipada

com uma bomba pedestal sob responsabilidade de uma associação maioritariamente de mulheres, para a produção de hortícolas;

- Implantados em Chigubo, 2 pequenos sistemas de irrigação Gota-a-Gota, com capacidade para irrigar 600m² a produção de milho e amendoim; e
- Construída uma represa em Chigubo, com capacidade de retenção de 27.000m³ de água para o abeberamento de animais e utilização para rega.

VII.8 DESMINAGEM

Durante o período em referência, foram prosseguidas acções visando a redução do impacto da presença de minas anti-pessoal nas comunidades e a prossecução da meta preconizada na Convenção de Ottawa, no sentido de o país concluir até 2009 a clarificação de todos os locais de alto e médio impactos, a destruição de todos engenhos não explodidos, a inspecção e sinalização de áreas de baixo impacto. Assim, as principais áreas de intervenção centravam-se à volta de: (i) Desminagem de áreas de interesse socio-económico; (ii) Educação cívica sobre o perigo de minas; (iii) Assistência às vítimas e sobreviventes de minas e (iv) Capacitação institucional.

Actividade de Desminagem

Como resultado das acções realizadas em 2006 foram:

- Clarificados cerca de 8.3 milhões de m², na sua maioria em Nampula (3.2 milhões), Tete (1,9 milhões) e Sofala (1,8 milhões) correspondentes a 114 áreas, contra 17.4 milhões de m² clarificados em 2005 correspondendo a 293 áreas, o que representa uma redução em mais de metade (52.3%) a área clarificada em 2005; e
- Removidas e destruídas 23,771 minas, na sua maioria em Cabo delgado (23 mil) e Zambézia (132) e de 1,114 engenhos não explodidos na sua maioria na Zambézia (485), Sofala (238) e Cabo Delgado (131), o que representa uma redução de 24.1% e 5.8% face as 31.282 minas e 1.182 engenhos não explodidos removidos e destruídos em 2005.

A redução da área clarificada está associada à redução do número de operadores humanitários que passou de 5 (APN, PAD, Halo Trust, Handicap, Ronco) em 2005 para apenas 3 em 2006 (Halo Trust, Handicap, Ronco) tendo esta última encerrado as operações em Moçambique em Setembro de 2006, nas províncias de Tete e Sofala.

A redução dos operadores deve-se a cessação de operações em 2005 pela APN nas províncias de Tete, Manica e Sofala (APN) e da PAD nas províncias de Inhambane, Gaza e Maputo (PAD). A partir de Setembro de 2006 apenas 2 operadores realizavam actividades de desminagem nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia (Halo Trust) e Manica, Sofala e Inhambane (Handicap), enquanto durante todo o ano não houve acções de desminagem nas províncias de Maputo e Gaza por falta de operador.

No entanto, para o exercício das actividades de desminagem foram licenciados 3 novos operadores dos quais 1 humanitário e 2 comerciais, acreditadas duas equipas caninas e reacreditou outras duas, ambas constituídas por 8 cães e 4 guiões de caninos pertencentes a Integra Profissional Lda; 2 cães e 7 guiões caninos e reacreditados outros 5 cães todos

operadora de desminagem humanitária RONCO; acreditação de 13 ratos detectores de minas e a reaccreditação de outros 12.

Impacto sócio económico (positivos) da desminagem

Os trabalhos de pesquisas, cancelamentos e clarificação realizados constituem uma contribuição valiosa nos esforços em curso visando a redução dos níveis da pobreza que afecta as comunidades moçambicanas, pois foi:

- Reduzido para 91 aldeias afectadas contra as 174 aldeias minadas ou suspeitas no em 2005;
- Reduzido para 237 o número de áreas minadas ou suspeitas contra 351 áreas existentes em 2005; e finalmente
- Reduzido para 60 milhões de m² a área minada ou suspeita contra 149 milhões de m² suspeitos de estarem minados em 2005.
- As províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia apresentam-se hoje livres de minas.

A implementação do programa permitiu a redução do impacto da presença de minas no país, aumentando as áreas livres de minas, colocando-as à disposição das populações e dos sectores económicos, para a condução de actividades económicas e sociais. Terras agrícolas, infra-estruturas, designadamente, estradas, pontes, linhas-férreas, linhas de transporte de energia, linhas de telecomunicações e outras de carácter económico e social foram libertos do flagelo de minas.

Impactos Prevalente de Minas

Os resultados alcançados até 2006 mostram que:

- O país ainda tem 91 aldeias afectadas, compreendendo uma população de cerca de 243 mil pessoas directamente afectadas. Em termos de área, ainda há por clarificar 237 áreas numa extensão de cerca de 60 milhões de m²;
- A província de Inhambane continua a ser a mais afectada em quase todos os pontos de vista, com 21% das aldeias afectadas, 32% da população afectada e 33% do número de áreas suspeitas de estarem minadas;
- As províncias de Maputo, Inhambane e Gaza constituem os casos mais preocupantes com 49%, 20% e 19%, respectivamente, de áreas (m²) afectadas, ou seja cerca de 90% de toda a área suspeita de estar minada em todo o país.

Com o processo de visitas às áreas suspeitas, foram:

- Identificadas outras 265 novas áreas minadas ou suspeitas, na sua maioria em Inhambane (87), representando 33% da novas áreas identificadas, seguido de Sofala e Tete com 16% e 13%, respectivamente.

Em termos cumulativos de um total de 502 áreas com problemas sérios de minas.

Acidentes com Minas

Durante o ano em referência foram:

- Reportados 18 acidentes com minas e engenhos não explodidos, na sua maioria em Nampula (4) e Sofala (3), que resultaram em 35 vítimas sendo 33 civis e 2 sapadores, dos quais 19 mortos, dentre as quais 10 crianças em idade escolar, afectando maioritariamente as províncias de Nampula (8), Sofala (8) e Manica (6).

Em termos comparativos, houve redução de 21,7% no número de acidentes face aos 18 casos registados em 2005, 38.6% no número de vítimas reportadas em 2005 (57) e em 17.4% no de óbitos (23). Por sexo/idade, as crianças constituem a maioria das vítimas, ocupando 52,6% dos óbitos seguidos pelos homens (42%) enquanto nos feridos ocupam 42,9%, a mesma percentagem para os homens.

Estas reduções devem-se fundamentalmente ao aumento de terra livre do impacto de minas bem como o aumento do conhecimento das populações sobre o perigo resultantes das diversas campanhas de sensibilização realizadas, particularmente em escolas situadas em zonas afectadas.

Educação Cívica sobre o Perigo de Minas

Tendo em vista a prevenção de acidentes com minas e outros engenhos não explodidos, em 2006 foram:

- Realizadas 75 palestras de sensibilização sobre o perigo de minas, beneficiando 37,434 pessoas entre professores, crianças em idade escolar e a comunidade em geral nos distritos de Murupula e Rapale (Nampula), Cahora Bassa, Chiuta, Macanga, Moatize, Mutarara e Songo (Tete), Bárué e Machaze, em Manica e Caia, Chibabava e Maríngue (Sofala) e Zavala, Jangamo e Vilanculos (Inhambane);
- Formados 39 agentes de educação cívica nos distritos de Caia (Sofala) e de Jangamo (Inhambane);
- Treinados 8 formadores de educação cívica sobre o perigo de minas para formar agentes de educação cívica nas províncias de Inhambane, Manica e Sofala;
- Constituídos 10 Comitês de Minas nos distritos de Manica (Manica), Caia e Chibabava (Sofala) tendo os últimos realizado 13 palestras para um universo de cerca de 5.000 pessoas em Chibabava;
- Distribuído material de propaganda e de sensibilização sobre o perigo de minas nas escolas dos distritos de Mocuba, Alto Molócue, Gurué e Mopeia (Zambézia); Erate, Meconta, Monapo, Mogovolas e Muecate (Nampula); Cuamba (Niassa); Mueda e Montepuez (Cabo Delgado) e em todas as administrações distritais da província de Niassa.

ANEXO - MATRIZ REDUZIDA DE INDICADORES PRINCIPAIS

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas alcançadas	Metas Anuais
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Ações realizadas			Real 2006	2006
Redução da pobreza através da orientação privilegiada dos serviços públicos para as populações mais carentes	Educação	Ensino Primário	Escolarização universal - Aumento do acesso e redução das desistências - Melhoria da qualidade - Redução das disparidades de género	Aprovar, implementar e avaliar o Plano Estratégico 2005-2009	Taxa líquida de escolarização EP (1+2) - Total	1a	87.1%	85%
				- Implementar o programa de construção de escolas a baixo custo	Taxa líquida de escolarização EP (1+2) - Meninas	1b	83.8%	82%
				- Implementar a estratégia de formação de professores considerando o novo currículo	Taxa de conclusão EP2 - Total	2a	33.7%	34% (2005)
				- Aprovar e implementar a estratégia a género	Taxa de conclusão EP2 - Meninas	2b	27.2%	28% (2005)
	Saúde	Materno-Infantil	Redução mortalidade materna	Aumentar a oferta de cuidados obstétricos	Taxa de cobertura de partos institucionais	3	48.4%	51%
			Redução mortalidade Infantil	Aumentar a cobertura do Programa Alargado de Vacinações	Taxa de cobertura <1 ano DPT3 e HB	4	100%	95%
			Aumentar o acesso aos serviços básicos de saúde	Expandir o acesso ao tratamento de qualidade para as doenças transmissíveis e não transmissíveis	Índice de utilização: consultas profissionais externas/habitante	5	1.0	0.94
	HIV-SIDA	Prevenção	Reduzir o número de novas infecções de HIV	Expandir o acesso à prevenção da transmissão vertical	Percentagem (e número) de mulheres grávidas HIV+ que recebem tratamento de profilaxia completa nos últimos 12 meses para reduzir o risco de transmissão vertical de mãe para a criança.	6	10.763	10% (16,000)
		Cuidados clínicos	Melhorar os cuidados clínicos para as pessoas vivendo com HIV	Expandir o acesso à terapia anti-retroviral	Percentagem (e número) de pessoas com infecção HIV avançada que recebem o TARV (terapia anti-retroviral) combinado segundo os protocolos nacionais (desagregados por sexo e por grupos etários (0-14, 15-24, 25 e + anos)).	7	44.100	15% (40,000)

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas alcançadas	Metas Anuais
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Ações realizadas			Real 2006	2006
		Mitigação do impacto	Melhorar a qualidade de vida das pessoas afectadas pelo HIV/SIDA	Reforçar os cuidados e apoios comunitários e domiciliários a crianças órfãs e vulneráveis	Percentagem de COV's abrangidos pelo <i>Plano Nacional de Acção para as COVs</i> , sem acesso a serviços básicos em 2005, com acesso a pelo menos três serviços básicos nos 12 meses anteriores (desagregados por sexo e por distrito).	8	6000	5%
Redução da pobreza através da orientação privilegiada dos serviços públicos para as populações mais carentes	Infra-estruturas	Estradas	Melhorar a transitabilidade das estradas	Reabilitar e manter a rede de estradas	% da rede de estradas em boas e razoáveis condições	9		75%
		Água	Aumento do acesso	Abriu poços, estabelecer novas ligações	% População com acesso à água potável	10	42%	42%
		Saneamento	Aumento do acesso	Latrinas melhoradas, fossas sépticas	% População com acesso a serviço de saneamento	11	36.5	37%
		Energia	Aumento do acesso à electricidade (todas as fontes de energia)	Novas ligações	Numero de novas ligações	12	83.010	30,000
	Género		Igualdade de Género	Promoção de direitos e oportunidades entre homens e mulheres e integração das questões de género nas políticas, planos e intervenções de combate a pobreza.	Aprovação e implementação da política do Género e a Estratégia de Implementação (PGEI)	13	submissão a AR	Aprovação e iniciação de implementação
Promoção do desenvolvimento económico, com prioridade para as zonas rurais e a redução dos desequilíbrios regionais	Agricultura e desenvolvimento rural	Serviços Agrários	Promoção da produção agrícola	Aumentar a abrangência dos serviços de Extensão Agrária	% explorações agrárias assistidas que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia durante os 12 meses anteriores	14	12%	30%
				Melhorar a cobertura dos serviços de sanidade animal	% de explorações Agro-pecuárias que vacinaram gado	15	879.437 (Manica, Tete, Gaza e Maputo)	72%
				Promover o uso de técnicas de rega	Área (Ha) de esquemas de rega construídos e/ou reabilitados com recursos públicos	16	2546 ha reabilitadas (com a excepção das províncias de Cabo Delgado e Tete)	3,200
		Gestão dos Recursos Naturais	Acesso a terra	Simplificar mecanismos de tramitação do direito de uso e aproveitamento terra	% de processos recebidos e tramitados no prazo de 90 dias	17	70%	95%

Comment [h1]: A informação só será disponível no final do mês de Fevereiro

Comment [h2]: Resultados do trabalho do Inquérito Agrícola 2006. Este indicador refere-se “a percentagem dos camponeses que foram assistidos e ou tiveram acesso aos serviços de extensão tanto públicas como privadas”

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas alcançadas	Metas Anuais
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções realizadas			Real 2006	2006
Criação de um ambiente favorável à acção do sector privado	Desenvolver o sector privado		Estimular a criação de emprego no sector formal, modernizar a pratica de comercio para melhorar as actividades económicas, simplificar o processo de registo de negocio e reduzir a corrupção.	Nova Lei de Trabalho e Regulamentos aprovados de acordo com a melhoria do ambiente de negócios para todos	Redução do custo de despedimento (a de base 2005)	18		A ser confirmado (no fim do 2005)
			Melhoria no sistema do registo e licenciamento de negócios	Numero de dias para se começar um negocio (registo e licenciamento). A ser medida através o relatório do Banco Mundial "Doing Business Annual report" (linha de base do 2005: 153 dias)		19		90 dias
	Políticas macro-económicas e financeiras	Sistema Financeiro	Melhorar a intermediação financeira incluindo aquela dirigida às micro, pequenas e medias empresas e agregados familiares sem acesso à banca comercial	Fortalecer a capacidade de supervisão do BdM		20		Submissão da Legislação LFL à AR e promulgação de regulamentos
				Implementar IFRS no sector financeiro		21	actividade em curso e só no proximo ano é que será aprovado e implementado	Novo quadro de Contas e regulamento tributário aprovados
				Fortalecer a capacidade das instituições micro-finanças		22	Em curso	Regulamentos prudências aprovados
			Melhorar o sector seguros e protecção social	Reforma do sector de seguros		23		Conclusão do estudo 'actuarial' sobre sistema de segurança social
			Fortalecer responsabilidade no sector bancário	Efectuar uma auditoria forense ao BAu através da PGR		24	O relatório foi submetido a Procuradoria Geral da República	Foram tomadas acções de seguimento
Criação de um ambiente favorável à acção do sector privado	Políticas macro-económicas e financeiras	Reforma do Sistema de Administração financeira do Estado	Elevação da eficiência e eficácia da gestão das disponibilidades financeiras do Estado	Alocação e execução do orçamento	Alocação orçamental (no orçamento aprovado pela AR) e execução orçamental (como apresentado no REO) do PARPA II Áreas Prioritárias de acordo com as metas estabelecidas em PARPA II	25	63.9%	65% para as áreas prioritárias (de acordo com PARPA I)

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas alcançadas	Metas Anuais
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções realizadas			Real 2006	2006
					Taxas de execução orçamental para despesas correntes de bens e serviços nas áreas prioritárias, como apresentado no REO	26		Taxas de execução orçamental para despesas correntes de bens e serviços nas áreas prioritárias $\geq$ taxas nas áreas não prioritárias
					Taxas de execução orçamental para despesas correntes no nível provincial, como apresentado no REO (todas despesas correntes)	27	Foi descentralizada para o âmbito provincial a execução orçamental da despesa de investimento	Taxas de execução orçamental para despesas correntes no nível provincial no ano n > Taxas no ano n-1
				Aumentar a abrangência do Orçamento do Estado	Aumentar receitas próprias incluídas no OE	28		Receitas próprias para os Ministérios de Educação e Cultura, Saúde, Agricultura, Obras Públicas e Habitação, Turismo, Recursos Minerais, Juventude e Desportos incluídas no OE 2007
					Aumentar o número de fundos externos na Conta Única do Tesouro (CUT)	29		Pelo menos um fundo comum maior no CUT

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas alcançadas	Metas Anuais
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções realizadas			Real 2006	2006
				e-SISTAFE	Expansão das funções básicas do e-SISTAFE (tesouro, execução Orçamental, Contabilidade)	30	Implantação do e-SISTAFE em 12 Órgãos e Instituições do Estado e a execução directa do Orçamento de Estado em ambiente e-SISTAFE, bem como da implementação da programação financeira;	Alcançar a meta para "roll-out" estabelecida no Plano de Acção 2006-08 (a ser aprovado por Nov 2005 e como anexo ao MdE assinado com os doadores)
		Reforma Tributária	Tributação mais simples e abrangente, justa e equilibrada	Fortalecimento de administração tributária	A ser decidido antes da Revisão Conjunta 2006	31		
				Aumento de receitas totais cobradas	Receita total em percentagem de PIB	32	15.50%	14.60%
		Procurement	Adopção de um sistema transparente e eficiente	Implementar um sistema moderno do procurement de acordo com as melhores práticas internacionais baseado no novo regulamento do procurement e em ligação com o e-SISTAFE		33	Aprovação do Diploma Ministerial Nº 141/2006 de 5 de Setembro, que estabelece na Direcção Nacional do Património do Estado a Unidade Funcional de Supervisão das Autarquias (UFSA) e Unidades Gestoras Executoras das Aquisições (UGEAs),	Unidade de Supervisão de Aquisições Públicas (USAP) criado, orçamentado e em funcionamento
		Auditoria	Melhorar cobertura e função das auditorias internas e externas	% dos distritos e autarquias auditadas pelo IGF		34		20%
				Numero de relatórios de auditoria financeira realizados pelo Tribunal Administrativo		35		70
		Planeamento e Monitoria	Harmonização dos instrumentos de médio e curto prazo	Assegurar a consistência do PARPA, MTEF, PES e do orçamento		36	Em curso	Estrutura e qualidade melhorados do PES e do Balanço do PES

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas alcançadas	Metas Anuais
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções realizadas			Real 2006	2006
Criação de um ambiente favorável à acção do sector privado	Boa Governação, Legalidade e Justiça (Combate a corrupção)	Reforma Sector Público	Desconcentração e Descentralização	Mecanismos de transferências fiscais intergovernamentais definidos para os OLE e Municípios.		37	Em curso	Definido o critério de afectação do orçamento de investimento para os distritos a partir de 2007 bem como a proporção do orçamento executado pelos Governos distritais
				Política de descentralização adoptado		38	Elaborada a estratégia Nacional do PPFD e apresentada ao grupo técnico no Comité de supervisão e no CC do MPD, esta estratégia precisa de ser actualizada a luz da situação emergente e a avaliação conjunta do PPFD/PRODER. Esta em curso a concepção do Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas	Estratégia do PPFD aprovado e em implementação (incluindo sistema comum de Monitoria e Avaliação). Esboço da Estratégia de Descentralização concluída.
			Racionalização de estruturas e processos	Aprovação pelo governação da política salarial de médio prazo (reforma salarial) e a implementação começou a harmonização das tres bases de dados (SIP, TA e payroll)		39	Em curso	Aprovação e implementação em curso
				Planos de reestruturação acordados dentro do CFMP e o início da implementação nas áreas da Saúde, Educação, Agricultura, MAE, MIC, MF e MPD		40	Em curso	Implementação em curso
				Aumento da proporção de novos funcionários no sector publico recrutado na base de concursos públicos transparentes		41		Melhorias realizadas
			Combate à corrupção	Aumento de proporção dos casos de denuncia de corrupção ao Gabinete Central de Anti-Corrupção que são concluídos		42	Ao nível dos tribunais judiciais foram tramitados 77 processos crimes	Melhorias realizadas

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas alcançadas	Metas Anuais
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções realizadas			Real 2006	2006
							relacionados com a matéria de corrupção dos quais se destacam, 32casos de corrupção propriamente dita, 40 casos de desvios de fundos, 3 casos de crime de peculato, 1 de o crime de peita, suborno e corrupção, 1 de crime de falsificação de créditos e peculato de crédito.	
				Levantamento sobre a corrupção no sistema de justiça (propondo soluções para a simplificação processual e de outras causas da corrupção) e recomendações implementadas	43	Elaborado o Código de Conduta dos funcionários do Ministério da Justiça, para reforçar atitude laboral, digna, ética e deontológica;	Publicação do 2o estudo sobre o perfil dos Magistrados do Ministério Público e oficiais de justiça e recomendações definidas	
				Sistema melhorado de inspecção e multas	Abolição da partilha de multas através da eliminação de todos os decretos especiais para uso directo de multas pelos recipientes (ministérios e inspectores)	44		Definir medidas para abolir a comparticipação nas multas e iniciar as suas implementação
Consolidação da Paz, e Unidade Nacionais, da justiça e da democracia	Boa Governação, Legalidade e Justiça (Combate a corrupção)	Reforma da Justiça	Elevar a eficiência na provisão de serviços pelo sistema judicial	Aumentar o número de sentenças judiciais		45	100197 processos	50% (Ano base é 2002)
				Redução do número de prisioneiros que aguardam acusação e julgamento	% total de presos a espera de julgamento (MINJ e MINT)	46	42%	50%
			Simplificação e maior celeridade no processamento	Apresentação dum programa de reforma a longo prazo incluindo um sistema de planificação, orçamentação e monitoria que dê prioridade à prestação de serviços do	Aprovação do documento da visão pelo CM e actualização do PEI e POPEI	47	Concluída e em fase de discussão. Em preparação o seminário de lançamento da consulta pública da Visão	Implementação

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas alcançadas	Metas Anuais
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções realizadas			Real 2006	2006
				sector.	Consolidar a partir do POPEI um sistema harmonizado de M&E.	48	Concebido o plano director do sistema, em curso a criação e instalação de subsistemas de Monitoria e Avaliação identificados	Implementação do sistema harmonizado de M&E iniciada
				Reformas de leis	Reforma do Código de Processo Civil, do Código do Processo Penal, do código Penal	49 a)	Reforma do Código do Processo Civil concluída, reforma do Código do Processo Penal e do Código Penal em curso	Caso aprovado, iniciado a sua implementação
					Reforma a lei orgânica dos Tribunais Judiciais incluindo secções comerciais, lei orgânica dos Tribunais Communicatios, lei do IPAJ	49 b)	Lei orgânica dos tribunais judiciais deposita na AR; Secções Comerciais criadas, em curso a reforma da lei dos tribunais comunitários e em curso a reforma da lei do IPAJ.	Caso aprovado, iniciado a sua implementação
					Reforma do Código de Notariado	49 c)	Concluída e apreciada pela AR	Caso aprovado, iniciado a sua implementação
					Reforma a Legislação Prisional	49 d)	Em curso	Caso aprovado, iniciado a sua implementação